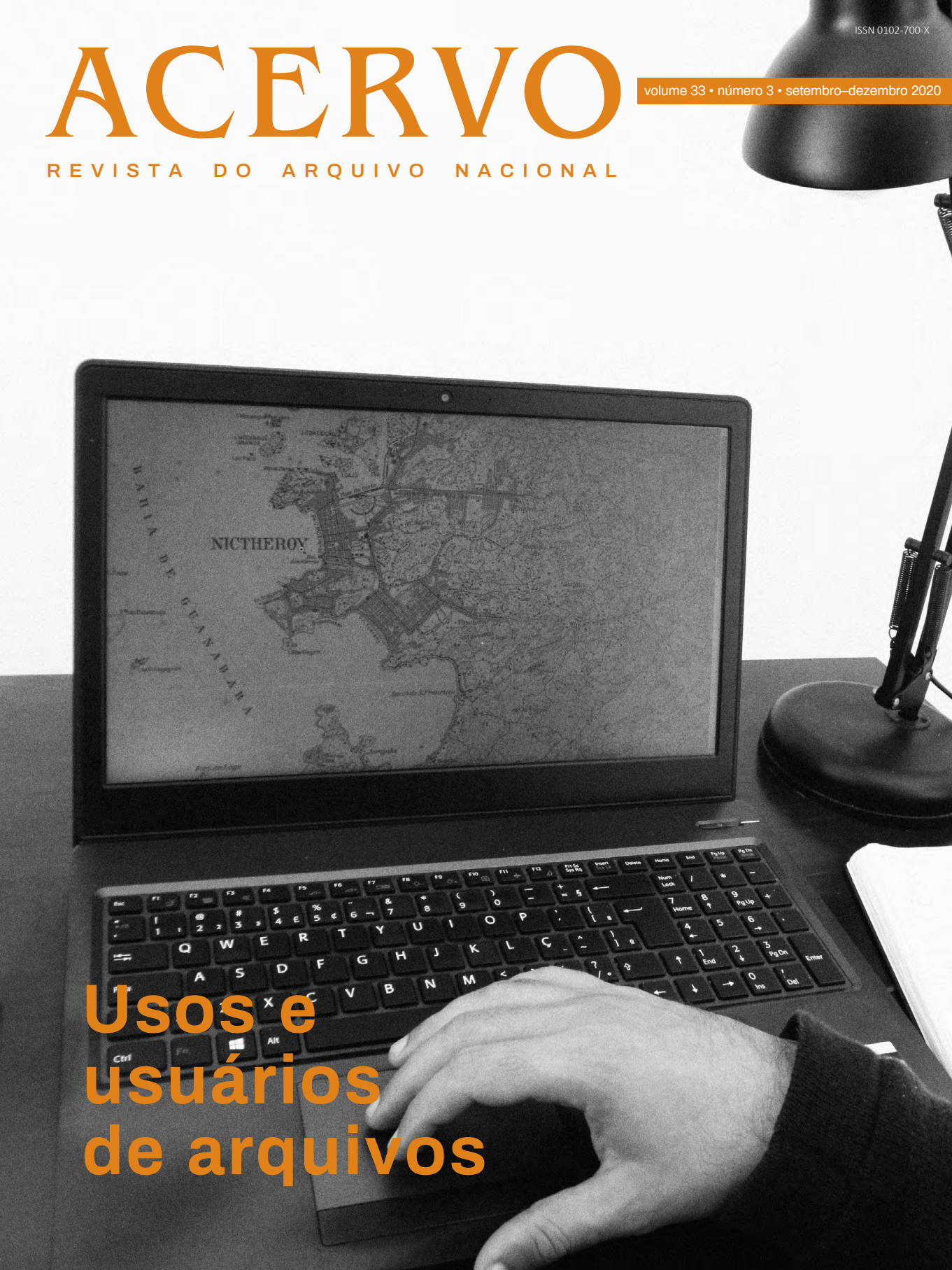
ISSN 0102-700-X

ACERVO

volume 33 • número 3 • setembro–dezembro 2020

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL



Usos e usuários de arquivos

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

Rio de Janeiro • volume 33 • número 3 • setembro/dezembro 2020

© 2020 Arquivo Nacional
Praça da República, 173 | 20211-350 | Rio de Janeiro, RJ, Brasil
revista.acervo@arquivonacional.gov.br
revistaacervo.an.gov.br
facebook.com/revistaacervo | twitter.com/RevistaAcervo

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons – Atribuição CCBY 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total, desde que mencionada a fonte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Justiça e Segurança Pública
André Luiz de Almeida Mendonça

ARQUIVO NACIONAL

Diretora-geral
Neide Alves Dias De Sordi

Coordenadora-geral de Acesso e Difusão Documental
Luana Farias Sales Marques

Coordenador-geral de Administração
Leandro Esteves de Freitas

Coordenadora-geral de Gestão de Documentos
Mariana Barros Meirelles

Coordenadora-geral de Processamento e Preservação do Acervo
Aluf Alba Vilar Elias

Coordenadora-geral regional no Distrito Federal
Larissa Candida Costa

Coordenadora de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo
Leticia dos Santos Grativol

Supervisora de Editoração
Mariana Simões

Supervisora de Programação Visual
Giselle Teixeira

Edição de texto e revisão
Flora Matela Lobosco | José Claudio Mattar | Maria Cristina Martins

Revisão de tradução
Maria Elisa Bustamante

Projeto gráfico, diagramação e capa
Simone Kimura

Imagem da capa: Flora Matela Lobosco / **Seção Dossiê Temático:** Arquivo Nacional/Copra/Copac/Fotografia.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Maria Beatriz Nascimento – Arquivo Nacional)

Acervo : revista do Arquivo Nacional. – Vol. 1, n. 1, (jan./jun. 1986)- . -
Rio de Janeiro : O Arquivo, 1986- .
v. ; 24 cm.

Quadrimestral.
Sumário em português, espanhol e inglês.
Descrição baseada em: Vol. 33, n. 3, (set./dez. 2020).
Cada número possui um tema distinto.
ISSN: 0102-700-X

I. Arquivos – Periódicos. 2. Documentos – Periódicos.
3. História - Periódicos. I. Arquivo Nacional (Brasil).

CDD 025.171

Ficha catalográfica elaborada por
Dayo de Araújo Silva Côrbo (CRB7/5633)

Editor científico
Thiago Cavaliere Mourelle

Editoras do dossiê
Ivana Denise Parrela | Eliane Cristina de Freitas Rocha

Editora executiva
Flora Matela Lobosco

Conselho editorial
Adriano Luiz Duarte | UFSC, SC, Brasil
Ana Canas D. Martins | Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal
Ana Maria Camargo | USP, SP, Brasil
Angela de Castro Gomes | Unirio, RJ, Brasil
Beatriz Galloti Mamigonian | UFSC, SC, Brasil
Beatriz Teixeira Weber | UFSM, RS, Brasil
Caio Cesar Boschi | PUC-Minas, MG, Brasil
Celia Maria Leite Costa | MIS, RJ, Brasil
Durval Muniz de Albuquerque Júnior | UFPE, PE, Brasil
Francisco José Calazans Falcon | Universo, RJ, Brasil
Georgete Medleg Rodrigues | UNB, DF, Brasil
Heloísa Liberalli Bellotto | USP, SP, Brasil
Ilmar Rohloff de Mattos | PUC-Rio, RJ, Brasil
Ines Nercesian | Universidade de Buenos Aires, Argentina
Isa Maria Freire | UFPB, PB, Brasil
Ismênia de Lima Martins | UFF, RJ, Brasil
James Green | Brown University, Estados Unidos da América
Jane Felipe Beltrão | UFPA, PA, Brasil
José Bernal Rivas Fernández | Universidade da Costa Rica, Costa Rica
Jurandir Malerba | UFRGS, RS, Brasil
Luciana Duranti | Universidade British Columbia, Canadá
Luciana Quillet Heymann | Fiocruz, RJ, Brasil
Luís Reis Torgal | Universidade de Coimbra, Portugal
Marcia Regina Romeiro Chuva | Unirio, RJ, Brasil
Margarida de Souza Neves | PUC-Rio, RJ, Brasil
Maria Cândida D. M. Barros | Museu Paraense Emílio Goeldi, PA, Brasil
Maria Efigênia Lage de Resende | UFMG, MG, Brasil
Maria Hilda Baqueiro Paraíso | Ufba, BA, Brasil
Mercedes de Vega | Archivo General de la Nación, México
Michael Cook | Universidade de Liverpool, Liverpool, Reino Unido
Miguel Ángel Márdero Arellano | Ibict, RJ, Brasil
Norma Cortês Gouveia de Melo | UFRJ, RJ, Brasil
Patrícia Sposito Mechi | Unila, PR, Brasil
Paulo Knauss de Mendonça | UFF, RJ, Brasil
Rosa Inês de Novais Cordeiro | UFF, RJ, Brasil
Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva | Ufba, BA, Brasil
Selda Vale da Costa | Ufam, AM, Brasil
Sidney Chalhoub | Unicamp, SP, Brasil
Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira | Uerj, RJ, Brasil
Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes | USP, SP, Brasil

Acervo consta nos seguintes repositórios e sítios acadêmicos

Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades
Diretório de Revistas do Seer-Ibict
Directory of Open Acess Journals
Google Scholar
Latindex
Open Academic Journals Index
Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico
Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades – LatinREV
Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Usos e usuários de arquivos

volume 33 • número 3 • setembro/dezembro 2020

Editorial Editorial / Editorial 6

Apresentação Presentation / Presentación 7

ENTREVISTA INTERVIEW / ENTREVISTA

Carla Simone Rodeghero e Clarissa Sommer Alves
por Francisco Alcides Cougo Junior e Renata Ovenhausen Albernaz 17

DOSSIÊ TEMÁTICO THEMATIC DOSSIER / DOSSIER TEMÁTICO

Usos e usuários do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG
Reflexões a partir de uma atividade educativa e expositiva
Uses and users of the Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG: reflections from an educational and exhibition activity / Usos y usuarios del Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG: reflexiones desde una actividad educativa y expositiva
Maria Cristina Rosa
Liliane Tibúrcio de Oliveira 28

Possíveis impactos do modelo Records in Contexts para os usuários de arquivos
Possible impacts of Records in Contexts model for archives users / Posibles impactos del modelo Records in Context para los usuarios de archivos
Marcos Vinícius Bittencourt de Souza
Daniel Flores 49

Sem gestão não há difusão e acesso
Aspectos histórico-conceituais da arquivística canadense e brasileira
Without management there is no diffusion and access: historical and conceptual aspects of Canadian and Brazilian archival science / Sin gestión no hay difusión y acceso: aspectos históricos y conceptuales de la archivología canadiense y brasileña
Thiago Henrique Bragato Barros 68

Um estudo dos usuários e usos do Arquivo Público Municipal de Vitória
A study of users and uses of the Arquivo Público Municipal de Vitória / Un estudio de usuarios y usos del Arquivo Público Municipal de Vitória
Fabiola Pereira Costa
Taiguara Villela Aldabalde 86

Estudos de usuários de arquivo e os desafios da Lei Geral de Proteção de Dados
Studies of archives' users and the challenges of the Brazilian general Law on personal data protection / Estudios de usuarios de archivos y los desafíos de la ley general de protección de datos brasileña
Moisés Rockembach 102

Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras
Guidelines for the use of social networks by Brazilian archivistic institutions / Directrices para el uso de las redes sociales por las instituciones archivísticas brasileñas
Diogo Baptista Pereira
Eliezer Pires da Silva 116

Usuários dos arquivos
Uma análise dos congressos nacionais de arquivologia
Archives' users: analysis of national archival science conferences / Usuarios de los archivos: un análisis de los congresos nacionales de archivística
Katia Isabelli Melo 136

Estudos de usuários em arquivos
Panorama dos relatos de experiência publicados em periódicos nacionais
User studies in archives: overview of experience reports published in national journals / Estudios de usuarios en archivos: resumen de informes de experiencias publicados en revistas nacionales
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano
Thalita Fernanda Leme
Helen de Castro Silva Casarin 154

ARTIGOS LIVRES ARTICLES / ARTÍCULOS LIBRES

A contribuição do DNP para a defesa nacional
O concurso de frases e cartazes patrióticos sobre a nova lei do serviço militar
DNP's contribution to national defense: the patriotic phrases and posters contest about the new military service law / Contribución del DNP a la defensa nacional: el concurso de frases y carteles patrióticos sobre la nueva ley del servicio militar
André Barbosa Fraga 176

Mano Eloy e a Deixa Malhar
Escolas de samba, associativismo e resistência negra organizada no pós-abolição
Mano Eloy and Deixa Malhar: Samba schools, associativism and black resistance organized in the post-abolition / Mano Eloy e a Deixa Malhar: escuelas de samba, asociaciones y resistencia negra organizada en el post abolición
Alessandra Tavares 198

RESENHA REVIEW / REVISIÓN

La diffusion numérique des données en SHS: guide des bonnes pratiques éthiques et juridiques, organizado por Véronique Ginoves e Isabelle Gras

A difusão digital de dados em ciências humanas e sociais
Guia de boas práticas éticas e jurídicas
The digital dissemination of data in human and social sciences: a guide to good ethical and legal practices / La difusión digital de datos en ciencias humanas y sociales: una guía de buenas prácticas éticas y legales
Georgete Medleg Rodrigues 221

DOCUMENTO DOCUMENT / DOCUMENTO

“Com a palavra, o usuário”

O que dizem os usuários do Arquivo Nacional sobre suas pesquisas na instituição

“Com a palavra, o usuário”: what the users of Arquivo Nacional say about their research at the institution / "Com a palavra, o usuário": lo que dicen los usuarios del Arquivo Nacional sobre su investigación en la institución

Eliane Cristina de Freitas Rocha
Ivana Denise Parrela 227

Editorial

O dossiê desta edição, Usos e usuários de arquivos, tem como editoras convidadas Ivana Denise Parrela, doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Eliane Cristina de Freitas Rocha, doutora em Ciência da Informação pela UFMG. Ambas são professoras da Escola de Ciência da Informação da mesma instituição.

Esse campo de estudo, que recebe contribuições interdisciplinares e está em expansão no Brasil, é influenciado pelas perspectivas dos estudos de público da museologia e de usuários da biblioteconomia. São múltiplas as possibilidades de leituras e reapropriações dos documentos arquivísticos, levando em conta seus contextos de produção. Nos artigos que compõem o dossiê, são abordadas as distintas perspectivas de usuários das instituições arquivísticas e a multiplicidade de interesses que os fundos arquivísticos despertam nos pesquisadores, naqueles que buscam a garantia de seus direitos e ainda nos participantes das atividades de difusão, educação e cultura.

Na seção Artigos livres, "A contribuição do DNP para a defesa nacional: o concurso de frases e cartazes patrióticos sobre a nova lei do serviço militar", de André Barbosa Fraga, analisa, com uso da documentação do acervo do Arquivo Nacional sobre o tema, o concurso elaborado pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP) para difundir entre a população o conteúdo da nova lei do serviço militar, instituída em 1939. Alessandra Tavares, no artigo "Mano Eloy e a Deixa Malhar: escolas de samba, associativismo e resistência negra organizada no pós-abolição", estuda episódios da relação de Eloy Anthero Dias, o Mano Eloy, com as agremiações carnavalescas do Rio de Janeiro para a compreensão das multiplicidades das experiências negras no agenciamento de suas contingências cotidianas no pós-abolição.

Comunicamos também a inclusão da *Acervo* em plataformas acadêmicas que contribuem de forma relevante para a difusão de seus artigos – Portal de Periódicos da Capes, Oasisbr (Ibict) e Sumários de Revistas Brasileiras.

Agradecemos aos autores, pareceristas e a todos que, juntos, construíram esta edição.

Boa leitura!

Thiago Cavaliere Mourelle, editor científico
Flora Matela Lobosco, editora executiva

Apresentação

O dossiê temático desta edição da revista *Acervo* aborda um tema ainda pouco explorado na arquivologia brasileira: os usos e usuários de instituições arquivísticas. Para fins de apresentação deste dossiê, usamos a palavra arquivo com "a" minúsculo para nos referirmos às instituições arquivísticas, sejam públicas ou privadas, e também aos serviços de arquivo, embora cientes da polissemia da palavra assim utilizada.

É preciso dizer, também, que este dossiê veio em boa hora, passados já 16 anos da importante referência de Jardim e Fonseca (2004), que apontava a evidente carência de estudos sobre usos e usuários de arquivos no Brasil e no mundo. O leitor encontrará neste volume da revista *Acervo* algumas indicações de como a área tem se desenvolvido e também os desafios que claramente se apresentam para seu avanço.

Primeiramente, é preciso ter em mente quem são considerados os usuários de arquivo e quais são seus usos, tema principal aqui tratado. No *Dicionário de terminologia arquivística*, o usuário é "pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também chamada consulente, leitor ou pesquisador" (Arquivo Nacional, 2005, p. 169). Tal definição é desafiada neste dossiê por, pelo menos, dois artigos: o de Flores e Souza, de Rosa e Oliveira, além da seção Entrevista.

No artigo "Usos e usuários do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG: reflexões a partir de uma atividade educativa e expositiva", de Maria Cristina Rosa e Liliane Tibúrcio de Oliveira, aventa-se a discussão sobre o público de ações educativas dos arquivos, que é considerado como formado por usuários não "convencionais" destas instituições, incluindo aí o público escolar. A noção de público poderia se aplicar, portanto, à função de difusão que tem o usuário como foco. Também neste artigo, o leitor encontrará a experiência em um centro de memória que preserva arquivos institucionais, situação poucas vezes explorada nas discussões sobre o que é o arquivo – organicamente constituído pelas instituições universitárias – e o que é subsídio para a memória de uma área de conhecimento, para a discussão de usuários e usos de arquivos, bem como de público. Já na seção Entrevista, é possível notar que o conceito de público é acionado para as ações de educação patrimonial, ampliando a visão do arquivo em relação aos seus usuários para além dos que estão na sala de consulta.

Por sua vez, o artigo "Possíveis impactos do modelo Records in Contexts aos usuários de arquivos", de Marcos Vinícius Bittencourt de Souza e Daniel Flores, considera os usuários como pessoas ou sistemas

de informação, na medida em que mesmo os sistemas digitais podem ler, de maneira automática, dados presentes em repositórios digitais que estejam abertos, o que é um dos maiores benefícios da interoperabilidade dos sistemas e mecanismos, como a web semântica e as ontologias. Os agentes digitais de leitura ou consulta seriam usuários dos arquivos? Esta é uma questão em aberto, uma possibilidade investigativa.

Outra questão, ainda relativa à definição de usuários de arquivo, diz respeito à sua categorização como interno e/ou externo. García Belsunce (1980) considera o usuário interno como aquele, quase sempre em relação direta com o contexto de produção, que necessita do documento ou informação nele contida para a realização de trabalho. Este usuário pode ser o próprio produtor do documento, em caso de arquivos públicos será um agente público (Silva, 2011), e frequentemente fará uso dos arquivos na fase corrente, mas também nas fases intermediária e permanente do ciclo vital dos documentos, utilizando-os em seu valor primário, ou seja, para o fim para o qual foram produzidos. García Belsunce (1980) entende que os usuários externos, por sua vez, fazem uso prático dos documentos, para fins probatórios e tomadas de decisão, quase sempre em arquivos permanentes; para fins de pesquisa (acadêmicos) ou recreativos e pessoais (uso popular). Também é importante problematizar a categoria de usuário presencial e remoto (Lobato; Rocha, 2019), tendo em vista que tanto usuários internos quanto externos podem realizar consultas ao arquivo por serviços não presenciais, o que caracteriza o usuário remoto, diferentemente do usuário presencial.

A problemática do usuário remoto não é especificamente abordada pelo dossiê, mas a temática dos arquivos nato digitais e de seu uso, por sua vez, é debatida no artigo de Marcos Vinícius Bittencourt de Souza e Daniel Flores.

Por outra parte, os projetos de digitalização de conjuntos documentais e de difusão desenvolvidos por grandes arquivos públicos ainda carecem de mais discussões sobre o impacto que trouxeram para seus usos e usuários. Faltam debates que abordem a relação da arquivologia com as políticas de memória, os calendários comemorativos[1] e os impactos desses investimentos sobre a pesquisa histórica desenvolvida nos arquivos do país,

1 São exemplos desse tipo os projetos de digitalização e difusão de acervos iniciados em meados dos anos 1980, na Espanha, no âmbito das comemorações do quinto centenário da chegada dos espanhóis à América, que levou à digitalização de documentos dos arquivos das Índias (Sevilha) e Simancas; e o projeto "Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco", iniciado em meados dos anos 1990, como parte das comemorações do quinto centenário do descobrimento do Brasil (2011).

suas repercussões na agenda de digitalização de outros arquivos, ou ainda o impacto de tais políticas nas relações desses arquivos públicos e seus usuários. Temas que esperamos que sejam objeto de futuras pesquisas.

Na arquivologia e nos arquivos, o tema difusão, muitas vezes, nos aproxima do debate sobre as normas descritivas, especialmente após os esforços do Conselho Internacional de Arquivos para a construção de padrões internacionais de descrição que permitam que os instrumentos de pesquisa facilitem os estudos comparativos de conjuntos documentais de diversas partes do mundo sobre funções e atividades semelhantes.

Souza e Flores refletem ainda sobre a questão da descrição arquivística, pensando no impacto que pode exercer sobre o usuário final e os arquivistas. Os autores apresentam o modelo RiC ("Record in Contexts: a conceptual model for archival description"), proposto em 2016 pelo Experts Group on Archival Description (Egad) – Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística – do International Council of Archives (ICA), que pretende unificar as quatro normas de descrição arquivística: ISAD(G) (General International Standard Archival Description); ISAAR(CPF) (International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families); ISDF (International Standard for Describing Functions); e ISDIAH (International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings). Um dos aspectos impactantes para os usuários, previsto pelo modelo RiC, é sua recomendação para utilização de Linked Open Data (LOD) – Dados Abertos Interligados – nas descrições arquivísticas, o que permitirá ao usuário final, em nível mundial, visualizar a descrição de um documento, sua autoria, e navegar na web em várias instituições. Tais possibilidades de acesso remoto levam à problematização, que ainda precisa de estudos, das tarefas de mediação para interação do usuário com o arquivo.[2]

Outra questão essencial, também trazida por esse contexto, é que a descrição não é tarefa somente da fase permanente, mas também da fase corrente, ou seja, fica cada vez mais evidente a importância do tratamento nesta fase para acesso ao usuário.

Por sua vez, Thiago Barros, em "Sem gestão não há difusão e acesso: aspectos histórico-conceituais da arquivística canadense e brasileira", corrobora a importância do processo de organização de arquivos para seu acesso, aspecto que não diz respeito apenas ao contexto digital

2 Para uma revisão mais exaustiva da mediação no campo da arquivologia, consultar Santos Neto e Bortolin (2019).

tratado por Souza e Flores. Para Barros, acesso e difusão "são contínuos, complementares e indissociáveis", são "funções [que] estão integradas em programas de gestão de documentos", ressaltando a importância da operação de classificação, respeitando a proveniência, que permite que os documentos sejam organicamente relacionados nos arquivos correntes, intermediários e permanentes.

O artigo de Souza e Flores permite questionar ainda o uso correto dos sistemas de descrição, assim como o estudo do arquivista, do produtor documental e dos usuários internos como usuários dos sistemas tecnológicos utilizados nos arquivos, como os repositórios digitais. Aqui o termo usuário deixa de se referir ao usuário de arquivo, mas evoca estudos de usuários de sistemas de informação digital para as problemáticas dos arquivos. Também a leitura automática dos registros por softwares desafia o conceito de usuário, complexificando-o para a noção de agente. Para os arquivistas, é muito importante pensar que a descrição dos documentos digitais, em quaisquer das etapas do ciclo de vida do documento, facilitará ou não sua recuperação pelo usuário final.

Outra questão essencial, que diz respeito aos usuários e usos dos arquivos, é a forma como a instituição arquivística está aberta ou não a estudar o usuário para atraí-lo, o que nos leva à discussão das funções arquivísticas e do papel da difusão. Desde os anos 1990, Bellotto, ao discutir a função social dos arquivos, já apontava estratégias cabíveis para que instituições arquivísticas estabelecessem práticas de difusão: trazer as pessoas aos arquivos ou ir ao encontro delas (Bellotto, 2006, p. 228).[3]

Para Normand Charbonneau (1999, p. 374-375), a difusão se relaciona ao ato de tornar conhecidos os documentos arquivísticos aos cidadãos e às demais instituições. Desse modo, a difusão é compreendida como uma função que deve ser desempenhada tanto nas fases de gestão de documentos (arquivos correntes e intermediários), quanto na fase permanente. Ao tratar da gestão documental, enfatiza-se a difusão das ferramentas como planos de classificação e tabelas de temporalidade, além da promoção de cursos que orientem os produtores de documentos sobre a arquivologia. Desse modo, a difusão fortalece e contribui para as funções de classificação, avaliação e preservação.

No entanto, quando se pensa na difusão da instituição e suas atividades, das formas de acesso, do acervo e seus instrumentos de pesquisa, muitas vezes o que é feito não conta com a contribuição de um sujeito essencial ao

3 Obra originalmente publicada em 1991.

debate, que é justamente o usuário do arquivo ou os potenciais usuários. Com isso, percebe-se que à falta de pesquisas sobre as práticas de difusão soma-se a carência de estudos sobre os usos e usuários de arquivo.

Uma experiência de destaque, neste sentido, é apresentada na seção Documento – o programa *Com a palavra, o usuário*, do Arquivo Nacional, analisado pelas editoras deste dossiê. Nela, o leitor poderá acompanhar um pouco melhor como se realizam pesquisas no Arquivo Nacional a partir de uma abordagem qualitativa, rara na literatura da área, e também situar a possibilidade de que o arquivo seja mais orientado ao usuário, conforme Jardim e Fonseca (2004) propunham. O leitor poderá notar o grande esforço de se conhecer o usuário, qualitativamente, por meio do programa e como esse estudo pode ser incorporado às ações do arquivo.

Outro viés do trabalho de difusão atrela-se às ações educativas como um elemento essencial à dinamização das relações do arquivo com seus públicos e implica ações mediadas pelo arquivista ou outros profissionais da instituição ligados à área da educação, como professores de história e/ou pedagogos. As ações educativas podem ser parte das atividades tradicionalmente compreendidas como educação patrimonial das instituições arquivísticas, mas é necessário compreendê-las como um conjunto de múltiplas atividades a serem planejadas como um programa, que envolve não apenas a história contada por meio dos documentos, mas ações formais, não formais e informais que permitam aos participantes transcender o discurso do documento, como sugerem os trabalhos de Koyama (2015).

O leitor poderá encontrar na entrevista, realizada por Francisco Alcides Cougo Junior e Renata Ovenhausen Albernaz, com a professora universitária Carla Rodeghero e a historiadora Clarissa Sommer, reflexões sobre o papel da educação patrimonial no Programa de Educação Patrimonial (PEP), fruto de parceria entre o Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers). Nela são apresentadas reflexões sobre o curso dos programas de educação patrimonial e como aproximam o arquivo do usuário, tendo em vista que tratam a educação patrimonial como "o conjunto de iniciativas [...] que mobiliza, a partir de determinados patrimônios, uma série de reflexões voltadas a entender situações do passado e do presente que são significativas para um determinado grupo social", segundo Clarissa Sommer. Ou seja, nada é mais importante para aproximação do usuário que promover ações que tenham significado para os grupos envolvidos.

Em seu artigo, Rosa e Oliveira apresentam, por sua vez, ações de extroversão de coleções, arquivos pessoais e arquivos institucionais organizadas pelo referido centro – exposições, seminários, visitas guiadas, entre outras – e avaliação de uma delas. Nota-se esforço em conceituar o usuário, apresentar sua tipologia (usuário acadêmico, especialista, estudante) e em promover sistemáticas de estudos de usuários pela instituição, por meio de formulários relativos a consultas e a visitas, por exemplo. Também a metodologia da realização de atividades de mediação – a do objeto mediador – tem destaque, além da realização de parcerias extrainstitucionais, sendo que mais detalhes sobre a abordagem dos usuários e públicos pelo Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG (Cemef) poderão ser apreciados pelo leitor no artigo deste volume. A importância da efetivação de parcerias entre instituições para a realização de ações educativas, incluindo universidades e escolas, também é claramente apresentada na seção de entrevista do dossiê, sobre o Programa de Educação Patrimonial do Apers.

Outro artigo que também discute a caracterização de perfil de usuário de arquivo é “"Um estudo dos usuários e usos do Arquivo Público Municipal de Vitória”, de Fabiola Pereira Costa e Taiguara Villela Aldabalde. Nele, a pesquisa documental foi empregada para realização do estudo, com detalhes que o leitor poderá apreciar por si. Destaca-se, neste artigo, o uso predominantemente acadêmico do referido arquivo, realizado por maioria de estudantes (especialmente do ensino médio), contrastando com outros estudos que apontam historiadores e arquitetos como os grupos mais frequentes de usuários em um arquivo (Rocha; Sousa 2016), empregando metodologia semelhante. A exploração do perfil dos usuários de arquivos em diversos outros locais do Brasil torna-se um convite para investigações posteriores. Questão bastante sensível à difusão e aos usos dos arquivos diz respeito ao debate sobre o direito à privacidade, bem como sobre o acesso e a proteção de dados sigilosos para segurança do Estado, aspecto já apontado por García Belsunce (1980). Não menos importante é a discussão sobre a ética do uso de dados disponíveis e acessados, conforme se pode ler na resenha da obra *A difusão digital de dados em ciências humanas e sociais: guia de boas práticas éticas e jurídicas*, organizada por Véronique Ginoves e Isabelle Gras e apresentada por Georgete Medleg Rodrigues. A reflexão toca em um ponto essencial: os arquivistas “têm a responsabilidade de recolher, tratar, garantir o seu acesso e difusão, ao mesmo tempo em que devem proteger dados pessoais”, e alerta para os direitos autorais, especialmente os relativos aos registros de arquivo orais. Na era do Big Data, a obra apresentada é oportuna e dialoga com recentes

abordagens sobre a privacidade e acesso a dados no Brasil, presentes no artigo de Moisés Rockembach: "Estudos de usuários de arquivo e os desafios da Lei Geral de Proteção de Dados". Como o leitor poderá notar, são apontadas questões ético-legais de acesso a dados, preocupações e problematizações acerca da privacidade. O autor alerta para "desconsideração com o processamento e uso de dados pessoais em todo o mundo, representados tanto por órgãos governamentais, quanto por empresas privadas" e também para a importância de observação de aspectos legais trazidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018, bem como a resolução do Conselho Nacional de Saúde sobre ética em pesquisa nas ciências sociais (resolução n. 510, de 7 de abril de 2016), na realização de estudos de usuários.

O contexto digital também traz ao debate as possibilidades de difusão dos arquivos pelas redes sociais, temática apresentada pelo artigo "Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras", de autoria de Diogo Baptista Pereira e Eliezer Pires da Silva, que atentam para os cuidados operacionais de equipes para uso das redes sociais como canais de difusão, além de apontarem a discussão sobre mediações nos arquivos.

Por fim, os trabalhos "Usuários dos arquivos: uma análise dos congressos nacionais de arquivologia", de Katia Isabelli Melo e "Estudos de usuários em arquivos: panorama dos relatos de experiência publicados em periódicos nacionais", de Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Thalita Fernanda Leme e Helen de Castro Silva Casarin, apresentam bons panoramas dos estudos de usuários de arquivos.

O artigo de Melo procura apresentar como os congressos nacionais de arquivologia, que interessam tanto a acadêmicos quanto a profissionais da área, dão pouca atenção aos usuários. A análise aponta poucas produções voltadas à formação do profissional, acessibilidade, qualidade nos arquivos, web, difusão, estudos de usuários e mediação da informação. Também o texto de Vitoriano, Leme e Casarin apresenta revisão conceitual importante da área de estudos de usuários em arquivos, para o leitor interessado em uma revisão atualizada sobre o tema, que pode permitir analisar os avanços, se comparado ao trabalho de Jardim e Fonseca (2004). O leitor poderá ainda se inteirar das metodologias dos estudos e temáticas da evolução científica da área no Brasil.

O que se pode notar é que a difusão, e, consequentemente, o usuário, não tem recebido, historicamente, tanto interesse de pesquisa na área de arquivologia. Tal tratamento secundário se reflete na carência de estudos de usuários e do interesse por esta temática na área, conforme se nota nas

revisões realizadas por Melo e Vitoriano, Leme e Casarin e pela fala de Clarissa Sommer, na seção de entrevista, que aponta para a necessidade de maior envolvimento da arquivologia com a educação patrimonial, além de mais parcerias entre a história e a arquivologia.

Também em termos de atuação profissional, os estudos de usuários não são prioritários, sendo louvável a iniciativa do Arquivo Nacional de realizar estudos sistemáticos de usuários, tanto quantitativos quanto qualitativos, como se pode notar na seção Documento.

Logo, apesar deste dossiê avançar nos olhares sobre a área de usos e usuários da informação em arquivos, ainda há lacunas em seu desenvolvimento: estudos sobre usuários de arquivos pessoais e serviços de arquivo; pesquisas sobre usos e usuários nas fases corrente e intermediária; abordagens teóricas e metodológicas que possibilitem a realização de mais estudos de usuários, especialmente os qualitativos; exploração de usuários nos contextos digitais e dos usos dos recursos digitais como estratégias de mediação; estudos sobre mediação, o que remete às pesquisas sobre mediação cultural e ações educativas. Ficam aqui os convites à leitura dos artigos para entendimento do tratamento dado ao tema atualmente pela comunidade científica brasileira, e ao aprofundamento dos estudos, em especial na arquivologia brasileira, pelos leitores e novos pesquisadores a se encantarem pelo gosto do arquivo.

Ivana Denise Parrela (UFMG)
Eliane Cristina de Freitas Rocha (UFMG)
Editoras do dossiê

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. ISBN: 85-7009-075-7.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.

BERTOLETTI, Esther C.; BELLOTTO, Heloísa L.; DIAS, E. S. de A. C. O projeto resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco: acesso às fontes da história do Brasil existentes no exterior. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 29.1, p. 1-26, 2011.

CHARBONNEAU, Normand. La diffusion. In: COUTURE, Carol (org.). *Les fonctions de l' archivistique contemporaine*. Québec: Presses de I' Université du Québec, 1999. p. 373-428.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: http://www.ciscra.org/mat/mat/term/6797. Acesso em: 10 jan. 2020.

GARCÍA BELSUNCE, C. A. El uso práctico de los archivos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 9., 1980, Londres. *Anais*... Londres, 1980. p. 77-86.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5671. Acesso em: 27 dez. 2019.

KOYAMA, Adriana Carvalho. *Arquivos on-line*: ação educativa no universo virtual. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015. 360 p.

LOBATO, Ana Paula Ribeiro; ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. Usos e usuários do Arquivo Público Mineiro em ambiente digital e presencial. *Ágora: Arquivologia em Debate*, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 1-16, mar. 2019. ISSN 0103-3557. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/746. Acesso em: 27 dez. 2019.

ROCHA, E. C. F.; SOUSA, M. S. Perfil do usuário do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA – CNA, 7., 2016, Fortaleza. *Anais*... *Revista Analisando em Ciência da Informação – RACIn*, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 461-478, out. 2016. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0461-0478.pdf . Acesso em: 27 dez. 2019.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação no campo da arquivologia. *Transinformação*, Campinas, v. 31, jul. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862019000100508&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 abr. 2020. Doi: 10.1590/1678-98652019 31e180067.

SILVA, Denise. Arquivos: uma abordagem inicial sobre o termo "usuário". *Cenário Arquivístico*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 9-21, jan./jul. 2011.

ACERVO

Entrevista

Interview / Entrevista

O Programa de Educação Patrimonial (PEP) é fruto de uma exitosa parceria entre o Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers). A iniciativa começou em 2008, a partir de um projeto de extensão que passou a incorporar diversas ações vinculadas à educação patrimonial. Além de promover a difusão arquivística através de oficinas para estudantes da educação básica, o PEP também capacita graduandos de história e oferece cursos de formação para professores sobre os usos possíveis do acervo da instituição arquivística e dos seus espaços para produção do conhecimento. Calcada na conscientização sobre a importância do patrimônio cultural arquivístico e no debate de temas sensíveis para a sociedade brasileira, a iniciativa já levou ao Apers quase 16 mil estudantes. Nessa entrevista, conversamos com as condutoras do programa, a professora doutora **Carla Simone Rodeghero**, titular da UFRGS, e a historiadora **Clarissa Sommer Alves**, mestre em História e analista em assuntos culturais do Apers.

[Acervo] *Para começarmos, gostaríamos que vocês pudessem historiar a trajetória do programa desde o começo. Quais foram as fases que o PEP atravessou ao longo desses quase 12 anos?*

[Carla Rodeghero] O planejamento de ações educativas conjuntas entre a UFRGS e o Apers se deu a partir de 2008, quando da abertura do edital do Programa de Extensão Universitária (ProExt), do Ministério da Educação. Este edital era parte de uma política pública de fomento à extensão universitária, então em curso. A ele se associou uma necessidade nossa de construir espaços para a realização de estágios em educação patrimonial para o curso de licenciatura em história, porque estávamos no primeiro ano de implementação de um novo currículo que exigia isso. Esses fatores – e também o desejo do arquivo de dar continuidade a ações educativas que já existiam anteriormente – levaram à formação de uma equipe responsável por desenvolver uma oficina de educação patrimonial. Em 2009, começamos a oferecer essa primeira oficina ao público escolar. Concorremos com sucesso ao edital do ProExt por vários anos. Às vezes, os recursos obtidos cobriam as despesas ao longo de dois anos e isso permitia a formação de equipes permanentes e o pagamento de transportes, para que as escolas pudessem trazer suas turmas ao arquivo, além da confecção de todo o material didático necessário para que as oficinas ocorressem.

[Clarissa Sommer] A partir de 2009, a iniciativa foi registrada como projeto de extensão na UFRGS. No arquivo, foi um momento de reflexão, de lidar com esse novo projeto que não era algo orgânico à instituição. O arquivo passou a olhar de outro modo para o lugar das ações educativas. E, aos poucos, esse espaço foi construído. Reivindicamos que a atividade não deveria acontecer apenas porque a universidade havia nos procurado, mas também por ser importante no cotidiano de uma instituição arquivística. Com o tempo, o Apers passou a encará-la como um serviço institucional. Hoje, sinto que já conseguimos consolidar essa compreensão – que é muito importante para o contexto dos arquivos públicos brasileiros. Ainda em relação à fase inicial, é importante salientar que o programa já nasceu ancorado em um tripé, cujas bases são: a oferta de oficinas para estudantes da educação básica, a capacitação de oficineiros (que são estudantes de graduação, em geral de história) e a formação de professores da educação básica. É a partir desse tripé que se consolida a ideia do programa, pois não estamos falando apenas de oficinas isoladas. A ideia é acolher um público amplo: os jovens estudantes da educação

básica, os seus professores e os futuros professores – que poderão ser multiplicadores do debate sobre a importância dos usos educativos das fontes arquivísticas.

[Acervo] *O tripé mencionado nos faz identificar também uma espécie de triângulo entre a universidade, o arquivo e as escolas. Do ponto de vista dos dois primeiros agentes, o que motiva o desenvolvimento do programa?*

[Carla Rodeghero] O contato com estudantes, docentes e com a própria equipe do PEP nos dá muita energia. As ações do programa se tornaram mais difíceis quando deixamos de dispor dos recursos para o transporte das turmas de visitantes, mas muitas escolas ainda conseguem se organizar e trazer seus estudantes por conta própria. Em determinada época, fizemos até 150 oficinas por ano. Depois, caímos para 30 ou 40 e, hoje, estamos entre 40 e 45. Um dos motivos que nos leva a dar continuidade ao programa é essa ótima receptividade que temos entre as escolas. Há um grupo de professores fiéis, que fazem o possível para trazer suas turmas. Isso nos mostra que o trabalho vale a pena, que transforma a rotina escolar. Do ponto de vista da universidade, sinto que o PEP é uma das poucas oportunidades que temos para um contato mais direto com realidades externas ao mundo acadêmico. Esse investimento tem a ver com nossa preocupação com a formação dos futuros professores, para que eles sejam capacitados a ir além dos seminários de discussão de texto ou das aulas expositivo-dialogadas. Acreditamos em formas mais participativas e sensíveis de ensino, que mobilizem, que tenham o poder de desinstalar, de trazer desconforto, de provocar dúvidas e curiosidade. Esses elementos me inspiram a continuar o trabalho do PEP, mesmo com dificuldades. Além disso, o programa coloca em prática as relações entre ensino, pesquisa e extensão, pois o que estamos proporcionando às escolas é também resultado do desenvolvimento da produção acadêmica e exige que estejamos sempre atualizados em relação às grandes tendências das temáticas com as quais trabalhamos. Nos últimos anos, há uma forte discussão no Brasil a respeito da história pública. Se analisarmos com cuidado a experiência do PEP, vemos que se trata de uma experiência de produção de conhecimento histórico feita fora da universidade, não apenas pela via da mediação, mas sim a partir da criação de situações nas quais um público mais amplo tem acesso às ferramentas de pesquisa histórica. Ter noção de que se escreve história a partir dos documentos, de que existe uma instituição que os guarda e de que a vida de muitas pessoas está contada ali é uma chave de compreensão da história pública.

[Clarissa Sommer] Carla falou uma palavra que é base de tudo: sensibilidade. Fomos tomadas por essa ideia de transformar o espaço do arquivo em um ambiente educativo, plural, que se conecta à universidade. Hoje, sou a única servidora efetiva do Apers que se dedica diretamente ao PEP, embora muitas pessoas já tenham contribuído. Faço isso porque percebo que essa é uma das poucas iniciativas no Brasil que tem essa amplitude, que tem solidez há muitos anos. Embora seja árduo, esse é um trabalho exemplar para outras instituições. Ele mostra que é possível extrapolar a difusão para além do marketing institucional e colocar o sensível e os processos de ensino-aprendizagem nessa apropriação do ambiente do arquivo. Hoje, a ideia principal é de que a colaboração entre arquivistas, historiadores e outros diferentes profissionais pode fomentar ações que vão além desse dar a conhecer a partir do acervo. Fomentamos espaços de reflexão muito potentes e muito sensíveis. Além disso, algo importante a ser destacado é que passamos por diferentes gestões e pudemos manter o programa. Em um contexto de desestruturação do estado, de abandono das instituições culturais e em que o patrimônio é alijado do debate público, é bastante importante dimensionar o significado de termos uma instituição sólida. Por mais que tenhamos muitos problemas, que ainda precisemos avançar na gestão documental do estado e que os servidores estejam desestimulados pela perda de direitos, conseguimos nos manter minimamente sólidos, porque somos um corpo técnico. Reivindico muito essa questão dos servidores públicos de carreira, não apenas porque somos, mas porque é isso que nos possibilitou mostrar a importância teórica, metodológica e sensível desse trabalho em diferentes contextos. Inclusive ter diretoras que também são servidoras foi algo que nos ajudou muito ao longo desses anos.

[Acervo] *Na formulação das oficinas de educação patrimonial, chamam atenção tanto as temáticas escolhidas, quanto o entendimento a respeito do papel do acervo arquivístico sobre elas. Como se deram essas escolhas e como ocorreu a seleção dos documentos que subsidiam a criação das oficinas?*

[Carla Rodeghero] A primeira oficina empregou os documentos sobre escravidão a partir de um trabalho anterior do Apers – a organização de um catálogo de todo o acervo custodiado pela instituição sobre o tema. Buscamos uma seleção que desse conta de diferentes tipologias de documentos e também de distintas situações do contexto da escravidão. Em todas as oficinas do PEP o mecanismo foi mais ou menos esse:

escolhemos um tema, selecionamos um conjunto de documentos já tratados arquivisticamente pelos servidores do Apers e refletimos a respeito do conhecimento acadêmico mais atualizado e adequado possível. Ao longo do tempo, nem sempre de forma proposital, nos demos conta de que estávamos respondendo a três grandes questões sensíveis da história do Brasil: a permanência do racismo, tendo em vista as raízes da escravidão; a questão da instabilidade democrática e da falta de cultura de respeito aos direitos humanos; e a questão de violência contra as mulheres.

[Clarissa Sommer] É importante frisar que a seleção dos documentos nunca se deu de forma alheia aos processos arquivísticos encadeados pelo Apers. Por exemplo: a partir de 2006, o arquivo desenvolveu o projeto Documentos da Escravidão, cujo objetivo era produzir catálogos sobre a temática. Essa experiência arquivística nos motivou a lidar com o tema na primeira oficina. Já na segunda, intitulada originalmente Historiador por um dia (e depois Desvendando o Arquivo Público), pensamos em mostrar como os historiadores constroem o conhecimento histórico a partir do lugar do arquivo, mas, depois, percebemos que mudando a abordagem, poderíamos ampliar a discussão para tratar também de relações de gênero. Na terceira oficina, Resistência em Arquivo, que dialogou com o aniversário de cinquenta anos do golpe de 1964, nos unimos novamente a um projeto mais amplo da instituição – a descrição do acervo da Comissão Especial de Indenização a Ex-Presos Políticos –, para tratar de outro tema sensível da história do Brasil. Penso que quando trabalhamos com itens documentais, entramos em um debate delicado do ponto de vista arquivístico. Em geral, se defende que ações de difusão priorizem a visibilidade dos fundos documentais e não de itens isolados. Por conta disso, embora não façamos uma discussão teórica propriamente dita, nas oficinas, temos buscado demonstrar essa perspectiva, indicando quais fundos estão sendo visibilizados e as diferenças entre tipos documentais. Essa experiência, no entanto, deve ser compreendida também pelo ponto de vista de nossa parceria com o curso de história. Se tivéssemos parceiros na arquivologia, por exemplo, provavelmente a abordagem seria um pouco distinta. Mas nós acolhemos diferentes interesses, no melhor sentido da palavra. Para a formação dos futuros professores, é importante que consigamos dialogar com as temáticas escolhidas, mostrar como se dá a produção do conhecimento histórico, sem negligenciar os preceitos da arquivística, mas atentando como os acervos são historicamente construídos.

[Acervo] *Vamos falar um pouco da capacitação dos oficineiros. Como se dá esse processo?*

[Carla Rodeghero] Nós temos uma equipe fixa, que preparamos a cada ano, e também um conjunto de vagas para estagiários, que é ocupado por estudantes no estágio curricular obrigatório da licenciatura em história. É importante destacar que nós só trabalhamos com estagiários de licenciatura. O que esses estudantes fazem é, especificamente, o resultado da parceria entre a universidade e o arquivo: eles aprendem a trabalhar com patrimônio documental como uma ferramenta de ação educativa. A capacitação se dá, portanto, no sentido de desenvolver reflexões sobre educação patrimonial e ensino de história a partir dos materiais disponibilizados para as oficinas. Houve um momento em que discutíamos vários textos a respeito de educação patrimonial, mas depois concluímos que talvez essa não fosse uma tarefa do PEP. Em uma espécie de laboratório de aprendizagem coletiva, hoje, trabalhamos de forma mais prática, buscando estabelecer qual é a performance mais adequada para produzir uma conversa interessante e instigante a partir dos temas e documentos que selecionamos.

[Clarissa Sommer] Ao longo desses 12 anos, nós observamos mudanças nesse panorama. No começo, as capacitações eram abertas a um público externo mais amplo. Nós lançávamos uma grande divulgação para estudantes do curso de história, mas também de áreas afins ao patrimônio documental. O que acontecia, no entanto, é que começávamos as quarenta horas de capacitação com um grupo de vinte interessados de diversas áreas, mas quando essas pessoas se davam conta de que teriam que aplicar os conhecimentos discutidos na prática, com estudantes de verdade, elas evadiam. O público realmente fiel, que permanecia conosco, era esse do estágio curricular obrigatório da licenciatura em história. Explico isso para complementar que, ao longo desse tempo, já tivemos estudantes de outros cursos. A esse respeito, é interessante, por exemplo, pensar no perfil dos acadêmicos de arquivologia. Penso que pelas limitações no campo da difusão arquivística e por conta das características do próprio mercado de trabalho, quase nunca conseguimos estabelecer um diálogo de maior interesse com os futuros arquivistas. O que acontece com frequência é que professores solicitam a vivência de nossas oficinas como forma de sensibilizar os estudantes de arquivologia. Eles vêm ao arquivo, convivem conosco por uma tarde, mas não se transformam em oficineiros. E, por aí, vamos percebendo os perfis dos profissionais que

podem ocupar o arquivo. Percebemos que há espaço para o diálogo e para todos, pois há trabalhos a que uns são mais afeitos que outros. O que importa é que essa sensibilização ocorra no processo de formação.

[Acervo] *Na mesma linha, seria interessante que falássemos sobre a capacitação de professores e como se dá esse trabalho, tendo em vista os diversos desafios enfrentados por esses profissionais hoje.*

[Carla Rodeghero] Os oito cursos de formação de professores que organizamos até hoje tiveram o aprendizado como principal característica. Penso que é muito ruim a postura de que nós, da universidade, ensinamos aos professores que estão na escola. Os nossos cursos têm o desejo de potencializar o trabalho que realizamos com os estudantes. As temáticas geralmente se relacionam com os temas trabalhados nas oficinas e com reflexões mais amplas sobre educação, memória e patrimônio. Professores de diferentes disciplinas, idades e lugares já participaram dessas capacitações e minha experiência é a de que os cursos trazem subsídios tanto para eles quanto para quem está na universidade e no arquivo. Esse é o momento em que percebemos o que faz sentido para quem está nas escolas. Os cursos de capacitação, dessa forma, procuram ser um espaço de troca e diálogo.

[Clarissa Sommer] A primeira edição dos cursos de capacitação aconteceu em 2011. Parece que foi ontem, mas, se olharmos em perspectiva, a última década trouxe muitos elementos para o debate. Nossa própria relação com a ideia de educação patrimonial se transformou e o que nos parecia engessado e formal, hoje é muito marcado pelos momentos de convívio e de troca de aprendizagens. A ideia é que as capacitações dialoguem mais com as escolas e que os professores saiam delas revigorados, munidos de conceitos e materiais que possam ser introduzidos em sala de aula. Então, não se trata de uma questão de formar especialistas em patrimônio documental ou educação patrimonial, mas sim de servir como uma ponte de conexão entre as escolas e essa instituição arquivística centenária, sobre a qual muitas pessoas sabem pouco ou nada. Se pensarmos nesse debate sob o ponto de vista acadêmico, isso nos ajuda a deixar de lado certa arrogância e prima pelo estabelecimento de aprendizagens mais significativas e conexões participativas entre as pessoas. Penso que, às vezes, o que mais vale é participar da formação de cidadãos que irão enxergar o arquivo como um lugar que existe e que é significativo para a sociedade.

[Acervo] *A partir da experiência do PEP, como vocês sintetizam ou definem o conceito de educação patrimonial?*

[Carla Rodeghero] Acho que nós sempre tivemos o desejo de teorizar a respeito da experiência do PEP, mas ainda não conseguimos fazer isso. A resposta a essa pergunta deveria ser o amadurecimento da reflexão que precisamos fazer em conjunto, levando em conta a diversidade de olhares de quem está na universidade e no arquivo. A resposta que dou, portanto, é muito intuitiva. Entendo como educação patrimonial o conjunto de iniciativas como o PEP, que mobiliza, a partir de determinados patrimônios, uma série de reflexões voltadas a entender situações do passado e do presente que são significativas para um determinado grupo social. Educar a partir do patrimônio documental é o que temos tentado fazer ao longo dos anos. Creio que devemos avançar na caracterização sobre o que é patrimônio documental, mas o que está claro, por enquanto, é que os arquivos são importantes e que o processo que gerou a acumulação desses fundos deve ser conhecido por um público mais amplo, capaz de reconhecer os esforços feitos ao longo do tempo para que, hoje, possamos ter acesso a experiências diversas de cidadãos que viveram antes de nós e cujas trajetórias nos permitem entender processos históricos mais amplos.

[Clarissa Sommer] Como nossa experiência é muito localizada no patrimônio documental, nós acabamos por incidir mais na caracterização do conceito a partir dessa tipificação. Percebo, no entanto, que isso obviamente extrapola qualquer esfera do patrimônio cultural de que possamos tratar. A forma como sinto e intuo o conceito se distancia um pouco dos textos que li no passado. Não nos divorciamos deles e nem negamos esses textos – ao contrário, os entendemos como parte de um percurso teórico e conceitual necessário –, mas esses anos de atuação trouxeram outras visões. Entendo que, no início, tentávamos apenas construir um olhar para que o patrimônio pudesse ser apropriado por pessoas não necessariamente ligadas à academia ou às instituições de memória. Hoje, penso nesse processo de forma diferente. Trabalhamos a educação a partir do patrimônio. Não gosto muito da expressão "educar para o patrimônio", pois a educação é para as pessoas, e como elas conseguem se apropriar do patrimônio e, inclusive, questionar os processos que levam determinadas coisas a serem consideradas como patrimônio. Quando falamos de documentos arquivísticos em um país como o Brasil, isso se torna ainda mais grave, pois boa parte da documentação custodiada nos arquivos públicos não passou por processos de tratamento documental

e, em alguns casos, sequer é conhecida. Penso que a metodologia que adotamos deve problematizar o patrimônio e incentivar as pessoas a dar significado a ele a partir de suas vidas, da percepção sobre o lugar que elas ocupam na sociedade. Ao longo desses anos, nós ouvimos muito a ideia de que a educação patrimonial serve para valorizar e reconhecer o patrimônio, mas acho que ela está para além disso: trata-se de fazer com que as pessoas se sintam parte do processo, sintam que aquele patrimônio é seu e que, por isso, pode ser questionado, revisto, reinterpretado, enfim, construído coletivamente.

[Acervo] *Depois de quase 16 mil estudantes recepcionados pelo PEP, qual é o rescaldo e quais são as perspectivas futuras projetadas?*

[Carla Rodeghero] Essa é a pergunta mais difícil. Estamos em um período de muitas incertezas e é difícil prever o que vem pela frente. De minha parte, uma das intenções é agregar mais colegas da universidade ao trabalho. Sinto que o PEP é relativamente bem valorizado, mas, se houvesse mais pessoas em torno dele, poderia ser melhor. Outra questão necessária – mas não sei se possível – é a de que as pessoas envolvidas no programa possam avançar mais no sentido de refletir a respeito da experiência adquirida. Precisamos publicar essa reflexão. Até hoje, não tivemos condições de fazer esse trabalho. Essas são minhas duas preocupações, por enquanto. Elas são pequenas se comparadas ao contexto catastrófico em que estamos vivendo, mas são importantes. É momento de retornar à bibliografia, de atualizar nossas discussões, de compreender as experiências que têm sido feitas em outros lugares e que podem trazer uma série de elementos positivos para a continuidade do trabalho.

[Clarissa Sommer] Para o contexto mais imediato, temos como perspectiva a construção de reflexões teóricas e também a retomada das oficinas. Em médio prazo, o desafio é manter o fôlego e o ânimo para que as ações do programa não esmoreçam nesse contexto tão negativo em que vivemos. Temos de manter a esperança de que, passado esse momento difícil, teremos um período melhor, em que o ensino e a extensão universitária, além das instituições arquivísticas, voltem a ser valorizados. Hoje, consigo enxergar que o PEP pode contribuir, também, para melhorar a relação entre história e arquivologia no Brasil. Se, historicamente, a disciplina arquivística precisou se afastar da história para se consolidar enquanto área e campo de produção de conhecimento teórico e técnico, talvez estejamos vivendo um momento em que elas devam se reaproximar. Ambas

estão diante de novos desafios teóricos, proporcionados pelas inovações do mundo contemporâneo, e me parece que nossas experiências podem ser aproveitadas para debater uma relação que é intrínseca. Uma área não precisa refutar a outra para se consolidar. Já avançamos muito nesse sentido, mas é hora de nos apoiarmos, de potencializarmos nossas forças diante da conjuntura atual.

A partir de convite da *Acervo*, a entrevista foi realizada por Francisco Alcides Cougo Junior, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e professor do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e Renata Ovenhausen Albernaz, doutora em Filosofia e Teoria do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Dossiê temático

Thematic dossier / Dossier temático

Usos e usuários do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG

Reflexões a partir de uma atividade educativa e expositiva

Uses and users of the Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG: reflections from an educational and exhibition activity / Usos y usuarios del Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG: reflexiones desde una actividad educativa y expositiva

Maria Cristina Rosa
Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com pós-doutorado pela mesma instituição. Professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil
m.crosa@hotmail.com

Liliane Tibúrcio de Oliveira
Mestra em Educação pela UFMG, Brasil
lilianetiburcio@yahoo.com

RESUMO

Os usos e usuários do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (UFMG) são analisados a partir da ação educativa desenvolvida na exposição Formas de Medir os Corpos. Realizaram-se pesquisas bibliográfica e documental. Houve aumento na quantidade e variedade de usuários, ampliação da divulgação do acervo, difusão científica e construção de conhecimento crítico pelos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: estudo de usuários; ação educativa em arquivos; divulgação científica; exposição.

ABSTRACT

The uses and users of the Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (UFMG) are analyzed starting from an educational action developed at the Ways of Measuring Bodies exhibit. Documentary and bibliographic researches were conducted. There was an increase in the quantity and variety of users, widening of collection exposure, scientific awareness and construction of critical understanding of subjects involved.

Keywords: study of users; educational activity on archives; scientific exposure; exhibit.

RESUMEN

Los usos y usuarios del Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (UFMG) se analizan desde la acción educativa desarrollada en la exposición Maneras de Medir Cuerpos. Se realizaron investigaciones bibliográfica y documental. Hubo un aumento en la cantidad y variedad de usuarios, ampliación de la difusión del acervo, divulgación científica, construcción de conocimiento crítico de los individuos involucrados.

Palabras clave: estudio de usuarios; acción educativa en archivos; difusión científica; exposición.

Introdução

De acordo com Jardim e Fonseca (2004), a expansão das tecnologias da informação e da comunicação tem, nas últimas décadas, impactado instituições como arquivos, bibliotecas e centros de documentação. Devido ao aumento de espaços informacionais virtuais e à possibilidade de acesso remoto à informação, tornou-se necessária a discussão sistematizada sobre os usos e os usuários de arquivo a partir de uma perspectiva que considere o usuário sujeito do processo arquivístico. Para isso, é fundamental conhecer as necessidades dos usuários, para além dos usos da informação, com vistas a tomar decisões institucionais que busquem atender tais demandas, possibilitando às instituições adquirir novas vocações, renovar funções que lhes são históricas e superar outras, conforme sugerem Jardim e Fonseca (2004).

Nesse contexto de adequações do papel de arquivos, bibliotecas e centros de documentação junto à sociedade e aos seus diversos agentes, vale destacar a crescente demanda escolar por ações extracurriculares que englobam visitas a espaços culturais de diferentes naturezas (Buchmann, 2014). Como consequência dessa demanda, arquivos públicos brasileiros têm formulado iniciativas, ainda que de forma dispersa e tímida, voltadas para adoção de ações educativas nesses espaços (Ribeiro; Torre, 2012).

De acordo com Freire (2009), ações educativas direcionadas ao público escolar, como exposições, peças de teatro e concursos de produção de textos, são de suma importância para a sociedade, pois contribuem na promoção do acesso ao patrimônio histórico e cultural e, consequentemente, na formação humana dos educandos, devendo ser, portanto, mais exploradas. No entanto, essas atividades ainda representam uma pequena parcela das ações desenvolvidas nas instituições arquivísticas. Para Ribeiro e Torre,

> Essa pouca valorização se observa em inúmeros detalhes, desde a pequena preocupação na disponibilização de espaços capazes de abrigar exposições e oficinas, acolhimento de turmas, salas multimídia, locais para lanche, até a raríssima estruturação de serviços educativos, com pessoal próprio. (2012, p. 67)

Além das ações educativas não serem práticas consolidadas nos arquivos brasileiros, constituem temática pouco abordada nos estudos do campo da arquivologia (Fratini, 2009). Ribeiro e Torre (2012) comentam que há uma lacuna no campo quanto à divulgação sistemática das experiências de natureza educativa, bem como no que tange às reflexões dos

pressupostos teóricos que as orientam, corroborando com o argumento de escassez de produção científica sobre a educação nos arquivos.

Dessa forma, tornam-se necessárias pesquisas que abordem ações educativas para escolares em arquivos, museus e instituições similares, pois podem contribuir para a constituição e a consolidação desse novo fazer no cotidiano desses espaços. Mais ainda, relatos e reflexões sobre experiências dessa natureza podem colocar em debate diversas possibilidades e limites do trabalho com o público escolar e suas necessidades, visto que esse público configura-se, ainda, como um usuário pouco convencional nessas instituições. Por fim, a partilha de experiências realizadas permite aos espaços aprenderem uns com os outros, como sugere Granato (2016) ao tratar das instituições universitárias.

Tendo em vista a problemática exposta, este artigo tem por objetivo examinar os usos e os usuários do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a partir da ação educativa realizada na exposição nomeada Formas de Medir os Corpos. Esta exposição configurou-se como uma das ações do projeto Circuito das Vocações, proposto pela Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura (RMECC) da UFMG, e integrou o projeto Circuito de Museus, promovido pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), nos anos de 2015 e 2016.

Importante comentar que o Circuito de Museus faz parte das ações pedagógicas da Rede Municipal de Educação e propicia, desde 2011, a visita de estudantes do ensino fundamental a diferentes espaços culturais de Belo Horizonte, configurando-se como uma ação educativa que visa à formação de um público apto à fruição e interpretação cultural (Araujo et al., 2016). Assim, este trabalho pretende contribuir com discussões acerca das diversas possibilidades de usos dos acervos e dos múltiplos interesses que os mesmos podem suscitar nos variados usuários.

Para responder as questões deste estudo foi realizada pesquisa bibliográfica sobre temáticas como ações educativas, exposição, usos e usuários de arquivos, museus e centros de memória. Realizou-se também pesquisa documental, tendo como principais fontes documentos referentes aos dois projetos e à exposição em tela, como termos de parceria, lista de agendamentos de visitas, material de divulgação, relatórios de reuniões entre as instituições parceiras e projetos de pesquisa dos professores da rede municipal.

Com vistas a produzir uma narrativa densa e coerente, que possa contribuir com as discussões acerca das diversas possibilidades de usos

e usuários de acervos, o artigo apresenta uma breve contextualização e reflexão sobre o Cemef, a RMECC e o Circuito das Vocações, para, então, se aprofundar na análise da exposição e nos impactos da ação educativa realizada no Circuito de Museus.

Apontamentos sobre o Cemef: usos e usuários

O Cemef é um dos cinco espaços criados na UFMG, nos anos 2000, quando houve uma intensificação de preocupações com a preservação da memória institucional. Localizado na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da UFMG, caracteriza-se como uma instituição pública federal. Suas instalações são abertas ao público durante cinco dias da semana e o acesso é gratuito. Com acervo próprio, cuja tipologia é de ciência e tecnologia e história, é o único espaço da RMECC que abrange a temática educação, esporte e lazer, sendo sua documentação predominantemente sobre a EEFFTO.[1] O centro cumpre a função de ser referência em uma determinada especialização e tem, diferentemente dos locais pesquisados por Tanno (2018), a sua linha de acervo bem definida.[2]

Ao longo de seus 18 anos de existência, o Cemef tem enfrentado, como outros espaços da RMECC, desafios, como falta de orçamento e pessoal qualificado para realizar ações de recuperação, preservação (aquisição, conservação e gestão) e divulgação do seu acervo, que possui características museológicas, arquivísticas e de biblioteca. Todavia, o trabalho cotidiano com esse acervo tem possibilitado a realização de ações no âmbito da pesquisa, da extensão e do ensino com públicos diversos e a efetivação da comunicação, que, segundo Desvallés e Mairesse (2013), compreende educação, mediação e exposição. Todas essas ações proporcionam mais visibilidade ao centro no âmbito universitário e fora dele, bem como ensejam novos públicos e usos do seu acervo.

Em 2014, o Cemef passou a fazer parte do Cadastro Nacional de Museus, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), e da Pesquisa Anual de Museus, que busca produzir conhecimentos e informações sistematizadas sobre os

1 Arquivo Cemef/UFMG. Formulário de Visitação Anual. Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, 2015.

2 O Cemef possui uma política de acervo constituída e em prática (Oliveira, 2016). A sua linha de acervo é composta por: Arquivos Institucionais, Arquivos Pessoais de Professores, Coleção História Oral, Arquivo Cemef/UFMG, Coleções de Documentos Avulsos e Biblioteca. Para outras informações, consultar o site da instituição (UFMG, s.d.). Sobre o processo de organização dos fundos e das coleções, ver: Linhales; Nascimento (2013; 2014) e Oliveira (2016).

esses espaços no Brasil.[3] Ao responder o Formulário de Visitação Anual (FVA), o centro realizou uma primeira reflexão, desde 2001, quando foi constituído, sobre seus frequentadores, atentando-se para a contagem de público e instrumentos para o seu registro; as ações de que participam e como; o fluxo de visitação e a importância de se ter formas de sistematizar informações sobre o público e seu comportamento, pois, como afirmam Julião, Rocha e Sabino (2017), a avaliação museológica é um procedimento indispensável para qualificação da instituição. Ou seja,

> saber quantas pessoas vão aos museus deve ser percebida como uma atividade fundamental para o estabelecimento de uma melhoria progressiva da experiência museal, da qualidade do funcionamento da instituição e do atendimento às necessidades dos visitantes. (Ibram, 2019)

O usuário, em uma concepção ampla, é aquele que efetivamente usa os serviços e produtos oferecidos por uma unidade de informação (Cunha et al., 2015). Para identificar o público do Cemef, foram sistematizadas categorias de análise com base em seus serviços: consulta ao acervo, grupo de pesquisa, evento acadêmico, visita guiada, ação educativa e exposição.[4]

Em relação à consulta ao acervo, o usuário é a pessoa, também chamada consulente, que consulta ou pesquisa documentos em um arquivo, podendo ser especialista, estudante ou cidadão (Vaz, 2019). De maneira geral, o primeiro constitui usuário tradicional em arquivos, possui formação universitária, familiaridade com esse tipo de instituição e demandas relativas a sua produção intelectual. Já o segundo é estudante de curso de graduação que procura os arquivos como forma de contribuir com a sua formação acadêmica. Por fim, o cidadão é a pessoa que procura esporadicamente os arquivos e necessita de mais ajuda dos profissionais que neles atuam.

Na elaboração da Política de Acervo do Cemef, embora preocupações com o usuário não tenham sido apresentadas de forma explícita, "nota-se a padronização e o respaldo para toda a linha de acervo em identificar o usuário, bem como seus supostos interesses de pesquisa" (Oliveira, 2016, p. 138). Essa identificação consta em dois formulários utilizados no cotidiano do centro: o Cadastro de Usuário e a Solicitação de Livros e Documentos para Consulta.

---

3 Instituto Brasileiro de Museus. Pesquisa anual de museus 2014: instruções de preenchimento. Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal, Brasília, 2014.

4 Essa categorização foi elaborada de acordo com serviços indicados no site da instituição (UFMG, s.d.).

No primeiro, para além de dados pessoais, são solicitadas informações profissionais ou acadêmicas, como a função que o usuário ocupa na instituição de origem e sua formação. No segundo, busca-se identificar os objetivos da consulta, tendo como opções: graduação, mestrado, projeto de pesquisa, interesse pessoal, produção de vídeo, exposição, criação de site e outros. Esses formulários configuram-se como importantes instrumentos de controle de acesso, de identificação do perfil do usuário e dos interesses de pesquisa (Oliveira, 2016). Mais ainda, mostram que os consulentes mais habituais do Cemef são especialistas e estudantes, compreendidos neste trabalho como usuários de perfil acadêmico.

Vale mencionar que a expectativa em relação ao usuário acadêmico está em conformidade com a intenção do Cemef "de fomentar a pesquisa histórica e reunir estudantes e professores cuja temática de investigação fosse a história da educação física e seus possíveis desdobramentos e conexões" (Linhales; Nascimento, 2014, p. 42). Esse tipo de usuário configura-se, também, como público de outros serviços oferecidos pelo Cemef, demonstrando que usuários e usos se entremeiam.

Os usuários vinculados ao grupo de pesquisa do Cemef, registrado no Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, são professores da UFMG – provenientes da EEFFTO, da Faculdade de Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Escola de Belas Artes e da Escola de Ciência da Informação –, seus respectivos orientandos de graduação e pós-graduação, bem como bolsistas de iniciação científica e extensão. O grupo organiza atividades de pesquisa permanente, que incluem reuniões semanais, consulta a documentos provenientes do acervo do Cemef, ações relativas à gestão do acervo, entre outras (Linhales et al., 2011).

Os eventos acadêmicos, da mesma maneira, agregam principalmente usuários especialistas e estudantes. O principal evento é o Seminário do Cemef, realizado de forma bienal, que se caracteriza como "um frutífero intercâmbio entre pesquisadores e estudantes interessados na historiografia da educação física, do esporte e do lazer, vindos de várias universidades de Minas Gerais e do Brasil" (Linhales et al., 2011, p. 3). Destaca-se, também, o Cemef Convida, em que mensalmente um pesquisador é convidado a palestrar sobre temas de interesse da equipe do centro e de seus usuários.

As visitas guiadas são ações regulares que, mais uma vez, aproximam o usuário de perfil acadêmico da pesquisa histórica e do fazer arquivístico e museológico. Elas abrangem públicos diversos, principalmente grupos compostos por professores e estudantes de cursos de graduação e pós-graduação da UFMG e de outras instituições de ensino superior.

O usuário de perfil acadêmico é atendido, ainda, em ações educativas e formativas, como na realização de aulas curriculares de disciplinas dos cursos de educação física, arquivologia e museologia. A ação educativa ocorre também, de maneira exponencial, nas ações expositivas, que abrangem, para além dos usuários especialistas e estudantes, também os cidadãos.

As exposições, que atendem "tanto ao conjunto de coisas de naturezas variadas e formas distintas, expostas ao público, quanto às próprias coisas expostas e ao lugar onde acontece essa manifestação" (Desvallés; Mairesse, 2013, p. 42), destacam-se no âmbito do Cemef por possibilitar pesquisar, conhecer melhor e divulgar o seu próprio acervo; trabalhar com um acervo científico da área de educação física; dar acesso ao público a objetos e documentos de coleções e arquivos que compõem a sua linha de acervo; receber comunidade interna e externa à universidade; estabelecer parcerias com espaços da RMECC e com outras instituições que lidam com a preservação do patrimônio; e diversificar o seu público.

De maneira geral, elas possibilitam ao centro colocar em prática algumas de suas competências, como "divulgar seu acervo, suas referências e seus serviços ao público especializado; [e] promover intercâmbio com entidades afins" (Tessitore, 2003, p. 16).

Como instrumento de registro das visitas às exposições, o Cemef abriga um livro de presença específico para esse fim, no qual cada visitante assina e data, sendo um dos instrumentos de contagem de público do local. Entre os anos de 2001 e 2019, foram realizadas oito exposições, cinco das quais coincidiram ou foram propositalmente produzidas em ano de realização do seminário e acolheram como visitantes também o público do evento acadêmico. O ano de 2019 destaca-se pelo número de exposições realizadas: três. Entretanto, a exposição Formas de Medir os Corpos, realizada nos anos de 2015 e 2016, foi um marco, por ser o momento em que, extraordinariamente, o centro se dedicou de forma regular e sistemática à implementação e realização de atividade educativa e de difusão científica, por meio de parceria estabelecida inicialmente com a rede de museus da UFMG, mediante participação no Circuito das Vocações, e posteriormente com a SMED/PBH, por intermédio do Circuito de Museus.

Importante ressaltar que apenas essa exposição, entre todas, foi concebida para o público de estudantes da educação básica e seus respectivos professores, trazendo de forma inédita um novo usuário para as instalações do Cemef. Dessa maneira, provocou também desafios relativos à necessidade de produzir uma ação educativa e de difusão científica no contexto expositivo que atendesse a demandas específicas do professorado e

alunos em questão. As parcerias estabelecidas foram fundamentais por possibilitarem ao Cemef arriscar-se de maneira nunca vista nesse tipo de ação. Assim, além do público acadêmico, especialista ou estudante, um novo tipo emerge como potencial usuário dos serviços oferecidos no âmbito do Cemef, qual seja, o sujeito da educação básica.

A rede de museus da UFMG e o Circuito das Vocações

No âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), os anos 2000 foram marcados por uma tomada de consciência do valor do patrimônio científico da instituição, o que pode ter provocado a criação da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG (RMECC) (Julião; Rocha; Sabino, 2017).

A rede de museus, como é conhecida, congrega espaços com diferentes características que são responsáveis pela salvaguarda de parte do patrimônio científico da instituição. Entre eles, estão vários centros de memória ou de documentação de unidades acadêmicas da UFMG, como o Cemef. Criados nas universidades a partir da década de 1970, tornaram-se espaços privilegiados de preservação de memórias locais e regionais, viabilizando a realização de pesquisas históricas e o acesso à informação (Tanno, 2018).

Em consonância com a missão de propor políticas e desenvolver "ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, relacionadas aos museus e espaços de ciências e cultura da UFMG" (UFMG, 2016), a Coordenadoria da Rede de Museus organizou, em 2014, o projeto de extensão "Aprimoramento do circuito de divulgação científica da rede de museus da UFMG: despertando vocações e incentivando a formação de jovens estudantes", conhecido como Circuito das Vocações, que buscou promover o intercâmbio científico e cultural entre espaços da rede de museus e entre estes e a comunidade externa à UFMG, como estabelece o seu regimento (Marques, 2013).

Entre os objetivos desse projeto, destacam-se: consolidar um circuito de vocação científica, englobando espaços da RMECC da UFMG, que deveriam ser percorridos por turmas da educação básica de escolas estaduais; explicar, divulgar e democratizar conhecimentos sobre ciências e tecnologias envolvidas em profissões do ensino superior; e fortalecer a rede como instância de salvaguarda e divulgação da cultura científica na universidade (Marques, 2013, p. 8).

Participaram desse circuito quatro espaços da RMECC, sendo eles: o Centro de Memória da Farmácia, o Centro de Memória da Odontologia, o Museu de Ciências Morfológicas e o Cemef. Os espaços, todos vinculados à

área de saúde, desenvolveram ações, a partir de seus acervos, que possibilitaram acessar conteúdos sobre histórias das profissões, características da formação, campos de atuação profissional, avanços científicos e tecnológicos e trajetórias das unidades acadêmicas onde estão localizados. O Cemef desenvolveu e realizou a exposição Formas de Medir os Corpos.

A exposição Formas de Medir os Corpos

Por que esse tema? Historicamente, busca-se compreender modelos, condutas, gestos, tolerâncias, técnicas, métodos de treinamento etc. Segundo Sant'Anna (2000, p. 50), há uma constante tentativa de se conhecer o corpo, devido à vontade de se ter controle sobre o mesmo e ao caráter provisório dos conhecimentos sobre ele, "pois, cada corpo, longe de ser apenas constituído por leis fisiológicas, supostamente imutáveis, não escapa à história".

Diferentes áreas do conhecimento, como medicina, educação física, história e antropologia, têm o corpo como objeto de estudo e investigação. A exposição Formas de Medir os Corpos privilegiou o curso de educação física e teve como propósito despertar nos visitantes perguntas sobre como foi possível tornar o corpo um objeto de medida, classificação e comparação.

Composta por documentação textual, iconográfica e artefatos dos Arquivos Institucionais do Cemef, a exposição destacou o acervo de objetos tridimensionais, especialmente a série instrumentos técnico-científicos, formada por dispositivos de registro e medida de aspectos médicos, biométricos e físicos do corpo.[5] Alguns exemplos são: a maleta de instrumentos biométricos, o cadiofrequencímetro e o cronômetro que foram utilizados em avaliações médicas nas aulas do curso de educação física da Escola de Educação Física da UFMG, especialmente na década de 1970, e na realização de pesquisas científicas, como o Projeto Brasil que, em Minas Gerais, ocorreu nessa escola.

Esse projeto foi uma das bases para constituição do primeiro laboratório científico da EEFFTO, o Laboratório de Fisiologia do Exercício, e teve por objetivo examinar o físico de brasileiros, traçando um perfil antropométrico e funcional da população, para adotar medidas de desenvolvimento

5 Os Arquivos Institucionais estão classificados em dois fundos: Escola de Educação Física de Minas Gerais, abrangendo o período de 1952 a 1969, e Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais, de 1969 a 1980. Eles são constituídos por documentos textuais, iconográficos, audiovisuais e objetos tridimensionais (UFMG, 2014).

e melhoramento da qualidade de vida. Um slogan utilizado para divulgá-lo e para estimular as pessoas a fazerem os testes foi "Pelé já fez. Falta você".[6]

Entre os testes realizados no Projeto Brasil, como anamnese, exame clínico e avaliação morfológica, o circuito de avaliação de habilidade motora, que é um método de avaliação (e de treinamento), inspirou a montagem da exposição em questão, que foi constituída como um circuito educativo com dez estações: 1) painel introdutório com o texto curatorial, ficha técnica e cartela de marcas; 2) a criação da Escola de Educação Física; 3) os cursos da Escola de Educação Física da UFMG atuais; 4) mapa da escola; 5) infraestrutura da escola; 6) estações do circuito e objetivos (contendo os 12 testes do Projeto Brasil); 7) circuito de habilidade motora (Projeto Brasil); 8) classificação biotipológica e aplicação da forma ao esporte; 9) estudo morfológico; 10) salto vertical (parâmetros – protocolo Sargent Jump Test).[7]

Foram selecionados três testes físicos do circuito de avaliação de habilidade motora para servirem de experiência durante a exposição, sendo eles: salto vertical, deslocamento lateral e quatro cordas. Muitos desses testes também foram utilizados em provas práticas de exame de vestibular para o curso de educação física da UFMG e aplicados periodicamente aos alunos durante a graduação. O conjunto suscita diferentes olhares e revela uma forte influência da instituição médica na constituição de práticas e saberes inerentes à educação física, numa época em que a adoção de um modelo científico contribuiu para a composição e o estabelecimento dessa área de formação e intervenção, bem como para a consolidação do curso de educação física na UFMG – fatores ressaltados durante a mediação na atividade educativa e de difusão científica.

A proposta foi de que a visita à exposição possibilitasse relacionar temas, como educação, ciência e formação profissional; quantificação e qualificação dos corpos; mudanças e permanências na história; história da ciência e educação física, provocando descobertas e reflexões sobre o corpo, algo "sempre redescoberto, nunca completamente revelado" (Sant'Anna, 2000, p. 52). Dois estudos monográficos, o de Santos (2013) e o de Almeida (2013), que tiveram como fonte o acervo do Cemef, foram inspiração e base para a construção dessa narrativa, entre outras tantas

6 Arquivo Cemef/UFMG. *Jornal Podium*, Brasília, ano 2, n. 5, p. 4-5, jan. 1973. Coleções e documentos avulsos.

7 Sobre o processo de concepção, organização e montagem da exposição, ver: Dias (2017).

possíveis, como as suscitadas pelos usuários durante as visitas ou estimuladas na mediação, realizada por professores e bolsistas de graduação de educação física da UFMG, que se revelou como uma forma sensível de adquirir e produzir conhecimento.

No ano de 2015, o Cemef recebeu, no âmbito do Circuito das Vocações, três turmas de ensino médio (1º, 2º e 3º anos) de uma escola da rede estadual de Minas Gerais, localizada próximo à UFMG. Essas visitas fizeram parte do projeto-piloto que teve por objetivo "testar o tempo, os temas, as atividades para a implantação efetiva do circuito" (Chaves, 2016, p. 9). Realizadas nos meses de setembro e outubro, as três visitas tiveram 39 participantes no total, os quais percorreram os espaços da RMECC na seguinte ordem: Museu de Ciências Morfológicas, Centro de Memória da Farmácia, Centro de Memória da Odontologia e Cemef.

A avaliação feita pela equipe que coordenou o projeto-piloto traz pistas referentes à potencialidade da ação educativa proposta pelo Cemef para o público da educação básica. Mais ainda, sugere possibilidades de ressignificação dos usos do acervo a partir desses novos usuários. Segundo a equipe avaliadora,

> a visitação e mediação propostas pela equipe Cemef foi bastante positiva, os alunos se envolveram com as propostas e foram protagonistas de uma exposição bastante interativa. Percebemos que os visitantes gostaram bastante da mediação e que o treinamento anterior no Espaço do Conhecimento da UFMG, no acompanhamento dos monitores, fez a diferença positiva neste quesito. (Chaves, 2016, p. 11)

Apesar dessa avaliação positiva e do desejo do Cemef em dar sequência ao Circuito das Vocações, questões de ordem financeira e logística impossibilitaram a contratação de meios de transporte para levar os estudantes até a universidade e desta para a escola de origem. Dessa forma, não foi possível operacionalizar as visitas no ano de 2016, fato que evidencia algumas das dificuldades enfrentadas no contexto brasileiro para efetivar a presença do público escolar nos museus, arquivos e centros de documentação, como apontam Ribeiro e Torre (2012) e Buchmann (2014).

No âmbito do Cemef, entretanto, uma nova possibilidade de potencializar a atividade expositiva realizada para o Circuito das Vocações e os seus usuários, bem como os usos do centro, foi advinda do Circuito de Museus da SMED/PBH.

O Circuito de Museus da Secretaria Municipal de Belo Horizonte

Em fevereiro de 2016, o Cemef recebeu e aceitou o convite da Gerência de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da SMED/PBH para participar do projeto Circuito de Museus, que tem por objetivo "incentivar e facilitar a apropriação dos espaços museais pelo público escolar" (Araujo et al., 2016, p. 1) por meio da visita de estudantes de escolas da rede municipal de Belo Horizonte a três instituições culturais parceiras que compõem um mesmo percurso temático.

O Cemef, o Centro de Memória do Minas Tênis Clube (CMMT) e o Museu Brasileiro do Futebol (MBF), instituições parceiras, compuseram neste ano o percurso temático intitulado Esporte, Lazer e Memória. Esse circuito teve como especificidade oferecer aos estudantes a oportunidade de reflexão sobre o esporte a partir de experiências com o corpo, bem como "despertar o (re)conhecimento da história dos esportes e das práticas de lazer" (Araujo et al., 2016, p. 2), ampliando suas leituras e percepções sobre esses conhecimentos. A parceria com o Cemef, nesse contexto, visava, ainda, "aproximar as escolas do saber produzido na academia".[8]

No ano de 2016, mais de vinte instituições de Belo Horizonte, dentre elas museus, arquivos, centros de cultura, centros de memórias e galerias, compuseram os espaços de visitação do Circuito de Museus, que foi organizado em percursos temáticos, sendo eles: Circuito Arte Brasileira, Circuito Artes Visuais, Circuito Ciências e Tecnologia, Circuito História de Belo Horizonte, Circuito História de Mulheres, Circuito Pampulha, Circuito Território Negro e Circuito Esporte, Lazer e Memória.

Para participar do Circuito de Museus, em 2016, as escolas da rede municipal de Belo Horizonte deveriam efetivar inscrição prévia em um dos eixos temáticos, mediante a entrega de um projeto pedagógico sob a responsabilidade de um ou mais professores, que seria avaliado conforme pertinência e mérito. O Circuito Esporte, Lazer e Memória recebeu a inscrição de 16 projetos e todos foram aprovados pela Gerência de Recursos Humanos para participar da ação (Quadro 1).

Os professores responsáveis pelos projetos eram vinculados a distintas disciplinas escolares, como educação física, ciências e história, o que indica a potência inter e multidisciplinar das ações do circuito. Além disso, os projetos tratavam de temáticas variadas, como esporte, qualidade de

8 Gerência de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania (PBH). Circuito de Museus. Carta convite ao Cemef. Belo Horizonte, 2016.

vida, educação física e memória, sugerindo diferentes possibilidades de abordagem das mesmas nos momentos de preparação da escola para participar do percurso temático oferecido pelas três instituições parceiras (Cemef, CMMT e MBF), da mediação e visita à exposição, bem como das atividades realizadas após o retorno de alunos e professores às escolas.

Quadro 1 – Projetos de pesquisa aprovados

Turno	Título do projeto	Turmas	Ano	Idade	Professores responsáveis
Manhã	Educação física, ciência e qualidade de vida	5	5º	10-11	2
	Mente sã, corpo são	4			5
	Circuito esporte, lazer e memória	3			1
	Trabalhando os valores olímpicos e paralímpicos na escola, para a vida	1	5º (PEI)		2
	Sem título	4	6º	11-12	1
	Sem título	1	7º	12-13	1
	O esporte: conceitos, práticas, códigos e instituições	3	8º	13-14	1
	Esporte e lazer na EMASB	4			2
	Olimpíadas	1			1
Tarde	Circuito de museus	1	3º	8-9	1
	História do esporte e lazer em Belo Horizonte	3	4º	9-10	-
	Olimpíadas na escola	3	5º	10-11	1
	Resgate da memória esportiva	4	5º e 6º	10-12	1
	Sem título	1	7º (PEI)	12-13	4
	Projeto de educação física	3	8º	13-14	1
	Sem título	3	9º	14-15	2
Total	**16**	**44**	**-**	**-**	**26**

Fonte: elaborado pelas autoras.

O número de turmas previstas para serem atendidas em cada projeto variou de uma a seis. Foram agendadas 44 visitas de turmas do 3º ao 9º

ano do ensino fundamental, sendo contempladas turmas do ensino regular e do Programa Escola Integrada (PEI).[9] As visitas ocorreram de maio a novembro, sempre às quartas-feiras, nos turnos da manhã e tarde. Apenas cinco visitas agendadas não foram realizadas devido a impedimentos da EEFFTO – em novembro, a escola estava ocupada por seus alunos, num movimento de mobilização pela educação pública e gratuita –, o que revela a absoluta adesão das escolas municipais e sujeitos envolvidos (alunos, professores e coordenadores pedagógicos) à ação educativa e de divulgação científica realizada na exposição.

A partir das assinaturas nas listas de presença do Circuito de Museus, verificou-se que o Cemef recebeu 39 turmas, totalizando 1.014 estudantes e 32 professores, com uma média de 26 estudantes e dois professores por turma. Esse quantitativo de usuários abrangeu pelo menos 40,6% do público total (2.500) do Cemef em 2016, conforme dados do FVA.[10]

Dessa forma, pode-se compreender que, se a experiência do Cemef no Circuito das Vocações já havia sido algo inédito, por trazer estudantes do ensino médio para suas instalações, a participação no Circuito de Museus radicalizou ainda mais o diálogo com o ensino básico, ao possibilitar a presença de usuários dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, com características etárias e demandas educacionais diversas. Além disso, contribuiu de maneira expressiva para o aumento da quantidade total de usuários do Cemef em 2016. Comparando os dados de contagem de público dos anos de 2015 com os de 2016, pode-se perceber aumento significativo de público total (de 1.200 para 2.500), de usuários da educação básica (de 39 para 1.014) e da representatividade desses usuários no âmbito do Cemef (de 3,3% para 40,6%).

A perspectiva de receber semanalmente, durante sete meses consecutivos, visitas de grupos de escolares, tornou-se fato inédito na história e nas ações do Cemef e demandou, inclusive, acomodações no cotidiano da instituição. Vale mencionar que no centro atuam professores do curso de educação física da EEFFTO, estando lá seus gabinetes, onde planejam aulas, realizam orientações e desenvolvem projetos de pesquisa, ensino e extensão. Além disso, nesses projetos atuam estudantes de diversos cursos da

9 O Programa Escola Integrada (PEI), da rede municipal de ensino de Belo Horizonte, foi criado em 2006 pela SMED/PBH e atende a 177 escolas de ensino fundamental, ampliando os tempos e os espaços de aprendizagem por meio de oficinas e atividades em variadas áreas do conhecimento (Silva; Isayama, 2015).

10 A porcentagem é aproximada porque nem sempre todos os usuários assinavam a lista de presença, especialmente quando se tratavam de crianças menores.

UFMG, como bolsistas e voluntários. Por fim, o Cemef recebe consulentes diversos.

A inserção do Cemef no Circuito de Museus configurou um novo fazer para o centro, qual seja, promover ações educativas com estudantes do ensino fundamental, tendo como pano de fundo o seu próprio acervo. Em outros dizeres, naquele momento tomou forma uma ação ousada, pois se tratava de algo novo, recente, inaugurado a passos lentos com a experiência do Circuito das Vocações, que exigiu uma intensa preparação da equipe do Cemef envolvida nessas ações, abrangendo realização de estudos, pesquisas, organização e montagem da exposição.

Vale ressaltar que, desde o momento em que foi recebido o convite para integrar o Circuito de Museus, surgiram algumas questões: como concretizar de forma satisfatória a participação do Cemef no projeto? O que selecionar do acervo para expor nas visitas e por quê? Como apresentar os documentos selecionados? Como dialogar com os projetos de pesquisa dos professores e suas demandas e os interesses dos estudantes do ensino fundamental? Como adaptar o cotidiano do centro para receber as visitas agendadas? Como mediar as visitas buscando produzir uma ação educativa valorosa para os visitantes e para o Cemef, com a participação efetiva e integração de ambos? Como estabelecer conexões com as outras duas instituições parceiras e pertencentes ao percurso temático Circuito Esporte, Lazer e Memória?

Nesse contexto, pode-se afirmar que o Cemef lançou-se à tarefa de repensar os usos e os usuários de seus arquivos, levando em consideração as necessidades do público da educação básica e os possíveis impactos das visitas na vida de estudantes e professores da rede municipal. Partiu-se do pressuposto de que as experiências produzidas na interação dos usuários com a exposição e as informações por ela divulgadas poderiam contribuir "diretamente com a formação dos cidadãos, com o exercício da cidadania, da democratização e apropriação da cultura, na qual o patrimônio documental está inserido" (Fratini, 2009, p. 1). Tudo isso sugeriu que as ações realizadas fossem orientadas pela perspectiva de arquivos direcionados aos usuários, em que esses são vistos como sujeitos do processo de transferência da informação e não somente como objeto do acesso à informação, como propõem Jardim e Fonseca (2004). O que, com limites e desafios, se efetivou nas visitas.

A visita de escolares: a exposição como contexto de ação educativa

À medida que o conhecimento sobre ação educativa em espaços museológicos ia sendo incorporado pelo grupo responsável, mais se percebiam as

múltiplas possibilidades de explorá-la na exposição Formas de Medir os Corpos, conforme as características do grupo visitante.

A apropriação de saberes e práticas referentes ao fazer educativo dos e nos museus foi um conhecimento de suma importância na formação dos mediadores das visitas no Cemef e se deu, em grande medida, devido à aproximação dos três espaços culturais que compuseram o Circuito Esporte, Lazer e Memória e ao diálogo com a equipe responsável pelo Circuito de Museus na SMED/PBH. Anteriormente ao início das atividades, cada parceiro teve a oportunidade de conhecer os outros dois espaços por meio de encontros e visitas aos mesmos.

Destaca-se a ida da equipe do Cemef ao Museu Brasileiro do Futebol, localizado no Estádio Governador Magalhães Pinto, o Mineirão, que se constituiu como um momento de formação no qual se pode acompanhar a equipe educativa do museu em atuação com escolares; compreender os meandros da organização dessa equipe no cotidiano das visitações, que demarca a ação do museu e os formatos de cada exposição; conhecer o processo de formação dos mediadores e como ocorrem os registros das visitas e seus públicos; estabelecer trocas sobre questões teóricas e práticas que perpassam as intervenções e refletir sobre as mesmas.

Como um dos resultados decorrentes dessa formação, decidiu-se, no âmbito do Cemef, ampliar as visitas dos estudantes para além da exposição Formas de Medir os Corpos, incluindo no roteiro um passeio pelas dependências da EEFFTO, em locais como sala de judô, ginásio de ginástica rítmica, ginásio de ginástica artística e quadras poliesportivas. Mais ainda, pareceu interessante pensar em roteiros específicos para visitas à exposição, conforme os dados obtidos na confirmação prévia do agendamento inicial, como número de estudantes, faixa etária dos mesmos, presença ou não de portadores de necessidades especiais com ou sem acompanhantes, projeto pedagógico do professor referente e tempo destinado à visita.

Assim, considerando o roteiro de visita inicialmente proposto, foram selecionadas para o Circuito de Museus aquelas estações consideradas adequadas à faixa etária e ao ano escolar dos estudantes a cada visita. Em todas as turmas foram contempladas as seguintes estações: painel introdutório; a criação da Escola de Educação Física; mapa da escola; infraestrutura da escola; estações do circuito e objetivos; circuito de habilidade motora e salto vertical, constituindo-se, assim, um núcleo básico das visitas. Já nas visitas dos estudantes de 8º e 9º anos foram incluídas, ainda, as estações: os cursos da Escola de Educação Física da UFMG, classificação biotipológica e estudo morfológico.

Buscou-se uma ação educativa não centrada apenas no tema da exposição e nos objetos expostos, mas que dialogasse com os projetos pedagógicos propostos pelos professores. Considerando que perguntas movem a produção de conhecimento, foi feito um exercício de centrar também no usuário, indagando-o, observando suas expectativas e as possíveis colaborações entre o conteúdo da exposição e as disciplinas escolares relacionadas, sendo todas essas iniciativas importantes formas de interação com os usuários e de produção de conhecimento simultâneo.

Assim, embora a exposição tenha sido produzida conforme demandas de apresentar, para estudantes do ensino médio, a educação física como campo de atuação profissional e de pesquisa, com sua historicidade, os olhares astutos dos mediadores e coordenadores permitiram ressignificar os sentidos e as narrativas possíveis de serem construídas por estudantes e professores do ensino fundamental.

Os artefatos expostos, as imagens disponibilizadas e os testes propostos para serem experimentados, executados, estimularam diferentes linguagens, como a visual, a tátil e a auditiva, possibilitando uma importante interação com e entre os visitantes. Nesse contexto, algumas unidades da exposição, que se configuraram como unidades de conhecimento, ganharam mais destaque que outras, como os testes físicos e a avaliação biométrica. Elas provocaram mais interação, criação e participação dos alunos; despertaram a necessidade do conhecimento, de perceber seus corpos e seus limites, funcionando, conforme Ferreira (2014), como objetos mediadores que tornam os usuários mais participativos. No teste das quatro cordas, por exemplo, o dispositivo expositivo era o quadro com os 12 testes do Programa Brasil e o teste, um objeto mediador que intermediou "a relação do visitante/participante com a exposição e facilita [ou] a integração do conhecimento, patente na exposição e trazido pelo visitante/participante" (Ferreira, 2014, p. 8), não funcionando, como destaca esse autor, apenas como meros transmissores de informação.

Interessante observar que, diferentemente do CMMT e do MBF, cujas exposições possuem objetos mediadores tecnológicos ou digitais, e os espaços são mais modernos, o Cemef se utilizou de suportes que, nesse contexto, pareciam ser menos estimulantes, mas a mediação, as interações e o discurso científico presentes nesses objetos mediadores considerados tradicionais possibilitaram melhorar a participação (Ferreira, 2014).

No Cemef, os objetos mediadores suscitaram nos usuários, no encontro entre público e exposição, as experiências de ver, tocar, movimentar, responder anamnese, realizar testes, perceber o corpo de diferentes formas, medir, comparar, relatar as suas percepções, ser desafiado e desafiar.

Destaca-se a importância do experimentar nessa exposição, que se revelou, em muitos momentos, provocativa, pois estimulou pensar no próprio corpo e em parâmetros de medição que, em alguns casos, o acompanham até hoje.

O interesse dos visitantes pelo conhecimento científico produzido pela educação física possibilitou ampliar a compreensão sobre este curso e sobre algumas de suas maneiras de compreender e lidar com o corpo em determinada época, algumas presentes ainda no cotidiano das instituições em que os alunos estudam, especialmente em conteúdos da disciplina de educação física, possibilitando, pois, reflexões entre conteúdos da exposição e do currículo escolar. Situação essa valorizada pela formação e qualificação da equipe que trabalhou na atividade educativa, diferentemente do que normalmente ocorre quando "os profissionais que atuam na educação nos museus são, frequentemente, professores de história ou de arte, sem uma posição teórica a fundamentar a prática" (Buchmann, 2014, p. 1).

Considerações finais

Este artigo caracteriza-se como parte de um processo de reflexão sobre ações educativas desenvolvidas no Cemef e evidencia como elas podem qualificar, como de fato qualificaram, o cotidiano dessa instituição. Conforme Dias (2017), a descoberta do potencial do Cemef para o desenvolvimento de ações educativas, constituindo-se também como um espaço pedagógico, torna relevante a análise de tais iniciativas, dos usuários e dos usos do acervo nesse contexto.

Muitos foram os impactos no Cemef decorrentes de sua participação no Circuito das Vocações e no Circuito de Museus, sendo a chegada do usuário da educação básica o principal deles. Além disso, houve aumento considerável de usuários, em termos de quantidade e diversidade, ampliação da difusão do seu acervo e promoção da divulgação científica. Também foram produzidas as primeiras comunicações em formato de divulgação científica sobre a ação educativa e o Cemef ou sobre exposições realizadas, o que ainda tem efeito, como ocorre na elaboração deste artigo.

A exposição Formas de Medir os Corpos possibilitou aos alunos e professores da educação básica construir novos significados para a disciplina de educação física, contribuindo, dessa forma, com o currículo escolar. Como um espaço crítico de aprendizagem, a exposição contou com a participação efetiva dos diferentes sujeitos (mediadores, professores e alunos das escolas). Mais ainda, a visita ao Cemef e às instalações da EEFFTO

promoveu aproximações da universidade com as escolas públicas, abrindo novas possibilidades de relações entre elas e desfazendo a visão da UFMG como lugar inacessível e distante para esse público. As parcerias estabelecidas entre escolas, Cemef, SMED/PBH, RMECC, CMMT e MBF foram de grande relevância, pois aproximaram instituições que, de maneiras diferentes e complementares, trabalham com educação. Além disso, desafiaram o Cemef a ressignificar o seu acervo e os seus respectivos usos e usuários.

Este artigo configura-se como uma forma de preservar as memórias da exposição, da atividade educativa e da difusão científica, documentando-as, registrando-as, uma vez que se estabeleceram como uma boa prática do Cemef, e consequentemente da RMECC, que merece ser refletida e partilhada. Também é um primeiro esforço de sistematizar e compreender questões referentes aos usos e usuários do Cemef, o que revela a necessidade de novas pesquisas sobre o tema, em especial acerca dos projetos pedagógicos dos professores da rede municipal e as conexões estabelecidas com a exposição Formas de Medir os Corpos, o que não foi possível realizar neste trabalho.

Fontes

Arquivo Cemef/UFMG
Instituto Brasileiro de Museus
Prefeitura de Belo Horizonte – Gerência de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania

Referências

ALMEIDA, Gisele Oliveira de. *Medindo corpos, classificando sujeitos*: o perfil dos alunos da Escola de Educação Física da UFMG (1970-1979). 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ARAUJO, Vanessa Barboza de et al. Circuito de Museus: um estímulo à exploração dos espaços museais de Belo Horizonte. In: FÓRUM MESTRES E CONSELHEIROS: agentes multiplicadores do patrimônio, 8., 2016, Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte: UFMG, 2016.

BUCHMANN, Luciano Parreira. Escolares nos museus: ensaio do novo público como ato político de educadores intelectuais. *MIDAS: Museus e Estudos Interdisciplinares*, Évora, n. 3, p. 1-13, 2014. Disponível em: http://journals.openedition.org/midas/463. Acesso em: 1 dez. 2019.

CHAVES, André Onorio Limírio. A experiência do Circuito das Vocações da Universidade Federal de Minas Gerais: acervos científicos e profissões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 7., 2016, Ouro Preto. *Anais*... Ouro Preto: Ufop, 2016. Disponível em: https://www.cbeu.ufop.br/anais_files/2962515447d7baacafa95b7cc5aeaf7b.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da et al. *Manual de estudos de usuários*. São Paulo: Atlas, 2015.

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2013.

DIAS, Carlos Vagner Gomes. *Importância de ações educativas em espaços museais universitários*: relato de experiência a partir da exposição Formas de Medir os Corpos (2015-2016). 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FERREIRA, Inês. Objetos mediadores em museus. *MIDAS: Museus e Estudos Interdisciplinares*, Évora, n. 4, p. 1-15, 2014. Disponível em: https://journals.openedition.org/midas/676. Acesso em: 20 dez. 2019.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. *Histórica*: revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 34, p. 1-11, 2009.

FREIRE, Luiz Gustavo Lima. Difusão educativa em arquivos. *Histórica*: revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 34, p. 1-8, 2009.

GRANATO, Marcus. *Museus universitários e a salvaguarda do patrimônio cultural de ciência e tecnologia no Brasil*. In: JORNADA DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS, 1., 2016, Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte: UFMG, 2016.

INSTITUTO Brasileiro de Museus (Ibram). Formulário de Visitação Anual. Brasília: Ibram, 2019. Disponível em: https://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/museus-e-publico/formulario-de-visitacao-anual/. Acesso em: 27 dez. 2019.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, out. 2004.

JULIÃO, Letícia; ROCHA, Eliane Cristina de Freitas; SABINO, Paulo Roberto. Diagnóstico museológico em museus e espaços universitários de memória e ciência. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE MUSEOS UNIVERSITARIOS Y ENCUENTRO DE ARCHIVOS UNIVERSITARIOS, 1., 2017, La Plata. *Anais*... La Plata: Red de Museos de la Universidad Nacional de La Plata, 2017, p. 1-11. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/69579/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 nov. 2019.

LINHALES, MeilyAssbú; NASCIMENTO, Adalson. O esporte e suas práticas nas linhas e entrelinhas de um processo de organização de arquivos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 38-50, jul./dez. 2014. Disponível em: http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/437. Acesso em: 10 nov. 2019.

_____; _____ (org.). *Organizando arquivos, produzindo nexos*: a experiência de um centro de memória. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

_____ et al. Organização de acervos arquivísticos: a experiência do Centro de Estudos sobre a Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef/UFMG). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCACÃO, 6., 2011, Vitória. *Anais*... Vitória: Ufes, 2011. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_700.htm. Acesso em: 22 dez. 2019.

MARQUES, Rita de Cássia (coord.). *Projeto aprimoramento do circuito de divulgação científica da Rede de Museus da UFMG*: despertando vocações e incentivando a formação de jovens estudantes. Belo Horizonte: UFMG, 2013. Disponível em: https://sistemas.ufmg.br/siex/AuditarProjeto.do?id=42137. Acesso em: 10 nov. 2019.

OLIVEIRA, Thaís Nodare. *Centros de memória e documentação da Universidade Federal de Minas Gerais*: perfis institucionais e políticas de acervo. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

RIBEIRO, Raphael Rajão; TORRE, Michelle Márcia Cobra. Educação patrimonial e o ensino de história em instituições arquivísticas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 67-88, jan./jun. 2012.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Descobrir o corpo: uma história sem fim. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 49-58, jul./dez. 2000.

SANTOS, Fernanda Cristina dos. "*Um poderoso estímulo do soerguimento nacional*":

o "Projeto Brasil" na Escola de Educação física da UFMG (1974). 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, Marcília de Sousa; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Educação e lazer: analisando os contextos do Programa Escola Integrada de Belo Horizonte. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 55-78, jan./jun. 2015. Disponível em: https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5629/4345. Acesso em: 28 dez. 2019.

TANNO, Janete Leiko. Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 88-101, set./dez. 2018.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

UNIVERSIDADE Federal de Minas Gerais (UFMG). Cemef. Belo Horizonte: [s.d.]. Disponível em: http://www.eeffto.ufmg.br/cemef/. Acesso em: 30 dez. 2019.

_____. Resolução n. 1, de 5 de abril de 2016. Regulamenta o funcionamento da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG e aprova seu regimento interno. Pró-Reitoria de Extensão, Belo Horizonte, 5 abr. 2016. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/a-rede/marco-regulatorio. Acesso em: 10 dez. 2019.

_____. *Política de acervos do Cemef/UFMG*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

VAZ, Gláucia Aparecida A. *Práticas informacinais em arquivos*: quadro comportamental e contexto social dos usuários do Arquivo Público Mineiro. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30052/1/Tese%20Vers%c3%a30%20Final.pdf. Acesso em: 30 dez. 2019.

Recebido em 31/12/2019
Aprovado em 15/4/2020

Possíveis impactos do modelo Records in Contexts para os usuários de arquivos

Possible impacts of Records in Contexts model for archives users / Posibles impactos del modelo Records in Context para los usuarios de archivos

Marcos Vinícius Bittencourt de Souza
Mestre em Computação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil, e doutorando em Formación en la Sociedad del Conocimiento pela Universidad de Salamanca, Espanha
marvin.souza@gmail.com

Daniel Flores
Doutor em Documentação pela Universidad de Salamanca, com pós-doutorado pela Universidad de Salamanca/Fundación Carolina, Espanha. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
df@id.uff.br

RESUMO

O Conselho Internacional de Arquivos está elaborando o novo padrão de descrição arquivística, Records in Contexts (RiC), para satisfazer e contemplar a realidade atual dos arquivos, com ênfase na temática dos documentos digitais. Este trabalho estuda os possíveis impactos para os usuários de arquivo, sejam eles pessoas ou sistemas de informação, acarretados pela substituição dos padrões atuais de descrição arquivística pelo RiC.

Palavras-chave: Records in Contexts; descrição arquivística; usuários de arquivos; modelo conceitual.

ABSTRACT

The International Archives Council is developing the new archival description standard, Records in Contexts (RiC), to meet the current reality of archives, paying particular attention to digital documents. The present work studies the possible impacts to archives users, either people or information systems, caused by the replacement of the current archival description standards by the RiC.

Keywords: Records in Contexts; archival description; archives users; conceptual model.

RESUMEN

El Consejo Internacional de Archivos está desarrollando el nuevo estándar de descripción de archivos, Records in Contexts (RiC), para cumplir con la realidad actual de los archivos, prestando especial atención a los documentos digitales. El presente trabajo estudia los posibles impactos para los usuarios de archivos, o personas o sistemas de información, causados por el reemplazo de los estándares actuales de descripción archivística por RiC.

Palabras clave: Records in Contexts; descripción archivística; usuarios de archivo; modelo conceptual.

CC BY

Introdução

Em 1994, o International Council on Archives (ICA) – Conselho Internacional de Arquivos – criou a ISAD(G) – General International Standard Archival Description (Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística) – com o objetivo de servir como um ponto de partida para a criação de padrões de descrição arquivística adaptados às realidades particulares de cada arquivo e/ou país. Após um processo de revisão, a segunda versão da norma foi publicada no ano 2000 (ICA, 2000) e segue em uso até os dias atuais.

Para complementar a ISAD(G), o ICA elaborou três padrões para descrever os agentes que realizam ações nos documentos, as funções executadas por eles e as entidades custodiadoras, respectivamente: ISAAR(CPF) (ICA, 2004) – International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families (Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias) –, ISDF (ICA, 2007) – International Standard for Describing Functions (Norma Internacional para Descrição de Funções) –, e ISDIAH (ICA, 2008) – International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico). Um ponto comum das quatro normas é a descrição multinível unidimensional que cria a hierarquização entre as entidades do arquivo e visa à evolução de detalhes da descrição arquivística partindo-se do nível geral até o mais específico dos itens documentais.

Em 2012, o ICA formou o Experts Group on Archival Description (EGAD) – Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística – com a missão de unificar as quatro normas vigentes para a descrição arquivística e englobar os avanços da área desde a criação da ISAD(G). Como resultado dos seus esforços, em 2016, o EGAD publicou a nova proposta para a descrição arquivística: "Records in Contexts: a conceptual model for archival description" (ICA, 2016). A publicação contém um modelo conceitual que foi lançado em forma de rascunho, a fim de receber contribuições de toda a comunidade arquivística para se chegar a um padrão que seja aplicável às distintas realidades dos arquivos mundo afora.

Uma das principais características do RiC é o seu formato não hierárquico com elementos que podem ser combinados de diversas maneiras para formar a descrição arquivística, de maneira oposta à ISAD(G). O RiC pode ser representado como um grafo, com os nós retratando as entidades da descrição, e as arestas que os conectam, as relações. A mudança de um modelo hierárquico, vertical, para um novo padrão sem hierarquia

já representa uma grande mudança na forma de pensar a descrição arquivística como um todo, tornando-se necessária a análise dos impactos a serem sofridos tanto pelos arquivistas quanto para o público final que consulta os arquivos.

Este trabalho, de natureza qualitativa, apresenta primeiramente a norma ISAD(G) e suas correlatas – ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH –, para posteriormente apresentar a proposta do padrão RiC, incluindo o seu primeiro rascunho (0.1), a prévia da segunda versão (0.2) e a sua ontologia. Por fim, analisa e projeta os possíveis impactos que a adoção do RiC pode trazer aos usuários de arquivo e as suas principais ferramentas utilizadas.

ISAD(G)

A primeira versão do padrão ISAD(G) foi desenvolvida pela Comissão de Normas de Descrição do ICA (DDS), na forma de uma comissão não permanente, formada para realizar determinadas tarefas específicas. Como previsto na publicação da primeira versão da norma, em 1996, durante os quatro anos seguintes, aconteceu o seu processo de revisão, que foi liderado pelo Comitê de Normas de Descrição (CDS) do ICA, já com caráter permanente e em substituição à primeira comissão. A segunda versão da norma foi publicada em 2000 (ICA, 2000) após o CDS liderar um processo de acolhimento das considerações e sugestões da comunidade arquivística mundial acerca de suas principais demandas.

A característica fundamental do padrão ISAD(G) é o seu formato de descrição multinível unidimensional de forma hierárquica, visualizado como uma árvore. A sua raiz representa o nível mais geral (fundo), os galhos simbolizam os níveis intermediários de agrupadores de documentos (séries, subséries etc.) e as folhas retratam os itens documentais. Para a aplicação desse formato, primeiro descreve-se o elemento mais amplo, o fundo de uma instituição, prosseguindo-se para as descrições intermediárias, até se chegar aos itens documentais. À medida que a descrição arquivística se aprofunda nas camadas do arquivo, somente as informações pertinentes a cada nível são especificadas, evitando-se a repetição de dados e a sobrecarga de informações desnecessárias.

A descrição arquivística com a norma ISAD(G) é realizada através de 26 elementos de informação, agrupados em sete áreas, especificados com as suas regras e sugestões para auxiliar o processo. Os elementos foram projetados para abranger desde a identificação dos documentos, suas condições de acesso, até os detalhes relativos à realização da própria descrição.

Não há diferença entre os elementos que descrevem os itens documentais e os demais níveis da hierarquia, fazendo com que haja uma uniformização da descrição, porém criando certa falta de flexibilização para o detalhamento de características específicas de um determinado nível.

Contemporânea à norma ISAD(G), e como forma de permitir a descrição arquivística dos agentes que interagem com os documentos e demais entidades, o ICA elaborou o padrão ISAAR(CPF) (ICA, 2004), auxiliando no conhecimento dos contextos nos quais os elementos do arquivo estão inseridos. Os agentes, alvo principal dessa norma, podem se apresentar como entidades coletivas, pessoas ou famílias que executam ações sobre os documentos ou se relacionam com os mesmos, inclusive no caso de sistemas de tecnologia da informação.

Atualmente em sua segunda edição, o padrão apresenta 27 elementos, divididos em quatro áreas e especifica, inclusive, como deve ser feita a relação entre as suas entidades e as do padrão ISAD(G). A separação dos elementos de descrição usados para os documentos e para os agentes torna possível a reutilização das descrições dos produtores em documentos diversos, mesmo estando em instituições distintas, melhorando a prática da gestão de documentos e possibilitando o intercâmbio das descrições entre arquivos diferentes (ICA, 2004, p. 7). Outra vantagem da descrição dos agentes é a criação de pontos de acesso, oferecendo uma maneira padronizada de pesquisa, identificação e localização dos elementos descritos no arquivo (ICA, 2004, p. 8).

Como forma de qualificar o contexto dos documentos, o ICA desenvolveu a norma ISDF (ICA, 2007), reconhecendo o grau de importância que as funções desempenhadas pelos agentes possuem. O termo função é definido como "qualquer tarefa, responsabilidade ou objetivo de alto nível designada à responsabilidade de uma entidade via legislação, política ou mandato" (ICA, 2007, p. 10, tradução nossa). A norma torna claro que trata não somente das funções, mas também das suas subdivisões: subfunção, procedimento operacional, atividade, tarefa, transação e demais termos que expressam o mesmo objetivo no contexto internacional, nacional ou local. A ISDF contém 23 elementos de descrição arranjados em quatro áreas.

A descrição das funções fornece meios essenciais para a compreensão do cenário no qual se inserem os elementos do arquivo, pois delimita as atribuições dos agentes quando executam as ações sobre os documentos. Os aspectos legais de determinadas funções acabam por se tornar evidências, rastros de provas, que concretizam a autenticidade dos fatos ocorridos com os documentos do arquivo.

Em 2008, o ICA publicou seu último padrão, voltado à descrição das instituições custodiadoras de documentos, nomeado ISDIAH (ICA, 2008), contendo 31 elementos, divididos em seis áreas. O seu objetivo é uniformizar a descrição das entidades mantenedoras de documentos arquivísticos e facilitar o intercâmbio de descrições entre diferentes órgãos, ao mesmo tempo em que detalha o seu relacionamento com as demais normas internacionais – ISAD(G), ISAAR(CPF) e ISDF.

De forma a auxiliar a atividade de descrição, a empresa Artefactual Systems Inc. desenvolveu a aplicação web chamada AtoM, acrônimo para *Access to Memory* – Acesso à Memória (Artefactual Systems, 2019). A aplicação possui código-fonte livre (*open source*) e, embora a empresa lidere o seu desenvolvimento, a comunidade interessada tem a liberdade de submeter novas funcionalidades e correções de falhas encontradas. Como princípios norteadores, foi desenvolvida para atender aos quatro padrões ICA: ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH. Ainda assim, atualmente também suporta a descrição arquivística dos padrões RAD (Rules for Archival Description) (Association..., 2008), DACS (Describing Archives: a Content Standard) (Society..., 2013), Dublin Core (Dublin..., 2012) e MODS (Metadata Object Description Schema) (Library of Congress, 2018). Caso seja necessária a descrição em um padrão não fornecido pelo AtoM, é possível desenvolver uma personalização da ferramenta para atender a um modelo específico de um país ou relativo a um domínio particular como museus ou bibliotecas.

Records in Contexts

Decorridos 18 anos do lançamento da primeira versão do padrão ISAD(G), em 2012, o ICA forma o Experts Group on Archival Description (EGAD) – Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística –, em substituição ao Committee on Best Practices and Standards (CBPS) – Comitê de Padrões de Boas Práticas –, e a ele atribui a missão de formular um novo padrão internacional para a descrição arquivística.

RiC v0.1

O primeiro resultado dos trabalhos do EGAD foi a publicação "Records in Contexts: a conceptual model for archival description. Consultation Draft v0.1" (ICA, 2016) – Records in Context: modelo conceitual para descrição arquivística. Rascunho de consulta versão 0.1 –, lançada como um projeto colaborativo da comunidade arquivística, dado o seu caráter de

rascunho a ser lapidado com base nas contribuições recebidas. Ao final do processo, os principais produtos a serem entregues pelo EGAD serão o próprio modelo conceitual de descrição arquivística (RiC-CM) e a sua ontologia correspondente (RiC-O), a ser disponibilizada usando-se o padrão OWL (Web Ontology Language). Dentre as vantagens de se elaborar um modelo conceitual, estão a uniformização dos entendimentos, conceitos e as suas inter-relações, facilitando a compreensão de profissionais de diferentes áreas e a interoperabilidade entre os sistemas posteriormente desenvolvidos com base no novo modelo (Llanes-Padrón; Moro-Cabero, 2017, p. 526).

A fase de recebimento das contribuições da comunidade foi encerrada em 2017, destacando-se os pareceres emitidos pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), órgão do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq); projeto InterPARES Trust e empresa Artefactual Systems Inc.

A principal crítica relatada comum às organizações foi a presença excessiva de relações entre as entidades, tornando o modelo complexo de se compreender e possivelmente de se implementar na prática (Conarq, 2016, p. 2; Gillean, 2016, p. 2; InterPARES Trust, 2016, p. 13). Isso se deve à escolha do ICA em distinguir as relações passadas e presentes, o que pode ser aprimorado utilizando-se a propriedade "P68 Date", para sinalizar o momento na linha do tempo em que a relação era, ou é, válida (InterPARES Trust, 2016, p. 14).

O parecer emitido pelo Conarq (2016, p. 1) destaca algumas falhas nas definições das entidades do modelo e, assim como o projeto InterPARES Trust (2016, p. 14), sugere a utilização de um vocabulário controlado de termos, de modo a melhorar sua compreensão e facilitar sua utilização. Outro aspecto destacado pelo Conarq (2016, p. 2) foi a ausência de mais propriedades ou entidades para representar o contexto tecnológico dos documentos digitais. Essas informações poderiam ser modeladas em uma entidade dedicada a esse fim, mapeando-se propriedades essenciais para a verificação da autenticidade dos documentos ou servindo como apoio para a reprodução do seu ambiente de gênese. Essa abordagem ajudaria nos casos em que a técnica de emulação de software é a escolha para a preservação digital.

Sob o ponto de vista de desenvolvedora de software, a empresa Artefactual Systems Inc. (2016, p. 1) expressou que o modelo se apresenta de uma forma bastante genérica, necessitando de detalhes mais concretos para que seja possível a implementação de uma adaptação da ferramenta AtoM. Outro fator destacado diz respeito aos impactos que as instituições

terão ao fazerem a migração dos padrões atuais, por exemplo, do ISAD(G) para o RiC, ressaltando a importância de um planejamento detalhado e acompanhamento minucioso pelas equipes de tecnologia da informação, a fim de que se evitem perdas de documentos e seus metadados.

O projeto não hierárquico do RiC permite que as entidades sejam descritas como nós de um grafo, com todas as suas propriedades especificadas, e as relações entre as entidades representem as arestas, com as devidas propriedades registrando seus detalhes. Com isso, existe a possibilidade de se relacionar um documento a mais de um fundo, de instituições diferentes, trazendo para a descrição arquivística a realidade do mundo digital, quando muitas vezes documentos são elaborados de forma colaborativa (ICA, 2016, p. 5).

RiC v0.2

Após a publicação da versão 0.1 do modelo conceitual, houve a iniciativa, coordenada pelo Arquivo Nacional da França, para o desenvolvimento de uma versão beta da ontologia RiC-O, como uma prova de conceitos para validação das ideias apresentadas no RiC-CM, que depois foi continuada pelo EGAD (ICA, 2019a). Entre o período de dezembro de 2018 e novembro de 2019, diversos pesquisadores tiveram acesso às versões intermediárias de desenvolvimento da ontologia, inscritas através do processo de chamada de revisores, parte prevista do processo de elaboração do RiC (ICA, 2019b).

No dia 12 de dezembro de 2019, o ICA disponibilizou a primeira versão (0.1) da ontologia RiC-O (ICA, 2019b), acompanhada da prévia da segunda versão (0.2) do modelo conceitual RiC-CM (ICA, 2019a), absorvendo as observações, comentários e sugestões recebidos pela comunidade arquivística.

Ainda que seja uma versão prévia, o ICA esclarece que o documento já substitui a versão 0.1 (ICA, 2016) disponibilizada anteriormente e, embora não seja o documento completo do modelo conceitual, "inclui as principais seções do RiC-CM: entidades, seus atributos, e relações que podem existir entre elas", lançada como suporte à compreensão da versão 0.1 da ontologia RiC-O, "provendo contexto para as classes, propriedades e apresentando a lógica geral [...]" (ICA, 2019c, tradução nossa). A publicação final da versão 0.2 do modelo conceitual está prevista para ocorrer em 2020, adicionando ao texto definições mais detalhadas, exemplos de aplicação e documentações de apoio. O presente estudo considera que as entidades, atributos e relações disponibilizadas na versão prévia não

se alterarão na versão 0.2 final, não trazendo impactos às análises realizadas. Ainda, a análise do modelo não finalizado traz à luz reflexões que auxiliam a comunidade arquivística a elaborar sua opinião e propor mudanças que se agreguem à sua realidade.

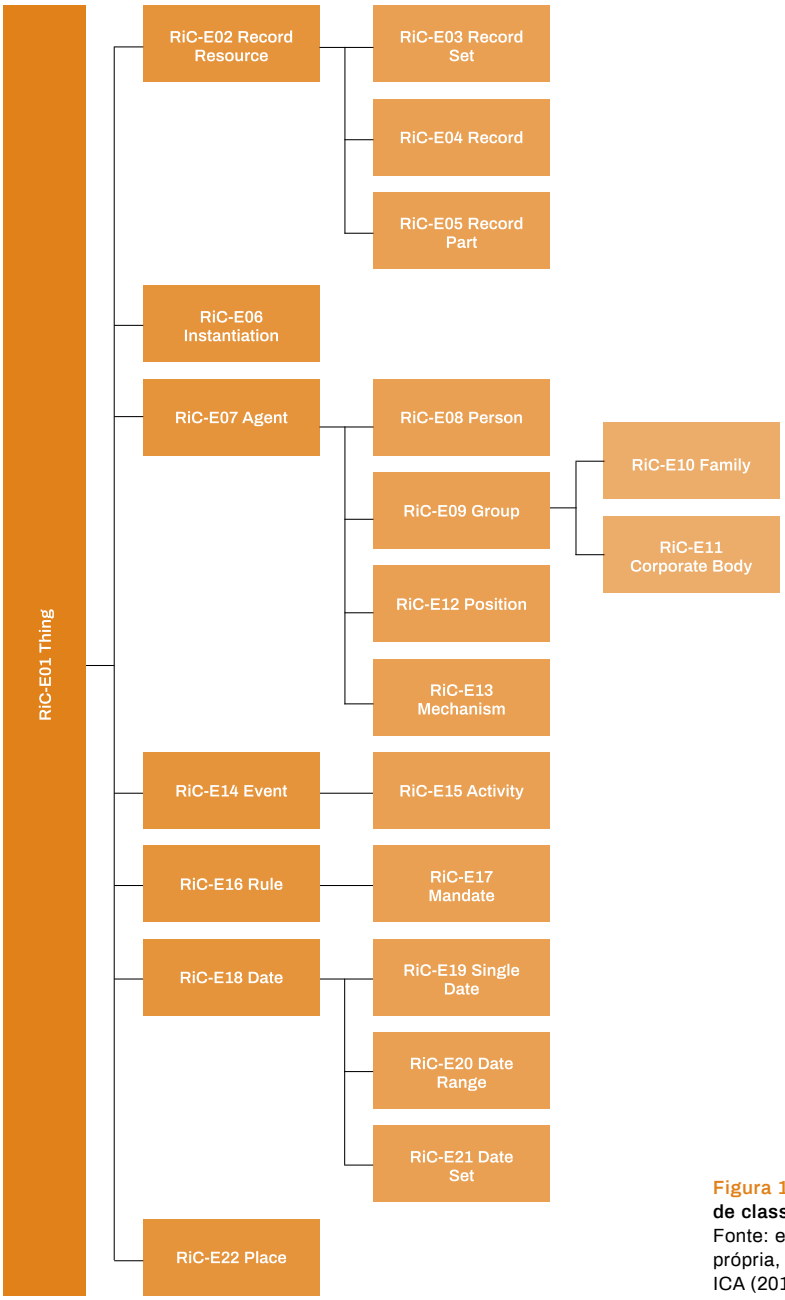


Figura 1 – Hierarquia de classes do RiC. Fonte: elaboração própria, adaptada de ICA (2019a)

Em relação à 0.1, a nova versão do modelo conceitual se caracteriza por uma grande mudança estrutural em seu projeto, apresentando a hierarquia das entidades com as suas heranças e especializações. Essa hierarquização permite a definição das características (atributos) nas entidades mais genéricas, que podem ser utilizadas nas descendentes. Há que se ressaltar que essa hierarquia não descaracteriza a natureza multinível do RiC, uma vez que as entidades podem ser descritas e relacionadas livremente, sem a necessidade de se observarem os níveis comumente utilizados na ISAD(G), por exemplo.

A Figura 1 apresenta a hierarquia das entidades, partindo do primeiro nível, o mais genérico, à esquerda, até o quarto nível, utilizado para a especialização de algumas entidades.

A entidade RiC-E01 Thing é a mais genérica do modelo, também conhecida como raiz e, por isso, dela descendem todas as demais entidades. A entidade RiC-E02 Record Resource representa as instâncias e agrupamentos de documentos, possuindo como suas especializações as entidades RiC-E03 Record Set, RiC-E04 Record e RiC-E05 Record Part.

O documento arquivístico que representa a materialização de uma atividade ou o propósito de um agente utiliza a entidade RiC-E04 Record e seus devidos atributos. A entidade RiC-E05 Record Part é utilizada para descrever uma parte integrante de um documento arquivístico (RiC-E04 Record) que pode ser referenciada separadamente, porém sua existência está atrelada à de sua parte maior. A entidade RiC-E03 Record Set representa um conjunto de documentos que compartilham características em comum, agrupados a partir de um critério previamente estabelecido, normalmente espelhando o Plano de Classificação de Documentos (PCD).

A entidade RiC-E06 Instantiation não possui especializações e é utilizada para a descrição de uma representação de um documento arquivístico. Exemplificando, um documento que teve o seu original em papel digitalizado possuirá duas instâncias da entidade RiC-E06 Instantiation para descrever as duas representações do mesmo documento. Ambas as instâncias estarão relacionadas ao mesmo documento (RiC-E04 Record), porém possuirão atributos diferentes e poderão ter relações distintas com outras entidades.

Para representar os agentes, existe a entidade RiC-E07 Agent, que possui, ao todo, seis especializações:

1. RiC-E08 Person: utilizado para a descrição de uma pessoa, um ser humano;

2. RiC-E09 Group: representa um agrupamento de agentes e possui duas especializações:

a) RiC-E10 Family: reflete uma família unida por laços de sangue, casamento, dinastia ou outra convenção social com o mesmo objetivo;

b) RiC-E11 Corporate Body: representa uma empresa, organização ou órgão, sejam eles legalmente estabelecidos ou possuindo o reconhecimento social como tal;

3. RiC-E12 Position: utilizada para descrever um cargo ocupado por uma pessoa em um determinado período de tempo, com atribuições e competências específicas;

4. RiC-E13 Mechanism: representa o mecanismo que executou uma determinada ação sobre uma ou várias partes do arquivo. Pode contemplar um hardware ou um software que produziu um documento, por exemplo.

As interações realizadas são definidas como eventos, por meio de RiC-E14 Event, executados sempre por um agente (RiC-E07 Agent), criando uma relação entre as entidades que descrevem o fato ocorrido. Como especialização do evento, foi criada a entidade RiC-E15 Activity, que contempla, por exemplo, o rol de atividades regulamentadas por um cargo (RiC-E12 Position), podendo ser composta de outras ações que, em conjunto, formam um processo necessário para se alcançar determinado objetivo.

As regras e normas que governam, embasam e amparam a atuação dos agentes sobre os elementos do arquivo são descritas com a entidade RiC-E16 Rule. A entidade RiC-E17 Mandate é uma especialização dela, a ser usada para representar uma espécie de mandato de um agente como, por exemplo, a eleição de uma pessoa a um cargo político ou uma portaria concedendo direitos a alguém para a execução de atividades. A utilização de ambas as entidades na descrição arquivística é de suma importância para a compreensão das permissões concedidas aos agentes durante a execução de suas atividades, enriquecendo o contexto do arquivo e sedimentando a autenticidade dos documentos.

A entidade RiC-E18 Date foi projetada para representar datas e períodos importantes para o arquivo. Ela possui as seguintes especializações: a) RiC-E19 Single Date: representa um instante único no tempo; b) RiC-E20 Date Range: representa um período de tempo, como uma década, por exemplo; c) RiC-E21 Date Set: abriga vários períodos de tempo distintos e não contíguos, podendo ser utilizada para descrever as faixas temporais de documentos que um RiC-E3 Record Set contém. Para sinalizar o grau de certeza de uma data, a entidade possui o atributo RiC-A06 Certainty.

A descrição de uma localização geográfica utiliza a entidade RiC-E22 Place, que pode representar um ponto geográfico exato com latitude e

longitude, uma área com fronteiras bem definidas, assim como uma determinada região ou povoado.

Os relacionamentos, da mesma forma que as entidades, estão organizados em hierarquia, partindo-se do nível mais genérico "RiC-R001 is related to" (relacionado a) até os bem específicos como, por exemplo, "RiC-R018 has child" (tem filho). As relações foram divididas em categorias, ou tipos, que ajudam a "esclarecer o seu papel dentro de um sistema ou prática descritiva" (ICA, 2019a, p. 52, tradução nossa) e estabelecem regras sobre quais entidades podem ser interligadas em cada categoria.

São notáveis os esforços dos membros do EGAD desde o lançamento da primeira versão do modelo conceitual, em 2016, até o atual, da versão 0.1 da ontologia RiC-O. Em termos gerais, a quantidade de entidades aumentou de 14 para 22, no entanto, com o uso de hierarquia, tornou-se mais claro o domínio de utilização de cada uma, facilitando a compreensão e, possivelmente, a aplicação do modelo na prática. Importante notar a presença da especialização de agente, RiC-E13 Mechanism, que deve ser vastamente utilizada pelos Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGADs) na criação de documentos nato digitais.

Umas das principais críticas da comunidade arquivística à primeira versão do RiC-CM foi a quantidade excessiva de relações entre as entidades. Na prévia da versão 0.2, o total de relações declaradas foi reduzido para 78, em contraposição às 792 da primeira versão, o que pode contribuir para uma melhor compreensão e aplicação do novo modelo.

Impactos nos usuários

Criada para abranger os mais diferentes aspectos da descrição arquivística, a ISAD(G) foi a primeira norma lançada pelo ICA, ainda na década de 1990, tendo sua segunda versão publicada em 2000. Mesmo após o estabelecimento das demais normas –ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH–, acredita-se que, por refletir a prática predominante de uso de um único registro de procedência, somente a ISAD(G) foi efetivamente adotada, além de haver uma carência de orientações a respeito da integração entre as normas e os sistemas utilizados para a descrição arquivística (Gueguen et al., 2013). A adoção do RiC tende a diminuir essa complexidade, unificando os padrões e englobando os conceitos presentes nos anteriores; no entanto, deve trazer impactos aos usuários dos arquivos.

O termo "usuário" é definido no *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Arquivo Nacional, 2005, p. 169) como a "pessoa física

ou jurídica que consulta arquivos", ao mesmo tempo em que Le Coadic (1997 p. 59, apud Oliveira, 2006, p. 53) conceitua o usuário como "aquele que busca uma informação para suprir uma demanda de informação". Casado (1994, p. 19) define o usuário como "aquele indivíduo que necessita de informação para o desenvolvimento de suas atividades", concluindo que todos os seres humanos necessitam de informações para realizar suas atividades e, portanto, podem ser considerados usuários de informação.

Dessa forma, tanto os profissionais envolvidos na descrição dos documentos arquivísticos quanto a comunidade geral se tornam a razão de ser dos arquivos, consumindo informações que satisfaçam as suas demandas. Alinhada a essa ideia, no Brasil, a lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Brasil, 2011), instituiu procedimentos que asseguram o direito de acesso às informações de órgãos públicos, ressaltando a importância dos arquivos das instituições públicas ao fornecer instrumentos de difusão de seus documentos custodiados, que facilitam o exercício da cidadania.

A interação dos usuários com os arquivos deve se modificar devido à forte recomendação do RiC para a utilização de Linked Open Data (LOD)– Dados Abertos Interligados –, nas descrições arquivísticas. Essa tecnologia visa à integração das descrições, não só dentro do próprio arquivo, mas em nível mundial, o que permitirá ao usuário visualizar a descrição de um documento e ter a possibilidade de navegar na web para mais detalhes do seu autor, por exemplo, encontrando documentos custodiados por outra instituição.

A premissa da publicação de informações com LOD é adicionar semântica à web, criando um meio fértil para a extração de conhecimentos (Bizer, 2009). De forma prática, publicam-se os dados através de RDF (Resource Description Framework) em tuplas sujeito-predicado-objeto, utilizando-se URI (Uniform Resource Identifier). Assim, forma-se uma grande rede de informações interligadas que, até março de 2019, contava com 1.239 diferentes conjuntos de dados geográficos, governamentais, de ciências biológicas, de relacionamentos pessoais etc. (McCrae, 2019).

A utilização de LOD traz os benefícios de se criarem descrições arquivísticas com dados já existentes ao mesmo tempo em que enriquece a rede como um todo e integra informações entre arquivos. Outra vantagem do RDF é o fato de ser agnóstico de tecnologia, permitindo interoperabilidade entre as diferentes ferramentas dos sistemas de arquivos.

A ontologia RiC-O foi criada para "prover um vocabulário genérico e regras formais para a criação de conjuntos de dados RDF [...] que descrevem de uma maneira consistente qualquer tipo de recurso arquivístico" (ICA, 2019b, tradução nossa). A realização desse objetivo foi possível graças à criação de uma ontologia própria, específica e direcionada para o RiC, sem a reutilização de outras ontologias. Essa decisão do EGAD a torna mais complexa, visto que não reaproveita entidades e atributos e acaba por dificultar a integração de ferramentas já existentes que trabalham com ontologias já sólidas e bem definidas. Adicionalmente, uma possível transposição das descrições arquivísticas de outras ontologias deve ser realizada por uma ferramenta específica para o RiC-O e, provavelmente, contar com um mapeamento entre as entidades-fonte para as novas entidades.

Uma das ontologias que poderiam ser utilizadas no RiC-O é a Dublin Core, vastamente utilizada na descrição arquivística e que possui a sua especificação escrita em RDF (Nilsson et al., 2008), com propriedades para descrever o título dos documentos (dc:title), assunto (dc:subject) ou idioma (dc:language), por exemplo.

O projeto da ontologia RiC-O espelha as entidades, propriedades e relações propostas no modelo conceitual, criando suas próprias classes através de três esquemas RDF diferentes (ICA, 2019b): a) ric-o: estrutura as classes equivalentes às entidades do modelo conceitual; b) ric-dft: define um vocabulário de espécies documentais passível de ser usado nas descrições; c) ric-rst: vocabulário de tipos de *Record Set* baseado nos níveis de descrição da ISAD(G) para especificação dos fundos, subfundos, séries etc.

O Quadro 1 demonstra um exemplo do emprego de LOD com o vocabulário do RiC na descrição de algumas propriedades do documento "Programa da disciplina DCT1025 – Documentação audiovisual" (UFSM, 2020), representado pela entidade RiC-E04 Record. A primeira coluna apresenta o sujeito, o documento em si; a segunda coluna, o predicado, que é a propriedade do documento; e a terceira coluna apresenta o valor da propriedade. As três formam as tuplas sujeito-predicado-objeto utilizando URI sempre que possível. A última linha do quadro declara que o documento é incluído no Record Set (RiC-E03) que caracteriza o seu tipo documental, não apresentado aqui. A partir da descrição realizada com LOD, a instituição deve optar pelo formato de representação de RDF mais adequado para a disponibilização dos seus dados, podendo adotar as sintaxes Turtle (W3C, 2014a) ou RDF/XML (W3C, 2014b), por exemplo.

Quadro 1 – Descrição de documento utilizando LOD

Sujeito	Predicado	Objeto
https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=12947943	https://www.ica.org/standards/RiC/ontology#identifier	12947943
https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=12947943	https://www.ica.org/standards/RiC/ontology#name	"Programa da disciplina DCT1025 – Documentação audiovisual"
https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=12947943	https://www.ica.org/standards/RiC/ontology#classification	http://www.ufsm.br/pcd/123456/ (122.3 - Disciplinas: programas didáticos)
https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=12947943	https://www.ica.org/standards/RiC/ontology#includedIn	http://www.ufsm.br/documentos/TD_123456

Fonte: elaboração própria.

Há que se ressaltar o impacto na rotina dos arquivistas durante a descrição arquivística dos documentos, uma vez que eles devem identificar o termo mais adequado, dentro do domínio LOD escolhido, para a propriedade a ser descrita. Para minimizar esse impacto, os desenvolvedores dos softwares de descrição arquivística como o AtoM, assim como dos sistemas de gestão de documentos, devem criar funcionalidades para configurar os domínios específicos de cada propriedade do RiC, facilitando o seu preenchimento, diminuindo a propensão a erros e, desejavelmente, sugerindo valores inteligentemente.

A disponibilização das descrições com RDF possibilita a utilização de SPARQL, "um conjunto de especificações que provê linguagens e protocolos para consultar e manipular o conteúdo de grafos RDF [...]" (W3C, 2013, tradução nossa), bastante parecida com a SQL (Structured Query Language), utilizada há tempos em bancos de dados relacionais. A SPARQL oferece a capacidade de se elaborarem consultas entre diferentes conjuntos de dados, talvez pertencentes a instituições distintas, destacando seu aspecto interligado. Essa mudança alavanca imensas possibilidades de integrações entre sistemas de tecnologia da informação, como os sistemas de negócios das instituições, aplicativos móveis e repositórios de documentos. Ainda, usuários avançados com conhecimentos de SPARQL podem estruturar consultas que satisfaçam as suas necessidades sobre o patrimônio arquivístico documental. Esse benefício, no entanto, traz impactos às instituições custodiadoras, pois requer a instalação de

servidores de aplicações especializados para o recebimento e interpretação das consultas e a consequente disponibilização dos resultados.

O usuário que pesquisa o patrimônio documental das instituições para acesso a informações poderá sofrer impactos na utilização das ferramentas de difusão atuais, devendo-se projetar as mudanças com extrema cautela para não haver perda de usabilidade dos softwares. A mudança de paradigma hierárquico dos padrões ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH para a descrição multidimensional do RiC deve reformular os meios de interação da interface dos softwares, permitindo ao usuário a navegação entre suas diferentes classes. A ruptura, inicialmente, pode impactar negativamente a usabilidade, no entanto, vai contribuir para uma melhor compreensão da composição do patrimônio arquivístico das instituições, exibindo as relações e interdependências dos seus componentes.

A preservação em longo prazo de documentos digitais requer cuidados e tratamentos especiais que garantam o acesso e o não corrompimento dos documentos e resistam à obsolescência tecnológica, procedimentos esses realizados pelos repositórios digitais. Com o objetivo de padronizar e regulamentar os repositórios digitais, foi criada a norma ISO 14721:2012 OAIS (Open Archival Information System) – Sistema Aberto de Arquivamento de Informações –, que estabelece um modelo de referência e define os seus três principais processos: Admissão (*Ingest*), Arquivamento (*Archival*) e Acesso (*Dissemination*).

A Admissão (*Ingest*) acontece quando o produtor dos documentos envia ao repositório um Pacote de Submissão de Informações – Submission Information Package – (SIP) – com o documento e seus respectivos metadados. Depois, é realizado o processo de Arquivamento, que executa tarefas que garantam a preservação e administração adequada dos documentos registrando-as no Pacote de Arquivamento de Informações – Archival Information Package (AIP). O processo de Acesso disponibiliza os documentos preservados aos consumidores do repositório através do uso do Pacote de Disseminação de Informações – Dissemination Information Package (DIP). Neste pacote, estão contidos os documentos em formato adequado para acesso, juntamente com os seus metadados de descrição.

A adoção do RiC requer um estudo detalhado sobre o tratamento dos metadados nos processos internos dos repositórios, a fim de se certificar que as descrições submetidas serão corretamente preservadas e acessíveis ao longo do tempo em que os documentos são preservados. O processo de Admissão deve estar apto a interpretar as descrições provindas do

novo formato. O processo de Arquivamento precisa se adaptar a extrair as informações necessárias corretamente, assim como os repositórios podem optar pelo RiC para o registro interno de seus eventos. O processo de Disseminação necessita adequar as suas rotinas para propagar as descrições armazenadas no novo formato, impactando, consequentemente, as plataformas de acesso ao acervo arquivístico.

Assim como os repositórios devem sofrer o impacto da utilização do RiC, as plataformas de acesso também devem se modificar para receber as descrições e disponibilizar o seu acervo com o novo padrão. O repositório Archivematica e a plataforma de acesso AtoM, por exemplo, utilizam como principal conjunto de metadados o Dublin Core, necessitando mudanças em seus comportamentos internos. Há que se ressaltar a importância de essas modificações serem realizadas e disponibilizadas em perfeita sincronia, para que não se corra o risco de perda de acesso aos acervos arquivísticos institucionais.

Conclusões

O cenário da descrição arquivística se modificou desde as primeiras versões dos padrões internacionais, trazendo a necessidade de uma nova visão que contemple a realidade cada vez mais digital dos documentos, assumindo, também, um protagonismo cada vez maior, tanto na fase de preservação, como também na fase de gestão.

A descrição, que antes era tarefa quase exclusiva de arquivistas e que só fazia sentido na fase permanente (Bellotto, 2006), é trazida para a fase corrente, na gênese documental. Essa característica faz com que sejam envolvidos outros perfis profissionais, requisitando certo grau de transdisciplinaridade entre profissionais de tecnologia da informação, analistas de processo e analistas de negócio, em busca da construção de um ambiente que forneça as informações necessárias para contextualizar os documentos nascidos nos sistemas de negócios das instituições.

Os projetos dos sistemas de tecnologia da informação devem identificar os metadados a serem recolhidos já na gênese documental, assim como o registro das atividades às quais os documentos se submeteram, adaptando-os ao RiC. Na transição para a fase permanente, o sistema de gestão deve fornecer o documento juntamente com o seu ciclo de vida registrado, fazendo com que sua história seja preservada e eventuais perícias e auditorias sejam realizadas com segurança. Assim, até o patamar que tínhamos do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, o SGDA – ou SIGAD e-ARQ Brasil, ou Gestão Doc MoreqJUS –, agora foi superado

e estamos no âmbito do sistema de negócio com requisitos arquivísticos e interoperado via uma Cadeia de Custódia Digital Arquivística (CCDA).

O estabelecimento de um padrão único que contemple todos os aspectos da descrição arquivística tende a facilitar a sua compreensão, utilização, disseminação e fortalecimento, fazendo com que a utilização se concretize.

O processo de elaboração do padrão RiC ainda está em andamento e prevê novas consultas à comunidade arquivística até que a sua versão final seja publicada, no entanto, sua adoção causará impacto para os usuários de arquivo. Os sistemas de gerenciamento de documentos, as plataformas de descrição, os repositórios arquivísticos e as plataformas de acesso também sofrerão mudanças para corresponderem ao padrão e suas operações, necessitando uma transição criteriosamente planejada e executada sob supervisão de profissionais qualificados. Dessa forma, podem-se minimizar os efeitos negativos, possíveis perdas de dados e potencializar as vantagens vislumbradas pelo ICA, contribuindo para a colaboração de descrições entre entidades arquivísticas e o incremento da web semântica.

No cenário atual, é possível vislumbrar que já está em curso uma mudança muito impactante no fazer da descrição arquivística, assim como para os usuários de arquivo, que passarão a ter acesso a uma riqueza de informações, documentos e relações multidimensionais antes inexistentes ou não registradas e repassadas para os usuários pesquisadores dos arquivos. Essa mudança pressupõe uma ruptura de paradigmas na gestão e preservação de documentos de arquivo, em cujos processos cada vez mais vamos à gênese documental para iniciar a descrição arquivística e todos os nossos pensares para os usuários de arquivo.

Essa ruptura paradigmática da descrição arquivística, quanto ao seu fazer e quanto aos usuários de arquivo, torna-se clara devido à característica não hierárquica do RiC, com elementos sendo combinados de diversas maneiras para a sua formação. Isso coloca o RiC de maneira oposta ao ISAD(G), multinível, porém hierárquico, representando uma grande mudança na forma de pensar a descrição arquivística como um todo, tornando-se necessária a análise contínua de impactos, tanto para os arquivistas e arquivos, mas, principalmente, para o público final que consulta os documentos.

Embora o RiC ainda não tenha sido finalizado, o EGAD esclarece que seu projeto é realizado de forma colaborativa, convocando a comunidade arquivística para análise e publicação de estudos acadêmicos. Ao longo do processo de estabelecimento do padrão, tais estudos enriquecem

a discussão sob pontos de vista diferentes, que serão refletidos na concretização do modelo conceitual e da ontologia do RiC. Mesmo após a publicação final, novos estudos ainda deverão ser realizados, tornando-se um processo contínuo de análise sobre o seu impacto na descrição arquivística.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTEFACTUAL Systems Inc. *AtoM*: open source archival description software. 2019. Disponível em: https://www.accesstomemory.org/pt-br/. Acesso em: 31 out. 2019.

ASSOCIATION of Canadian Archivists. *Rules for archival description*. Canadian Archival Standard. Revised version. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 2008.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BIZER, C. The emerging web of linked data. *IEEE Intelligent Systems*, v. 24, n. 5, p. 87-92, Sept./Oct. 2009. DOI: https://doi.org/10.1109/MIS.2009.102

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 dez. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 13 fev. 2020.

CASADO, E. S. *Manual de estudios de usuarios*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1994.

CONSELHO Nacional de Arquivos. *RIC-CM*: consultation draft v0.1. Comments by Brazilian Rio de Janeiro Group and Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos of Conselho Nacional de Arquivos. 2016. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/ric/RIC_CM_Brazilian_comments_17012017.pdf. Acesso em: 31 out. 2019.

CONSULTATIVE Committee for Space Data Systems. *Recommendation for Space Data System Practices*: reference model for an Open Archival Information Systems (OAIS). Washington: 2012. Disponível em: https://public.ccsds.org/pubs/650x0m2.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

DUBLIN Core Metadata Initiative. *Dublin Core Metadata Element Set, version 1.1*: reference description. DCMI Usage Board:2012. Disponível em: https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/dces/. Acesso em: 31 out. 2019.

GILLEAN, Dan. *Artefactual response to RiC-CM draft*. 2017. Disponível em: https://groups.google.com/d/msg/ica-atom-users/QwSor7OQ90U/DpsDM1P5BAAJ. Acesso em: 31 out. 2019.

GUEGUEN, G.; FONSECA, V. M. M.; PITTI, D. V.; GRIMOÜARD, C. S. Toward an international conceptual model for archival description: a preliminary report from the International Council on Archives' Experts Group on Archival Description. *The American Archivist*, v. 76, n. 2, p. 567-584, Set. 2013. Disponível em: https://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.76.2.p071x02401282qx2. Acesso em: 10 dez. 2019.

INTERNATIONAL Council on Archives (ICA). *Records in Contexts*: a conceptual model for archival description. Consultation draft v0.2 (preview). Experts Group on Archival Description, 2019a. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ric-cm-0.2_preview.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

_____. *Records in Contexts Ontology*. v0.1. Experts Group on Archival Description, 2019b. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ric-cm-0.2_preview.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

_____. *Records in Contexts – Ontology*. Experts

Group on Archival Description, 2019c. Disponível em: https://www.ica.org/en/records-in-contexts-ontology. Acesso em: 11 fev. 2020.

_____. *Records in Contexts*: a Conceptual Model for Archival Description. Consultation draft v0.1. Experts Group on Archival Description, 2016.

_____. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. 1st ed. London: Committee on Best Practices and Standards, 2008.

_____. ISDF: International Standard for Describing Functions. 1st ed. Desden: Committee on Best Practices and Standards, 2007.

_____. ISAAR(CPF): International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families. 2nd ed. Canberra: Committee on Descriptive Standards, 2004.

_____. ISAD(G): General International Standard Archival Description. 2nd ed. Ottawa: International Council on Archives, 2000.

INTERNATIONAL Organization for Standardization. ISO 14721: space data and information transfer systems. Open Archival Information System (OAIS). Reference model. 2012.

INTERPARES Trust. *InterPARES Trust response to EGAD-RiC*. 2016. Disponível em: https://interparestrust.org/trust/article/interpares-trust-response-to-egadric. Acesso em: 31 out. 2019.

LIBRARY OF CONGRESS. *Metadata Object Description Schema* (MODS): 3.7 version. 2018. Disponível em: http://www.loc.gov/standards/mods/. Acesso em: 31 out. 2019.

LLANES-PADRÓN, D.; MORO-CABERO, M. Records in Contexts: un nuevo modelo para la representación de la información archivística en el entorno de la web semántica. *El profesional de la información*, v. 26, n. 3, p. 525-533, 2017. Disponível em: https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2017.may.19. Acesso em: 10 nov. 2019. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2017.may.19.

MCCRAE, J. P. *The linked open data cloud*. 2019. Disponível em: https://lod-cloud.net/. Acesso em: 28 nov. 2019.

MILES, A.; BECHHOFER, S. SKOS: Simple Knowledge Organization System Reference. 2009. Disponível em: https://www.w3.org/TR/skos-reference/. Acesso em: 3 dez. 2019.

NILSSON, M.; POWELL, A.; JOHNSTON, P. *Expressing Dublin Core metadata using the Resource Description Framework* (RDF). Dublin Core MetadataInitiative: 2008. Disponível em: https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/dc-rdf/. Acesso em: 4 dez. 2019.

OLIVEIRA, L. M. V. Os usuários da informação arquivística. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2006.

SOCIETY of American Archivists. *Describing archives*: a content standard. 2nd ed. Chicago: Society of American Archivists, 2013.

UNIVERSIDADE Federal de Santa Maria (UFSM). *Programa da disciplina DCT1025 – Documentação audiovisual*. Santa Maria: UFSM, 2020. Disponível em: https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=12947943. Acesso em: 20 fev. 2020.

WORLD Wide Web Consortium (W3C). *RDF 1.1 Turtle*. W3C recommendation, 2014a. Disponível em: https://www.w3.org/TR/turtle/. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. *RDF 1.1 XML Syntax*. W3C recommendation, 2014b. Disponível em: https://www.w3.org/TR/rdf-syntax-grammar/. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. *SPARQL 1.1 Overview*. W3C recommendation, 2013. Disponível em: https://www.w3.org/TR/2013/REC-sparql11-overview-20130321/. Acesso em: 9 dez. 2019.

Recebido em 31/12/2019
Aprovado em 10/2/2020

Sem gestão não há difusão e acesso

Aspectos histórico-conceituais da arquivística canadense e brasileira

Without management there is no diffusion and access: historical and conceptual aspects of Canadian and Brazilian archival science / Sin gestión no hay difusión y acceso: aspectos históricos y conceptuales de la archivología canadiense y brasileña

Thiago Henrique Bragato Barros
Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), com pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFRGS e da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil
bragato.barros@ufrgs.br

RESUMO

Trabalha-se histórico-conceitualmente com o desenvolvimento de práticas relacionadas à difusão e ao acesso aos arquivos, construindo um comparativo entre as realidades canadense e brasileira do ponto de vista teórico, sistematizando as possíveis relações entre esses países. Conclui-se que o acesso e a difusão estão ligados a políticas de Estado e seus dispositivos legais.

Palavras-chave: *arquivologia; difusão; acesso; Brasil; Canadá.*

ABSTRACT

We work historically and conceptually with the development of practices related to diffusion and access to archives, building a comparison between Canadian and Brazilian reality from a theoretical point of view, systematizing the possible relations between these countries. It is concluded that access and diffusion are linked to State policies and their legal provisions.

Keywords: *archival science; diffusion; access; Brazil; Canada.*

RESUMEN

Trabajamos histórica y conceptualmente con el desarrollo de prácticas relacionadas con la difusión y el acceso a los archivos, construyendo una comparación entre las realidades canadiense y brasileña desde un punto de vista teórico, sistematizando las posibles relaciones entre estos países. Se concluye que la difusión y el acceso están vinculados a las políticas estatales y sus disposiciones legales.

Palabras clave: *archivología; difusión; acceso; Brasil; Canadá.*

Introdução

Na perspectiva deste trabalho, inicialmente são focados os aspectos da difusão e acesso nos cenários canadense e brasileiro e, após, construiremos um paralelo entre eles. Neste artigo, consideramos a difusão como qualquer ação que vise promover, divulgar, engajar e informar a comunidade de usuários e potenciais usuários de uma instituição arquivística. Essa definição é importante do ponto de vista da busca do estado da arte que buscamos descrever e sistematizar. Outra noção fundamental é o princípio da proveniência, que é o carro-chefe da organização arquivística, significando que todas as funções, em maior ou menor grau, dependem dele. Gilliand-Swetland (2000) argumenta que o princípio da proveniência tem dois componentes: 1) documentos originados de um mesmo órgão produtor não deverão ser misturados com aqueles de outros órgãos produtores e 2) a ordem original que os documentos foram criados e custodiados deve ser mantida. Complementando esta visão, Millar (2002) propõe três pontos fundamentais da proveniência arquivística: 1) a história de quem criou ou de quem acumulou os documentos, focada no criador, não nos documentos; 2) a história dos documentos de arquivo ou história contextual: como foram criados e usados, quando e por que; 3) a história da custódia dos documentos, das transferências, ou seja, uma perceptiva arqueológica de como eles foram depositados nas instituições arquivísticas.

A proveniência fundamenta que a significância dos documentos de arquivos acontece independentemente do seu contexto de criação individual, ou seja, depende da sua significação em conjunto. Assim, as ações tomadas a partir da classificação e da descrição possuem ligação direta com o propósito dos documentos e sua função organizacional.

A metodologia básica para a gestão e organização dos arquivos, incluindo a análise funcional iniciada nos anos 1940, sistematizada de forma mais "completa" em Schellenberg (1956), foi revisitada e atualizada por autores como Helen Willa Samuels, Terry Cook, Catherine Bailey, dentre outros. É, portanto, fundamental para a compreensão do contexto de produção documental. Essa importância é destacada por entendermos que as ações de difusão e de acesso perpassam todo o processo de organização de arquivos. Dessa maneira, ações que visam o acesso podem acontecer durante todas as fases do processo de organização de arquivos, ou seja, um plano de classificação é ao mesmo tempo uma ferramenta de gestão e de acesso: todo o processamento técnico em arquivos pode levar a uma ação de acesso.

A decomposição do processo organizacional arquivístico ocorre a partir da classificação, a função matricial da arquivologia (Sousa, 2003) – limite do processo de gestão, organização e representação no contexto dos arquivos.

O acesso e a difusão deveriam estar no centro da agenda de pesquisa brasileira, no entanto, boa parte das investigações são estudos de caso superficiais sobre a difusão ou sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI), sem efetivamente discutir as questões do ponto de vista de sua historicidade e percurso conceitual. No sentido de preencher esta lacuna, intenciona-se, por meio deste artigo, questionar como o processo tem acontecido na realidade canadense, a partir de uma análise da literatura, e como tem se desenrolado no cenário brasileiro, construindo, assim, um contraponto. Os problemas, do ponto de vista brasileiro, são especialmente relacionados à falta de recursos financeiros, de pessoal, de sensibilidade do gestor público, e também relacionados à tendência autoritária histórica do Estado brasileiro. Ou seja, o acesso, na maioria dos estados brasileiros, está relegado a um segundo plano e em condições pouco favoráveis ao tratamento e organização, ainda que pesquisas sejam desenvolvidas e o acesso efetivamente aconteça. É preciso evidenciar e dar transparência aos documentos produzidos pelo Estado.

Do ponto de vista do direito ao acesso, destacamos como os dispositivos legais fundamentam essa questão em ambos os países:

> 1.1 Têm direito ao acesso dos documentos públicos todas as pessoas que são: 1) cidadão canadense 2) residente permanente de acordo com a subseção da lei de proteção dos imigrantes e regulados, tem direito de requisitar, ou de ter acesso a qualquer documento em controle de uma entidade governamental. [...]
> 2.1 O gestor máximo de uma instituição governamental deve, sem consideração com a identidade da pessoa que faz a requisição para acesso ao documento em controle da instituição, fazendo um esforço para atender a demanda da requisição, respondendo-a corretamente e completamente, sujeito a regulações, proceder acesso rápido ao formato requerido do documento. (Canadá, 1985, tradução nossa)

> Art. 6. Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: I – gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; II – proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e III – proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

> Art. 7. O acesso à informação de que trata esta lei compreende, entre outros, os direitos de obter: I – orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada; II – informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos; III – informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado; IV – informação primária, íntegra, autêntica e atualizada; V – informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços; VI – informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e VII – informação relativa a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores. (Brasil, 2011)

Evidentemente, existem diferenças no ordenamento jurídico dos países em questão, mas ambos os dispositivos responsabilizam o gestor público pelos documentos sob sua guarda e pelo direito que o cidadão tem de demandar acesso, do ponto de vista da transparência das ações do Estado perante o cidadão.

Outra baliza conceitual importante para o texto trata-se de uma definição de estudos de usuários, que seriam todas as ações que acontecem da perspectiva de quantificar, sistematizar, classificar e compreender quem são os usuários do arquivo, como se comportam e quais são suas necessidades.

Portanto, este artigo, metodologicamente, trata de um estudo teórico e exploratório, que busca na revisão de literatura demarcar as realidades analisadas. Dito isso, partimos para as reflexões das realidades em si.

Acesso e difusão no contexto canadense

A arquivologia, quando comparada, pode, em muito, auxiliar a enfrentar problemas teóricos e operacionais do campo. Na tradição arquivística brasileira, com bastante frequência estudam-se as experiências do Canadá francês, principalmente as perceptivas, que datam dos anos de 1990, dada a tradução em português do livro *Os fundamentos da disciplina*

arquivística, de Jean-Yves Rosseau e Carol Couture, publicado originalmente em 1994, como uma revisão do livro dos mesmos autores, fundamental para arquivística quebequense, intitulado *Archives au XXe siècle*, de 1982. A realidade da província – muito parecida com a brasileira, de acumulação de documentos independentemente da fase do ciclo de vida – e o estágio acadêmico de Luís Carlos Lopes no Quebec influenciaram essa proximidade que alguns chamam de arquivística integrada.

No entanto, a perspectiva do Canadá inglês foi estudada em um menor grau de profundidade, principalmente em relação às questões do processo de tratamento arquivístico. Tradicionalmente, os arquivistas canadenses, assim como os brasileiros, focam sua atenção nas implicações dos atos de criação dos arquivos, sua custódia e preservação; contudo, o aspecto legal e o desenvolvimento de políticas são fundamentais para o acesso aos arquivos e para ações que, na tradição brasileira, entendemos por difusão (Gilbert, 2000). É também importante destacar que o Access to Information Act esteve presente na vida pública canadense desde os anos 1980, especificamente 1985; isso levou a uma ampla produção a respeito dessa lei no universo dos arquivos do país. Como consta no preâmbulo da lei: "Um ato para estender as leis atuais do Canadá que proveem acesso às informações no controle do governo do Canadá e para prover publicações proativas de certas informações" (Canadá, 1985, tradução nossa).

O acesso à informação no controle do governo federal canadense se relaciona a dois aspectos fundamentais da interação entre cidadão e estado: 1) em uma democracia, o cidadão pode responsabilizar o governo por suas ações; 2) os direitos dos indivíduos em relação às informações que o Estado detém ao seu respeito (Gilbert, 2000). Isso resulta de um arcabouço legal que auxilia nos processos de acesso. Quer dizer, é impossível existir acesso a documentos públicos se esse direito não se encontrar nas agendas políticas governamentais, logo os arquivos são fundamentalmente sensíveis aos ventos políticos estatais.

Na tradição do Canadá inglês, em pesquisa feita para a construção deste artigo via Google Scholar, Scopus e nas revistas *Archivaria*, *American Archivist*, *Archival Science* e outras, a difusão não é um termo presente na literatura e isso não significa que ela não aconteça nas instituições, mas as maiores preocupações encontradas dizem respeito às políticas de acesso a documentos públicos, ou seja, para além da difusão, o direito ao acesso, fundamental aos Estados democráticos.

Um fato essencial é que os relacionamentos democráticos entre o Estado e o cidadão são beneficiados por dispositivos legais que regulamentam o acesso aos documentos públicos e os arquivos são beneficiados

por se tornarem espaços de transparência estatal. Evidentemente existem problemas e inseguranças jurídicas, sobretudo relacionados aos documentos classificados com níveis de sigilo; no entanto, é evidente a necessidade destes dispositivos para o avanço do protagonismo dos arquivos.

Diferentemente do que ocorre no Quebec, onde a difusão e as ações educativas em arquivos estão, desde muito tempo, na agenda de pesquisa e de atuação (acreditamos que isso se deve muito mais à presença da tradição cultural francesa na região), no resto do país os artigos e a literatura se preocupam muito mais com o direito ao acesso aos documentos do que com a difusão. Sob o ponto de vista da burocracia estatal, mais do que as ações que visam o acesso, garantir o direito a ele é uma preocupação recorrente dos arquivistas. O mesmo ocorre no caso brasileiro. Quando fazemos buscas na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) ou no banco de teses e dissertações da Capes, há muito mais trabalhos discutindo o acesso do que as ações para potencializá-lo e esse fato elucida bastante a terra árida que é a difusão de arquivos.

Do ponto de vista canadense, os estudos de usuários são prática mais comum do que no Brasil, já que os entendemos como uma ação de difusão (Duff; Jonhson, 2003; Duff et al., 2004). A maioria desses estudos está voltada para definir um perfil ideal dos usuários dos arquivos, porém são estudos mais presentes na realidade norte-americana do que na brasileira. Por outro lado, também vemos políticas de ações culturais nos arquivos canadenses desde a década de 1970, como as funções de divulgação, referência e pesquisa, que vêm crescendo. Assim, ainda que não exista uma consonância na definição de "difusão", existe um impulso do movimento de ação cultural, da democratização do conhecimento e de acesso aos documentos: do direito e da educação patrimonial. Portanto, na perspectiva do acesso, três ações aparecem na literatura canadense: 1) o direito ao acesso e os problemas relacionados do ponto de vista de *information acts*; 2) ações culturais; e 3) estudos de usuários.

Assim, os arquivistas estão cada vez mais participando ativamente da promoção e disseminação da memória orgânica e registrada. Essa participação assume várias formas, incluindo a realização de atividades educacionais, aproximando, portanto, os contextos aqui comparados. Baseando-se em uma busca na página da Library and Archives Canada, é possível perceber que boa parte das ações temáticas de acesso são voltadas para o governo, para a pesquisa acadêmica e para a genealogia, sendo que esta última corresponde a 70% de toda a necessidade de busca dos usuários.Isso se deve, de uma maneira geral, porque os estudos genealógicos

são importantes por garantirem renda e direito às populações aborígenes e seus decendentes.

Osborne, em um artigo publicado em 1986-1987, destaca porque ele relaciona o arquivista comum a um educador. "Existe um caso substancial para o arquivista estar mais envolvido em trabalho educativo, um ótimo lugar para começar é com as escolas, junto com estudantes e professores" (Osborne, 1986/1987, p. 18, tradução nossa). Segundo o autor, essas práticas incitam o público a buscar os documentos de arquivo e, consequentemente, a construção da identidade. Além disso, trabalhos coordenados com essas ações possibilitam a construção de materiais temáticos e específicos para atender ao público. Esse mesmo texto destaca que, ao relacionarem-se com materiais arquivísticos, questões históricas ganham vida e aproximam-se da realidade dos estudantes, mantendo-os atentos a assuntos mais especializados, menos genéricos e abstratos. Dessa forma, busca-se, por meio dos documentos arquivísticos, desenvolver perguntas de pesquisa para que os estudantes se empenhem em resolver problemas históricos, construindo, assim, um maior aprofundamento do aprendizado.

Na grande maioria dos arquivos provinciais e no nível federal acontecem ações educativas e de difusão de acervo, sem uma preocupação muito grande de como poderiam ser organizadas ou definidas, ou seja, são realizadas de forma bastante genérica. Essas práticas também acontecem em redes sociais, como ilustrado nas Figuras 1 e 2, apenas para fim de exemplificação:

Figura 1 – Difusão de acervo no Twitter da Biblioteca e Arquivo Canadense. Fonte: Library and Archives Canada, 2020

Figura 2 – Difusão de acervo no Twitter do Arquivo provincial de Manitoba. Fonte: Provincial Archives of Manitoba, 2020

Desse modo, é possível perceber que três condições são fundamentais para os arquivos públicos canadenses do ponto de vista da difusão: 1) ações culturais; 2) políticas e leis de acesso à informação; 3) estudos de usuários: especialmente os genealogistas. Essa afirmativa se verifica pela análise dos próprios sites das instituições exemplificadas.

A partir da sistematização apresentada, vamos discutir essas questões na realidade brasileira.

Acesso e difusão no contexto brasileiro

No Brasil compreende-se que a difusão é a mais recente do conjunto de funções arquivísticas, além disso, verifica-se que se proliferam as pesquisas, os artigos e eventos, mas os casos de sucesso são escassos, justamente por toda a complexidade da situação dos arquivos públicos brasileiros.

Quando se fala em difusão pensa-se em três frentes, são elas: 1) educação patrimonial e seus desdobramentos culturais e editoriais; 2) marketing aplicado a arquivos; 3) estudos de usuários. São questões fundamentais, mas tradicionalmente pouco trabalhadas na realidade arquivística, dada a problemática apresentada na introdução deste texto. Apesar disso, é possível perceber que a difusão acontece presencialmente na maioria dos arquivos, novamente sem uma preocupação conceitual a respeito.

A difusão então significa, acima de tudo, ações ativas que visem divulgar e comunicar os acervos públicos e privados. Ela busca aproximar as instituições arquivísticas públicas das sociedades que produziram os

documentos, associada a tecnologias de comunicação e informação, editoração, marketing etc.

Do ponto de vista da educação, portanto, a ação educacional envolve vários conceitos. Duas tendências emergem desse conjunto: uma no sentido amplo do termo educação e outra no sentido restrito. O conceito de educação refere-se ao fenômeno cultural da socialização, o corpo de conhecimento compartilhado por membros da mesma sociedade. Da mesma forma, inclui o conceito de realização. Nessa perspectiva, a educação constitui o "conjunto de ações e influências destinadas a desenvolver e cultivar as capacidades mentais, conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos de uma pessoa, para que sua personalidade possa ser desenvolvida o mais amplamente possível, para permitir-lhe desempenhar um papel construtivo na sociedade em que vive" (Legendre, 1993, p. 436).

Assim, acredita-se que, do ponto de vista da realidade dos arquivos públicos, três ações são fundamentais: educar seu público, conhecê-lo e garantir que tenham direito ao acesso.

A revisão da literatura arquivística brasileira, feita para esta pesquisa, destaca a ausência de textos relacionados especificamente à ação educacional em arquivos e aos estudos de seus usuários. De fato, os especialistas falam pouco sobre isso e, na maioria das vezes, lidam ou por meio de ação ou por meio de disseminação cultural. Este último apresenta principalmente uma generalização de práticas sem, no entanto, formalmente desenvolver um conceito teórico específico do que estamos falando quando pensamos em estudos de usuário e ações culturais. No entanto, há um consenso entre os autores sobre a integração de ambas as coisas para as funções arquivísticas.

Sobre a questão brasileira, destaca Parrela (2013, p. 108),

> O Museu Imperial começou a utilizar a metodologia voltada para o uso e a apropriação dos bens culturais a partir de 1983, inspirado no trabalho desenvolvido na Inglaterra denominado *heritage education*. Desde então, tornou-se importante difusor da proposta no país, especialmente após o lançamento de um guia sobre o tema, em 1999, em que destacava que a metodologia poderia ser aplicada em qualquer evidência material ou manifestação de cultura. (Horta, 1999, p. 6 apud Parrela, 2013)

A mesma autora destaca, do ponto de vista dos arquivos, que já existiam práticas anteriores, no entanto não eram feitas de forma sistemática, a fim de atrair novos usuários. Os arquivos no Brasil por muito tempo relegaram as atividades de acesso ao segundo plano. Analisando parte

da literatura brasileira que trata do tema em uma busca na Brapci, chegamos ao fato de que os primeiros registros de atividades iniciam-se, conforme foi definido no começo deste artigo, por volta dos anos 1990 (Parrela, 2013; Cabral, 2012; Rockembach, 2015), concentrados, em sua maioria, àquelas atividades elencadas por Osborne em 1987, ou seja, ações patrimoniais, em maior ou menor grau. Podemos enumerar da seguinte maneira essas atividades:

> 1) materiais para professores com atividades e projetos; 2) unidades de sala com instruções de trabalho e o papel dos arquivos; 3) exibições e visitas; 4) projetos envolvendo estudantes em pesquisa arquivística; 5) a produção de quites baseados em documentos arquivísticos; 6) uso de estudantes para identificar e coletar materiais de interesse dos arquivos; 7) formação de arquivos escolares; 8) estabelecimento de acordos de cooperação entre instituições arquivísticas e escolas. (Osborne, 1986/1987, p. 28, tradução nossa)

Tomando por base alguns estudos de caso que buscaram trabalhar com questões de difusão (Menezes, 2012; Ferreira; Caldas, 2017) é possível perceber que a grande maioria dos arquivos atende no máximo a algumas das atividades propostas por Osborne quando se tratam de ações culturais e patrimoniais. Ações fundamentais quando se visa estabelecer um cartão de visita para as instituições arquivísticas brasileiras, ainda que, na maioria dos casos – com raras exceções como o caso do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, como descreve (Parrela, 2013) –, o lugar-comum é a monumentalização dos documentos "históricos" e exposições fixas.

No caso dos estudos de usuários, como já destacavam Jardim e Fonseca em 2003, as pesquisas eram quase inexistentes. De 2003 até a atualidade, os artigos que trabalham com a temática cresceram exponencialmente. Na Brapci, são 28 artigos e, na sua maioria, são estudos de casos específicos tratando do tema. O que significa, realmente, que a temática está ao menos na pesquisa, ou seja, mais presente no universo arquivístico brasileiro.

Por outro lado, em relação ao direito de acesso, encontrou-se uma série de artigos e de dissertações que abordam a LAI (lei n. 12.527 de 2011), que dispõe sobre o acesso à informação no Brasil. Essa lei foi um divisor de águas do ponto de vista da formalização legal sobre o acesso à informação. Já existia a menção a esse direito, desde 1988, na Constituição brasileira, especificamente no inciso XXXIII do artigo quinto, no inciso II, parágrafo terceiro, do artigo 37 e no parágrafo segundo do artigo 216,

porém carecia de regulamentação. Também foram verificadas, no Brasil, ações de difusão nas redes sociais, exemplificadas nas Figuras 3 e 4.

Figura 3 – Difusão do Arquivo Nacional do Brasil pelo Twitter. Fonte: Arquivo Nacional, 2020

Figura 4 – Difusão do Arquivo Público do Rio Grande do Sul pelo Twitter. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2020

Portanto, ações de difusão nas redes sociais também têm ocorrido com frequência nas instituições públicas brasileiras. Estabelecidas essas balizas teóricas em relação à trajetória do acesso e da difusão nos cenários

estudados, a seguir buscaremos estabelecer as semelhanças e diferenças entre as realidades aqui apresentadas.

Comparativo entre as ações canadenses e brasileiras

Todos os processos de organização arquivística geram produtos, isso vale para todas as funções e seus desdobramentos. Importante destacar que esses processos e seus produtos não são um fim em si mesmos, quer dizer, ainda que a partir do estudo do órgão produtor dos documentos se construa um plano de classificação, o plano não encerra todos os objetivos. Os processos de acesso e difusão, como destacamos ao longo do texto, são contínuos, complementares e indissociáveis.

A partir das realidades analisadas, compreendemos como a difusão tem ocorrido do ponto de vista da literatura no Canadá e no Brasil, ou seja, uma série de procedimentos que são adotados pelas instituições arquivísticas em menor ou maior grau. As práticas mais comuns presentes nos arquivos públicos são aquelas relacionadas aos documentos monumentalizados e à constituição de exposições fixas; os estudos de usuários são encontrados em ambas as realidades, no caso do Brasil, principalmente nos últimos dez anos; o direito ao acesso e seus dispositivos legais também estão presentes nos dois países, ampliados e incrementados a partir da aprovação de leis de acesso à informação.

Construímos, para fim de sumarização, um quadro comparativo das realidades apresentadas:

Quadro 1 – Comparativo das realidades Brasil/Canadá

	Brasil	**Canadá**
Ações culturais	Boa parte das ações culturais está centrada em ações fixas e passivas, ainda que existam casos de uma difusão mais ativa	Os arquivos provinciais e federal têm ações educativas em espaços públicos, escolas, centros culturais etc.
Estudos de usuários	Têm crescido, do ponto de vista da literatura, porém carece de estudos mais práticos nas ambiências dos arquivos	Acontecem desde meados dos anos 1990. A maior preocupação é com os genealogistas, maior público dos arquivos canadenses
Dispositivos legais de acesso à informação	Presentes desde o final da década de 1980, porém regulamentado em 2011	Regulamentado desde 1985

Fonte: elaborado pelo autor.

Do ponto de vista do tratamento técnico, é importante dizer que a difusão, que faz uso de todo o trabalho intelectual realizado na classificação e na descrição, visa construir, em mídias impressas ou digitais, materiais que facilitem e possibilitem o acesso pela sociedade aos documentos públicos, bem como a compreensão e o conhecimento dos usuários e dos potenciais usuários das instituições arquivísticas.

Assim, os processos de difusão e acesso lidam com o que existe de mais sensível na missão dos arquivos no cumprimento de servir à sociedade e dar acesso aos conjuntos documentais.

Importância da gestão de documentos na difusão e acesso

Para compreender as diferentes qualidades dos serviços de difusão e acesso, é preciso ter em mente que, antes de saber se essas funções estão integradas em programas de gestão de documentos, é preciso compreender as intervenções e ações arquivísticas como compartimentadas e separadas do real da produção documental. De certa maneira, o acesso aos documentos de arquivo sempre foi, na perspectiva da história da arquivologia, uma ação de segunda ordem, ou seja, a preservação sempre foi a ação principal. O desenvolvimento teórico da gestão documental e o advento das leis de acesso à informação alteraram esse tipo de compreensão. Tal fato é tão importante que existem trabalhos que apontam na atualidade uma necessidade maior de acesso a documentos de arquivos ainda na fase de produção documental (Bittencourt, 2014).

Dito isso, cabe lembrar que algumas funções e atividades que são típicas e fundamentais no contexto do acesso, são, na verdade, do campo da gestão de documentos, como no caso da classificação. É de nossa compreensão que ela é a função matricial de toda a arquivologia. A classificação ocorre ainda no momento da produção do documento, dela depende todo o desenvolvimento organizacional que visa promover o acesso.

Podemos demonstrar a relação entre as funções no esquema a seguir.

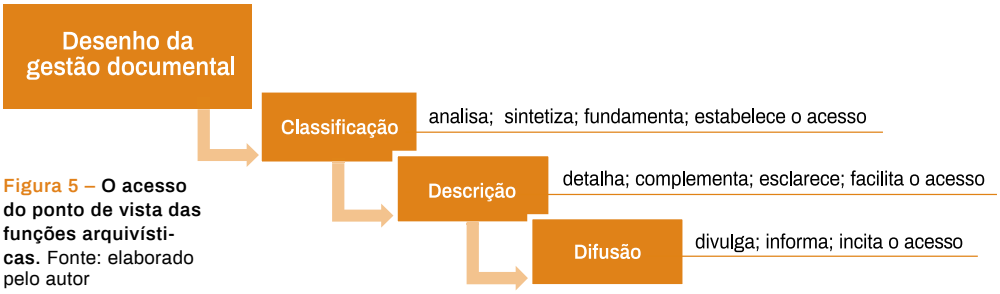


Figura 5 – O acesso do ponto de vista das funções arquivísticas. Fonte: elaborado pelo autor

Pela figura é possível perceber que a classificação é a mais importante função arquivística e tem impacto em todas as fases do ciclo documental, especialmente no contexto do acesso, quer esse acesso ocorra na produção ou em um momento posterior. Assim, o processo de classificação deverá fomentar e auxiliar o acesso aos documentos de arquivo (Barros, 2013).

Dito isso, o trabalho desenvolvido no contexto da classificação terá impacto em todas as atividades posteriores justamente por ser a base do processo. A classificação é, portanto, o processo de organização e gestão dos documentos, identificando ou agrupando conjuntos de documentos produzidos por uma fonte comum, com características comuns e arquivamento similar, identificando as relações de forma hierárquica e sumarizada dos relacionamentos entre os documentos e os seus produtores. Desse modo, fica claro que é a partir da classificação que podemos provocar ações de difusão. Ou seja, ela decompõe as relações contextuais e funcionais no formato de um esquema de classificação e dá o pontapé inicial para a descrição, que busca evidenciar uma complexa rede de relações entre os documentos e a instituição que os produziu.

Classificar significa decompor hierarquicamente um conjunto documental com base nas características semelhantes e diferentes de cada uma de suas partes. Dessa forma, a classificação arquivística pode ser conceituada como o processo de organizar um dado acervo em classes e subclasses, conforme as características dos documentos, envolvendo tanto seus elementos formais, como o suporte, quanto os relativos ao conteúdo. Assim, a classificação arquivística procura organizar um objeto que não pode ser compreendido completamente a partir de suas unidades, mas, sim, em conjuntos maiores. Na prática, isso se reflete no fato de os documentos só terem realmente sentido quando relacionados a outros, seja no âmbito dos arquivos correntes e intermediários, seja no dos arquivos permanentes.

Tendo em conta a proveniência, são perceptíveis os outros princípios arquivísticos no processo de classificação. Classificar respeitando a proveniência fará com que a ação reflita as relações contextuais e de organicidade do acervo. Além disso, dispor os documentos em classes também torna evidente sua indivisibilidade, ou seja, demonstra que devem seguir a classificação estabelecida, com o risco de, caso isso não aconteça, perderem-se materiais importantes para o uso corrente ou para pesquisas, no caso dos arquivos permanentes, o que também destaca a unicidade dos documentos de arquivo.

Por outro lado, o princípio de ordem original preserva características e relacionamentos da história custodial e evidencia a significância que pode ser inferida do contexto documental, ou seja, a forma pela qual o

órgão produtor organiza seus documentos é reflexo do seu entendimento e da importância dada a uns em detrimento de outros; por exemplo, a organização dada pelos militares aos arquivos produzidos durante a ditadura civil-militar. Contudo, a ordem original não significa manter o arranjo em que os documentos foram recebidos, significa buscar compreender a lógica interna e sua relação de conjunto. O princípio da ordem original não se estende ao respeito ao caos original (SAA, 2005), um problema recorrente nas ambiências dos arquivos permanentes, especialmente na realidade brasileira.

Portanto, o respeito à ordem original significa relacionar os documentos com suas atividades. Essa ordem deve ser mantida para além de sua gestão, mas também na preservação e nos arquivos permanentes. Isso garantirá as pesquisas, o acesso e a transparência no futuro.

Toda organização de arquivo pressupõe acesso, quer dizer, existe sim uma preocupação histórica e latente com a preservação, principalmente quando pensamos nos arquivos em terceira idade, tradicionalmente aqueles que perpassam ações culturais e de difusão, no entanto todo processo de organização é uma ação de difusão em potencial. Por exemplo, quando pensamos nos usos dos documentos de arquivo pelos genealogistas, estamos falando de uma conexão entre processos de difusão e uso das informações contidas nos documentos de arquivo. Outro ponto importante: se não se conhece quem são os usuários reais e potenciais dos arquivos, não existe ação cultural educativa eficaz.

Do ponto de vista de um processo gerencial, a difusão se retroalimenta da seguinte forma:

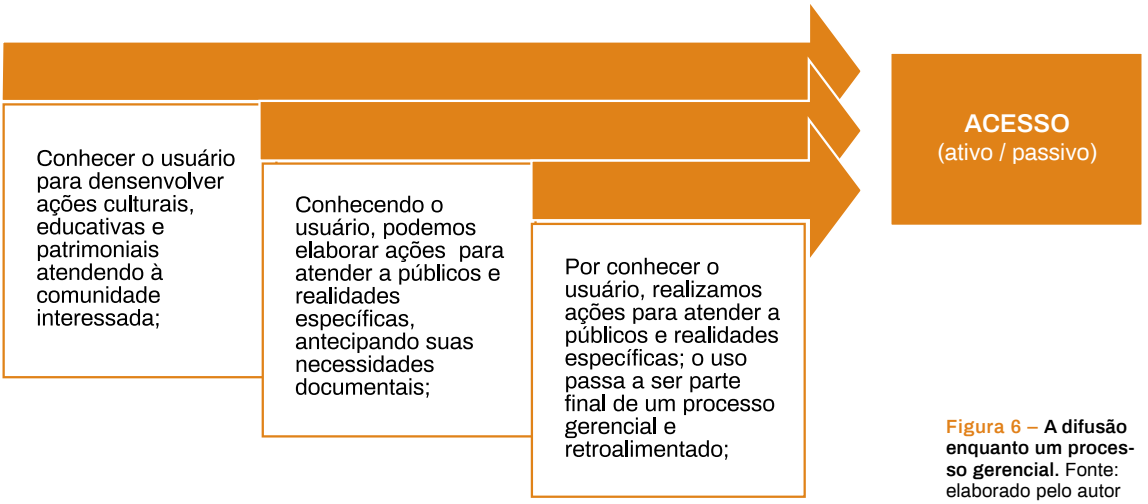


Figura 6 – A difusão enquanto um processo gerencial. Fonte: elaborado pelo autor

Desse ponto de vista, não temos como desvincular as ações de difusão das outras funções arquivísticas, ou seja, não há separação entre as ações típicas de arquivos ativos ou inativos. Todas as fases do processamento técnico se completam e são fundamentais para a compreensão, organização, difusão e uso dos documentos de arquivo.

Considerações finais

Buscou-se, neste artigo, apresentar uma discussão panorâmica e sistemática a respeito da difusão e do acesso, no contexto de dois países distintos. Foi possível perceber que os problemas, ainda que apresentados de formas diferentes ou iniciados em períodos díspares, são bastante parecidos, ou seja, os arquivos por muito tempo não levaram em conta ações culturais como práticas importantes nos arquivos. O papel educacional não faz parte intrinsecamente dos mandatos do arquivista porque os serviços de arquivo como instituição nem sempre têm uma missão educacional. A missão mais presente nos arquivos é a preservação dos documentos produzidos pela máquina estatal. Em muitos casos, há ausência de diretrizes mínimas que protejam as instituições, levando as ações culturais ao segundo plano. Vê-se também a importância de se conhecer os usuários e suas necessidades em ambas as realidades, porém, neste quesito, dada a realidade de busca do Canadá, há um direcionamento maior para o seu público (genealogistas). Já no caso do Brasil, há necessidade do aprofundamento de estudos que visem trabalhar com perfis de usuários. Os arquivos ainda permitem o acesso principalmente por meio de instrumentos de pesquisa. Deve-se combinar o acesso à proteção, uma vez que determinados documentos estão sujeitos à lei, respeitando o acesso a documentos mantidos por órgãos públicos e a proteção de informações pessoais. Embora alguns arquivos utilizem a exposição, esse meio de disseminação permanece marginal em comparação com o modo tradicional de transmissão.

O discurso arquivístico, por outro lado, levanta a questão da importância a ser dada aos programas públicos e, acima de tudo, descreve práticas. Isso nos relaciona ao segundo objeto que encontramos na literatura arquivística de ambos os países, o direito ao acesso aos documentos públicos, que, salvo melhor juízo, tem de estar salvaguardado nos dispositivos legais e constitucionais. Caso não estejam balizados e fundamentados como um direito do cidadão, a opacidade e ausência de transparência do Estado prevalecem. Então, é evidente a preocupação dos arquivistas com fundamentos relacionados à questão legal, quando se pensa em acesso.

Outro ponto que precisa ser mais aprofundado e discutido do ponto de vista da teoria e da prática na arquivologia, são os estudos de usuários. Estão presentes em ambos os países, porém só encontramos casos práticos no Canadá, no entanto muitos são os estudos recentemente publicados voltados a temáticas dos estudos de usuários. Nesse cenário, mostra-se necessário o desenvolvimento de mais pesquisas, assim como a aplicação da difusão e de seus aspectos no Brasil e no mundo.

Referências

ARCHIVES OF MANITOBA. Disponível em: https://www.gov.mb.ca/chc/archives/. Acesso em: 10 mar. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/. Acesso em: 10 mar. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/inicial. Acesso em: 10 mar. 2020.

BARROS, T. H. B.; Moraes, J. B. E. de. Da classificação biológica à classificação digital: perspectivas de renovação em classificação arquivística. *Ágora*, Florianópolis, v. 23, n. 46, p. 58-84, jun. 2013.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 10 mar. 2020.

CABRAL, M. R. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 25, n. 1, p. 35-44, 2012.

CANADÁ. Access to Information Act. R.S.C., 1985, c. A-1. Disponível em: https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/a-1/FullText.html. Acesso em: 10 mar. 2020.

DUFF, W.; CRAIG, B.; CHERRY, J. Finding and using archival resources: a cross-Canada survey of historians studying Canadian history. *Archivaria*, Ottawa, v. 58, p. 51-68, fall 2004.

DUFF, W.; JONHSON, C. Where is the list with all the mames? Information-seeking behavior of genealogists. *The American Archivist*, Chicago, v. 66, n. 1, p. 79-95, 2003.

FERREIRA, G. H. L.; CALDAS, F. R. Indicadores de marketing digital para websites de arquivos públicos estaduais. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 211-233, 2017.

FINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. *Archival Science*, v. 9, p. 71-86, 2009.

GILBERT, J. Access denied: the Access to Information Act and its effect on public records creators. *Archivaria*, Ottawa, v. 49, p. 84-123, spring 2000.

GILLILAND-SWETLAND, Anne J. Enduring paradigm, new opportunities: the value of the archival perspective in the digital environment. Arligton: CLIR, 2000.

LEGENDRE, Renald. *Dictionnaire actuel de l'éducation*. Paris: Éditions Eska, 1993.

LIBRARY AND ARCHIVES CANADA. Disponível em: https://www.bac-lac.gc.ca/eng/Pages/home.aspx. Acesso em: 10 mar. 2020.

LOPES, Luís Carlos. *A nova arquivística na modernização administrativa*. 3. ed. Brasília: Annabel Lee, 2013.

MILLAR, L. The death of the fonds and the resurrection of provenance: archival context in space and time. *Archivaria*, Ottawa, v. 5, p. 1-15, spring 2002.

MENEZES, P. L. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região Sul do Brasil. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 6, n. 3, p. 47-71, dez. 2012.

OSBORNE, K. Archives in the classroom. *Archivaria*, v. 23, p.16-40, winter 1986-1987.

PARRELA, I. Educação patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 42, n. 1, p. 107-116, 2013.

ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos*: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006 (1. ed., 1956).

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS (SAA). *A glossary of archival and records terminology*. Chicago: SAA, 2005. Disponível em: https://www2.archivists.org/glossary. Acesso em: 10 mar. 2020.

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (org.). *Organização e representação do conhecimento*. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 240-269.

WALBY, K.; LARSEN, M. Getting at the live archive: on access to information research in Canada. *Canadian Journal of Law and Society*, v. 26, n. 3, p. 623-633, 2011.

Recebido em 31/12/2019
Aprovado em 31/3/2020

Um estudo dos usuários e usos do Arquivo Público Municipal de Vitória

A study of users and uses of the Arquivo Público Municipal de Vitória / Un estudio de usuarios y usos del Arquivo Público Municipal de Vitória

Fabiola Pereira Costa
Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil
fabiolajpc@hotmail.com

Taiguara Villela Aldabalde
Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB), com pós-doutorado pela Universidade Fernando Pessoa, Portugal. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil
taiguara.aldabalde@ufes.br

RESUMO

O objetivo é apresentar dados sobre o perfil dos usuários e os usos dos fundos do Arquivo Público Municipal de Vitória, por meio de uma pesquisa documental realizada em 109 fichas de atendimento da instituição. Como resultado, foram identificadas predominâncias em relação à finalidade das pesquisas; ocupação e localização dos usuários; necessidades informacionais e materiais consultados.

Palavras-chave: *usuário; arquivo; arquivo público municipal; uso.*

ABSTRACT

The aim is to present data about the users' profile and the uses of the fonds of the Arquivo Público Municipal de Vitória, through a documentary research based in 109 service forms of the institution. As a result, predominances were identified in relation to the purpose of the research; occupation and location of users; informational needs and consulted materials.

Keywords: *users; archives; municipal public archive; use.*

RESUMEN

El objetivo es presentar datos sobre el perfil de los usuarios y los usos de los fondos en el Arquivo Público Municipal de Vitória, por médio de una investigación documental basada en 109 formularios de servicio de la institución. Como resultado, se identificaron predominancias en relación con el propósito de la investigación; ocupación y ubicación de usuarios; necesidades informativas y materiales consultados.

Palabras clave: *usuario; archivo; archivo público municipal; uso.*

Introdução

Pode-se considerar que o campo de estudos de usos e de usuários no âmbito arquivístico possui origens na década de 1980, com o apontamento de Franz (1986) sobre a presença de questionários voltados ao conhecimento acerca dos perfis de usuários e, particularmente, sobre os usos educativos de acervos arquivísticos. Esse campo tem ganhado espaço na literatura, sobretudo a partir de pesquisas desenvolvidas no campo arquivos e sociedade (Couture; Ducharme, 1998 apud Gilliland; McKemmish; Lau, 2017) e na socialização, criação e uso do documento (Gilliland; McKemmish, 2004 apud Gilliland; Mckemmish; Lau, 2017).

Dentre os temas mais pesquisados no âmbito arquivístico que envolvem os usos e os usuários, destacam-se a interação dos usuários, os sistemas de busca e o acesso aos documentos (Sundqvist, 2017). Consequentemente, isso reflete na busca por compreender os usuários de arquivo, inclusive seus hábitos de pesquisa e suas necessidades informacionais. No contexto da mediação arquivística, parece ser incontornável "conhecer melhor quem usa os arquivos e como essas pessoas preferem ter acesso às fontes [...]" (Duff, 2016, p. 196).

Para Sundqvist (2017), pesquisas realizadas em arquivos necessitam de um processo de intervenção e interpretação. Nesse sentido, para Duff (2016, p. 196) a mediação arquivística emerge "à medida que grupos maiores e mais diversificados de usuários tentam acessar os arquivos [...]". Tal diversidade de usuários e de respectivas demandas informacionais, que os levam ao acesso dos documentos, norteia os estudos voltados aos usos e usuários de informações arquivísticas.

Diante dessas colocações e da necessidade de compreender melhor os usos e usuários dos arquivos, este estudo tem como objetivo apresentar a análise dos perfis dos usuários e quais tipos de usos são efetivados no Arquivo Público Municipal de Vitória (APMV). Para tanto, recorre-se à base empírica, isto é, ao levantamento das informações registradas em 109 fichas de atendimentos realizados na instituição.

A análise mencionada faz parte do desenvolvimento de uma pesquisa-ação de mestrado em Ciência da Informação (CI), que, dentre outros objetivos, busca realizar práticas de mediação cultural no contexto educativo, utilizando o acervo do APMV, a fim de avaliar o impacto em uma comunidade escolar. Para esse objetivo, como parte do processo investigativo, torna-se necessário identificar os públicos e os usuários atendidos pelo APMV a partir, dentre outras atividades registradas, das consultas realizadas aos fundos.

Metodologia

Em uma primeira etapa, adotou-se a pesquisa bibliográfica a partir de autores como Sundqvist (2017) e Duff (2016), buscando fundamentar os argumentos apresentados sustentando-os pela teoria, a fim de que os dados e resultados obtidos possam ser discutidos e relacionados à base teórica. Com isso, busca-se permitir um aprofundamento dos conhecimentos e a ampliação das perspectivas de investigação referentes à temática proposta considerando as "produções já existentes sobre o tema pesquisado, trazendo as informações contidas em livros, revistas, periódicos e artigos científicos" (Gil, 2017, p. 47).

Em um segundo momento, buscou-se analisar os perfis dos usuários do APMV. Isto posto, foram realizados os procedimentos de pesquisa documental nas fontes primárias. Deste modo, a coleta de dados foi encaminhada por uma abordagem quali-quantitativa (Sundqvist, 2017).

As pesquisas realizadas no acervo do APMV, bem como as informações referentes aos usuários atendidos pela instituição, são registradas em fichas impressas. A pesquisa documental foi realizada nas referidas fichas de registro, ação que viabilizou a obtenção dos dados analisados. Cabe apontar que, apesar da semelhança com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental se difere pela natureza das fontes, pois "vale-se de materiais que [...] ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa" (Gil, 2011, p. 51). Para a viabilidade das análises apresentadas, os dados foram organizados em meio digital, com categorias estabelecidas em células do software Excel. Além disso, procedeu-se à categorização, de acordo com a resposta de cada usuário, relacionada aos seguintes campos: ocupação; residência; temas pesquisados e materiais consultados. Alocaram-se, a partir desses campos, os números para a tabulação e a elaboração de gráficos.

Durante o trabalho de pesquisa, foram identificadas duas configurações de ficha de registro de consulta em relação aos metadados, sendo os modelos recentes mais completos. Considerando isso, optou-se por extrair os dados das fichas utilizadas de 2015 a novembro de 2019.

O Arquivo Público Municipal de Vitória: contexto institucional

Cabe apontar as origens do APMV, porque é a partir de então que se desenvolve o seu atual contexto institucional. Para iniciar a localização das origens, é relevante considerar que a primeira instituição arquivística do Espírito Santo na República (1889-1930) foi designada "Archivo

Público Espírito-Santense", atual Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, criado em 1908 pelo então presidente do Estado Jerônimo Monteiro, com raízes no Império (Aldabalde; Rodrigues, 2020). No mesmo ano ocorreu a criação da prefeitura, através da lei n. 582. Isso resultou na organização municipal, transferindo a gerência dos serviços realizados pelo Conselho Municipal para o chefe do Poder Executivo (Dutra, 2014).

Ceciliano Abel de Almeida, nomeado primeiro prefeito da cidade de Vitória através do decreto presidencial n. 243, de 11 de fevereiro de 1909, é quem assina a lei municipal n. 4, de 1909. Por meio do artigo 10, item 9 do referido ato, regulamenta-se o primeiro Arquivo Municipal do Estado do Espírito Santo, o APMV. Até este marco legal, o APMV localizava-se junto à Prefeitura Municipal de Vitória, em uma casa alugada na rua Barão Monjardim, no Centro da cidade (Dutra, 2014).

Cabe apontar que a reorganização administrativa do município impacta particularmente a guarda e a preservação dos documentos municipais. A lei, em termos de uso, indicava a necessidade de organização dos documentos para facilitar o acesso aos mesmos e os usos administrativos, seja internamente ou externamente; referindo-se aos documentos produzidos e recebidos.

Durante a administração do prefeito Américo Poli Monjardim, o APMV permaneceu junto à sede da prefeitura, na rua Sete de Setembro, atual centro histórico de Vitória. A instituição arquivística volta a estar presente na legislação do município através do decreto n. 967, de 1941, que delineia sua estrutura organizacional.

Dadas as mudanças de sede e a desvinculação do espaço físico da prefeitura, hoje o APMV localiza-se no bairro de Bento Ferreira. A atual estrutura predial é compartilhada com outros órgãos da municipalidade, sendo o espaço destinado ao APMV utilizado para a custódia dos fundos, atendimento aos usuários e gabinetes dos servidores. Nota-se que o arquivo intermediário é acomodado em outro prédio e os arquivos correntes ficam sob a custódia de suas respectivas secretarias municipais, entendidas como de responsabilidade dos arquivos setoriais.

Dentre as atividades inerentes ao APMV está o atendimento às demandas do Poder Executivo municipal. Essas envolvem consideravelmente os arquivos intermediários; o atendimento aos cidadãos e às pesquisas executadas a partir dos arquivos permanentes. A abertura ao público é limitada ao seguinte intervalo: segunda a sexta-feira, das 12h às 19h. Além disto, não há uma programação educativa ou cultural de fato aberta aos usuários.

É notável que a instituição possua, em seu quadro funcional, quatro funcionários efetivos, sendo eles: um arquivista, um coordenador e dois auxiliares de suporte operacional. Em termos de responsabilidade, o primeiro tem como atribuição orientar a elaboração de instrumentos de pesquisa, atender ao público interno e externo, planejar atividades técnicas e participar da Comissão Central de Avaliação de Documentos. No caso do segundo, sua responsabilidade é chefiar a coordenadoria em função das atividades operacionais do Setor de Arquivo e Protocolo. Em se tratando dos auxiliares, estes executam as atividades operacionais do arquivo intermediário.

Somado ao pessoal efetivo da instituição, há estagiários de nível médio e superior em experiência laboral. Cabe ressaltar que, a partir da parceria entre a prefeitura e a Universidade Federal do Espírito Santo, o arquivo elevou qualitativamente seu quadro de especialistas em arquivística, dado que mais profissionais da área foram inseridos nas atividades cotidianas do APMV.

Nesse contexto institucional, o atendimento é levado a cabo por meio de diálogo entre o requerente e o servidor, ou estagiário, com a finalidade de se chegar mais próximo ao acolhimento das demandas de pesquisa por documentos de caráter probatório ou informativo. Aos usuários, têm sido disponibilizados documentos que atendem buscas por itens não originais da documentação, gerados por digitalização, cópia eletrostática ou fotografias.

Dentre os arquivos intermediários consultados estão os processos administrativos, registros de imóveis e documentos referentes ao departamento de pessoal da prefeitura (por exemplo, folhas de ponto e registros de frequência dos servidores). No seu acervo permanente são encontrados os seguintes conjuntos documentais: o fundo da Câmara Municipal, que data a partir de 1808, com 14.785 exemplares de jornais datados entre os anos de 1893 e 1996; manuscritos arquivísticos (*archival manuscritps*) produzidos a partir de 1789; além de mais de dez mil fotografias que retratam a capital do estado do Espírito Santo, suas adjacências e 1,3 mil projetos de obras, planos de ocupação da ilha de Vitória e mapas antigos.

Análise dos usuários e usos do Arquivo Público Municipal de Vitória (2005-2019)

Considerando o material consultado, encontram-se fichas que registram dados de consultas no intervalo de tempo iniciado em 2005 até novembro de 2019. O montante total dessas fichas chega ao número de 226. No

entanto, os anos de 2006 e 2007 não apresentam nenhum registro. No Quadro 1, é possível acompanhar a evolução do preenchimento de dados das consultas por quantidades de fichas distribuídas por ano:

Quadro 1 – Quantidade de fichas entre 2005 e novembro de 2019[1]

Ano	Quantidade de fichas
Sem data informada	10
2005	1
2006	-
2007	-
2008	41
2009	10
2010	9
2011	8
2012	17
2013	16
2014	6
2015	38
2016	34
2017	14
2018	14
2019 (até nov.)	9

Como apontado antes, o APMV adotou formulários ou metadados diferentes para as fichas de registro de consultas. A configuração desses metadados, que descrevem o usuário e podem servir para traçar o seu perfil, encontra-se em uma perspectiva comparativa no Quadro 2:

Quadro 2 – Formulários das fichas de registro de consultas ao arquivo permanente

Metadados	Formulário 1 (2005-2014)	Formulário 2 (2015-atual)
Nome	S	S
Endereço	S	S
Número	S	N
Bairro	S	S
Cidade	S	S
Estado	S	S
E-mail	N	S
Telefone	S	S
Instituição ou entidade que representa	S	S
Profissão	S	S
Faixa etária: 0-20; 21-30; 31-40; 41-50; +50	S	N
Consulta agendada?	N	S
Assunto consultado	S	S
Material consultado no acervo: fotografias; mapas; processos; jornais; outros	N	S
Material consultado no acervo: fotos; documentos históricos; processos; outros	S	N
Grau de satisfação referente ao acervo consultado: ótimo; bom; regular; ruim	S	S
Data da consulta	S	S
Horário	S	S
Profissional responsável pelo atendimento	S	S
Sugestões, elogios e/ou reclamações	S	S

Apesar da relevância dos registros de consulta, estes não recebem o tratamento adequado, que corresponderia à abordagem estatística dos atendimentos, nos formatos tradicional e eletrônico, e o cuidado, por parte do serviço de referência, quanto ao preenchimento dos

metadados que compõem as fichas, no que se refere às informações sobre os usuários e os usos do acervo do APMV.

Os registros dos atendimentos em ambiente digital e as fichas físicas se encontravam dispersos. O início da investigação significou uma organização da base de dados, isto é, dos documentos. Portanto, foi necessário organizar as fichas para a coleta de dados, a serem analisados *a posteriori*.

Para isso, após dialogar com a autoridade técnica da instituição, optou-se pelo arquivamento por ordem cronológica. Em um segundo momento, os dados contidos nas fichas foram extraídos e registrados em um instrumento de pesquisa digital, elaborado de modo aberto, a fim de que permaneça a coletar dados no decorrer dos atendimentos realizados.

Com isso, supõe-se uma redução no tempo de resposta e mais agilidade na recuperação das informações referentes aos atendimentos. Por fim, as fichas foram alocadas em pastas adequadas, com a identificação do período de produção dos registros de atendimento. Cabe ressaltar que a manutenção da referida organização é relevante, pois favorece a coleta de dados sobre os usuários e as pesquisas realizadas no APMV. Ressalta-se que o preenchimento das fichas é de caráter facultativo, o que explica razoavelmente a existência de lacunas.

Vale sublinhar que os documentos pesquisados para a coleta de dados são referentes às consultas realizadas pelos usuários diretamente na instituição (*in loco*), direcionadas a seu arquivo permanente. O material utilizado diz respeito às pesquisas efetuadas por usuários internos, ligados às demandas jurídico-administrativas, e externos, cujas necessidades informacionais estão vinculadas aos direitos civis.

Diante das manifestações registradas pelos usuários em relação aos assuntos buscados, foi realizada a análise de conteúdo, de modo que fossem identificados os teores explícitos e implícitos das pesquisas. Isso resultou em oito categorias. O Quadro 3 indica a distribuição dos números de assuntos presentes, investigados em uma evolução temporal por ano:

Quadro 3 – Categorias distribuídas por teor e ano das investigações dos usuários

Assunto	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Bairros (Vitória e centro histórico de Vitória)	23	11	10	5	1	50
Ruas e avenidas (bairros de Vitória e centro histórico)	0	0	0	2	0	2

Assunto	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Monumentos (igrejas, conventos, edifícios)	4	6	4	1	6	21
Administração pública (processos, legislações)	5	7	0	1	0	13
Praças e parques	2	0	0	0	0	2
Saúde	0	1	0	0	1	2
História regional (escravidão, desenvolvimento urbano)	4	1	0	1	1	7
Não informado	0	8	0	4	0	12

Para além dos interesses de pesquisa, a análise dos dados permitiu alcançar um resultado com evidente diversidade de perfis de usuários, ao menos no que tange à profissão. Foram identificadas as seguintes ocupações: estudantes de ensino médio; estudantes de ensino superior; estudantes de arquitetura e urbanismo; musicista; historiadores; geógrafo; turismólogo; médico; assistente social; educador social; pedagogo; arquitetos; professores; aposentado (profissional emérito); balconista; advogados; servidores públicos; restaurador; corretor de imóveis; técnico em edificações; jornalistas; arquivista; psicólogo e consultor empresarial. Dentre tais usuários, registra-se que a categoria estudantes foi a mais expressiva diante das demais ocupações na utilização do espaço institucional e do acervo, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Dados sobre a ocupação dos usuários

Ocupação	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Não informado	5	2	-	-	-	7
Estudante de arquitetura e urbanismo	2	3	-	-	5	10
Estudante de ensino superior	3	4	-	-	-	7
Musicista	-	1	-	-	-	1
Historiador	2		-	3	1	6
Geógrafo	1	-	-	-	-	1
Estudante de ensino médio	14	9	5	4	1	33

Ocupação	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Turismólogo	1	-	-	-	1	2
Médico	-	1	-	-	1	2
Assistente social	-	1	-	1	-	2
Educador social	-	-	-	1	-	1
Pedagogo	-	-	1	1	-	2
Arquiteto	-	1	2	1	-	4
Professor	3	-	3	1	-	7
Aposentado	-	1	-	1	-	2
Balconista	-	-	-	1	-	1
Advogado	1	4	1	-	-	6
Servidor público	1	2	1	-	-	4
Restaurador	-	-	1	-	-	1
Corretor de imóveis	-	1	-	-	-	1
Desempregado	-	1	-	-	-	1
Técnico em edificações	-	1	-	-	-	1
Jornalista	2	2	-	-	-	4
Arquivista	1	-	-	-	-	1
Psicólogo	1	-	-	-	-	1
Consultor empresarial	1	-	-	-	-	1
Total	**38**	**34**	**14**	**14**	**9**	**109**

É possível destacar que os usuários vinculados às comunidades de ensino e aprendizagem, ou os usuários com necessidades educativas, são identificados por Koyama (2016) como um dos grupos mais expressivos em termos quantitativos em relação aos usos de acervos documentais, inclusive nos arquivos. Os dados acima expostos reforçam essa constatação da autora.

Na ficha de registro de usuários, o metadado definido pelo termo "ocupação" é aberto ao preenchimento voluntário e, portanto, eles têm liberdade de manifestar seus vínculos acadêmicos ou institucionais. Diante disso, os discentes da área de arquitetura e urbanismo registram de forma precisa o respectivo campo acadêmico. Apesar da ficha utilizada

para registro de dados dos usuários não contemplar a finalidade da pesquisa, pode-se aferir que a procura do acervo para fins acadêmicos tem sido considerável. No entanto, nota-se a queda dessa procura e até a ausência de estudantes de ensino superior nos anos de 2017 e 2018.

Nota-se, ainda, a presença de usuários da área do direito, fato que pode relacionar-se ao valor probatório dos documentos, à finalidade de comprovar ou atestar algo ou uma ação (Duranti, 1994). Após os advogados, segue-se, em termos numéricos decrescentes, a presença de historiadores. As metodologias aplicadas para fundamentar os debates sobre a historiografia local requerem, por imperativo metodológico, o uso de fontes primárias.

Analisado o panorama de dados sobre as ocupações laborais dos usuários, é possível identificar que é predominante o nível de escolaridade superior. Isso ressalta a necessidade de ações que favoreçam a ampliação do acesso aos arquivos, sem restringir sua utilização ou usos apenas aos eruditos e/ou especialistas.

Dentre as fichas analisadas, constata-se a expressividade dos usuários que residem no município de Vitória, mas há de se considerar os moradores de outras regiões. Assim, também há ocorrências de residentes de municípios que fazem divisa com Vitória, ou seja, a chamada "Grande Vitória" ou "Região Metropolitana de Vitória", tais como: Serra, Cariacica e Vila Velha. Somado a isso, constam municípios do estado do Rio de Janeiro (Quadro 5).

Quadro 5 – Dados referentes à residência dos usuários

Município do Espírito Santo	2015	2016	2017	2018	2019
Vitória	27	20	11	11	7
Serra	7	5	-	1	-
Cariacica	1	3	1	1	-
Vila Velha	-	4	1	1	1
Município de outra UF	3	2	-	-	1
Não informado		-	1	-	-
Total:	**38**	**34**	**14**	**14**	**9**

A maior ocorrência de usuários que residem no município ao qual a instituição está diretamente vinculada é verificável por meio dos dados

apresentados em relação aos temas pesquisados, no que se referem às pesquisas por bairros de Vitória.

Os registros apontam ainda que a busca por informações sobre bairros do município de Vitória inclui pormenores ou subtemas como a história dos bairros, mudanças de nomes de lugares públicos e de características das regiões urbanas. Ao observar-se a expressividade de usuários que residem no município de Vitória, percebe-se que as principais buscas se relacionam à própria história dos usuários e ao contexto do município no qual residem.

Além da busca por informações referentes aos bairros, destacam-se as pesquisas relacionadas aos monumentos da região de Vitória e assuntos vinculados à administração pública. Aliás, apesar da valiosa e diversa documentação existente sob custódia legal da instituição, as temáticas abordadas nas pesquisas evidenciam que o APMV é referência no que diz respeito à memória e à história local.

Quanto ao material consultado, também se verificou a existência de pluralidade, pois as consultas não se restringem necessariamente a apenas um tipo de material específico (espécie, gênero, forma, ou formato, por exemplo). Portanto, os resultados são abrangentes o suficiente para se afirmar que mais de um tipo de material é posto em uso em uma consulta. Nessa direção, as fotografias parecem possuir maior interesse, pois são os documentos mais procurados pelos usuários.

Cabe indagar: por que as fotografias são os documentos mais procurados pelos usuários? Por que em seguida estão os mapas, manuscritos, processos, plantas e jornais? Para Gomes (2015, p. 565), o uso de fotografias como fontes de informação está associado ao fato das mesmas evocarem "importantes registros de memórias, fatos e acontecimentos, proporcionando ao pesquisador e ao observador o recorte de um momento do passado". Por outro lado, é possível ter em vista o apelo estético e emotivo da imagem ligado à cultura visual em ascensão no mundo, cada vez mais interconectado pela web, inclusive via redes sociais.

Sendo assim, não parece equivocado supor que a cultura escrita e, por conseguinte, a documentação textual pareçam menos atraentes e até mais difíceis de compreensão para as novas gerações de estudantes e pesquisadores. O Quadro 6 apresenta os tipos de materiais de arquivo consultados entre 2015 e 2019:

Quadro 6 – Dados referentes aos materiais consultados pelos usuários

Material consultado	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Fotografias	25	14	11	11	9	70
Mapas	14	5	5	3	4	31
Plantas	4	2	1	1	-	8
Jornais	-	6	-	1	1	8
Manuscritos	5	2	1	9	2	19
Processos	1	8	-	2	-	11
Outros	7	7	1	-	1	
Não informou	-	1	-	-	-	1
Total:	**56**	**45**	**19**	**27**	**17**	**`148**

Como apontado, o APMV possui um acervo com mais de dez mil fotografias que retratam as transformações da cidade de Vitória e, dada a procura expressiva, cabe ressaltar que a elevação da consulta *in loco* deve corresponder a uma política de preservação desses documentos. Nesse ponto, destaca-se a procura por manuscritos e mapas que exigem, assim como o acervo fotográfico, cuidados em relação à política de preservação no sentido de proteger ao máximo a integridade do material e de assegurar o acesso para usos futuros. Tais políticas comportam uma série de medidas, entre elas: a restrição de manuseio dos documentos e a adoção de cuidados preventivos, relacionados ao ambiente interno do acondicionamento e armazenamento do acervo. Em termos práticos, a execução de medidas requer um elevado controle sobre possíveis agentes de deterioração dos documentos, tais como a iluminação, a umidade, a temperatura, a sujidade e a poeira.

Apesar de possuir parte do acervo fotográfico digitalizado, as reproduções digitais ainda não se encontram disponibilizadas, difundidas nem mesmo publicadas em um sítio institucional do APMV ou um repositório on-line para acesso remoto. Nesse sentido, pode-se apontar que infoprodutos (plataformas digitais, *e-books* com catálogos seletivos das fotos, entre outros) podem ser concebidos e fornecidos para o bom funcionamento da difusão e da mediação. Além disso, a total disponibilização dos documentos poderia resultar na ampliação dos acessos e dos usos

da informação, na democratização dos fundos e na valorização do patrimônio documental da capital do Espírito Santo, Vitória.

Considerações finais

Buscou-se apresentar a análise de dados relativos ao uso de arquivos e ao perfil dos usuários do APMV. Dentre as ocupações registradas, destacam-se os estudantes de ensino superior, médio e os que se identificam como estudantes de arquitetura e urbanismo. No entanto, há registro de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, fator que se associa à diversidade do acervo. Isso reforça a necessidade de uma gestão do APMV pautada pela difusão e mediação, respeitando a diversidade dos seus usuários efetivos e potenciais.

Sobre a finalidade dos usos, o levantamento dos dados registrados nas fichas de atendimento possibilitou identificar que, apesar da instituição estudada não realizar ações educativas, há um número expressivo de usuários cujos usos têm fins educacionais. Portanto, há um público potencial a ser atendido em programas, serviços e infoprodutos. Nessa direção, os estudos interdisciplinares em ciência da informação e arquivologia podem resultar em bases para o conhecimento aplicado aos arquivos (instituições arquivísticas) que possuem óbices similares. Em se tratando da mediação cultural e da informação, sabe-se que os serviços direcionados ao público escolar, como as exposições de originais na institucionalidade arquivística e no espaço exposicional, já tiveram êxito pontual, vide as visitas e as aulas de história *in loco*, convidativas aos potenciais usuários e formadoras de público para os arquivos.

Constatou-se também que, apesar das características diversas dos usuários (com base nas variáveis como moradia, por exemplo), predomina a presença de residentes no município de Vitória. Em relação aos temas que norteiam as pesquisas realizadas no acervo arquivístico em questão, prevalecem as buscas por informações relacionadas à capital e, notadamente, ao centro histórico. Em seguida, em termos quantitativos, estão as investigações que incluem os monumentos arquitetônicos (igrejas, conventos e edifícios). A respeito dos materiais consultados, as fotografias ocupam o primeiro lugar e, em seguida, estão os mapas e manuscritos.

A análise dos dados registrados nas fichas possibilitou também a constatação da necessidade de mais metadados nos formulários de usuários (atualmente fichas). Esses metadados são fundamentais aos estudos de usuários, pois podem levar a um detalhamento dos perfis com mais

precisão. Isso também viabilizaria um conhecimento mais acurado sobre os usos e os hábitos dos usuários do acervo do APMV.

Como desdobramento do estudo sobre as demandas dos usuários, conclui-se que é cabível o aprimoramento das fichas de registro através da inserção de metadados para a captura de dados relativos às necessidades informacionais dos usuários. Entende-se que isso pode ser realizado através dos seis passos propostos por Duff (2016), isto é: o registro do atendimento, a identificação, a orientação, a entrevista de referência, a interação contínua e, ao final, a entrevista de saída. Com isso, supõe-se que os dados sejam capazes de fundamentar o atendimento das demandas ao APMV por parte de seus usuários externos e internos. Somado a isso, o desenvolvimento de modelos de metadados ou formulários aplicados a documentos, como as fichas, podem colaborar no desenvolvimento de metodologias específicas do campo arquivístico e interdisciplinares à ciência da informação no que tange ao campo dos estudos de usos e usuários.

Notou-se ainda que as fichas possuíam muitas lacunas em relação ao preenchimento das informações já solicitadas pelos metadados, considerados insuficientes. Um exemplo disso é o horário em que há mais atendimentos a usuários, a faixa etária e o grau de satisfação referente ao acervo; essa lacuna impossibilitou uma análise mais completa. Conclui-se, portanto, que o preenchimento dos dados que constam na ficha de registro de atendimento é um dos pontos que requerem trabalho meticulosamente planejado e executado por parte dos profissionais do APMV. Isso porque o levantamento e as análises desses dados permitem o aprimoramento dos serviços prestados, a prestação de contas destes serviços para a ampliação de recursos (humanos e materiais), o desenvolvimento dos possíveis infoprodutos a serem ofertados (plataformas digitais, *e-books* interativos, dentre outros).

Além disso, foi possível constatar, com base no número de fichas preenchidas pelo profissional arquivista, que, devido à saturação laboral, possivelmente causada pelas demandas administrativas da prefeitura, este profissional parece estar ausente nos atendimentos aos usuários. Para Duff (2016), além de propiciar o levantamento de informações acerca dos usos e dos usuários do acervo, a participação do arquivista nos atendimentos é determinante para a obtenção de resultados mais completos e para a valoração dos arquivos por parte dos usuários. Por isso, essa não é uma constatação menor, sendo imprescindível que os tomadores de decisão revejam as políticas arquivísticas no Sistema Municipal de Arquivos de Vitória, inclusive em relação à proporcionalidade do quadro de pessoal em relação aos habitantes da cidade.

Por fim, o desenvolvimento desse trabalho preliminar viabiliza agendas futuras de pesquisa sobre a difusão do acervo via acesso digital, a mediação cultural e da informação. Esta investigação marca o ponto de partida para conhecer os usos do arquivo, com o intuito de relacioná-los com práticas que impactariam a exploração dos fundos existentes na instituição pesquisada, formando usuários e público para o APMV.

Referências

ALDABALDE, Taiguara Villela; RODRIGUES, Georgete Medleg. Revisitando o trajeto institucional do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: as práticas e os usos das origens imperiais "ocultas" ao início da Primeira República. *Ágora: Arquivologia em Debate*, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 148-162, 2020. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/882. Acesso em: 23 mar. 2020.

DUFF, W. M. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MCNEIL, Heather (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. In: *Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 50-64, 1994.

DUTRA, R. C. *Arquivo Municipal de Vitória*: memória e história. Vitória: [s.n.], 2014.

FRANZ, E. G. *Archives and education*: Ramp study with guidelines. Paris: Unesco, 1986.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. Rio de Janeiro, Atlas, 2017.

GILLILAND, A.; MCKEMMISH, S.; LAU, A. (org.). *Research in the archival multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2017.

GOMES, S. H. T. Digitalização e indexação do acervo fotográfico da biblioteca do Museu Ferroviário de Bauru. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 26., 2015, São Paulo. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 11, n. especial. São Paulo: Febab, 2015. p. 563-581. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/534/451. Acesso em: 29 nov. 2019.

KOYAMA, A. C. Acervos documentais on-line, práticas de memória e experiências educacionais. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 29, n. 2, p. 74-88, jul./dez. 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/108034. Acesso em: 16 nov. 2019.

SUNDQVIST, A. Archival mediation: studying users' interaction with access systems. In: GILLILAND, Anne; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew (org.). *Research in the archival multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2017. p. 558-580.

Recebido em 31/12/2019
Aprovado em 15/4/2020

Estudos de usuários de arquivo e os desafios da Lei Geral de Proteção de Dados

Studies of archives' users and the challenges of the Brazilian general law on personal data protection / Estudios de usuarios de archivos y los desafíos de la ley general de protección de datos brasileña

Moisés Rockembach
Doutor em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto/Universidade de Aveiro, com pós-doutorado pela Universidade do Porto, Portugal. Professor adjunto do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
moises.rockembach@gmail.com

RESUMO

O artigo destaca conceitos relativos a estudos de usuários e comportamento informacional em arquivos. Argumenta que a coleta de grandes volumes de dados, ou *big data*, por um lado potencializa a análise dos usos da informação, mas por outro produz riscos em relação à privacidade. Aborda a Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil e as questões ético-legais no desenvolvimento de estudos de usuários de arquivos.

Palavras-chave: estudos de usuários de arquivo; Lei Geral de Proteção de Dados; reflexões éticas.

ABSTRACT

The article addresses concepts related to users studies and informational behavior in archives. It argues that although the collection of large volumes of data, or big data, enhances the analysis of the uses of information, it also produces risks in relation to privacy. It addresses the general data protection law of Brazil and the ethical-legal issues in the development of studies of archives' users.

Keywords: archives' users studies; Brazilian general law on personal data protection; ethical reflections.

RESUMEN

El artículo aborda conceptos relacionados con los estudios de usuarios y el comportamiento informativo en los archivos. Sostiene que la recopilación de grandes volúmenes de datos, o *big data*, si mejora el análisis de los usos de la información, también produce riesgos en relación a la privacidad. Aborda la ley general de protección de datos de Brasil y las cuestiones ético-legales en el desarrollo de estudios de usuarios de archivos.

Palabras clave: estudios de usuarios de archivo; ley general de protección de datos brasileña; reflexiones éticas.

Introdução

Os problemas atuais na transformação digital, a convergência de todos os meios e atividades para plataformas on-line, vêm implicando, sobretudo, uma reflexão sobre os conceitos e questões que envolvem a privacidade. Na União Europeia, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD 2016/679), desde 2016, regula como deve ser feita a coleta, o processamento e o acesso dos dados pessoais, que são algumas das principais questões a serem esclarecidas e tornadas transparentes. No Brasil, desde 2018, temos a publicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que abordaremos neste trabalho.

Os estudos de usuário também vêm sofrendo transformações, principalmente no que diz respeito às possibilidades nos meios digitais, já que a coleta de dados pode nos fornecer informações relevantes sobre esses sujeitos. Alguns quesitos demandam uma atenção maior sobre como coletamos e tratamos esses dados.

Alguns fenômenos recentes, como os filtros-bolha (Pariser, 2011), determinam os tipos de conteúdos que cada usuário visualiza e, para essa análise, é preciso ter acesso a uma grande quantidade de dados. Conforme Pariser (2011), o fenômeno filtro-bolha traz três novas dinâmicas: a primeira é que nos encontramos sozinhos na bolha, nos afastando uns dos outros; na segunda dinâmica, a bolha é invisível, pois os critérios que as plataformas determinam para formar as bolhas não são transparentes; e na terceira dinâmica, não optamos por entrar na bolha, somos direcionados conforme determinadas escolhas que fazemos nas plataformas digitais. Por fim, o preço pago pela personalização são os dados que cada pessoa fornece na interação com o sistema, que são utilizados estrategicamente pelas empresas, podendo nos afetar tanto de forma positiva, quanto negativa.

Outro fenômeno que modifica a dinâmica político-econômica atual é o modelo de software como serviço (*Software As A Service* – SAAS), que estabelece, por exemplo, a computação em nuvem ou *cloudcomputing*. Esta se utiliza da modalidade de software como serviço, transformando a maneira como um sistema é comercializado e distribuído (Armbrust, 2010). O modelo de *cloud* ou nuvem é caracterizado como "serviço sob demanda, pelo amplo acesso dos usuários aos serviços, pela elasticidade, pelo uso da técnica *resource pooling* (confiabilidade, flexibilidade e eficiência do sistema) e a medição dos serviços" (Dressler, 2012). Desta forma, o armazenamento de dados não é mais realizado com a compra de servidores, mas com a prestação desse serviço.

Grandes corporações mundiais estão à frente do armazenamento desses grandes conjuntos de dados, também chamados de *big data*. Contudo, ele não se restringe somente à guarda de dados em grande volume, mas também se refere à capacidade do uso de processamento computacional para reunião, análise, vinculação e comparação desses dados por meio de algoritmos (Boyd; Crawford, 2012). O *big data* é provido de vários tipos de dados e de diversas fontes heterogêneas, como celulares, sensores, redes sociais, páginas web, entre outros, coletando, armazenando e processando dados em alta velocidade (Ferreira; Rockembach; Krebs, 2017). Pode-se dizer que nove empresas do ramo tecnológico lideram esse processo: Google, Amazon, Apple, IBM, Facebook, Microsoft, Alibaba, Tencent e Baidu (Webb, 2019).

Os Estados também são potenciais líderes nesse processo, pois naturalmente adquirem dados dos cidadãos para a execução de suas atividades. Que tipos de dados são coletados para o exercício das atividades de Estado, quais são os cruzamentos desses dados e quem tem acesso a eles são questões importantes e que precisam ser transparentes, bem como o estabelecimento de políticas de privacidade.

Entretanto, verifica-se atualmente uma desconsideração com o processamento e uso de dados pessoais em todo o mundo, tanto por órgãos governamentais, quanto por empresas privadas. Muitas vezes, dados sensíveis não possuem quaisquer proteções ou transparência quanto ao seu tratamento. Segundo Schomakers et al. (2019), a sensibilidade dos dados tem relação com a percepção de risco pelo usuário, desde riscos sobre violação de informações de saúde (dados médicos), monetários (números do cartão de crédito), até sociais e psicológicos (dados de redes sociais), indicando que quanto maior a sensibilidade percebida dos dados, maiores são as preocupações com a privacidade.

Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2018), o dado pessoal sensível é aquele referente à origem racial ou étnica; convicção religiosa; opinião política; filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político; saúde ou vida sexual; caráter genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

O cruzamento de dados e o acesso sem controle podem expor os indivíduos a situações complicadas nos meios pessoal e profissional. Diversos casos, que vão desde falhas de segurança, vazamento de dados ou mesmo o comércio ilegal de informações pessoais, são notícias frequentes e, por isto, tornam-se necessárias regulamentações que delimitem e atuem sobre as organizações que coletam e processam os dados.

Em entrevista concedida, Rafael Capurro levanta problemas relevantes que enfrentamos atualmente quando fala sobre os dilemas ético-epistemológicos da era da informação (Schneider; Saldanha, 2015). A primeira questão encontra-se na relação entre liberdade e segurança, que gera uma tensão entre o poder estatal democrático e o cidadão, o exercício das liberdades *versus* os sistemas de vigilância massiva e a censura. A segunda questão refere-se à coleta de volumosos dados pessoais, pelo Estado e agentes privados, que se tornam *big data* e geram problemas éticos. Como exemplo, podemos ilustrar o famoso caso Cambridge Analytica em manipulação de eleições ao redor do mundo (Cadwalladr; Graham-Harrison, 2018) ou ainda a falta de proteção de privacidade e de dados de programas de notas fiscais estaduais brasileiros (Machado; Bioni, 2016). Por fim, é levantada a relação entre a liberdade de expressão e a liberdade de ocultamento, representadas pelo acesso à informação e pelo direito ao esquecimento.

Nesse conflito entre a informação pública e privada e o direito a ser esquecido, o caso do Google Espanha *versus* Agencia Española de Protección de Datos e Mario Costeja González (Lindsay, 2014) é emblemático, pois, a partir dessa situação, gerou-se uma discussão sobre quando o direito à privacidade supera o direito à publicidade da informação. Nesse caso específico, o autor da ação exigiu que seu nome não aparecesse associado a um caso de dívida pública, que já havia sido quitada, no motor de busca Google.

Sartor (2014) argumenta que, nesses conflitos, é preciso resolver o dilema entre os interesses publicitários, amplamente reconhecidos, como aqueles relativos a liberdade de expressão e direito à informação, democracia e transparência, e os interesses de privacidade, largamente compreendidos e compensados posteriormente ao evento ou fenômeno, como proteção de dados, reputação, identidade, dignidade e direito a um novo começo. Ainda segundo o autor, em algum momento após o evento, pode acontecer que o equilíbrio de interesses mude, de forma que as informações ora publicizadas não devam mais ser distribuídas, para resguardar interesses legítimos de privacidade.

A Lei Geral de Proteção de Dados, publicada em 2018 e prevista para entrar em vigor em agosto de 2020, traz uma série de desafios em como coletar e tratar os dados pessoais e fundamenta-se na autodeterminação informativa, na inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, no respeito à privacidade, na liberdade de expressão, informação, comunicação e opinião, no desenvolvimento econômico e tecnológico e na inovação, nos direitos humanos, no livre desenvolvimento da personalidade, na dignidade e no exercício da cidadania pelas pessoas, na livre

iniciativa, na livre concorrência e na defesa do consumidor. Temos, de um lado, o direito de acesso à informação e o direito à memória e, em conflito com esses, os direitos ao esquecimento, à autodeterminação informativa, à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem.

Neste trabalho, objetivou-se trazer conceitos e abordagens de estudos de usuários em arquivos e refletir sobre implicações advindas da Lei Geral de Proteção de Dados, sobretudo a relação entre acesso à informação e o direito à vida privada. Como procedimentos metodológicos, este trabalho adotou a abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, inserido no contexto dos estudos de usuários em arquivos e das questões ético-legais de proteção de dados.

Os estudos de usuários de arquivo como campo de pesquisa

Estudar os usuários dos arquivos auxilia no cumprimento de uma de suas funções primordiais, dar acesso à informação dos acervos. Di Chiara e Bartalo (2012) argumentam que os estudos de usuários podem ser considerados indispensáveis para desenvolver as atividades de arquivo com eficiência e eficácia, dando suporte às suas necessidades como um serviço de informação e arquivo.

Nesse contexto, dar acesso aos acervos converge para a função de difusão de arquivos, que, em uma perspectiva informacional e tecnológica, tende a utilizar-se de uma série de estratégias e procedimentos, como definido por Rockembach (2015):

> A difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem à acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do marketing e demais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia. (Rockembach, 2015, p. 113)

Compreendendo perfis e necessidades de usuários, é possível pensar em melhorias nos sistemas de informação e nas formas de recuperação.

Bawden (1990, apud Gonzáles Teruel, 2005) refere-se ao propósito dos estudos de usuários como a investigação de características, necessidades, comportamentos e opiniões.

O comportamento informacional é uma temática relevante nas pesquisas em ciência da informação e está relacionado ao estudo das necessidades de informação do sujeito e aos meios e formas que ele utiliza para responder a elas. Pode ser definido como o "modo de ser ou de reagir de uma pessoa ou de um grupo numa determinada situação e contexto, impelido por necessidades induzidas ou espontâneas, no que toca exclusivamente à produção/emissão, recepção, memorização/guarda, reprodução e difusão de informação" (DELTCi, 2007). Wilson (2000, p. 49, tradução nossa) destaca quatro definições envolvendo o comportamento informacional, as quais relacionamos abaixo:

Quadro 1 – Definições em comportamento informacional

Comportamento informacional	Comportamento de busca da informação
É a totalidade do comportamento humano em relação às fontes e canais de informação, incluindo dados ativos e passivos, busca e uso de informações. Assim, inclui a comunicação face a face, bem como a recepção passiva de informações como, por exemplo, assistir a anúncios de televisão, sem nenhuma intenção de agir de acordo com as informações fornecidas	É a busca intencional de informações como consequência de uma necessidade de satisfazer algum objetivo. Durante a busca, o indivíduo pode interagir com sistemas de informação manuais (como um jornal ou uma biblioteca) ou com sistemas baseados em computador (como a World Wide Web)
Comportamento de pesquisa da informação	**Comportamento de uso da informação**
É o "nível micro" de comportamento empregado pelo pesquisador na interação com todos os tipos de sistemas de informação. Consiste em todas as interações com o sistema, seja no nível humano-computador (por exemplo, uso do mouse e cliques nos links) ou no nível intelectual (por exemplo, adotando uma estratégia de pesquisa booleana ou determinando os critérios para decidir qual dos dois livros selecionados de lugares adjacentes na estante da biblioteca é mais útil), o que também envolverá atos mentais, como julgar a relevância dos dados ou informações recuperadas	Consiste nos atos físicos e mentais envolvidos na incorporação das informações encontradas na base de conhecimento individual existente. Portanto, pode envolver atos físicos, como marcar seções em um texto, para observar sua importância ou significado, além de atos mentais que envolvem, por exemplo, comparação de novas informações com o conhecimento existente

Fonte: Wilson (2000, tradução nossa).

Esse comportamento de busca, pesquisa e uso da informação aparece como resposta a uma necessidade percebida pelo usuário de sistemas de informações, que, de modo a satisfazê-la, traduz essa necessidade em demandas de fontes ou serviços de informação formais ou informais, que terminam em sucesso/fracasso em encontrar informações relevantes (Wilson, 1999, tradução nossa).

Em artigo mais recente, Wilson (2010) vislumbra oportunidades de desenvolvimento de pesquisa em comportamento informacional, levando em consideração a computação em nuvem, sistemas de redes sociais e as possibilidades de trabalho colaborativo.

O tema dos estudos de usuários em arquivos foi levantado por Jardim e Fonseca (2004), denotando, dentre outras questões, a pouca literatura nacional e aprofundamento sobre o tema, ênfase sobre aspectos legais, instrumentos de pesquisa e normalização, o usuário como um objeto estudado, e não como um sujeito participante no acesso à informação e documentos, e o enfoque sobre os usuários dos arquivos permanentes.

Segundo Araújo (2012), os estudos de usuários podem ser, inclusive, um ponto de confluência entre pesquisas em ciência da informação, arquivologia e biblioteconomia, pois as necessidades não surgem divididas em aspectos arquivísticos ou biblioteconômicos, convergindo portanto para o foco das demandas dos usuários dos sistemas de informação.

O interesse no comportamento informacional de usuários de arquivo vem crescendo nos últimos vinte anos, sobretudo em ambientes digitais. Esses estudos, assim como diversas áreas e procedimentos científicos, tendem a ser guiados pelos avanços tecnológicos.

Os estudos dos usuários podem contar com diversas possibilidades, como a coleta de dados com o uso de plataformas digitais ou aplicativos móveis. Esses dados podem ser coletados tanto na pesquisa por conteúdos dos acervos, perfis dos usuários e informações fornecidas pelos mesmos, como pelo uso de diferentes serviços que podem ser oferecidos pelos arquivos. Além disto, os dados que podem ser analisados pelas redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, Youtube, entre outras) dos perfis ou páginas das instituições, fornecem importantes informações sobre os usuários, levando em consideração a interatividade produzida. Os dados contextuais ou de interação podem auxiliar, inclusive, na usabilidade dos sistemas de informação (Kronbauer; Santos; Vieira, 2012).

Ainda cabe salientar que os usuários da informação podem ser analisados não somente pela sua pesquisa, mas pela interação e realização de tarefas, que podem ou não ter origem nessa busca de conhecimento:

> Os usuários de produtos interativos, por outro lado, são aqueles que lidam com qualquer produto digital ou que tenha tecnologia digital embarcada para realizar tarefas cotidianas. O comportamento destes usuários de sistemas de informação digitais e produtos interativos nem sempre é associado à busca ativa de informação e não se enquadra completamente nos modelos que caracterizam o usuário em processos de atenção passiva e busca ativa (*information behaviour*). (Rocha, 2019)

Essas informações ainda têm a possibilidade de formar grandes conjuntos de dados, ou *big data*, dando suporte à tomada de decisões na difusão dos arquivos nos meios digitais e no planejamento de como melhor atender os usuários. Estudos de usuários estão sendo transformados pelas características dos ambientes digitais, nos quais dados podem ser coletados, processados e armazenados em grande volume. Na abordagem do *big data* em arquivos, podemos exemplificar desde projetos como a identificação automatizada de formatos de arquivos de objetos digitais do projeto Droid do Reino Unido (Melo; Rockembach, 2019), o uso e preservação de arquivos da web (Rockembach, 2018; Ferreira; Martins; Rockembach, 2018; Rockembach; Pavão, 2018) até a perspectiva de aplicação de métodos computacionais em larga escala e suas implicações nas funções arquivísticas (Marciano et al., 2018; Payne, 2018). A crescente quantidade e o processamento de dados pessoais podem incrementar os riscos associados à violação de privacidade e proteção desses dados.

Desafios e possibilidades no estudo de usuários de arquivos frente à Lei Geral de Proteção de Dados

Um dos principais problemas que surgem atualmente, a serem enfrentados nos estudos de usuários em arquivos, diz respeito a coleta, tratamento e uso dos dados necessários para a realização dessas pesquisas. Com a LGPD, é preciso pensar em como proteger os dados pessoais. Isso pode acontecer pelo menos de duas maneiras: podem-se utilizar dados já coletados pelos sistemas de informação; desta forma, eles precisam ser adequados à LGPD, ou pode-se começar uma pesquisa específica para o estudo de usuários de arquivo; neste caso, é preciso atentar, também, para a resolução n. 510/2016, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, que trata sobre questões éticas em ciências sociais e humanas.

Milagre e Santarém Segundo (2015), em levantamento anterior, já identificavam a lacuna existente na proteção de dados. Para as informações pessoais nas relações de consumo, temos o Código de Defesa do

Consumidor (lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990), que estabelece a proteção ao direito à privacidade. Sobre os dados que se revelam obra intelectual, temos o direito autoral (lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998). Já para os dados pessoais tratados fora da relação de consumo e demais informações produzidas ou geradas na rede, não tínhamos a proteção regulamentada até a publicação da Lei Geral de Proteção de Dados, com exceção de alguns pontos do Marco Civil da Internet, como a garantia do usuário do não fornecimento de dados pessoais a terceiros, questões atualizadas pela LGPD.

Segundo Silveira, Avelino e Souza (2016), o mercado de dados pessoais, que se insere na economia de dados e corresponde a compra e venda, de forma direta ou indireta, das informações sobre qualquer pessoa identificada ou identificável, divide-se em quatro camadas: coleta e armazenamento, processamento e mineração, análise e formação de amostras e, por fim, modulação.

Esse mercado de dados pode ser analisado tanto por seus aspectos positivos, como uma melhor comunicação entre fornecedores, vendedores e consumidores, quanto por seus aspectos negativos, como cruzamentos e manipulação de dados para diversos outros fins para os quais não foram destinados e dos quais seus titulares não têm ciência, nem deram o seu consentimento. Surgem disso problemas éticos derivados de segmentação comportamental, exemplificados por Borgesius (2016) como efeitos inibidores sobre os usuários, falta de controle sobre as informações pessoais, risco de discriminação e manipulações injustas.

Os estudos de usuários de quaisquer áreas do conhecimento não podem ignorar as reflexões éticas do uso de dados que estamos vivenciando atualmente e precisam adequar coleta, armazenamento, processamento e disponibilização dos dados conforme a legislação vem estabelecendo.

A legislação, por sua vez, é uma consequência de discussões acerca de um tema, neste caso, quais são os direitos de privacidade e liberdade a serem preservados sobre os dados pessoais.

Essa discussão se inicia com a lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet no Brasil, e aprofunda-se com a lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados. Dois pontos são alterados no Marco Civil da Internet, nos artigos 7º e 16, com a publicação da LGPD, em relação à eliminação e guarda dos dados pessoais. A guarda dos dados ou a sua eliminação após o cumprimento das finalidades para o qual foram coletados é regida pelo disposto na LGPD.

Na Lei Geral de Proteção de Dados, alguns pontos são fundamentais para a compreensão da sua aplicação: os dados devem ter sido coletados ou tratados em território nacional ou, ainda, o tratamento de dados, mesmo que não ocorra no Brasil, deve estar relacionado a indivíduos que se encontram no país ou se destinar a oferecer bens ou serviços a eles.

Desta forma, o indivíduo residente no Brasil precisa consentir o uso dos seus dados pessoais, sendo informado de forma livre e inequívoca sobre os fins para que se destinam e por quanto tempo serão usados. Existem alguns atores nesse contexto: titular, controlador, operador, encarregado, agentes de tratamento e autoridade nacional. Dois atores são importantes nesse processo de tratamento de dados, considerados agentes de tratamento: o controlador, que é a "pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais" e o operador, que "realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador" (Brasil, 2018).

O uso de dados para estudos por órgão de pesquisa é permitido, desde que os dados sejam anonimizados, isto significa dizer que esses dados não podem identificar o seu titular, de forma direta ou indireta. Essa prática já é desenvolvida há tempos no meio acadêmico, na coleta de dados científicos, sobretudo para permitir análise e divulgação da pesquisa sem constrangimentos éticos e possibilitando redução de vieses.

Nesse caso, importa fazermos uma relação ao que já existe regulamentado no âmbito acadêmico. Se nas áreas biomédicas, tradicionalmente preocupadas com as questões éticas da pesquisa, existe a resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, que regula as pesquisas envolvendo seres humanos e trata, entre outros tópicos, do que diz respeito ao consentimento livre e esclarecido dos usos dos dados de pesquisa, temos, a partir de 2016, uma resolução que trata da aplicação de ética na pesquisa em ciências humanas e sociais, a resolução n. 510, de 7 de abril de 2016.

Desse modo, é importante salientar que a resolução n. 510/2016 converge com a LGPD em diversos aspectos, no que diz respeito à proteção dos direitos individuais em relação aos dados, que é resultado de reflexões envolvendo o tensionamento entre transparência e privacidade. Algumas etapas em uma pesquisa científica necessitam de transparência: o consentimento livre e esclarecido, elucidando todos os pontos da pesquisa aos participantes, e a publicação dos dados da pesquisa, garantindo a anonimização, seguindo a tendência mundial de ciência aberta (*open science*) e de dados abertos (*open data*). Essa transparência acaba fortalecendo o conhecimento científico produzido, permitindo a verificação

dos procedimentos pelos pares, da coleta de dados à publicação final, e permitindo novas pesquisas com os dados abertos. Outras etapas demandam privacidade, pois podem gerar danos materiais ou imateriais, como a invasão da intimidade e dos dados pessoais, o preconceito ou a estigmatização que os participantes podem sofrer no decorrer da coleta, análise e divulgação de dados, portanto todos esses riscos precisam ser dimensionados desde a concepção da pesquisa.

No âmbito das pesquisas científicas, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), ligada ao Conselho Nacional de Saúde, é a responsável pela avaliação dos aspectos éticos envolvendo seres humanos. No âmbito da LGPD, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD) é quem tem o dever de regular a proteção de dados e tratar da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade.

Se pensarmos no contexto dos arquivos públicos ou privados, que recebem e armazenam dados produzidos no decorrer das atividades fim e meio de uma organização, é preciso aplicar tanto a proteção de dados como rege a LGPD, quanto os princípios éticos da resolução n. 510/2016, no que tange à execução de estudos de usuários de arquivos, considerando-os como uma pesquisa científica.

O tratamento de dados pela administração pública tem lugar especial na LGPD, no capítulo 4°, e precisa ser orientado pela devida finalidade pública do órgão, sendo que o uso compartilhado de dados também deve atender aos fins específicos de execução de políticas e prestação de serviços públicos.

Outro ponto que ressaltamos é o que diz respeito ao término do uso de dados, que autoriza sua eliminação quando a finalidade do processamento foi alcançada, ao fim do período necessário ao tratamento de dados, quando comunicado pelo titular ou ainda determinado pela autoridade nacional, em caso de violação ao disposto pela LGPD. A questão da eliminação ética de dados pessoais foi tratada por Macneil (1992), em publicação traduzida para o português em 2019 (Macneil, 2019).

Isso pode ser visto, em um primeiro momento, como um conflito de interesses. Se, por um lado, as instituições arquivísticas têm como objetivo a preservação de longo prazo, por outro, a lei de proteção de dados impõe a eliminação de dados após o cumprimento de suas finalidades principais, para as quais foram criados. Entretanto, a conservação dos dados pode acontecer em cumprimento de obrigação regulatória, legal ou por uso exclusivo do controlador, para estudo por órgão de pesquisa ou transferência a terceiro, tendo em vista os requisitos de tratamento de dados da LGPD.

Considerações finais

No século XXI o usuário coloca-se cada vez mais como foco nos estudos da informação e dos arquivos. Nos meios digitais, ele não só é objeto, mas sujeito da pesquisa e produtor do conhecimento.

A Lei Geral de Proteção de Dados vem para garantir uma série de direitos sobre a informação quanto à anonimização, controlando também a exigência de dados excessivos por parte de quem coleta as informações e que extrapolem as finalidades para que se destinam.

Portanto, a definição se os dados possuem as características de serem ou não públicos influencia o tratamento e os usos aplicados a eles. Os dados públicos são regidos pelo princípio de transparência, acesso e direito à informação, encontrando expressão na Constituição Federal e na Lei de Acesso a Informação (lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011). De outra forma, os dados não considerados públicos, tem fundamento no direito a privacidade, intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, como disposto no artigo 5º da Constituição Federal, bem como nas considerações do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados.

Essa pesquisa tratou de um tema exploratório, visto que a LGPD é ainda recente e, por isso, demanda maiores estudos. A abordagem da relação entre os estudos de usuários e a LGPD também é recente, portanto, este trabalho procurou levantar as possibilidades e desafios na implementação de pesquisas que observem as questões ético-legais de proteção de dados.

Para a efetivação da Lei Geral de Proteção de Dados, faz-se necessária uma mudança de cultura organizacional, de como pensamos os sistemas de informação, a adoção de princípios éticos digitais e procedimentos de coleta, análise e disseminação dos dados. A ética digital torna-se, portanto, uma extensão da ética no mundo real, com novos problemas e dilemas. Faz-se necessário pensar, representar e colocar em prática as virtudes em ambientes digitais, da mesma forma que fazemos fora deles.

Referências

ARMBRUST, Michael et al. A view of cloud computing. *Communications of the ACM*, v. 53, April 2010. Disponível em: http://dl.acm.org/citation.cfm?id=1721672. Acesso em: 21 mar. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Avila. Estudo de usuários da informação como campo potencializador das aproximações entre a arquivologia, a biblioteconomia e a ciência da informação. In: MURGUIA, Eduardo Ismael; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca (org.). *Arquivologia, biblioteconomia e ciência da informação*: identidade, contrastes e perspectivas de interlocução. Niterói: EdUFF, 2012.

BORGESIUS, Frederik Zuiderveen. Consentimento informado: podemos fazer melhor em defesa da privacidade. *Logeion*: Filosofia da Informação, v. 2, n. 2, p. 80-90, 2016.

BOYD, Danah; CRAWFORD, Kate. Critical questions for Big Data: provocations for a cultural, technological, and scholarly phenomenon. *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 5, p. 662-679, Jun. 2012.

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 19 nov. 2019.

CADWALLADR, C.; GRAHAM-HARRISON, E. Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach. *The Guardian*, London, 17 Mar. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

_____. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/reso0466_12_12_2012.html. Acesso em: 11 dez. 2019.

DI CHIARA, Ivone Guerreiro; BARTALO, Linete. A inserção da disciplina estudo de usuário nos cursos de arquivologia brasileiros. In: TOMAÉL, Maria Inês (org.). *Compartilhamento da informação*. Londrina: Eduel, 2012.

DICIONÁRIO Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação (DELTCi). Vitória: Ufes (CCJE); Porto: FLUP (SAJCC/CETAC. Media), 2007.

DRESSLER, Karine Georg. *Cloudcomputing e a gestão da informação*. Aveiro: Repositório da Universidade de Aveiro, 2012. Disponível em: http://storage.campus.ua.sapo.pt/files/2c97b-67679d04a8dd15da27d9c1ffa0a/Artigo_Karine_Dressler.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

FERREIRA, Lisiane Braga; MARTINS, Marina Rodrigues; ROCKEMBACH, Moisés. Usos do arquivamento da web na comunicação científica. *Prisma.com*, v. 36, 2018.

_____; ROCKEMBACH, Moisés; KREBS, Luciana Monteiro. Reflexões conceituais e éticas sobre Big Data: limites e oportunidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. *Anais*... Marília: Unesp, 2017.

GONZÁLES TERUEL, Aurora. *Los estudios de necessidades y usos de la información*: fundamentos y perspectivas actuales. Gijón: EdicionesTrea, 2005.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, 2004.

KRONBAUER, Artur Henrique; SANTOS, Celso A.; VIEIRA, Vaninha. Um estudo experimental de avaliação da experiência dos usuários de aplicativos móveis a partir da captura automática dos dados contextuais e de interação. In: BRAZILIAN SYMPOSIUM ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS, 11., Cuiabá, 2012. *Proceedings*... Cuiabá: Brazilian Computer Society, 2012.

LINDSAY, David. The "right to be forgotten" by search engines under data privacy law: a legal analysis of the Costeja ruling. *Journal of Media Law*, v. 6, n. 2, p. 159-179, 2014.

MACHADO, Jorge; BIONI, Bruno Ricardo. A proteção de dados pessoais nos programas de nota fiscal: um estudo de caso do Nota Fiscal Paulista. *Liinc em Revista*, v. 12, n. 2, 2016.

MACNEIL, Heather. *Sem consentimento*: a ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

_____. *Without consent*: the ethics of disclosing personal information in public archives. Lanham: Scarecrow Press, 1992.

MARCIANO, Richard et al. Archival records and training in the age of Big Data. In: PERCELL, Johnna; LINDSAY, Sarin C.; JAEGER, Paul T.; BERTOT, John Carlo. *Re-envisioning the MLS*: perspectives on the future of library and information science education. Melbourne: Emerald, 2018.

MELO, Jonas Ferrigolo; ROCKEMBACH, Moisés. Arquivologia e ciência da informação na era do Big Data: perspectivas de pesquisa e atuação profissional em arquivos digitais. *Prisma.com*, v. 39, 2019.

MILAGRE, José; SEGUNDO, José Eduardo Santarém. A propriedade dos dados e a privacidade na perspectiva da ciência da informação. *Encontros Bibli*: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, 2015.

PARISER, Eli. *The filter bubble*: what the internet is hiding from you. London: Penguin UK, 2011.

PAYNE, Nathaniel. Stirring the cauldron: redefining computational archival science (CAS) for the Big Data domain. In: IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON BIG DATA, 2018, Seattle. *Proceedings*... Seattle: IEEE, 2018.

ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. Abordagens dos usuários da informação por profissionais da informação e da informática. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 4, n. especial, maio 2019. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/41036/html. Acesso em: 29 nov. 2019.

ROCKEMBACH, Moisés. Arquivamento da web: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro. *RDBCI*: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v.16, 2018.

_____; PAVÃO, Caterina Marta Groposo. Políticas e tecnologias de preservação digital no arquivamento da web. *RICI*: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 11, n. 1, p. 168-182, 2018.

_____. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/95. Acesso em: 30 nov. 2019.

SARTOR, Giovanni. The right to be forgotten: dynamics of privacy and publicity. In: Floridi, Luciano (ed.). *Protection of information and the right to privacy*: a new equilibrium?. v. 17. Switzerland: Springer, 2014.

SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo. Entrevista com Rafael Capurro. *Liinc em Revista*, v. 11, n. 2, 2015.

SILVEIRA, Sergio Amadeu; AVELINO, Rodolfo; SOUZA, Joyce. A privacidade e o mercado de dados pessoais. *Liinc em Revista*, v. 12, n. 2, 2016.

SCHOMAKERS, Eva-Maria et al. Internet users' perceptions of information sensitivity: insights from Germany. *International Journal of Information Management*, v. 46, 2019.

WEBB, Amy. *The Big Nine*: how the tech titans and their thinking machines could warp humanity. New York: Hachette, 2019.

WILSON, Thomas D. Fifty years of information behavior research. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*, v. 36, n. 3, 2010. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/bult.2010.1720360308. Acesso em: 12 dez. 2019.

_____. Human information behavior. *Informing science*, v. 3, n. 2, 2000.

_____. Models in information behavior research. *Journal of Documentation*, v. 55, n. 3, Jun. 1999.

Recebido em 31/12/2019
Aprovado em 15/4/2020

Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras

Guidelines for the use of social networks by Brazilian archivistic institutions / Directrices para el uso de las redes sociales por las instituciones archivísticas brasileñas

Diogo Baptista Pereira
Doutorando em Ciência da Informação pelo convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ibict/UFRJ), Brasil
pereira.diogo@outlook.com

Eliezer Pires da Silva
Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Arquivista do Arquivo Nacional e professor adjunto da Escola de Arquivologia da Unirio, Brasil
eliezerpires@gmail.com

RESUMO

A pesquisa apresenta diretrizes para o uso das redes sociais pelos arquivos públicos brasileiros, caracterizando a necessidade de uma equipe específica para criar os conteúdos nas redes sociais, planejar, avaliar o desempenho em relação aos objetivos, além de publicizar os indicadores alcançados com compartilhamentos, comentários e interações das postagens de cada rede social virtual.

Palavras-chave: *instituição arquivística; mediação da informação; redes sociais; teoria de redes.*

ABSTRACT

The research presents guidelines for the use of social networks by Brazilian public archives, characterizing the need for a specific team to create content on social networks, to plan, to assess the performance in relation to the objectives, besides publicizing the indicators achieved with sharing, comments and interactions of the posts of each virtual social network.

Keywords: *archivistic institution; information mediation; social networks; network theory.*

RESUMEN

La investigación presenta directrices para el uso de las redes sociales por los archivos públicos brasileños, caracterizando la necesidad de un equipo específico para crear contenido en las redes sociales, planificar, evaluar el desempeño en relación con los objetivos y además publicar los indicadores logrados con el intercambio, comentarios e interacciones de las publicaciones de cada red social virtual.

Palabras clave: *institución de archivo; mediación de información; redes sociales; teoría de las redes.*

Introdução

Em março de 2018, as ações do Facebook[1] caíram 6,8% na bolsa de valores de Nova Iorque, fazendo a empresa perder cerca de 36,7 bilhões de dólares em valor de mercado (Martí, 2018). Isso ocorreu após a notícia de que os dados de até cinquenta milhões de usuários da rede social teriam sido usados para favorecer a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos da América. A Cambridge Analytica, empresa britânica de consultoria política, teria tido acesso aos dados dos usuários e se utilizado de estratégias traçadas com base neles para atingir determinado eleitor, segundo suas preferências, além de criar falsos IDs[2] e plantar notícias enganosas.

Analisando a política de dados do Facebook, o contrato é claro quanto às informações coletadas pela empresa, tais como: ver o que você posta, compartilha e com quem se relaciona; suas pesquisas; os produtos observados; sua localização geográfica por GPS, Wi-Fi e/ou bluetooth; número do IP de seu computador; provedor da internet; número do seu telefone celular e outros (Facebook, 2015a).

Não há muita transparência sobre como essas informações são utilizadas. Embora o termo de serviço indique que os dados são protegidos e utilizados para aprimorar o serviço e personalizá-lo para melhor atender aos usuários, não há garantia dessa proteção. Além disso, o serviço não se responsabiliza por ações, dados e conteúdos de outras pessoas, isentando a empresa de qualquer dano causado por terceiros (Facebook, 2015b).

As páginas criadas no Facebook fornecem ao criador ou responsável dados de quem "curtiu" a página e/ou postagens, quem as "compartilhou", o que comentou etc. Por exemplo, se uma postagem (*post*) da página do Arquivo Nacional (AN) for compartilhada e a pessoa que o fez tornou isso público, ou seja, não restringiu o conteúdo apenas aos seus amigos, o AN poderá ter acesso aos comentários feitos na postagem compartilhada. Isso oferece ao gerenciador da página mais dados e possibilita reconhecer o perfil e o que pensa o usuário sobre aquele determinado assunto.

A instituição arquivística que possui uma página no Facebook tem também uma média do horário mais acessado por seus fãs[3] quando estão

1 É a rede social virtual mais utilizada no mundo. Possibilita a troca de mensagens direta e compartilhamento de publicações (imagens, textos e/ou vídeos), comentários e curtidas. Também é possível fazer uma transmissão ao vivo de um evento, além de convidar pessoas a se associarem.

2 Perfis criados nas redes sociais, identidade.

3 Fãs é o termo utilizado pela rede social para designar alguém que curtiu uma página.

on-line, de quais países e cidades são os usuários, qual o percentual dos gêneros masculino e feminino, sua faixa etária, além de poder acompanhar graficamente dados sobre alcance de suas publicações e diversas outras possibilidades estatísticas.

O Facebook, que possui 2,3 bilhões de usuários ao redor do mundo, é uma das mais populares redes sociais no Brasil. Com dados divulgados em janeiro de 2018, promovidos pelas agências HootSuite e We Are Social, 62% da população brasileira está inscrita em alguma rede social. Isso representa aproximadamente 130 milhões de pessoas (We Are Social, 2018). O Brasil é o segundo país com maior número de usuários no Instagram,[4] cerca de 57 milhões, 27% da população; e também o segundo que gasta mais tempo nas redes sociais, numa média de três horas e 39 minutos por dia, perdendo apenas para as Filipinas (We Are Social, 2018). De acordo com a página Thinkwith Google, o YouTube é a rede social mais acessada no Brasil, chegando ao índice de 95% dos usuários de internet do país a acessar no mínimo uma vez ao mês (Google, 2017).

Dos cinco aplicativos mais baixados no Brasil no ano de 2017, quatro são de redes sociais: WhatsApp, Facebook, Facebook Messenger e Instagram (We Are Social, 2018). Todos os quatro são da empresa Facebook. A ausência do YouTube entre os mais baixados se dá, provavelmente, por conta do aplicativo vir pré-instalado em aparelhos com o sistema operacional Android.

Percebendo a força de comunicação dessas redes, incluindo seu uso político, econômico e social, o objetivo desta pesquisa foi traçar diretrizes para um uso mais profissional e engajado pelas instituições arquivísticas brasileiras, visando cumprir algumas de suas funções e aproximando/atraindo a sociedade cada vez mais.

Metodologia

A abordagem metodológica dessa pesquisa foi exploratória, envolvendo uma estratégia de observação das redes sociais virtuais adotadas pelos arquivos públicos estaduais e pelo Arquivo Nacional, além da contextualização dessa realidade, baseada nas sete funções arquivísticas na perspectiva dos autores canadenses Couture e Rosseau (1998): criação/produção, avaliação, aquisição, difusão, classificação, conservação e descrição.

4 Plataforma voltada para publicação de imagens e vídeos, sendo o material iconográfico o seu carro-chefe. Popularizou-se por permitir filtros nas fotografias, modificando o aspecto das imagens. A empresa hoje pertence ao Facebook.

Partimos de dois pressupostos: o primeiro é que as funções arquivísticas canadenses são pertinentes para caracterizar o profissional de arquivologia e, por conseguinte, interferir no *modus operandi* das instituições arquivísticas atualmente. O segundo é que estamos assistindo à emergência da utilização das redes sociais pelas instituições arquivísticas na realização de algumas das funções arquivísticas formuladas pelos canadenses.

A formulação das diretrizes para um melhor uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras se deu a partir de uma articulação das áreas de arquivologia, sociologia e comunicação, considerando as práticas da referência internacional do National Archives e Records Administration (Nara), que possui mais de vinte redes sociais.

Observou-se também o fato de o Conselho Internacional de Arquivos (ICA)[5] ter lançado, em 2012, os *Princípios de acesso aos arquivos*. Esses princípios foram adotados pela Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos em Brisbane, na Austrália, em agosto de 2012. Ao todo, são dez princípios. Entre eles:

> Instituições custodiadoras de arquivos adotam uma abordagem proativa para acesso.
>
> Os arquivistas têm a responsabilidade profissional de promover o acesso aos arquivos. Eles divulgam informação sobre os arquivos, utilizando vários meios, como a internet e publicações na web, documentos impressos, programas públicos, meios comerciais e outras atividades de alcance. Eles devem estar continuamente atentos a mudanças nas tecnologias de comunicação e usam aquelas que são disponíveis e práticas para promover a divulgação dos arquivos. (Conselho ..., 2012, p. 14).

Isso aponta o reconhecimento da internet como meio propulsor e propagador de informações pelo Conselho Internacional de Arquivos, dando indicadores de que as instituições deveriam utilizar também essa plataforma como veículo de divulgação.

Em um primeiro momento, foi feito um reconhecimento das instituições arquivísticas brasileiras. Levando-se em conta que, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, o Brasil possui 5.565 municípios e, pressupondo que nem todos possuem uma instituição arquivística e muito menos um sítio eletrônico, considerou-se pouco representativo para essa pesquisa trabalhar com os

5 ICA é a sigla em inglês para International Council on Archives.

arquivos municipais. Corroborou para essa decisão o trabalho desenvolvido por Mariz (2012), que estudou os arquivos públicos na internet, com ênfase nos sítios eletrônicos e blogs, observando a baixíssima inserção dos arquivos municipais nesse ambiente virtual.

Foram traçadas diretrizes para um melhor proveito do uso das redes sociais virtuais pelas instituições arquivísticas brasileiras, fundamentadas na observação empírica, no contexto da comunicação na contemporaneidade, desde uma perspectiva sociológica, como a mediação da informação e a teoria de ator-rede, até um debate sobre virtualização da comunicação e do espaço.

Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Unirio e não apresenta os mapeamentos realizados. Contudo, apresenta-se o principal produto da investigação com o objetivo de contribuir com uma maior aproximação dos cidadãos às instituições arquivísticas e destas com seus usuários.

Mediação da informação

Um tema bastante comum e estudado nas áreas de educação e psicologia é o cognitivismo. Na perspectiva cognitivista, o conhecimento é construído enfatizando "os processos mentais, dando atenção aos modos de atribuição do significado, compreensão, armazenamento e utilização da informação envolvida" (Falci, 2017, p. 33). É uma abordagem interacionista e que está diretamente ligada com o estudo da mente, com o "ato de conhecer; como o homem desenvolve seu conhecimento acerca do mundo, analisando os aspectos que intervêm no processo 'estímulo/resposta'" (Santos, 2006, p. 100).

No ano de 1948, o matemático Claude Shannon, em *A Mathematical theory of communication*, abordou os problemas na comunicação. Segundo Shannon (1948), para que a mensagem transmitida pelo remetente chegue com sucesso ao destinatário se faz necessário que não ocorra entropia nessa comunicação, que não tenha ruídos, falhas. Para se ter certeza de que a mensagem foi codificada segundo a pretensão original, é preciso que o receptor (destinatário) confirme essa mensagem através de um *feedback*.

Essa breve apresentação do que é o cognitivismo e da teoria matemática da informação mostra que em ambas as abordagens a perspectiva do emissor estabelece o sentido da mensagem. Dentro da proposta da teoria matemática da informação, por exemplo, a informação é o redutor de incertezas. Já a noção de cognitivismo tem o usuário como um construtor

do conhecimento, ele participa da produção de sentido. A sua formação sócio-histórica interfere no que ele perceberá ou reterá de informação.

O conceito de mediação pode variar segundo as áreas de conhecimento. Davallon (2007) cita alguns tipos de utilização do termo. O primeiro seria o uso comum, de "interposição entre as partes que têm um diferendo, que pressupõe um conflito, uma ideia de conciliação ou de reconciliação". A outra utilização vem do senso comum, que é de servir de intermediário. Tomando como exemplo, um jornalista, quando trata de replicar o discurso de outrem, atua como "mediador" entre a pessoa e o público em casa que assiste ao telejornal. A mediação se encontra no campo jurídico, midiático, pedagógico, cultural, entre diversos outros.

A noção de mediação da informação vem ganhando cada vez mais espaço e debate acerca de sua definição dentro da ciência da informação. Almeida Júnior (2009) divide a mediação em duas: a implícita e a explícita. A mediação implícita seria a que não conta com a presença física do usuário. Na arquivística, ela se faz presente durante a separação, tratamento, organização, descrição, dentre outras etapas, do material que contém a informação (Ferreira; Almeida Júnior, 2013). Já a mediação explícita requer a presença do usuário (mesmo sendo a distância). A mesma lógica pode ser aplicada na utilização das redes sociais virtuais.

Entende-se que não há neutralidade em nossas ações, atitudes, formas de classificar os documentos ou fundos. Todas as ações têm gravadas opiniões, coisas que estão no cognitivo, desde opinião política, crenças, gostos e o que mais estiver ao alcance das interações sociais. Com isso, é necessário estar atento para evitar uma manipulação da informação que será repassada ao usuário.

Para Almeida Júnior (2009), a informação é determinada pelo usuário a partir do momento em que ele tem contato com o conteúdo. Segundo o autor, isso ocorre porque há modificação, mudança, transformação do conhecimento, passando o usuário a ser coprodutor da informação. Assim temos o cognitivo de cada usuário atuando de forma diferente e entendendo a mensagem segundo seu modo.

> Em síntese, a pesquisa defende que a informação é efêmera e se concretiza apenas no momento em que se dá a relação do usuário com o suporte que torna possível a existência dela, informação. Não existe antes da relação usuário/suporte, o que redunda em defendermos que o profissional da informação trabalha como uma informação latente, uma quase-informação. Preferimos chamá-la de protoinformação, uma vez que ela não é, ainda, uma informação. (Almeida Júnior, 2009, p. 98)

Sendo assim, uma mensagem postada por uma instituição arquivística pode ser interpretada diferentemente segundo cada usuário. Para se ter certeza de que a mensagem atingiu o objetivo desejado pela instituição, é necessário ter o *feedback* do usuário.

É válido lembrar que os arquivos estaduais estão sob o comando de sua unidade federativa e seus diretores são geralmente designados pelo governador. Eles são mantidos financeiramente pelo estado. Com isso, uma postagem pode ter um cunho político implícito, por exemplo, através da rememoração de um acontecimento com intenção política e ideológica por detrás. Esse é um momento em que as controvérsias e embates são mais frequentes nos comentários dos usuários nas redes sociais, assim como as associações e desassociações nas páginas, ou seja, seguir e deixar de seguir.

Nas redes sociais virtuais, uma publicação pode ser ressignificada, retirada de seu contexto e alocada em outro, com base em uma postagem antiga ou nova. No atual contexto político, muitos usuários têm salvado postagens no Twitter feitas por alguns políticos ou pessoas com influência e "retuitado" os conteúdos para apresentar contradições entre discurso e ações, com o uso da publicação original (recente ou mais antiga).

Teoria de redes

A internet possibilitou uma rede de comunicação entre pessoas através de códigos binários. A noção de rede, assim como de informação, percorre também diversas áreas acadêmicas. O termo rede encontra-se nos estudos de sociologia, antropologia, comunicação, geografia etc. Para Acioli (2007, p. 3), "trabalhar com a ideia de redes significa trabalhar, de forma articulada, com a ideia de informação", sendo essa noção oriunda da antropologia social. Segundo Lopes; Baldi (2009, p. 1.011), os estudos teriam começado na década de 1970, "quando antropólogos e sociólogos buscaram compreender como os indivíduos estão conectados uns aos outros e como essas afiliações servem como uma 'cola' ou mantêm o significado da vida social". Para Ferreira e Vitorino (2010, p. 2), a teoria de redes

> pode ser entendida como uma análise complexa das interações entre os atores envolvidos, atores que podem ser pessoas, organizações, meio ambiente, a partir do instante em que haja algum tipo de troca entre eles, sendo tangíveis (bens, materiais) ou intangíveis (ideias, valores).

Sendo o computador o mediador dessa troca, cada rede social virtual possui algoritmos que influenciam diretamente nessa troca. A interação

entre atores pode sofrer diferenças segundo o espaço virtual escolhido (Facebook, LinkedIn, Twitter, Flickr, Pinterest etc). Um determinado ator pode ser favorecido e ter maior peso sobre os outros dependendo do canal escolhido para a comunicação.

On distributed communications: I. Introduction to distributed communications networks, de Paul Baran (1964), um estudo feito para tornar menos vulneráveis as redes de comunicação em caso de um ataque nuclear, serviu de base para a Arpanet (uma rede entre cientistas) e, consequentemente, para a internet. O diagrama abaixo mostra três formas de comunicação pensadas pelo autor e seus respectivos desempenhos.

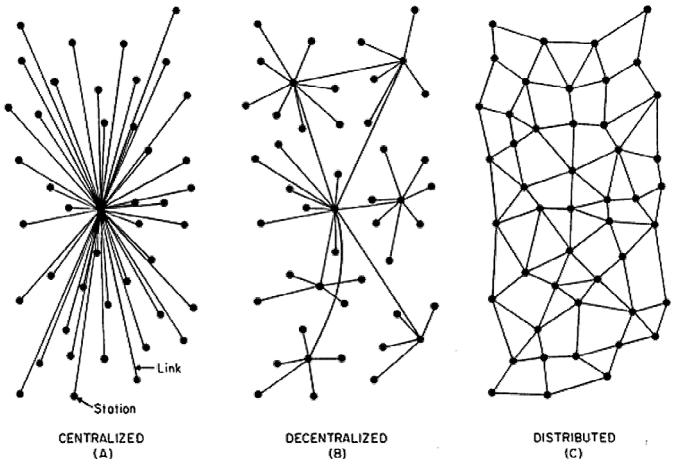


Figura 1 – Rede centralizada, descentralizada e distribuída. Fonte: Baran (1964, p. 2)

Na Figura 1 (A), temos uma rede centralizada. É um ator que distribui a informação a outros atores. Há uma relação hierárquica, a mensagem está em posse desse único ator. Sem este, a mensagem não avança. Na Figura 1 (B), ainda ocorre uma relação desproporcional entre os atores (que chamaremos de "nós"). Há também uma relação hierárquica, porém menor que a anterior. Na Figura 1 (C), não há um ator central, não há uma hierarquia dentro dessa rede, a mensagem circula entre todos. Caso um nó falhe, os demais continuam mantendo a informação circulando.

Se, por acaso, um "nó" sofrer um ataque, tudo o que estiver contido nele também sofrerá. Podemos pensar em um sítio eletrônico, por exemplo, em que as informações estão todas lá, apenas nesse espaço virtual. Uma vez que esse sítio saia do ar, seja apagado ou reformulado, a informação contida nele simplesmente poderá ser destruída e quem tinha acesso antes poderá perdê-lo.

O mesmo ocorre em uma postagem na rede social virtual. Se uma instituição arquivística publicar uma informação, ela poderá ser compartilhada. Porém, se a postagem original (da instituição arquivística) for apagada, todos os compartilhamentos feitos por usuários também o serão, incluindo recompartilhamentos (aqueles feitos a partir de compartilhamentos de usuários, e não da postagem original).

Para Steinfeld, Ellison e Lampe (2008), há o "capital social de manutenção" e o Facebook seria uma das redes sociais para esse laço entre atores permanecer. O laço/elo pode ser forte ou fraco, dependendo do nível de interação entre as partes ou apenas de contato (manutenção). O laço forte é aquele em que a aproximação entre as partes é grande, há uma intimidade, maior intensidade de trocas; enquanto no laço fraco, as relações são mais dispersas, com pouca troca e interação. Porém, como aponta Raquel Recuero, esses laços não têm de ser necessariamente recíprocos, pois é "possível que um ator A considere B seu melhor amigo (laço forte) e que B, em retorno, não considere A como uma pessoa tão próxima (laço mais fraco)" (Recuero, 2014, p. 42). Outro exemplo de laço forte não recíproco é quando alguém segue a página do Arquivo Nacional e visualiza sempre as postagens sem interagir com comentários, compartilhamentos ou curtidas. Recentemente, o Facebook criou a insígnia de "superfã", seguida do desenho de um diamante, para designar que determinado usuário tem um forte laço de interação direta com a página.

Regina Marteleto (2001) aponta que não necessariamente quem tem mais contatos (amigos/seguidores) terá maior alcance/circulação da informação. Há o que a autora chama de "contatos estratégicos", ou seja, a informação (ou o informe publicado) pode chegar a mais pessoas com menor número de contatos e, assim sendo, com menos esforço, otimizando as relações.

> Um sujeito pode não ter muitos contatos, estabelecer elos fracos, mas ter uma importância fundamental na mediação de trocas. O papel de mediador traz em si a marca do poder de controlar as informações que circulam na rede e o trajeto que elas podem percorrer. (Marteleto, 2001, p. 79)

Se uma pessoa com grande número de seguidores, por exemplo, o jogador da seleção brasileira Neymar Júnior, que possui 45 milhões de seguidores,[6] "retuitar" uma postagem de um arquivo estadual brasileiro, a

6 Números obtidos em 25 de dezembro de 2019.

probabilidade de sucesso e alcance será maior, em função da influência digital que o atleta possui com seus fãs. Isso poderia fazer com que o número de seguidores desse arquivo estadual aumentasse nessa plataforma.

As redes sociais não são uma exclusividade do mundo físico, elas também ocorrem em ambientes virtuais, onde a presença física é mediada por computador. As empresas mudam e alteram os algoritmos segundo suas necessidades de atualização e mercado, portanto há forte interferência da estrutura sobre a comunicação entre os atores.

A virtualização da comunicação ocorre nas salas de bate-papo (*chat*), no aplicativo WhatsApp (troca de mensagem), nos correios eletrônicos (e-mails) e se intensificou com as redes sociais virtuais e a popularização do telefone inteligente (*smartphone*). Este último é uma ferramenta portátil, facilitando o aumento da interatividade na comunicação. Essa caracterização da teoria de redes nos ajuda a compreender a transposição do funcionamento das redes sociais para o digital no contexto de virtualização da comunicação. Nesse sentido, o uso das redes sociais digitais pelas instituições arquivísticas possibilita disseminar informação e publicizar dados que podem ser compartilhados pelos usuários em qualquer espaço e a qualquer tempo. Nesta pesquisa, tais referências conceituais informaram o estabelecimento das diretrizes apresentadas na próxima seção.

Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras

O modo como o usuário se comporta nas redes sociais virtuais, como interage, tem influência na tomada de decisão da instituição e, ao mesmo tempo, é ela que traça as metas e objetivos a serem alcançados, influenciando no que o usuário-seguidor irá ler e interagir. Abaixo, encontram-se dez pontos que sintetizam as diretrizes para o aproveitamento dos recursos proporcionados pelas redes sociais virtuais aos arquivos públicos brasileiros na efetivação de suas funções arquivísticas, com base na abordagem identificada no tópico sobre metodologia.

1) *Formação de equipe específica e exclusiva para atualizar e criar campanhas nas redes sociais*

É fundamental que se tenha uma equipe voltada para o uso dessas ferramentas, pois elas demandam tempo, estudo e interação com os usuários, sendo necessário que o arquivo esteja atento às solicitações dos seguidores.

A equipe pode ser formada como a instituição desejar. Se ela está atrelada à secretaria de educação, é mais provável que seu foco seja nessa área e inclua pedagogos e professores na composição da equipe. Porém, isso nunca deve ser uma regra e a instituição deve ter total autonomia para decidir quem vai compor sua equipe. É recomendável trabalhar em conjunto com, ao menos, um historiador, um arquivista e um especialista em redação.

2) *Planejamento em médio e longo prazo*

É recomendável manter um planejamento para os dois anos subsequentes. Esse seria um bom tempo, em médio prazo, para avaliar se é necessário incluir novas redes sociais ou investir mais ou menos em alguma da qual já faça parte, ou, ainda, rever a estratégia utilizada.

Todos os passos oriundos de reuniões devem gerar relatórios que necessitam ser arquivados para que, no caso de uma mudança estratégica de equipe, esta não recomece do zero.

O planejamento deve envolver todos os passos contidos nessas diretrizes e gerar um documento das estratégias que deverão ser seguidas. Estudar as redes sociais em que os arquivos se fazem presentes; planejar com antecedência as publicações que serão postadas (pode ser por conta de datas comemorativas, eventos etc.); determinar quem serão os responsáveis pela pesquisa, redação, publicação e resposta; o melhor horário para se publicar (segundo as características dos seguidores da página); entre outras questões que aparecerão no percurso.

O planejamento envolve o todo, incluindo o uso de *scanner* ou celular para capturar imagens do acervo, espaço para o trabalho, computadores, ou seja, uma infraestrutura, além das metas, cronogramas e objetivos a serem alcançados.

3) *Avaliação permanente sobre o desempenho em relação aos objetivos e atualização das estratégias*

Reuniões periódicas (semanais, mensais e/ou trimestrais) precisam ser realizadas para verificação dos dados e alcance obtidos x esperado. É importante sempre ter o documento do planejamento como base e equiparação para o que vem sendo realizado: se há sucesso ou não, o porquê disto e como melhorar a performance.

É preciso analisar quais postagens foram mais acessadas; quais tiveram mais comentários e compartilhamentos; qual foi afinal o nível de engajamento. Daí, descobrir o nível de conexão emocional que foi conquistado. Determinar quais postagens tiveram sucesso, de acordo com o

perfil dos usuários, e mantê-las. Da mesma forma, não repetir o que não deu certo.

4) Mapeamento dos temas mais solicitados e acervos mais procurados para disponibilização on-line

A instituição custodiadora deve, sempre que possível, disponibilizar seu acervo on-line. Como é sabido, nem todos os arquivos públicos dispõem de recursos financeiros necessários para o mínimo funcionamento da instituição e têm que, muitas vezes, fazer um grande esforço para manter e prover o material básico para o seu funcionamento. Como se torna inviável em curto e médio prazo ter todo seu acervo disponível on-line, é preciso saber trabalhar estrategicamente. Isso envolve conhecer quem são os seus usuários a distância e presencialmente e o que eles costumam solicitar. Procurar nas estatísticas, caso haja, o perfil profissional e o acervo constantemente buscado por determinado grupo. Isso será de grande valia para saber o que publicar on-line, mas sem deixar de conquistar novos seguidores e usuários com publicações de temas variados.

5) Publicização dos indicadores alcançados com compartilhamentos, comentários e interações das postagens

Nos Estados Unidos, há um termo que não possui uma tradução específica para o português: *accountability*. Seria algo próximo de "prestação de contas" do que se faz, como se faz e do porquê de ser feito. Esse termo é comumente associado à transparência, democracia e direito à informação. Nesse caso, diz respeito à prestação de contas de como a rede social virtual foi utilizada e o que dela foi gerado.

O National Archives Records Administration (Nara) publica anualmente os relatórios mensais de todas as suas contas nas redes sociais virtuais. O Nara possui centenas de contas, uma para cada assunto (tema), divisão regional, agências etc. Os dados que eles publicizam, por exemplo, são: o número crescente de usuários mês a mês, o número de páginas visualizadas, o quantitativo de usuários que visualizaram ou interagiram com as postagens, o número de imagens, vídeos e textos postados a cada mês, os cinco assuntos com mais visualizações no canal do Nara, entre diversos outros.

Os dados podem ser de utilidade para agências governamentais ou não governamentais, membros da sociedade civil, políticos etc. A publicização evita acusações, como a de que um arquivo estadual possa usar os dados obtidos e internos para favorecer a campanha do candidato da situação, pois este saberia das reações dos usuários a determinados assuntos.

Por mais que os comentários e a quantidade de visualizações sejam públicos, o alcance que teve certa publicação não é, apenas o administrador da página o possui.

Os dados obtidos podem trazer melhorias para a sociedade por meio do estudo de seus indicadores e propostas.

6) Uso de estratégias diferenciadas para cada rede social, segundo o perfil de usuários

A página da instituição em uma rede social não deve ser uma mera réplica do sítio eletrônico ou das demais redes sociais virtuais. O conteúdo publicado no Twitter não tem que ser o mesmo do Facebook, do Instagram ou de quaisquer outros. Até porque, se fosse para ser réplica, não se precisaria sair criando contas diferentes, uma vez que elas irão dizer a mesma coisa. Porém, isso não impede que sejam feitas convergências. Um vídeo transmitido ao vivo no YouTube pode, sim, ter *links* para páginas como o Facebook e o Twitter. Não há problemas nesse sentido. O que deve ser evitado é saturar o usuário com o mesmo conteúdo em plataformas diferentes, pois isso poderá desencorajá-lo a seguir alguma delas ou fazê-lo se desassociar.

As estratégias precisam ser diferentes, pois as plataformas não são iguais. O Twitter começou permitindo apenas 140 caracteres por postagem. Hoje, esse número subiu, desde novembro de 2017, para 280. O Facebook permite, por exemplo, criar eventos, envio de vídeo e transmissão ao vivo de um evento, além de publicação de textos etc. O MixCloud, por sua vez, é voltado para conteúdo sonoro e o Flickr e o Instagram, para conteúdos visuais. Este último permite vídeos curtos também. E isso não é estático, essas plataformas estão se adaptando às novas tendências e apelos da sociedade e precisam se renovar para não perder espaço e público. Da mesma forma que as plataformas mudam, as equipes devem estar atentas a essas mudanças, desde o algoritmo da plataforma até o perfil de público (que varia segundo o sexo, a faixa etária, o tempo conectado etc.).

7) Criação de uma conexão pessoal e emotiva por meio de uma narrativa

A imagem é o primeiro ponto a que o usuário irá prestar atenção, portanto a escolha da imagem não pode ser aleatória, tem de ser uma que desperte a atenção e a curiosidade. Assim como em uma revista, a linguagem visual é o primeiro atrativo para o leitor.

Dar um título de chamada que seja bom e instigue a continuação da leitura da mensagem é importante. Em um jornal, a manchete é o que será visto após a imagem. Um título é o segundo ponto para prender o leitor.

A partir disso, ele decidirá se irá ou não ler o texto. Esse título, portanto, precisa ser convidativo e ter a ver com o assunto, mas que não seja sensacionalista. Tem de ser verdadeiro, retratar o que realmente é. O título tem de ter a ver com o texto.

Elaborar uma boa redação, sem erros gramaticais e de ortografia. Recortar bem a imagem ou vídeo postado é essencial. A redação explicará do que se trata a imagem, atraindo o usuário para que ele continue a leitura até o fim. Ela deve ser acompanhada das referências sobre a fonte, onde encontrá-la, código e palavras-chave. O que for principal e relevante deve estar no texto, o que não for deve ser desprezado.

Quando possível, é lícito estimular debates e traçar desafios como: transcrever a primeira linha de um documento antigo, descobrir quem são os personagens da imagem etc.

Nessa conexão com o usuário, convém deixar sempre um espaço aberto para que ele possa dar sugestões de publicações. Seja através de um *post* (fixo) para isso, ou do campo de mensagem das redes sociais. O importante é que ele possa se sentir parte da equipe, com atitudes como doar acervo virtual (imagem digitalizada) para compor coleções e exposições on-line ou se sentir livre para complementar a informação.

Quando o usuário fizer uma pergunta à instituição em uma postagem, a mensagem deve ser respondida no mesmo canal. Caso a dúvida seja particular, é necessário convidá-lo para o campo de mensagem e iniciar o bate-papo ou dar um telefone ou endereço que termine com a dúvida dele. Mesmo que não se saiba informar com precisão, é importante dar uma resposta a quem a procura. Isso tem a ver com criar um laço pessoal com o cidadão-usuário.

8) *Realização de funções arquivísticas através das redes sociais*

Conservação/Preservação

A disponibilização do acervo pelas redes sociais pode auxiliar na conservação/preservação, na medida em que evita o contato direto com a documentação, que precisa de mais cuidados devido a alguma fragilidade, além de economizar recursos com restaurações.

Recomenda-se postar cada vez mais acervos em ".PDF/A", com conteúdos, de preferência, na íntegra e/ou também imagens digitalizadas dos documentos da série ou do fundo nas redes sociais virtuais. Isso fará com que não seja necessário para o usuário ter contato físico com o acervo, prolongando, assim, a vida útil dos documentos, sem a interferência de uma restauração. Redes sociais como o Pinterest e o Flickr permitem a

criação de séries ou coleções por meio de pastas em que são incluídas imagens digitalizadas dos documentos.

Difusão

Para se ter um maior impacto na difusão, é preciso fazer parcerias com outros órgãos governamentais ou influenciadores digitais. No segundo caso, apenas pedir que estes repliquem/compartilhem algum conteúdo das redes do arquivo. O inverso nunca deve ser feito (só em caso de se tratar também de uma instituição pública). Parceria no compartilhamento de publicações é um bom caminho para aumentar o número de seguidores nas redes sociais.

O compartilhamento mútuo entre arquivos ou outras instituições ajuda os dois – ou mais – lados envolvidos a atrair a atenção de quem não seguia ou não seguiria seus perfis nas redes. Isso pode ser uma boa estratégia de difusão do arquivo. As instituições podem tratar um assunto ao mesmo tempo usando uma *hashtag*[7] em comum, criando campanhas e atingindo os *trending topics* do Twitter como o assunto mais comentado.

É necessário ser específico e cirúrgico no uso das *hashtags* (palavras-chave). Tem de existir ligação entre o assunto levantado e o acervo, imagem, fundo etc.

Aquisição

Criar campanhas públicas para doação de imagens digitalizadas de algum tema pode enriquecer um acervo. O Flickr permite a criação de grupos para criar um conteúdo em comum. Isso pode fazer com que documentos que estejam em uma instituição possam complementar o acervo de outra. As imagens doadas podem servir para criar coleções, servir de complemento para algum acervo incompleto (no caso de oriundas de outra instituição, pois é necessário garantir a autenticidade do documento) e para criar exposições virtuais.

Avaliação

Avaliação, na perspectiva arquivística, garante memórias que os arquivos podem testemunhar sobre acontecimentos. Essa função arquivística

7 Em 2008, o Twitter implementou um "sistema de indexação denominado *trending topics*, uma ferramenta que possibilita o agrupamento de postagens por tópicos, articulando determinadas palavras, frases ou expressões precedidas pelo símbolo sustenido "#", chamado *hashtag*. Desde então, os usuários podem direcionar ativamente tópicos específicos ou acompanhar passivamente o movimento de indexação dessa mídia social" (Moura; Mandaji, 2014, p. 6).

pretende ainda que informações importantes não se percam em documentos acumulados.

No uso das redes sociais, controlar a quantidade de postagens, para que só fiquem as relevantes, evita que o usuário se perca em informações que já perderam sua eficácia e validade.

Muitos usuários, caso queiram pesquisar e ver postagens anteriores, se perderão em publicações que não fazem mais sentido continuar a existir na página. Por exemplo: anúncios de feriado e os dias e horários em que o arquivo funcionará em determinada semana. Passada a semana, não faz sentido a publicação permanecer on-line.

Quanto ao acervo, não há problemas em repetir postagem de documentos custodiados pela instituição, pois, dependendo do momento em que for "repostado", poderá ganhar outros sentidos. Tudo dependerá do contexto, que pode torná-la uma nova publicação com novos tipos de comentários.

Descrição

A descrição será a maior auxiliadora para o usuário entender o material publicado através da contextualização (história, procedência, conteúdo etc.) e da indexação dos assuntos, gerando pontos de acesso no campo de pesquisa das redes sociais virtuais.

Na descrição da imagem, deve haver o código de referência do acervo, a autoria, a data, o fundo, a série etc. As *hashtags* podem ser colocadas no meio do texto, pois outros nomes de personagens podem aparecer. Tomemos como exemplo uma fotografia em que apareçam vários ex-ministros que estão com os nomes no texto. Cada um desses pode virar pontos de acesso ao ser indexado.

Deve-se evitar o uso exagerado e sem sentido das *hashtags*, *tags* (palavras-chave), pois de nada adiantaria, por exemplo, colocar "#Brasil", pois o termo faria ligações (*link*) genéricas e não específicas do que se trata a postagem. Orienta-se dar preferência ao uso de indicar o nome da instituição custodiadora, do fundo, da série, subsérie, dossiê, item documental (no final do texto, sendo a última parte da postagem).

O usuário pode usar o campo de comentário para inserir mais informações sobre a publicação. No Flickr, pode também criar palavras-chave, indexando termos que auxiliam na busca. Quando o usuário compartilha uma publicação de uma página no Facebook e deixa o acesso aberto ao público, a página que teve sua postagem compartilhada pode ler se este incluiu algo além do compartilhamento, se usou outras *hashtags*, se adicionou novos dados etc. Observando o comportamento do usuário, é possível traçar estratégias para o uso dos termos chaves e da descrição.

Classificação

O plano de classificação e o quadro de arranjo "têm a finalidade de traduzir visualmente as relações hierárquicas e orgânicas entre as classes definidas para organização da documentação" (Gonçalves, 1998, p. 14). Enquanto o primeiro é atribuído ao arquivo corrente, o segundo (que também é uma classificação) é atribuído ao arquivo permanente.

O uso das plataformas Flickr e Pinterest pode servir para apresentar o quadro de arranjo de um fundo, série, coleção. Esses usos também estariam abertos à participação popular durante um determinado período, com chamadas por meio das diversas plataformas em que a instituição arquivística se faz presente. Pode funcionar como um ensaio para o arranjo físico de um fundo. As sugestões podem partir de diversos arquivistas de todo o país. Professores, alunos e especialistas participariam e dariam sugestões para o melhor arranjo a ser feito em um determinado fundo ou coleção.

9) *Garantia da autenticidade da página*

Muitos arquivos públicos estaduais não possuem *links* para suas redes sociais virtuais, outros não divulgam todas aquelas em que têm perfis, alguns informam *links* "quebrados" para as plataformas e há os que só possuem as redes sociais, sem manter um sítio eletrônico oficial. A melhor maneira de evitar riscos e confusões para o usuário seria a verificação das contas nas plataformas que possuem essa funcionalidade. Assim, seria garantida a autenticidade das mensagens publicadas pelas instituições arquivísticas.

10) *Termos de uso e normas de responsabilidade*

Apesar de a internet ser um meio democrático para uso da informação, tornando a opinião de cada cidadão passível de ser lida, vista e/ou ouvida, é preciso ter alguns cuidados. É importante a instituição arquivística deixar claro (em uma postagem fixa ou em algum outro campo) o que pode ser dito ou não em seus comentários. Isso evitaria conflitos com o público, pois a regra já estaria estabelecida. Pode haver, por parte do arquivo público (proprietário da página), o apagamento de um comentário (preconceituoso, machista, racista, propaganda eleitoral etc.), mas nunca a exclusão ou o bloqueio do perfil de um usuário infrator, pois ainda se trata de um meio de informação gerenciado por um órgão público. O termo de uso deve deixar claro o que pode ou não se fazer e dizer nos comentários da página, para que a exclusão nunca pareça uma atitude ditatorial da instituição.

Considerações finais

O Conselho Nacional de Arquivos produz publicações como: *Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos*, *Diretrizes para a implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis*, *Diretrizes para a gestão arquivística do correio eletrônico corporativo*, *Diretrizes do produtor e do preservador*, *Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas*, mas nenhuma publicação sobre as normas para o uso das redes sociais virtuais pelas instituições arquivísticas.

A rede social virtual é uma realidade, algo que já faz parte do cotidiano de grande parte dos cidadãos, não podendo mais ser ignorada por nenhuma instituição governamental que preste atendimento externo. A instituição arquivística deve ser proativa, oferecer conteúdos e não ficar à espera da solicitação do usuário.

O proprietário de uma página virtual, por exemplo, no Facebook, possui acesso a dados exclusivos, como o número de pessoas alcançadas com determinada postagem e o número de cliques na publicação. Também é acessível, ao administrador da página, saber dados dos compartilhamentos: a quantidade de comentários e de recompartilhamentos.

Tomando a página oficial de um município como exemplo, as reclamações sobre uma obra ou qualquer conteúdo publicado podem ser um reflexo do que pensam os cidadãos dessa cidade, corroborando a tomada ou mudança de decisão da prefeitura e reforçando a importância da publicização dos dados coletados.

As redes sociais virtuais permitem que a instituição arquivística se aproxime da sociedade, pois estas estão aumentando sua popularidade. A tendência é que sua visibilidade cresça, que a instituição atraia novos usuários e ganhe mais notoriedade junto à população. Embora não seja uma regra, isso pode gerar sensibilidade junto aos órgãos governamentais e propiciar mais recursos financeiros para seu desenvolvimento.

Conforme a sociedade se modifica e a tecnologia avança, novas configurações e atores surgem. De tempos em tempos, as propostas aqui apresentadas devem ser reavaliadas e atualizadas. Afinal, as diretrizes propostas por este artigo, assim como a sociedade (atores) e a tecnologia (redes sociais virtuais), não param no tempo, são dinâmicas.

Referências

ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: revelando os fundamentos do conceito. *Informação & Informação*, Londrina, v. 12, p. 8-19, dez. 2007.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

BARAN, Paul. *On distributed communications*: I. Introduction to distributed communications networks. Santa Monica: Rand Corporation, 1964.

CONSELHO Internacional de Arquivos. *Princípios de acesso aos arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

COUTURE, Carol. *Lesfonctions de l'archivistique contemporaine*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? *Prisma.com*, Porto, v. 4, p. 3-36, 2007.

FACEBOOK. *Política de dados*. 2015a. Disponível em: https://pt-br.facebook.com/about/privacy/. Acesso em: 21 mar. 2018.

_____. *Termos de serviço*. 2015b. Disponível em: https://pt-br.facebook.com/terms. Acesso em: 21 mar. 2018.

FALCI, Samuel Henrique. *Novas abordagens para detecção automática de aprendizagem*. 2017. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017. Disponível em: http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1657/1/samuel_henrique_falci.pdf. Acesso em: 7 jun. 2019.

FERREIRA, Letícia Elaine; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação no âmbito da arquivística. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 158-167, mar. 2013.

FERREIRA, Toniel; VITORINO, Valdir Antonio. Teoria de redes: uma abordagem social. *Revista Conteúdo*, Capivari, v. 1, n. 3, p. 1-19, jul. 2010.

GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

GOOGLE. *Youtube Insights 2017*. 2017. Disponível em: https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/youtubeinsights/2017/. Acesso em: 21 mar. 2018.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo demográfico 2010*. 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00. Acesso em: 2 jul. 2017.

LOPES, Fernando Dias; BALDI, Mariana. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 5, p. 1007-1035, out. 2009.

MARIZ, Anna Carla Almeida. *A informação na internet*: arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, abr. 2001.

MARTÍ, Silas. *Escândalo faz Facebook perder US$ 37 bi*: ação cai 7% após revelação de que dados de usuários foram usados para favorecer eleição de Trump. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/escandalo-faz-facebook-perder-us-37-bi.shtml. Acesso em: 2 mar. 2019.

MOURA, K. F.; MANDAJI, C. F. da S. A relação das *hashtags* com as palavras de ordem presentes nas manifestações brasileiras de 2013. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 15., 2014, Palhoça (SC). *Anais*... Palhoça (SC), 2014. Disponível em: http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-1334-1.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SANTOS, José Alex Soares. Teorias da aprendizagem: comportamentalista, cognitivista e humanista. *Revista Científica Sigma*, Macapá, v. 2, n. 2, p. 96-110, 2006. Disponível em: https://www.iesap.edu.br/arquivo/Revista_SIGMA_2.pdf. Acesso em: 26 jul. 2019.

SHANNON, Claude Elwood. A mathematical theory of communication. *The Bell System*

Technical Journal, v. 27, p. 379-423, 623-656, jul./out. 1948. Disponível em: http://math.harvard.edu/~ctm/home/text/others/shannon/entropy/entropy.pdf. Acesso em: 9 set. 2019.

STEINFIELD, Charles; ELLISON, Nicole B.; LAMPE, Cliff. Social capital, self-esteem, and use of online social network sites: a longitudinal analysis. *Journal of Applied Developmental Psychology*, v. 29, n. 6, p. 434-445, nov. 2008.

WE ARE SOCIAL. *Digital in 2018*: world's internet users pass the 4 billion mark. 2018. Disponível em: https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018. Acesso em: 21 mar. 2018.

Recebido em 29/12/2019
Aprovado em 15/04/2020

Usuários dos arquivos

Uma análise dos congressos nacionais de arquivologia

Archives' users: analysis of national archival science conferences / Usuarios de los archivos: un análisis de los congresos nacionales de archivística

Katia Isabelli Melo
Doutora em Documentación: archivos y bibliotecas en el entorno digital pela Universidad Carlos III, Espanha. Professora do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasil
isabelli@unb.br

RESUMO

Os eventos científicos em arquivística constituem espaço de reflexão dos aspectos teóricos e práticos do exercício profissional do arquivista. Por meio de uma pesquisa de caráter exploratório, abordando aspectos qualitativos e quantitativos, analisaram-se os pontos de discussão sobre os usuários nas edições do Congresso Nacional de Arquivologia, sendo constatada uma participação ínfima.

Palavras-chave: *arquivo; pesquisador; evento científico.*

ABSTRACT

The scientific events in archival science are a space for reflection on the theoretical and practical aspects of the archivist's professional practice. Through an exploratory research, addressing the qualitative and quantitative aspects, the points of discussion about users in the editions of the national archival science conference were analyzed, showing a very small participation.

Keywords: *archives; researcher; scientific event.*

RESUMEN

Los eventos científicos en archivística son un espacio para la reflexión sobre los aspectos teóricos y prácticos de la práctica profesional del archivero. Por medio de una investigación exploratoria, abordando los aspectos cualitativos y cuantitativos, se analizaron los puntos de discusión sobre los usuarios en las ediciones del congreso nacional de archivística, mostrando una participación muy pequeña.

Palabras clave: *archivo; investigador; evento científico.*

Introdução

Com o propósito de analisar as reflexões sobre os usuários dos arquivos nos eventos científicos de arquivologia, é fundamental que se apresente, inicialmente, a conceituação adotada para o termo. A definição clássica, segundo o *Dicionário brasileiro de terminologia*, publicado em 2005 pelo Arquivo Nacional, consiste em "pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também chamada consulente, leitor ou pesquisador" (p. 169). Outro conceito assinala que "o usuário do arquivo é o cliente que temos que satisfazer plenamente em suas necessidades de informação" (Pabón Valencia, 1996, p. 116),com apropriação do termo "cliente", utilizado pelas bibliotecas.

À parte do gerenciamento dos documentos e dos procedimentos que interferem em sua preservação, a razão de ser dos arquivos é manifesta ao possibilitar e garantir o acesso dos usuários às informações contidas em seu acervo documental. Entende-se, portanto, o usuário como um elemento primordial e imprescindível para o cumprimento de uma das funções arquivísticas, a difusão. Embora seja um elemento essencial que usufrui das diversas ações promovidas pelos arquivos e que revela categorizações, pouco se analisa e se discute sobre as implicações do uso que é feito dos arquivos e de como as informações têm sido prestadas aos usuários, quais os tipos de informação, suas fontes e sua qualidade, e em que frequência são concedidas.

Particularmente, alguns procedimentos internos de gerenciamento dos acervos por parte das instituições arquivísticas podem impactar e interferir nas pesquisas. Isso se aplica no tempo de duração do atendimento prestado ao usuário, na permissão de uso do acervo (Castro, 2008), ou mesmo na interferência da informação que é dada – como as sugestões e norteamentos muitas vezes podem culminar na influência sobre uma pesquisa. Como elementos dificultadores na obtenção e recuperação da informação, Hugh Taylor (1984) assinala o índice reduzido de profissionais que atuam nos arquivos, assim como a ausência de centralização das informações em uma mesma instituição. Em complemento, Helen Forde (1991), no estudo elaborado pelo Records and Archives Management Programme (Ramp), sinaliza sobre um programa de formação que contemple tanto os usuários quanto os profissionais responsáveis pelo atendimento nos arquivos, constituindo o primeiro manual que enfoca a relação entre os usuários, os arquivos e os arquivistas.

Como referencial teórico, verifica-se a ausência de publicação específica que aborde as características dos usuários e pesquisadores dos

arquivos, sendo recorrente a busca nos manuais de estudos de usuários da biblioteconomia, que diferem da realidade das instituições arquivísticas. Buscando contribuir para a disseminação de novos estudos e possibilitar outros olhares, a Associação Brasiliense de Arquivologia publicou, em 2010, uma edição temática da revista *Cenário Arquivístico* abordando os usuários dos arquivos.[1]

Os eventos científicos nacionais na área arquivística congregam arquivistas, docentes, estudantes de arquivologia, historiadores, profissionais que atuam nos arquivos e de áreas afins, constituindo um espaço de reflexão sobre o pensar, o fazer, o atuar nos arquivos. Esses eventos compõem o cenário ideal para os debates sobre a evolução da teoria arquivística, as funções dos arquivos, o exercício profissional do arquivista na sociedade e sua relação com os usuários, sendo abordados nas plenárias, com a participação de profissionais convidados e a temática pré-definida. Por sua vez, o espaço destinado às comunicações livres reserva-se à apresentação de pesquisas em andamento ou finalizadas, estudos de caso, contemplando os relatos de bolsistas de agências de fomento, de iniciação científica, arquivistas e discentes, contribuindo tanto para a visibilidade da área quanto para a ampliação da produção acadêmica e científica.

A pesquisa se propõe a identificar qual é a parcela de indagação sobre os usuários no contexto do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), buscando estabelecer um paralelo com a proposta de Melo (2017), ao considerar que o tema carece de maior abordagem nos programas de formação dos cursos de arquivologia.

No campo metodológico, a pesquisa, de caráter exploratório, analisou os aspectos quantitativos e qualitativos dos artigos apresentados nas sessões de comunicações livres das oito edições do CNA, contemplando o espaço temporal de 2004 a 2018, com predominância do usuário dos arquivos e seus variados contextos. Na análise qualitativa, estabeleceram-se sete categorias que expressam a similaridade com o termo "usuário": formação, acessibilidade, qualidade nos arquivos, web, difusão, estudos de usuários e mediação da informação. Em complemento, agregou-se o perfil dos autores.

Inicialmente mensuraram-se os artigos de acordo com as edições do CNA. Num segundo momento, elegeram-se, com base nos títulos, palavras-chave e resumos desses artigos, os estudos que indicavam similaridade

1 Após a edição desse número temático, a revista *Cenário Arquivístico* deixou de ser publicada.

com o usuário, seja nas questões de acessibilidade, estudos para identificar o perfil, mediação da informação ou ainda nos aspectos avaliativos da qualidade dos serviços e produtos disponibilizados. Como fontes de pesquisa bibliográfica, foram considerados tanto o programa oficial e o caderno de resumos das edições do congresso quanto os anais[2] disponíveis na web, no formato PDF.

Conhecendo os usuários

O usuário interno caracteriza-se como aquele que produz a informação em âmbito institucional e que poderá apropriar-se dela posteriormente. Qualificados como usuários externos à organização, inserem-se aqueles que acodem aos arquivos com o propósito de atender às suas indagações, seja comprovando-as ou refutando-as. Esse grupo é integrado por quatro categorias, conforme definido por Tarraubella Mirabet (1997): os pesquisadores profissionais, os pesquisadores aficionados, os estudantes, universitários ou não, e os cidadãos em geral.

A literatura arquivística carece de publicações específicas e manuais que abordem os usuários. Um dos manuais aplicados com adaptações aos estudos dos usuários nos arquivos consiste em um estudo do professor Elias Sanz Casado, da Universidad Carlos III, de Madrid, autor da obra *Manual de estudios de usuarios*, que reflete a realidade das bibliotecas.

Alguns estudos discorrendo sobre a política de acesso, a transferência da informação e os serviços de arquivos foram publicados pelo Records and Archives Management Programme (Ramp), sendo um dos pioneiros *Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos: um estúdio del Ramp*, de Michel Duchein (1983). Posteriormente, Hugh Taylor publica *Los servicios de archivos y el concepto de usuario: estudio del Ramp*, em 1984. Completando o ciclo, em 1993, James Rhoads surge com a contribuição intitulada *La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información: un estudio del Ramp*.

Os usuários contam com outro aporte, as cartas de serviço, estabelecidas em função do decreto n. 9.094, de 17 de julho de 2017.[3] Por meio das cartas, as instituições públicas informam sobre os serviços e produtos

2 Em algumas edições, foram percebidas alterações no aspecto quantitativo total, sem que isso inviabilizasse a análise qualitativa, visto que os textos com referência aos usuários e usos dos arquivos estavam acessíveis na íntegra.

3 O referido ato normativo revogou o decreto n. 6.932, de 11 de agosto de 2009.

que disponibilizam, incluindo instruções sobre os tipos de atendimento, se presencial ou a distância, abarcando os prazos de tempo previstos para resposta à demanda apresentada. Revela-se como o compromisso de excelência assumido no atendimento de qualidade para o cidadão, conforme estabelecido na carta do Arquivo Nacional (2016).

Ao estabelecerem direitos e deveres dos usuários, os órgãos públicos adotam atos normativos que especificam essas questões. Na esfera municipal, identificou-se o decreto n. 985, de 15 de março de 2011, do município de Mesquita, no Rio de Janeiro, que "dispõe sobre as normas e procedimentos de protocolo, documentação e Arquivo Público Municipal de Mesquita". Posteriormente, com proposta similar, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio da portaria n. 9, de 18 de abril de 2013, especifica instruções para os seus usuários e pesquisadores em geral.

Na esfera federal, no que se refere à política de acesso e às normas legais, o Estado brasileiro promulgou a lei n.12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). Quanto aos prazos de sigilo aplicados a determinadas categorias de documentos, a LAI assemelha-se aos preceitos aceitos em diversos países.[4] Pretende-se, com o instrumento normativo, uma aproximação mais efetiva do cidadão em geral na busca às informações e às instituições arquivísticas.

No âmbito acadêmico, constatou-se que a temática dos usuários dos arquivos revela-se pouco expressiva, maiormente nas pesquisas vinculadas aos programas de pós-graduação.[5] Paradoxalmente, os estudos com maior incidência resultam dos trabalhos de conclusão de curso, sobretudo com a identificação do perfil do usuário de instituições arquivísticas, embora as reflexões sobre os usuários revelem a abordagem superficial do tema nos programas dos cursos de formação em arquivologia. Em alguns cursos, percebe-se uma disciplina que enfoca, mais precisamente, os estudos sobre os usuários, assemelhando-se às propostas oriundas das bibliotecas (Melo, 2017).

4 A política de acesso estabelecida por diversos países assegura prazos diferenciados para a abertura dos arquivos aos usuários externos. Em se tratando dos documentos com grau de sigilo, os prazos podem variar de dois a trinta anos, ou mais.

5 Inicialmente, a pesquisa se propunha a identificar a produção científica sobre os usuários dos arquivos nas teses e dissertações da faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). Constatada a quase inexistência de dados, recebeu um novo direcionamento. A pesquisa foi desenvolvida por Ester Eiko Duarte Kimura e Mayara Dias Miranda, graduandas do curso de arquivologia, sob orientação da professora doutora Katia Isabelli Melo. Os resultados estão em fase de atualização para submissão à publicação.

Contudo, é importante observar que esse campo de estudos constitui um aporte na identificação do perfil do usuário, ao mesmo tempo em que permite medir o grau de satisfação dos usuários em relação à qualidade dos serviços e produtos oferecidos pelos arquivos. Nesse aspecto, a carta de serviços, citada anteriormente, apresenta os indicadores que possibilitam essa medição. Verifica-se, ainda, poucas abordagens na associação dos usos e usuários dos arquivos e, em outras ocasiões, as reflexões estão associadas a disciplinas na modalidade optativa, inibindo a participação efetiva da totalidade dos discentes, assim como novos olhares sobre o tema (Melo, 2017).

A comunidade arquivística brasileira tem produzido, nos últimos anos, diversos estudos, sendo parte deles decorrentes das pesquisas de doutorado realizadas tanto no país quanto no exterior. Entretanto, existem lacunas a serem preenchidas, sobretudo com novos olhares e reflexões sobre a relação dos usuários com os arquivos, com o arquivista.

Na tentativa de mais aproximação e integração com o usuário, as instituições arquivísticas desenvolvem ações de difusão, projetos e parcerias. O Arquivo Nacional, a partir de 2017, desenvolve o projeto "Com a palavra, o usuário", no qual permite que os pesquisadores experientes possam discorrer e dialogar com a instituição sobre as etapas de desenvolvimento de suas pesquisas. O relato é gravado e veiculado pelas redes sociais em tempo real, facultando ao usuário uma aproximação e um *feedback* com a própria instituição, visando a um atendimento com nível de excelência e qualidade.

Surgimento do Congresso Nacional de Arquivologia

Brasília foi palco do primeiro CNA, ocorrido em 2004. Como promotora do evento, a Associação Brasiliense de Arquivologia (Abarq) convidou o curso de arquivologia da Universidade de Brasília (UnB) para uma parceria. O congresso, inicialmente sem a pretensão de manter-se em edições subsequentes, congregou arquivistas, profissionais de áreas afins, docentes, pesquisadores, discentes e interessados na área.

A partir da primeira edição, o evento se estabelece com edições bienais. De 2004 até a presente data, ocorreram oito edições do CNA, sendo a última realizada em João Pessoa, no ano de 2018. O Quadro 1 reflete as edições do congresso, o ano de realização, as associações promotoras e a temática abordada.

Quadro 1 – Edições do CNA[6]

Edição	Período de realização	Associação	Local	Tema
I	23 a 26 de novembro de 2004	Associação Brasiliense de Arquivologia, Abarq	Brasília (DF)	Os arquivos no século XXI: políticas e práticas de acesso à informação
II	23 a 27 de julho de 2006	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul, AARS	Porto Alegre (RS)	Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento
III	20 a 24 de outubro de 2008	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, AAERJ	Rio de Janeiro (RJ)	Arquivologia e suas múltiplas interfaces
IV[7]	19 a 22 de outubro de 2010	Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo, AARQES	Vitória (ES)	A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação
V	1 a 5 de outubro de 2012	Associação dos Arquivistas da Bahia, AABA	Salvador (BA)	Arquivologia e internet: conexões para o futuro
VI	20 a 23 de outubro de 2014	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul, AARS	Santa Maria (RS)	Arquivologia, sustentabilidade e inovação
VII	17 a 21 de outubro de 2016	Associação de Arquivistas do Estado do Ceará, Arquive-CE	Fortaleza (CE)	Arquivologia: da interdisciplinaridade à interoperabilidade
VIII	8 a 11 de outubro de 2018	Associação dos Arquivistas da Paraíba, AAPB	João Pessoa (PB)	Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para a arquivologia

De acordo com a distribuição geográfica, a região Centro-Oeste realizou a primeira edição; até o momento, a região Nordeste promoveu o maior número de edições: em 2012 e as duas últimas, em 2016 e 2018; na região Sudeste ocorreram dois congressos subsequentes, em 2008 e 2010;

6 Os quadros e tabelas que compõem o artigo foram elaborados pela autora.

7 As informações sobre a produção científica do congresso foram obtidas com seus organizadores.

e a região Sul integra-se com duas edições, ocorridas em 2006 e 2014. A próxima edição do CNA, em 2020, inicialmente prevista para ocorrer na cidade de Londrina, no Paraná, teve o local transferido para a cidade do Rio de Janeiro.[8] A região Norte ainda não promoveu nenhuma edição do congresso.

Os textos apresentados nas plenárias e comunicações livres da primeira edição do CNA estão disponíveis no formato CD-ROM. As demais edições podem ser recuperadas em arquivos em formato digital (PDF), disponibilizados nas páginas dos eventos, na internet.[9]

Há que se destacar os temas estabelecidos como objeto de discussão nas edições do CNA. Na primeira edição, a proposta contemplou os arquivos e a política de acesso à informação. Em sua segunda edição, o arquivista se apresenta como protagonista, ainda que com uma representação praticamente ausente das discussões do evento, segundo Melo e Cardoso (2018). As autoras destacam que o evento teve como objetivo

> promover reflexões e debates sobre o papel do arquivista na sociedade contemporânea, assuntos que pretendiam auxiliar no estabelecimento da identidade profissional do arquivista, na capacitação profissional e na superação dos desafios impostos pela era da informação, o que se aplica também aos tempos atuais. Entretanto, apenas nove discussões protagonizadas pelo arquivista surgiram. (Melo; Cardoso, 2018, p. 81)

Por outro lado, nas demais edições, a arquivologia se manteve como o elemento básico dos debates, estabelecendo interface com as novas tecnologias, funções arquivísticas, sustentabilidade, interdisciplinaridade, ética, papel social e políticas de acessibilidade. O olhar sobre os usuários sempre esteve à margem das discussões apresentadas.

Abordagens sobre os usuários dos arquivos nos CNAs

Do ponto de vista temporal, o período de realização dos CNAs tem oscilado de quatro a cinco dias. Diferindo de outros eventos científicos, suas edições adotaram uma nova estrutura em sua programação. Mantiveram-

8 O congresso foi cancelado, em virtude da pandemia de covid-19, conforme indicado pelo Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq).

9 Algumas páginas não apresentam boa funcionalidade, comprometendo as pesquisas e a recuperação das informações, principalmente pela ausência de busca por descritores.

se as sessões plenárias com a participação de palestrantes convidados e ampliou-se a sessão de comunicações livres, possibilitando a divulgação das pesquisas desenvolvidas por graduandos dos cursos de arquivologia[10] inseridos em projetos de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso. É importante ressaltar que nenhuma das edições evoca "usos e usuários" em suas temáticas principais, o que não inibe as discussões de modo isolado, conforme constatado.

A Tabela 1 demonstra o quantitativo dos artigos apresentados na sessão de comunicações livres em sua totalidade (627) e o indicativo dos que abordam os usuários e refletem ações sobre o uso dos arquivos (37), representando o índice de 5,9%. Esse cenário reflete a baixa representatividade do usuário/pesquisador na área arquivística.

Tabela 1 – Análise quantitativa dos artigos em relação aos que abordam os usuários

Edição do CNA[11]	Total de artigos	Abordagem sobre usuário	Percentual
I	76	3	3,95%
II	80	3	3,75%
III	47	3	6,38%
IV	89	3	3,37%
V	118	12	10,17%
VI	86	3	3,49%
VII	62[12]	4	6,45%
VIII	69[13]	6	8,70%
TOTAL	627	37	5,90%

As edições apresentam pouca variação no aspecto quantitativo das discussões envolvendo os usuários, oscilando de três a 12 apresentações.

10 A participação de discentes era praticamente inexistente nos eventos científicos promovidos até então.

11 Nas edições III, IV e V, não constam da programação os artigos apresentados nos eventos paralelos.

12 Foram aprovados 67 artigos, ainda que na página do evento conste o número 62.

13 A programação indica o total de 85 artigos e os anais registram 69 trabalhos.

Em cinco das edições, o tema esteve em destaque por três ocasiões. A quinta edição, realizada em Salvador, teve o maior quantitativo de artigos apresentados em relação às demais (118), sendo que as abordagens referentes aos usuários indicam 12 estudos, refletindo o maior percentual, 10,17%.

A questão da acessibilidade esteve representada na última edição do CNA, realizada em 2018, na cidade de João Pessoa. Ao considerar como tema central "Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para a arquivologia", buscou-se determinar um espaço específico para as reflexões sobre os usuários. O eixo temático definido como "Representação arquivística, acesso e acessibilidade" contemplou os estudos de usuários, os aspectos teóricos para a representação arquivística, a descrição arquivística e a questão da acessibilidade e os arquivos. Dos oito estudos, cinco possuíam vinculação com os usuários dos arquivos. Associado a outro estudo, apresentado no eixo "Ética e responsabilidade social", a edição perfaz o segundo melhor percentual de temáticas abordando os usuários, 8,7%.

A terceira edição, que abordou as múltiplas interfaces da arquivologia, indica o menor índice de estudos (47), e somente três contemplam os usuários, o que representa 6,38%.

Para a análise qualitativa dos 36 artigos, foram definidas sete categorias, apresentadas de forma escalonada no Quadro 2, que revelam similaridade com o termo usuário e/ou indicam uma abordagem sobre o uso dos acervos, sendo elas: formação, acessibilidade, qualidade nos arquivos, web, difusão, estudos de usuários e mediação da informação. Acrescenta-se, ainda, que o perfil da autoria dos artigos é, majoritariamente, de docentes e arquivistas, com nove pesquisas atribuídas a cada um. Neste segmento, incluem-se sete estudos elaborados em parceria entre arquivistas e docentes. Técnicos vinculados a instituições, assim como mestrandos e seus orientadores, contribuíram com quatro investigações. Com menor representação, surgem quatro comunicações desenvolvidas por: uma museóloga, uma bibliotecária, uma parceria entre arquivista e doutoranda, e uma profissional com dupla formação, arquivologia e biblioteconomia.

Quadro 2 – Categorização dos artigos

Categoria	Título	Perfil do autor
Formação	A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista	Mestranda e docente
Acessibilidade	A função social do arquivista: uma abordagem sobre inclusão e acessibilidade nos arquivos	Arquivistas
	Acessibilidade em arquivos: estudo sobre garantias de direitos aos portadores de necessidades especiais	Arquivista e docente
	Atendimento ao usuário portador de necessidades especiais	Arquivistas
	Inserção do profissional arquivista nos serviços de informação ao cidadão das universidades federais do Brasil	Arquivistas
Qualidade nos arquivos	A recuperação da informação sob a ótica dos usuários: um estudo de caso do uso da base de dados Accessus	Técnico
	Análise do uso da “tabela de assuntos” pelos servidores da Procuradoria da República na Paraíba	Arquivista e doutoranda
	Avaliação do serviço de atendimento aos usuários da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo	Arquivistas e docente
	Nível de satisfação da organização documental da Usina Hidrelétrica de Itiquira (MT)	Bibliotecárias
Web	A face oculta da interface: serviços de informação arquivística na web centrados no usuário	Técnicos
	Avaliação do uso das tecnologias da informação e comunicação no arquivo de um escritório de advocacia	Arquivista e docente
	Centrando o olhar no usuário: organização e dinamização informacional do site de arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba	Técnicos
	Internet e arquivologia: instituições arquivísticas, usuários e lei de acesso à informação	Docente
	Utilização das páginas web como ferramenta para difusão dos produtos e serviços informacionais dos arquivos nacionais do Mercosul	Arquivistas e docente

Categoria	Título	Perfil do autor
Difusão	A difusão e a pós-difusão cultural como estratégia de disseminação dos serviços de arquivo	Arquivista e docente
	A difusão no uso dos documentos eletrônicos e a função do arquivista nesse novo cenário	Arquivista e docente
	Acesso e uso da informação em arquivos sob a perspectiva dos serviços de difusão cultural e ações educativas	Mestranda e docente
	Ações educativas em arquivos: relato de experiência em oficinas socioeducativas na rede municipal de ensino em Santarém (PA)	Arquivistas
	O marketing como ferramenta de difusão das atividades arquivísticas	Mestranda e docente
	Sistema integrado de acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM): uma experiência de difusão on-line	docente
Estudos de usuários	Dimensões metacognitivas no processo de busca da informação arquivística	Docentes
	Estudo de usuários como instrumento para gestão de arquivos permanentes: aplicação na casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz	Técnico
	Estudo de usuários do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas	Arquivista
	Estudo de usuários em arquivos: o caso do Cedoc da UnB	Arquivista
	Investigação do uso do Arquivo Municipal de São José do Norte: uma visão através dos funcionários das secretarias do município	Arquivista
	Perfil do usuário do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte	Docente
	Usuários e pesquisas do Arquivo da Casa de Memória Edmundo Cardoso	Docente

Categoria	Título	Perfil do autor
Mediação da informação	A busca e o uso da informação por meio de canais de comunicação interna: estudo de caso na Agência Central do Banestes	Arquivista e docentes
	Acervo documental do curso especial de educação física da Escola Superior de Educação Física (1931-1960) da Universidade Federal do Espírito Santo: fragilidades e possibilidades de usos	Arquivista
	Além do que se vê: uso e "pós-uso" da informação orgânica arquivística	Mestrando e docente
	O profissional da informação como mediador entre o documento e o usuário: a experiência do acervo fotográfico da Fundação Joaquim Nabuco	Bibliotecária/ arquivista
	O uso da informação para cidadania no Arquivo Público do Estado da Bahia	Arquivista e docente
	O uso e "pós-uso" da informação orgânica arquivística	Docente
	Retrospectivas e prospectivas no ensino da preservação de acervos como disciplina acadêmica: do tombamento ao uso da informação	Docente
	Tratamento arquivístico do prontuário do paciente: um contraponto terminológico a Galvão, Ferreira e Ricarte	Docente
	Usuários de instituições de arquivo: mensageiros do "caos" ou parceiros do conhecimento e da ação comunicativa	Museóloga

Segundo Melo (2017), refletir sobre o papel social do arquivista, incluindo o estabelecimento de uma relação de proximidade do seu espaço de trabalho com o usuário dos fundos arquivísticos e do pesquisador em geral, constitui-se como objetivo dos programas de formação. Sem embargo, um dado lamentável consiste justamente no reduzido espaço de discursividade sobre os usuários nos programas de formação em arquivologia, obstaculizando a construção de novas ações de parceria entre os arquivistas, os arquivos e as instituições arquivísticas. Tal cenário se reproduz na participação de apenas um estudo abordando a formação formal em arquivologia e as relações estabelecidas com o usuário nas edições do CNA, cuja autoria coube a uma mestranda e seu orientador.

A questão da acessibilidade, definida em legislação específica, contempla as formas de inclusão das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida,[14] possibilitando igualdade e oportunidades de espaços e postos de trabalho. Em complemento, as discussões evocam as possibilidades de acesso desse grupo de pessoas aos serviços disponíveis, com linguagem acessível, letras ampliadas, linguagem de sinais, e outras boas práticas adotadas pelos arquivos que atendem às necessidades de acessibilidade informacional. A acessibilidade, temática principal da última edição do CNA, se mostrou em quatro ocasiões, nas comunicações livres,[15] com autoria de arquivistas, sendo que um estudo feito em parceria com um docente.

Definiu-se uma categoria para analisar os estudos referentes ao uso dos arquivos, do ponto de vista da avaliação da qualidade dos serviços e do grau de satisfação na percepção do usuário, inclusive interno. A categoria qualidade nos arquivos se ateve a quatro estudos produzidos por docentes, arquivista, profissional técnico e bibliotecária. O resultado indica a baixa incidência de estudos dessa natureza, refletindo o pouco conhecimento das instituições arquivísticas acerca das possibilidades de uso dos processos de trabalho de atendimento a seus pesquisadores e suas necessidades de informação. Esse desconhecimento compromete o estabelecimento de parcerias institucionais com o seu público-alvo.

Na categoria web foram consideradas as análises que contemplam os recursos tecnológicos, a interface com o usuário, o desenvolvimento de páginas virtuais, incluindo o acesso e os serviços disponibilizados na internet. Identificaram-se cinco estudos envolvendo os usuários com os serviços de informação e a comunicação arquivística. Parcerias entre docente e arquivista ocorreram em duas situações, o mesmo índice de produção apresentado pelos técnicos vinculados às instituições arquivísticas. Somente uma pesquisa, elaborada por uma docente, vinculada à quinta edição do CNA, abordou, especificamente, a temática "Arquivologia e internet: conexões para o futuro".

A difusão dos arquivos, teoricamente estabelecida como uma função arquivística (Rousseau; Couture, 1998), representa ações de promoção das instituições arquivísticas e de seus acervos com a gama de seus usuários, sobretudo com os pesquisadores externos. A produção científica sobre difusão aponta que as ações educativas, as mostras e exposições, inclusive

14 Anteriormente, adotava-se o termo portador de necessidade especial (PNE), conceito substituído por pessoa com deficiência (PcD).

15 Na oitava edição, os usuários foram destaque em duas plenárias e um evento paralelo. No entanto, a pesquisa estabeleceu-se somente no universo das comunicações livres.

virtuais, constituem formas de aproximação e relacionamento institucional adotadas de maneira recorrente pelos arquivos. Uma pesquisa recente de Martendal; Silva (2020) corrobora nesse sentido ao analisar artigos de periódicos científicos A1 das áreas do conhecimento com enfoque para a difusão arquivística, revelando as variadas formas adotadas pelos arquivos na aproximação com o usuário. Observaram-se seis debates dessa categoria nas edições do CNA, elaborados por arquivistas, docentes e mestrandos.

Na literatura arquivística, os estudos que revelam o perfil do usuário dos arquivos ocorrem, com maior frequência, como prerrogativa das instituições arquivísticas públicas e de seus profissionais, contemplando os usuários presenciais e os usuários externos, de atendimento à distância (Souza; Steindel; Ardigo, 2019; Lobato; Rocha, 2019). Nas edições do CNA, essa categoria apresenta sete relatos. Os docentes e os arquivistas surgem como investigadores dessa abordagem em três ocasiões, somadas a uma pesquisa de um técnico.

Constatou-se que, em âmbito geral, a tendência das discussões analisadas nas edições do CNA coube à categoria mediação da informação, com nove pesquisas. Almeida Júnior (2015) estabelece o entendimento do termo ao considerar que

> Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (Almeida Júnior, 2015, p. 25 apud Santos Neto; Bortolin, 2019, p. 2-3)

Buscou-se, portanto, inserir nessa categoria as pesquisas com abordagens sobre as necessidades de informação dos usuários e suas formas de uso mediadas pelo profissional da informação. Salienta-se que a mediação também se processa nas ações que antecedem as demandas do usuário, ou seja, nas etapas de tratamento da informação, conforme explicitado por Ferreira; Almeida Júnior (2013). A produção dos estudos esteve bem distribuída: com maior participação de docentes, em três situações, e de arquivistas em parceria com docentes, em dois casos. Os demais autores contribuíram com um estudo cada um, sendo categorizados como: museóloga, arquivista, dupla formação – arquivologia e biblioteconomia –, e um mestrando e seu orientador.

Constata-se que, apesar do usuário revelar-se como uma figura de pouca expressão nos debates das edições do CNA, com índice de 5,9%,

representa um elemento essencial para o cumprimento da finalidade específica dos arquivos, facultar o acesso.

Considerações finais

Os resultados sobre a inclusão das questões que envolvem os usuários e suas relações estabelecidas com os arquivistas, os arquivos e as instituições arquivísticas nas edições do Congresso Nacional de Arquivologia se mostraram pífios. Embora uma parcela das reflexões priorize o desenho do perfil dos seus usuários, no intuito de melhor entender o seu público-alvo, essa tentativa decorre de iniciativas isoladas do envolvimento dos profissionais arquivistas e dos docentes, deixando de constituir-se como uma prática institucional. A ausência desses estudos compromete, de certa maneira, as ações que poderiam ser implementadas para as diversas categorias de usuários. Importante ressaltar que os usuários necessitam reconhecer seu papel dentro de um sistema de informação e exigir o direito de acesso a uma informação de qualidade, que constitui um compromisso dos arquivos.

Os resultados comprovam a necessidade de se incluir ou mesmo ampliar, nos espaços acadêmicos, os debates que promovam a construção da relação tríplice que se estabelece entre o profissional da informação/arquivista, o documento e seus usuários. Como novas abordagens e novos caminhos a serem adotados pelas instituições arquivísticas, sugerimos a inserção de políticas inclusivas, programas de formação de usuários, indicando uma gama de ações que se aplicam as suas diversas categorias.

Focando nos usuários e pesquisadores em geral, ou seja, nas melhores práticas de atendimento aos usuários, quer sejam internos ou externos à organização, as instituições arquivísticas podem estabelecer procedimentos que facultem o acesso e garantam um compromisso de qualidade. Nesse sentido, pensar sistemas e programas de informática que sejam de fácil navegação, localização e acesso à informação, sistematização dos dados de forma que sejam mais bem utilizados, isto é, não apenas disponibilizando a informação, mas oferecendo mecanismos que revelem ao usuário as diversas possibilidades para seu uso, tanto para a organização quanto para o cidadão e a sociedade. O que se propõe são ações proativas de aproximação entre o usuário e as instituições arquivísticas.

Sugere-se que os espaços de formação reflitam acerca da escassa produção acadêmica e científica sobre o tema nos eventos científicos e analisem a ausência dos usuários dos arquivos nas disciplinas obrigatórias e optativas dos programas de formação dos cursos de arquivologia no

Brasil. Sendo o acesso à informação a finalidade precípua dos arquivos, recomenda-se um olhar mais detalhado sobre os seus usuários a fim de que se tornem mais visíveis.

Por fim, a baixa incidência de estudos sobre os usuários dos arquivos nos eventos científicos revela pouca reflexão do tema no ambiente acadêmico e nos espaços de trabalho. Sendo esses os espaços apropriados para novas abordagens, sugere-se que ações possam ser implementadas com a inclusão da temática, de maneira mais contundente,nas próximas edições dos eventos científicos de arquivologia, onde o usuário possa ocupar um espaço central de discussão.

Este artigo contou com a colaboração de Aline da Cruz Cardoso, graduada em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Carta de Serviços ao Cidadão*. Rio de Janeiro, 2016. 14p. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional/carta-de-servicos-cidadao. Acesso em: 20 nov. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Com a palavra, o usuário*. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/br/estudos-de-usuario/com-a-palavra-o-usuario. Acesso em: 20 dez. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. Publicações técnicas, n. 51. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

ARQUIVO Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj). Portaria Aperj n. 9, de 18 de abril de 2013. Disciplina as normas institucionais de acesso, preservação e reprodução de documentos no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Aperj. *Diário Oficial do Estado*, 19 abr. 2013.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Decreto n. 9.094, de 17 de julho de 2017. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jul. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9094.htm#art25. Acesso em: 29 dez. 2019.

CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 60 p.

CENÁRIO ARQUIVÍSTICO. Usuários de arquivo. Brasília: Associação Brasiliense de Arquivologia, v. 4, n. 1, jan./jun. 2011.

CONGRESSO Nacional de Arquivologia, 1., 2004, Brasília. *Anais*...Brasília: Associação Brasiliense de Arquivologia, 2004. 1 CD.

_____, 2., 2006, Porto Alegre. *Anais*... Porto Alegre: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: https://www.arquivista.net/AnaisEventos/cna2006/programacao.htm. Acesso em: 18nov.2019.

_____, 3., 2008, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.aaerj.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Anais-III-CNA.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

_____, 5., 2012, Salvador. *Anais*... Salvador: Associação dos Arquivistas da Bahia, 2012. Disponível em: https://www.arquivista.net/AnaisEventos/cna2012/. Acesso em: 18 nov. 2019.

_____, 6., 2014, Santa Maria. *Anais*... Santa Maria:Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: https://www.slideshare.net/dfloresbr/arquivologia-sustentabilidade-e-inovao-vi--congresso-nacional-de-arquivologia-anais--do-vi-cna-2014. Acesso em: 18 nov. 2019.

_____, 7., 2016, Fortaleza. *Anais*... Fortaleza: Associação dos Arquivistas do Ceará, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bz2-N2zP4P4SR2RNeXpIaUEwdTA/view. Acesso em: 18 nov. 2019.

_____, 8., 2018, João Pessoa. *Anais*... João Pessoa: Associação dos Arquivistas da Paraíba, 2018. Publicados na *Revista Analisando em Ciência da Informação* (RACIn), v. 6, n. especial, out. 2018. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/publicacaoanterior_v6nesp.htm. Acesso em: 18 nov. 2019.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

DUCHEIN, Michel. *Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos*: un estudio del Ramp. Paris: Unesco, 1983. 53 p.

FERREIRA, Letícia Elaine; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação no âmbito da arquivística. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 158-167, jan./mar. 2013.

FORDE, Helen (org.). *Formación del personal y los usuarios en el manejo adecuado del material de archivo*: un estudio del Ramp con instrucciones. Paris: Unesco, 1991. 33 p.

LOBATO, A. P. R.; ROCHA, E. C. de F. Usos e usuários do Arquivo Público Mineiro em ambiente digital e presencial. *Ágora*, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 1-16, jan./jun. 2019.

MARTENDAL, Fernanda Frasson; SILVA, Eva Cristina Leite da. A abordagem da difusão arquivística nos artigos de periódicos científicos A1 das áreas do conhecimento "Comunicação e informação" e "Educação" da Capes. *Ciência da Informação*, Maceió, v. 7, n. esp, p. 41-56, jan. 2020.

MELO, Katia Isabelli. Usuários nos programas de formação do curso de arquivologia. In: GOMES, Henriette; FERREIRA NOVO, Hildenise (org.). *Informação e protagonismo social*. Salvador: Edufba, 2017. p. 147-163.

_____; CARDOSO, Aline da Cruz. Arquivista como protagonista nos eventos científicos: uma análise dos congressos de arquivologia no Brasil. *Páginas a&b*, Lisboa, s. 3, n. 10, p. 71-91, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.21747/21836671/pag10a6. Acesso em: 18 nov. 2019.

MESQUITA (Cidade). Decreto n. 985, de 15 de março de 2011. Dispõe sobre as normas e procedimentos de protocolo, documentação e Arquivo Público Municipal de Mesquita. Disponível em: http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/wp-content/uploads/2017/06/Decreto-985.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

PABÓN VALENCIA, Jorge E. Los servicios archivísticos. In: NUESTRA palabra: textos archivísticos panamericanos. Lima: Instituto Panamericano de Geografía e Historia; Comité de Archivos, 1996. p. 111-119.

RHOADS, James B. *La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información*: un estudio del Ramp. Paris: Unesco, 1983.

SANTOS NETO, J.A.; BORTOLIN, S. Mediação da informação no campo da Arquivologia. *Transinformação*, Campinas. v. 31, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1678-98652019 31e180067. Acesso em: 29 dez. 2019.

SOUZA, L. M. K.; STEINDEL, G. E.; ARDIGO, J. D. O perfil e as necessidades de informação dos usuários do Arquivo Histórico de Joinville (SC). *Ágora*, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 1-13, jan./jun. 2019.

TARRAUBELLA MIRABET, Xavier. Los archivos y sus usuarios. *Lligall*, Barcelona, v. 12, p. 190-204, 1998.

TAYLOR, Hugh. *Los servicios de archivos y el concepto de usuario*: estudio del Ramp. Paris: Unesco, 1984.

Recebido em 31/12/2019
Aprovado em 15/4/2020

Estudos de usuários em arquivos

Panorama dos relatos de experiência publicados em periódicos nacionais

User studies in archives: overview of experience reports published in national journals
Estudios de usuarios en archivos: resumen de informes de experiencias publicados en revistas nacionales

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar a situação dos estudos de usuários no contexto arquivístico brasileiro, considerando a realidade nos arquivos como unidade de informação. Foram identificadas as principais características dos estudos de usos e usuários realizados em arquivos, a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre relatos de experiências.

Palavras-chave: *estudos de usuários; arquivologia; arquivos públicos; arquivos privados.*

ABSTRACT

The article aims to analyze user studies in the Brazilian archival context, considering the reality in archives as information units. The main characteristics of uses and user studies carried out in archives were identified, based on a bibliographic research on experience reports.

Keywords: *user studies; archival science; public archives; private archives.*

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo analizar la situación de los estudios de usuarios en el contexto archivístico brasileño, considerando la realidad en los archivos como unidades de información. Se identificaron las principales características de los estudios de usos y usuarios realizados en archivos, a partir de una investigación bibliográfica sobre informes de experiencias.

Palabras clave: *estudios de usuarios; archivística; archivos públicos; archivos privados.*

Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Brasil
marcia.pazin@unesp.br

Thalita Fernanda Leme
Mestra em Ciência da Informação pela Unesp, Brasil
thalitaleme@gmail.com

Helen de Castro Silva Casarin
Livre-docente pela Unesp. Professora do Departamento de Ciência da Informação da Unesp, Brasil
helen.castro@unesp.br

Introdução

Atualmente, vivemos em um mundo mais globalizado, consequentemente marcado pela informação, o que deixa um convite a uma arquivologia que esteja cada vez mais centrada no seu usuário. Percebe-se, então, que se faz fundamental aprofundar questões referentes ao usuário da informação como sujeito do processo arquivístico (Jardim; Fonseca, 2004).É nessa perspectiva que este trabalho se insere, tratando como a literatura nacional da área da ciência da informação tem abordado o estudo do usuário da informação em instituições arquivísticas.

Do ponto de vista geral, nos estudos de usuários, ao longo dos anos tem sido possível estabelecer uma comparação entre as preocupações teóricas anteriores e as atuais, considerando o comportamento desses usuários. Se o início dos estudos sobre o fluxo de informação e os tipos de usuários data da década de 1960, a partir da década de 1990 surgem as pesquisas sobre o impacto da internet na conduta dos usuários de informação. Na década de 2000, seguem os estudos de influência dos periódicos eletrônicos, bem como tem início o estudo da ingerência das redes sociais que, da década de 2010 em diante, se amplia. Com isso, cresce o leque de estudos de usuários referentes à internet, o que demonstra a transição da informação do ambiente convencional para o predomínio do digital. Esses estudos demonstram o crescimento do uso de aparelhos móveis, redes sociais e ferramentas da internet 2.0 (Cunha; Amaral; Dantas, 2015).

Porém, no que se refere aos estudos de usuários em arquivos, até meados dos anos 2000 não há uma quantidade relevante de pesquisas que apontem as especificidades possíveis nesse ambiente. De um modo geral, percebe-se que são mais estudados os usuários de arquivos permanentes, caracterizados como pesquisadores, historiadores entre outros. Com isso, depreende-se que as demais fases do ciclo vital do documento não são contempladas com particularidades nas pesquisas (Jardim; Fonseca, 2004).

A partir do contexto apresentado, estabelecemos o problema desta pesquisa. Qual o estado da arte dos estudos de usuários no âmbito da arquivologia no Brasil, do ponto de vista de sua aplicação efetiva? Quais tipos de estudos são realizados nos arquivos e quais suas características?

Diante dessas questões, temos como objetivo geral caracterizar os estudos de usuários no contexto arquivístico brasileiro, considerando a realidade nos arquivos como unidade de informação. Os objetivos específicos seguem numa perspectiva voltada a analisar os perfis de usuários

em arquivos segundo a bibliografia pesquisada e a identificar as principais características dos estudos de usos e usuários realizados em arquivos e outras unidades de informação que contemplam documentos de arquivo.

A pesquisa configura-se em um estudo de caráter exploratório, cujo método é a pesquisa bibliográfica. Utilizou-se como fonte de informação a Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), de onde foram coletados os artigos analisados, a partir da pesquisa de termos, conforme detalhado na apresentação de resultados. Além da introdução, o trabalho encontra-se dividido em duas partes. Primeiramente, apresenta-se referencial teórico sobre usuários e os estudos de usuários em arquivos. Na sequência, são apresentados os resultados de pesquisa e a análise dos estudos identificados. As considerações finais apontam para a necessidade de ampliação da reflexão sobre os estudos de usuários em arquivos.

Estudos de usuários em arquivos

Atualmente, a discussão sobre os "usuários" em arquivos é percebida como de grande relevância, partindo da percepção de que os profissionais arquivistas não trabalham apenas para os arquivos, mas também para seus usuários. A sociedade em geral está à procura da informação e é a ela que os arquivistas devem a ampliação do acesso aos documentos e o movimento em direção a um novo contexto informacional, a partir da revisão produzida com base no paradigma da pós-modernidade, onde novos atores tornam-se relevantes.

Assim, como dizem Jardim e Fonseca (2004, p. 4):

> Do ponto de vista dos impactos deste contexto no universo arquivístico, alguns autores sugerem que não apenas necessitamos nos movermos em direção a um paradigma da pós-custódia arquivística, mas também partirmos do modelo "arquivos direcionados para os arquivistas" para "arquivos direcionados para os usuários".

De um momento em que a organização de arquivos parecia ser um fim em si mesmo, percebeu-se que os usuários merecem a atenção e o cuidado para que sejam atendidos, de forma que sejam respeitados os princípios da arquivística, bem como suas funções primordiais.

Se, no século XIX, o usuário era representado pelo historiador que muitas vezes fazia pesquisas em arquivo e, portanto, era a partir de suas investigações que se tinha ideia da necessidade informacional para se adequar

e atendê-lo, foi a partir dele que surgiram os instrumentos de pesquisa e de controle. Esses instrumentos serviram para garantir o acesso e percebe-se que a descrição arquivística foi desenvolvida como a ferramenta voltada principalmente para o usuário, visando facilitar a consulta (Silva et al., 2002). Trata-se, portanto, de um usuário específico, com necessidades de informação e comportamento informacional característico.

O arquivista, por sua vez, faz o papel de mediador. Os instrumentos de pesquisa, muitas vezes complexos, podem deixar os usuários confusos ao utilizá-los, e os profissionais da informação detêm o conhecimento sobre eles. Compete então ao arquivista fazer essa mediação entre o cidadão e a informação, tornando, assim, mais amigável a relação com o documento que ele busca. Cabe também ao arquivista ensinar o usuário, a fim de possibilitar que, nas próximas buscas, ele tenha acesso pleno às informações que estão disponíveis no arquivo (Vaz; Araujo, 2015).

Nesse contexto, segundo Ferreira e Almeida Jr. (2013), são as ações dos profissionais da informação que mediarão o conhecimento entre o arquivo e seus usuários. Nessa mediação está contida a capacidade de ressignificar, suplementar ou modificar o conhecimento anterior dos usuários: e é com isso que o transforma em nova informação.

É no contato com os documentos, portanto, que se dá a capacidade de absorção e interpretação da informação. Esse processo ocorrerá de maneira diferente para cada usuário em cada circunstância, uma vez que a necessidade informacional é influenciada por uma série de variáveis comportamentais e de contexto.

Ao aprofundar esse debate na arquivologia, podem-se considerar algumas hipóteses para a ausência de literatura específica, conforme formulado por Jardim e Fonseca (2004). Os autores percebem a pouca expressividade da literatura sobre estudos de usuários em relação a outros temas técnicos como avaliação, arranjo, descrição. Embora a preocupação com o acesso seja evidente, a ênfase é dada aos aspectos legais e técnicos do fornecimento da informação, ou à atribuição do arquivista no fornecimento de informação. Assim, o usuário não apareceria como um sujeito do processo informacional, mas apenas como seu "objeto". Considera-se, portanto, que, na ordem dos problemas encontrados no ambiente arquivístico, predomina a preocupação com questões ligadas ao processamento e gestão da informação e, somente ao final, surgem os problemas relatados pelos usuários.

Com essas hipóteses, podemos considerar os motivos para compreendermos a escassez na produção científica sobre o assunto. Elas denotam as características das preocupações arquivísticas tradicionais. Na análise

das hipóteses levantadas, os autores salientam que a terminologia arquivística, por exemplo, "nem sempre contempla o termo 'usuário', o que sinaliza certo grau de periferização deste sujeito no território conceitual da área e provavelmente em algumas práticas arquivísticas no qual não é explicitamente visualizado" (Jardim; Fonseca, 1994, p. 5).

Em dicionários arquivísticos, as definições de quem é o usuário de arquivo se referem principalmente a pessoas que consultam os arquivos permanentes, como é demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Definições de usuários em dicionários arquivísticos

Dicionário	Definição
Associação dos Arquivistas Brasileiros (1990)	Pessoa que consulta ou pesquisa documentos num arquivo
Camargo e Bellotto (1996)	Pessoa que consulta ou pesquisa documentos num arquivo
Arquivo Nacional (2005)	Pessoa física ou jurídica que consulta documentos de arquivo. Também chamado de consulente, leitor ou pesquisador
Cunha e Cavalcanti (2008)	Pessoa que consulta os documentos de arquivo. Erroneamente denominado leitor

Fonte: Silva (2011, p. 11).

Segundo Silva (2011), nesse quadro, considerando a denominação dada por alguns autores, percebe-se que o perfil dos que pesquisam documentos de arquivo se estabelece de acordo com a idade do documento pesquisado, porém pela mesma linha da terminologia usuário. Os que procuram documentos de arquivos correntes e intermediários são vistos como aqueles que exercem alguma função na instituição e, por isso, precisam dos documentos para cumprir suas atividades. Aqui, a ideia de usuário nem sempre é considerada com todas as variáveis intervenientes presentes no modelo de Wilson (1997). Já nos arquivos permanentes, grande parte dos usuários é formada por pesquisadores que buscam documentos cujo valor não corresponde à finalidade para a qual ele foi produzido, mas está vinculado ao valor informacional científico, social ou cultural.

Existe também uma generalização quanto ao usuário de arquivo: ele é conceitualizado equivocadamente de forma a ser visualizado sem que esteja associado a um contexto específico, de um grupo ou um segmento. Nesse sentido, Bellotto (2004) apresenta os segmentos de usuários de arquivos e os caracteriza, considerando a fase dos documentos. Na primeira

e segunda (corrente e intermediário), quem os utiliza geralmente são os próprios produtores desses documentos, como, por exemplo, os administradores e até mesmo seus representantes. Nessas mesmas fases, ainda encontramos usuários como os pesquisadores administrativos e os cidadãos que estão em busca de seus direitos. A autora complementa que a fase permanente está mais direcionada ao interesse cultural e à pesquisa científica, sendo o público formado majoritariamente por historiadores, jornalistas, sociólogos etc., bem como pelos cidadãos com interesses ou curiosidades pelo trabalho da investigação histórica.

As diferentes abordagens demonstram que o usuário de arquivo pode ser qualquer pessoa que utiliza os arquivos, independentemente de qual o modo de utilização, em razão da mudança de paradigma do uso. Nesse novo padrão, a preocupação com os usuários se reflete nas práticas da ciência da informação e dos novos estudos da arquivística funcional, analisando o comportamento humano para a criação do conhecimento, de forma sistêmica (Silva et al., 2002).

Devemos levar em consideração que existem grupos de usuários diversos e é neles que percebemos alguns padrões que especificam o tipo de necessidades informacionais que tem determinado grupo. A cada grupo, corresponderão determinados padrões de comportamento e de necessidades informacionais.

Em arquivos, o comportamento varia dependendo dos tipos de usuários. Segundo Costa, Silva e Ramalho (2010), a pergunta deve ser "para que se destina a informação?" e não "para quem se destina a informação?", de forma que um usuário pode se encaixar em mais de uma categoria. É compreendendo-os como atores sociais que determinam as categorias existentes – e que podem representar vários papéis na sociedade, como, por exemplo, estudante, docente, pesquisador, administrador, cidadão, entre outros –, que podemos realizar estudos de usuários consistentes e relevantes.

Nesse sentido, direcionando a análise à prática em arquivos, é possível perceber que a partir dessa perspectiva o que importa é "o que" os usuários estão buscando, e não apenas "quem" está buscando tal informação. É nessa linha que segue o estudo para melhorar e tornar a busca pela informação nos arquivos mais satisfatória.

Na arquivologia, como já mencionado anteriormente, o estudo de usuário pode prosseguir por duas vertentes:

> Uma trabalha com o paradigma custodial, baseado no acoplamento dos usuários às teorias arquivísticas, com um enfoque técnico e destinado ao acesso a

> documentos, e não informações, utilizando os instrumentos de descrição baseados nos princípios da proveniência; enquanto a outra, em um novo paradigma, não descartaria objetivamente os princípios base da arquivologia, no entanto adequaria os instrumentos de pesquisa (exceto os de organização interna) às necessidades dos usuários, oferecendo uma "tradução" da linguagem arquivística ao usuário. (Navarro Bonilla, 2001, p. 188)

Essa nova abordagem alia a preocupação com o usuário à atenção com o tratamento do acervo. É importante notar que interessa permitir a flexibilidade no modo de acesso, para que o usuário tenha mais autonomia em suas buscas de uma forma que não se perca a utilização dos instrumentos tradicionais, pois são eles que executam funções de controle interno dos documentos. Por outro lado, a associação dos usuários a seus usos permite compreender o contexto de uso do arquivo em diferentes fases do ciclo de vida dos documentos.

Dependendo das características do usuário, haverá diferentes atributos de uso. Alguns autores denominam o usuário de arquivo como aquele que consulta ou pesquisa o documento, levando em consideração o arquivo permanente, embora o documento passe por três fases arquivísticas em seu ciclo de vida: os arquivos correntes, intermediários e permanentes. Os que buscam documentos em arquivos correntes e intermediários são identificados como pessoas que trabalham dentro da instituição, utilizando-os de acordo com o cumprimento de suas atividades. E nos arquivos permanentes, são tratados como usuários os pesquisadores que buscam documentos de valor informacional de natureza científica, social ou cultural (Silva, 2011).

Em um primeiro momento, é possível observar o usuário como aquele que busca informações em arquivos permanentes, porém há uma nova visão que estuda todas as fases do documento, considerando também arquivos correntes e intermediários. Esses demais usuários são vistos a partir das características específicas relacionadas à necessidade informacional e ao uso efetivo, conforme analisado no Quadro 2.

No quadro vemos que existem níveis para cada tipo de usuário, considerados como interno, externo e híbrido. O interno é aquele usuário administrativo, que normalmente está do lado de dentro do balcão, aquele que exerce alguma ação administrativa. O externo é o que está do lado de fora do balcão, normalmente encontrado no arquivo permanente. E o híbrido combina interesses do usuário externo com o interno, buscando especificamente informações técnicas e científicas em momentos diferentes de sua atuação. Seria o gestor que realiza também pesquisas de

natureza pessoal (acadêmicas, por exemplo) no acervo em que desenvolve suas atividades profissionais.

Quadro 2 – Definições de usuários representados em níveis

Nível	Usuário	Usos
Interno (principalmente corrente/ intermediário, mas também permanente)	Produtor, gestor administrativo, gestor da informação, arquivista	Ação administrativa; garantia de direitos e deveres; gestão do conhecimento; tomada de decisão
Externo (principalmente permanente, mas também corrente/ intermediário)	Pesquisador, população em geral, alunos, professores	Pesquisa técnica e científica; garantia de direitos e deveres; ampliação do conhecimento escolar; geração de conhecimento
Híbrido	Produtor/pesquisador, arquivista/pesquisador, gestor/pesquisador	Pesquisa técnica e científica, com interesses funcionais e pessoais combinados (acadêmicos)

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de Ávila e Sousa (2011).

Com as definições sobre o tema na literatura específica, podemos perceber que, no contexto arquivístico, o usuário recebe variadas descrições relacionando as pessoas com o que elas buscam/pesquisam. Por meio dessa percepção, é possível identificar a tipologia dos usuários e seus respectivos comportamentos, sabendo que não há uma regra ou um padrão imposto nessa realidade.

Considerando as questões que interferem no comportamento dos usuários característicos dos ambientes arquivísticos, deve-se refletir sobre como essa caracterização se materializa nos estudos de usuários realizados em arquivos e outras entidades custodiadoras de documentos.

Apresentação de resultados e discussão

A discussão sobre o tema "estudos de usuários" na arquivologia, mesmo que ainda escassa, pode contar com algumas obras que nos possibilitam a interpretação de como esse estudo vem sendo realizado nos ambientes arquivísticos brasileiros. Para esse trabalho foram pesquisados artigos publicados em periódicos da área de ciência da informação, que apresentam relatos de experiência de aplicação de estudos de usos e de

usuários em arquivos de qualquer natureza, atingindo diversos públicos, de modo a demonstrar a visibilidade do tema e a possibilidade de análise do estado da arte dos estudos de usuários em âmbito arquivístico.

A seleção dos artigos foi realizada a partir de pesquisa na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), utilizando-se inicialmente os termos "estudos de usuários em arquivos" e "estudos de usuários na arquivologia". Também foram utilizados os conceitos "estudo de usuário" e "arquivo" combinados no título, palavras-chave e resumo. Posteriormente, a expressão "perfil de usuário" também foi incluída na pesquisa, buscando identificar trabalhos fora do escopo tradicional da literatura dos estudos de usuários.

Inicialmente foi utilizado um período específico de pesquisa – entre os anos 2000 e 2019. Num segundo passo, visando identificar o momento em que os estudos de usuários começam a aparecer nos periódicos da área, foi retirado o critério de data, de modo a localizar todos os artigos publicados no período abrangido pela Brapci (1972-2020). A pesquisa inicial retornou 38 resultados individuais. Após a análise dos resumos, foram identificados os artigos que apresentavam o escopo definido pela pesquisa: relatos de experiência de aplicação de estudos de usos e/ou usuários especificamente em arquivos, ou considerando a aplicação desse estudo em uma realidade arquivística dada, no que podemos incluir centros de documentação e outras entidades custodiadoras ou titulares de documentos de arquivo. Foram excluídos vinte artigos que tratavam de estudos teóricos, de revisão sobre o tema e ainda propostas de desenvolvimento de produtos e serviços para entidades específicas.

Após a seleção, 18 artigos atenderam aos requisitos de pesquisa. Uma primeira análise relevante refere-se ao seu período de abrangência. Os artigos identificados pertencem principalmente à década de 2010, como pode ser percebido na Tabela 1.

Tabela 1 – Artigos recuperados por ano de produção[1]

Ano	Artigos recuperados
1975	1
2008	1
2011	2

1 A Tabela 1 e os Quadros 3 e 4 foram elaborados pelas autoras (2020).

Ano	Artigos recuperados
2012	2
2013	1
2014	2
2016	2
2017	3
2018	1
2019	3
Total	**18**

Porém, salienta-se a recuperação de um único artigo anterior ao primeiro recorte temporal, do ano de 1975, quando ainda não havia na literatura arquivística referência a estudos de usuários em arquivos.

O artigo apresenta um estudo de perfil de usuários de empresas de energia elétrica, sobre a utilização das bibliotecas de diversas empresas do setor e do Núcleo de Documentação Técnica da Eletrobrás (Almeida; Falkenbach, 1975). Embora voltado principalmente ao uso de documentos bibliográficos, a presença de documentos de arquivo no acervo é visível ao longo do texto, o que demonstra uma preocupação com a preservação e o acesso aos documentos de arquivo de natureza técnica e financeira em ambientes profissionais específicos, como é o caso do setor energético.

Podemos considerar que esse artigo é, portanto, uma exceção, que, nos dados gerais, é demonstrada pelo aparecimento gradual de estudos de usuários em arquivos a partir do final da década de 2000, com predomínio a partir de 2010. Com isso, é possível reafirmar que a discussão sobre estudos de usuários em arquivos no Brasil ainda é recente e tem produção escassa, conforme defendem Jardim e Fonseca (2004). Corrobora-se, assim, a visão dos autores de que a ampliação dos estudos de usuários poderia realmente estar ligada a uma mudança cultural relativa ao tratamento dado aos serviços de arquivos, como influência da revisão de paradigma da área, de certa forma relacionada ao preconizado pela teoria da pós-custodialidade.

Outro dado que corrobora essa análise foi a pequena quantidade de artigos recuperados em uma base de dados da área da ciência da informação, quando a pesquisa é direcionada especificamente à arquivologia. Para efeito comparativo, a busca pelo termo “estudo de usuário” sem

complementos de especificação retorna um universo de 528 artigos. As 18 pesquisas aqui apresentadas indicam uma variedade de categorias de estudos de usuários e de tipos de arquivos em que ocorreram as investigações selecionadas, conforme indicado na análise.

Entre os artigos recuperados a partir de 2000, Lucas et al. (2008) apresentam os resultados de um estudo de usuário realizado com os colaboradores da Fundação Maurício Sirotsky Marinho (FMSS), utilizando questionários, com o objetivo de "identificar as necessidades informacionais como base para o gerenciamento da informação e do conhecimento" (Lucas et al., 2008, p. 59). O público foi composto pelos 14 colaboradores da fundação, entre funcionários e terceirizados.

Os usuários do Arquivo Público do Maranhão (Apem) foram objeto de estudo de Barros e Neves (2011), que teve como objetivo identificar as estratégias metacognitivas de pesquisa utilizadas pelo público do arquivo, a partir do modelo de comportamento de busca de informação de David Ellis (1989), com base em entrevistas semidiretivas e o protocolo verbal, junto a grupos de usuários internos e externos.

Cé e Pedrazzi (2011) realizaram um estudo do perfil de usuários e de suas necessidades informacionais no Arquivo da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFSCPA), para ser utilizado como ferramenta de planejamento de ações de difusão de informações, na busca de melhorias na qualidade do atendimento e na satisfação dos usuários, internos e externos. Para isso, utilizaram um questionário e análise das condições internas do arquivo.

Com foco no Arquivo da Justiça Federal da Paraíba, o artigo de Neves e Andrade (2012) apresenta uma pesquisa em andamento, que teve como objetivo a análise das estratégias de busca da informação dos usuários do arquivo, traçando seu perfil e identificando as necessidades informacionais e os motivos de busca, além de descrever o fluxo informacional, utilizando a pesquisa documental e entrevistas amostrais, além do protocolo verbal.

Com a finalidade de auxiliar no planejamento de atividades do arquivo, Nunes, Conceição e Silveira (2012) apresentam um artigo sobre o perfil dos usuários e indicadores de pesquisa do Arquivo Público de Santa Catarina, com dados obtidos no ano imediatamente anterior, a partir de pesquisa documental nas fichas de cadastro dos pesquisadores.

Portella e Perez (2013) realizam estudo semelhante para identificar o perfil de usuário do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, utilizando como fonte de informação os relatórios administrativos do serviço de atendimento aos usuários, associados à observação direta do

ambiente de consulta. Os relatórios utilizados referem-se ao registro de atendimento por solicitante, atendimento ao público, tema por pesquisa, acervo manuseado e cópias por solicitante para o ano de 2010.

Em 2014, Alves e Costa realizam pesquisa sobre a caracterização do comportamento informacional dos usuários internos do Arquivo do Instituto Miguel Arraes (IMA). Os procedimentos metodológicos para coleta de dados incluíam a aplicação de um questionário para funcionários do instituto, considerados como usuários internos do arquivo. O questionário incluía questões abertas e fechadas referentes ao perfil e ao comportamento informacional do grupo investigado.

Numa proposta diferenciada, Souza, Silva e França (2014) propõem a aplicação do modelo Information Search Process (ISP), criado por Carol Kuhlthau (1991), para busca de informação como objetivo de compreender o comportamento, nos campos emocional, cognitivo e físico, dos usuários da Fundação Casa de José Américo, com a utilização de entrevistas e observação direta.

Voltado especificamente ao usuário interno de um serviço de arquivo de recursos humanos de uma instituição pública não identificada, Balbino e Rocha (2016) estudaram um serviço de arquivo que possui características de descentralização das atividades, com alto volume de servidores. O procedimento de coleta de dados incluiu a aplicação de questionário e a realização de entrevista, numa amostra de sessenta servidores da entidade, além de observação não participativa para identificar o comportamento informacional dos usuários internos do serviço.

Numa abordagem distinta, Oliveira e Barbatho (2016) realizaram uma pesquisa voltada a um público específico. O trabalho pretendeu identificar "como os historiadores realizam suas pesquisas" na Fundação Casa de Rui Barbosa (Oliveira; Barbatho, 2016). Essa pesquisa dá continuidade a uma série de estudos de usuários realizada em 2014 na instituição e faz parte de um recorte temático, com a utilização de formulário on-line, respondido por um conjunto de 106 usuários.

Paula et al. (2017) também abordam questões relacionadas a uma situação específica: produção, frequência e motivos da consulta de um único tipo de documento, o movimento diário, pelos usuários internos do Serviço de Arquivo do Departamento de Contabilidade e Finanças da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), utilizando a pesquisa documental e entrevistas com usuários.

Numa pesquisa voltada à identificação do perfil e da satisfação dos usuários internos do Núcleo de Documentação de Pessoal e Informação (NDPI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Felix e Garcia (2017)

utilizam como procedimentos metodológicos a observação participante não sistemática da sala de consulta, a aplicação de questionário e a realização de entrevistas com usuários que frequentaram o arquivo no momento da pesquisa, contando com a contribuição dos gestores do núcleo.

No único trabalho identificado cujo tema abrange uma instituição do Poder Legislativo, foi realizado um estudo sobre o uso do Arquivo da Câmara Municipal de Nova Lima, em Minas Gerais, a fim de descobrir quais os documentos buscados para "definir o perfil de uso do arquivo" e "identificar os padrões de consultas dos sujeitos internos" (Jacob et al., 2017, p. 4).

Em outra pesquisa realizada na UFPB, Oliveira e Medeiros (2018) estudam as necessidades informacionais dos usuários do arquivo de recursos humanos da universidade. Foi realizada uma pesquisa quanti-qualitativa, com uma amostra de 37 sujeitos, utilizando questionário misto (questões abertas e fechadas), para caracterização do perfil dos usuários e avaliação do serviço.

Para finalizar, foram identificados três artigos publicados no ano de 2019, num mesmo número da *Ágora* (revista do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina), que tratam de estudos de usos e usuários em arquivos públicos históricos. Lobato e Rocha (2019) abordam o Arquivo Público Mineiro. Gonçalves (2019) trata do Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis e Souza, Eggert-Steindel e Ardigo (2019) analisam o Arquivo Histórico de Joinville.

A pesquisa realizada no Arquivo Público Mineiro tem enfoque nas características e distinções entre usuários presenciais e em ambiente digital. Como procedimento metodológico, foi utilizado o questionário, em papel para o primeiro grupo e na versão on-line para o segundo (Lobato; Rocha, 2019).

A pesquisa de Gonçalves (2019) teve como objetivo conhecer o Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis (AHMF) e seus usuários e, especificamente, investigar seu perfil e necessidades informacionais, caracterizar os tipos de documentos existentes no acervo e analisar a infraestrutura física e o mobiliário da instituição. Embora denominado "Usuários do Arquivo Público Histórico Municipal de Florianópolis", percebe-se que, além de um estudo de usuário, o trabalho pretende realizar um diagnóstico geral da situação do órgão no momento da pesquisa.

Por fim, em outra pesquisa sobre um arquivo municipal, Souza, Eggert-Steindel e Ardigo (2019) definem o perfil e as necessidades de informação dos usuários do Arquivo Histórico de Joinville. A pesquisa documental foi o método utilizado, com análise do "cadastro de pesquisador" e do

"registro de documentos pesquisados" (tipos e quantidades de documentos pesquisados).

Um resumo das principais características dos estudos de usuários recuperados na pesquisa é apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Caracterização dos artigos recuperados na pesquisa

	Autores	Instituição / Local	Método / Instrumentos	Público-alvo	Natureza do arquivo
1	Almeida; Falkenbach (1975)	Empresas de Energia Elétrica Rio de Janeiro (RJ)	- questionário	usuários internos	arquivo técnico (permanente)
2	Lucas; Felicio; Farias; Steinbach; Costa (2008)	Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMSS) Porto Alegre (RS)	- questionário	usuários internos	arquivo corrente e intermediário
3	Cé; Pedrazzi (2011)	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre Porto Alegre (RS)	- questionário; - pesquisa documental; - observação direta	usuários internos e externos	arquivo corrente e intermediário
4	Barros; Neves (2011)	Arquivo Público do Maranhão São Luís (MA)	- entrevista semidiretiva; - protocolo verbal; - anotações de campo	usuários internos e externos	arquivo permanente
5	Nunes; Conceição; Silveira (2012)	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina Florianópolis (SC)	- pesquisa documental	usuários externos	arquivo permanente
6	Neves; Andrade (2012)	Justiça Federal da Paraíba João Pessoa (PB)	- entrevista estruturada; - pesquisa documental; - observação participante; - protocolo verbal	usuários externos	arquivo corrente e intermediário (pesquisa em andamento)
7	Portella; Perez (2013)	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul Porto Alegre (RS)	- pesquisa documental; - análise de relatórios administrativos	usuários internos e externos	arquivo permanente

	Autores	Instituição / Local	Método / Instrumentos	Público-alvo	Natureza do arquivo
8	Alves; Costa (2014)	Instituto Miguel Arraes Recife (PE)	- questionário	usuários internos	arquivo corrente e intermediário
9	Souza Silva; França (2014)	Fundação Casa de José Américo João Pessoa (PB)	- Information Search Process (ISP); - entrevistas; - observação direta	usuários externos	arquivo permanente
10	Balbino; Rocha (2016)	Arquivo de recursos humanos Instituição não identificada	- questionário; - entrevista; - observação não participante	usuários internos	arquivo corrente e intermediário
11	Oliveira; Barbatho (2016)	Fundação Casa de Rui Barbosa Rio de Janeiro (RJ)	- questionário	usuários externos (específico historiadores)	arquivo permanente
12	Felix; Garcia (2017)	Núcleo de Documentação de Pessoal e Informação da UFPB João Pessoa (PB)	- questionário; - entrevistas não estruturadas; - observação participante não sistemática	usuários internos	arquivo corrente e intermediário
13	Paula; Souza; Mendes; Paixão; Cruz; Silva (2017)	Arquivo do Departamento de Contabilidade e Finanças da UFMG Belo Horizonte (MG)	- pesquisa documental; - entrevista	usuários internos	arquivo corrente e intermediário
14	Silva; Abreu; Arcanjo; Jacob; Mattos; Marques (2017)	Arquivo da Câmara Municipal de Nova Lima Nova Lima (MG)	- questionário; - entrevista semiestruturada	usuários internos	arquivo corrente e intermediário
15	Oliveira; Medeiros (2018)	Arquivo de Recursos Humanos da UFPB João Pessoa (PB)	- questionário	usuários internos	arquivo corrente e intermediário
16	Lobato; Rocha (2019)	Arquivo Público Mineiro Belo Horizonte (MG)	- questionário (papel e on-line)	usuários externos	arquivo permanente

	Autores	Instituição / Local	Método / Instrumentos	Público-alvo	Natureza do arquivo
17	Gonçalves (2019)	Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis Florianópolis (SC)	- pesquisa bibliográfica; - pesquisa documental; - observação não participante	usuários externos	arquivo permanente
18	Souza; Eggert-Steindel; Ardigo (2019)	Arquivo Histórico de Joinville Joinville (SC)	- pesquisa documental	usuários externos	arquivo permanente

A partir do Quadro 3, algumas categorizações podem ser elencadas. Inicialmente, a distribuição entre tipos de instituições pesquisadas. Dos 18 estudos apresentados, 14 referem-se a entidades públicas, um a empresas, dois a entidades privadas (organizações da sociedade civil) e um a instituição não identificada, conforme demonstra o Quadro 4.

Quadro 4 – Tipos de instituições estudadas

Natureza	Detalhe	Quantidade	Entidades
Unidade arquivística pública	Arquivo público estadual	3	Arquivo Público do Maranhão Arquivo Público do Rio Grande do Sul Arquivo Público Mineiro
	Arquivo público municipal	2	Arquivo Público Histórico de Florianópolis Arquivo Histórico de Joinville
	Fundação pública	2	Fundação Casa de José Américo Fundação Casa de Rui Barbosa
Empresa		1	Biblioteca e Centro de Documentação Eletrobrás
Organização da sociedade civil		2	Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho Instituto Miguel Arraes
Universidade		4	UFCSPA UFPB (2) UFMG
Poder Legislativo		1	Câmara Municipal de Nova Lima

Natureza	Detalhe	Quantidade	Entidades
Poder Judiciário		1	Justiça Federal da Paraíba
Não identificada		1	Arquivo de recursos humanos – entidade não identificada

Também é possível notar, por meio do Quadro 3, o equilíbrio existente entre estudos realizados em arquivos permanentes, para usuários predominantemente externos, com nove ocorrências (50%), e em arquivos correntes e intermediários, para usuários internos, também com nove ocorrências (50%). Da mesma forma, é possível identificar uma leve predominância de estudos de usuários internos, com oito ocorrências (44,4%), pouco superior aos voltados a usuários externos, com sete ocorrências (38,8%), e estudos dos dois públicos, com três ocorrências (16,6%).

Do ponto de vista dos métodos e dos instrumentos de pesquisa, o uso de questionários predomina, com utilização única ou combinada a outros instrumentos, com dez ocorrências (55,5%), seguida da pesquisa documental (em fichas e cadastros de pesquisador), com sete ocorrências (38,8%), assim como as variadas técnicas de observação, também com sete ocorrências (38,8%). Entrevistas aparecem em quatro ocorrências (22,2%). Dois estudos utilizam o protocolo verbal (11,1%). Vale salientar a aplicação do modelo Information Search Process (ISP) em um dos trabalhos (5,5%).

Analisando a metodologia do conjunto dos trabalhos identificados, percebe-se que 14 (77,7%) privilegiaram a "abordagem alternativa", uma das mais utilizadas, principalmente nos estudos da biblioteconomia, que se caracteriza, segundo Cunha, Amaral e Dantas (2015, p. 83):

> Por estudos centrados no usuário da informação, com base nos métodos e técnicas de coleta de dados mais utilizados nas pesquisas das ciências sociais, tais como: a observação, entrevistas, questionários, diários, levantamento de opiniões, levantamentos (*surveys*), análise de tarefa, grupo focal, entre outros.

Nesse sentido, as características dos trabalhos recuperados na Brapci são as mesmas das abordagens citadas, pois encontramos entrevistas, questionários e observação em quase todas elas. Essa análise tem o objetivo de mostrar possibilidades de desenvolvimento desse estudo, direcionando o foco para o ponto de vista do próprio usuário (Cunha; Amaral; Dantas, 2015).

Uma questão a ser considerada é a ausência de sistematização de dados em parte das pesquisas analisadas, seja por questões relacionadas a

etapas da pesquisa no momento da publicação ou ao procedimento metodológico definido.

Com relação às pesquisas com usuários internos, uma preocupação identificada denota que elas têm como finalidade maior apontar melhorias necessárias ao serviço e são utilizadas como mecanismos de planejamento e gestão (Balbino; Rocha, 2016; Paula et al., 2017).

A influência da tecnologia é demonstrada em parte dos artigos, principalmente em acervos históricos, como é o caso da Fundação Casa de Rui Barbosa (Oliveira; Barbatho, 2016) e do Arquivo Público Mineiro (Lobato; Rocha, 2019), que abordam também o uso dos acervos on-line.

Um aspecto relevante é o aumento de pesquisas realizadas em função do cumprimento de disciplinas de estudos de usuários nos cursos de arquivologia (Balbino; Rocha, 2016; Paula et al., 2017), de trabalhos de conclusão de curso (Felix; Garcia, 2017; Gonçalves, 2019), ou realizadas por grupos de graduandos em arquivologia (Jacob et al., 2017), o que demonstra a preocupação dos cursos com a formação de profissionais habilitados a esse tipo de atividade.

Em alguns casos, é possível perceber que, embora a pesquisa quantitativa tenha resultados bastante positivos, no momento de aprofundamento qualitativo das questões abertas, vários usuários indicam problemas a serem solucionados ou melhorias a implantar nos serviços pesquisados (Oliveira; Medeiros, 2018; Felix; Garcia, 2017; Silva et al., 2017). Esse resultado sugere que os estudos de usuários, quando envolvem o relacionamento direto com o serviço, podem propiciar soluções bastante interessantes, desde que os procedimentos metodológicos utilizados permitam a análise detalhada dos temas abordados. Nesse sentido, o uso apenas de questionários, predominante em todos os estudos apresentados, restringe a possibilidade de discussão que poderia ser aprofundada com a utilização de outros métodos como os grupos focais, por exemplo, ou mesmo a ampliação do uso do protocolo verbal.

Após análise da pesquisa bibliográfica sobre os estudos de usuários em arquivos na Brapci, percebe-se que não existem muitos trabalhos sobre o tema e que estes são recentes em comparação aos estudos específicos da biblioteconomia, uma área que já vem discutindo e concretizando trabalhos referentes a esse tema há tempos.

Considerações finais

Sob a perspectiva da informação como uma necessidade humana, o desenvolvimento desse trabalho se deu tendo em vista o conceito da busca

pela informação, a necessidade informacional e o comportamento dos que procuram por ela. O trabalho teve por objetivo investigar como se dá o processo de estudo de usos e usuários e qual o seu estado da arte no contexto arquivístico brasileiro.

Se, na ciência da informação, a literatura sobre os estudos de usuários começa por volta dos anos 1960 e evolui ao passar dos anos – abordando novas variações como complexidades de investigação, por meio de modelos de coleta da informação pelos usuários e do uso descritivo seja de um serviço, um produto ou um ambiente informacional (Cunha; Amaral; Dantas, 2015) –, no contexto arquivístico as pesquisas ainda carecem de maior aprofundamento e reflexão sobre o conceito de usuário em arquivos e sua caracterização, se voltada ao usuário interno ou externo, em arquivos correntes, intermediários ou permanentes.

Em um primeiro momento, já podemos enxergar que em âmbito arquivístico o tema é escasso, a quantidade de estudos deixa a desejar, mesmo que um novo paradigma tenha mudado esse olhar ao longo do tempo, principalmente na última década. Este trabalho buscou compreender o estudo de usuários no contexto arquivístico, considerando o comportamento informacional e a realidade nos arquivos, possibilitando a compreensão também da situação atual dessa temática no Brasil. Dessa forma, a pesquisa realizada reafirma que a área precisa ampliar os estudos de usuários em instituições arquivísticas, tanto sobre usos quanto usuários de arquivo. Também é necessário um aprofundamento dos procedimentos metodológicos, considerando a predominância de poucos métodos de pesquisa e instrumentos de coleta de dados, numa abordagem adaptada às características específicas do contexto arquivístico. Se compararmos com os estudos realizados em bibliotecas, percebe-se uma maior preocupação com a relação existente entre o serviço e seu usuário nesse tipo de unidade de informação. Entendemos que esse é um objetivo a ser perseguido pelos arquivistas de todas as instituições, se pretendem tornar os arquivos unidades de informação mais relevantes para seus usuários.

Referências

ALMEIDA, M. C.; FALKENBACH, A. B. Estudo de perfil do usuário das empresas de energia elétrica: CBEE, CELF, Eletrobrás, Eletrosul e Light. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 3, n. 2, 1975. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77187. Acesso em: 26 fev. 2020.

ALVES, C. A. L.; COSTA, L. F. Estudo de comportamento informacional dos usuários internos do Instituto Miguel Arraes. *Archeion*

Online, João Pessoa, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/15013. Acesso em: 10 fev. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIAÇÃO dos Arquivistas Brasileiros. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. São Paulo: AAB – Núcleo Regional São Paulo; Cenadem, 1990.

ÁVILA, R. F.; SOUSA, R. T. B. A aporia dos estudos de comportamento informacional na arquivística. *Cenário Arquivístico*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 41-53, jan./jun. 2011.

BARROS, D. S., NEVES, D. A. B. Estudo de usuários no Arquivo Público do Maranhão: analisando as estratégias metacognitivas no processo de busca de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 228-242, out./dez. 2011.

BALBINO, G. M. S.; ROCHA, E. C. de F. Estudo de usuário interno em serviços de arquivos de recursos humanos: avaliação da qualidade de serviços e necessidades de informação. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, out. 2016. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/64384. Acesso em: 10 fev. 2020.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 320p.

CAMARGO, A. M. A.; BELLOTTO, H. L. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996.

CÉ, G.; PEDRAZZI, F. Estudos de usuários como recurso para a difusão de um arquivo: o caso da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. *Biblos*: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 25, n. 2, p. 75-89, jul./dez. 2011. Disponível em: http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/2277. Acesso em: 10 fev. 2020.

COSTA, L. F.; SILVA, A. C. P.; RAMALHO, F. A. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 39, n. 2, p. 129-143, maio/ago. 2010.

CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A. do; DANTAS, E. B. *Manual de estudo de usuários da informação*. São Paulo: Atlas, 2015.

CUNHA, M. B; CAVALCANTI, C. R. O. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

ELLIS, D. A behavioral approach to information retrieval system design. *Journal of Documentation*, London, v. 45, n. 3, p. 171-212, Sep. 1989.

FELIX, K. K. A.; GARCIA, J. C. R. Estudo de usuário do Núcleo de Documentação de Pessoal e Informação da Universidade Federal da Paraíba. *Archeion Online*, João Pessoa, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/14908. Acesso em: 10 fev. 2020.

FERREIRA, L. E.; ALMEIDA, O. F. A mediação da informação no âmbito da arquivística. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 158-167, jan./mar. 2013.

GONÇALVES, E. Usuários do Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis. *Ágora*, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 1-24, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/112480. Acesso em: 26 fev. 2020.

JACOB, A. S. J.; ARCANJO, G. M.; SILVA, G. C. R.; ABREU, L. L.; MATTOS, R. F. C.; MARQUES, R. E. Arquivo legislativo: um estudo sobre o perfil de uso dos usuários internos do arquivo da Câmara Municipal de Nova Lima. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17031. Acesso em: 15 ago. 2018.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. K. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero*, v. 5, n. 5, p. A04, 2004. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/5671. Acesso em: 10 fev. 2020.

KUHLTHAU, C. C. Inside the search process: information seeking the users perspective. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 42, n. 5, p. 361-371, 1991.

LOBATO, A. P. R.; ROCHA, E. C. F. Usos e usuários do Arquivo Público Mineiro em ambiente digital e presencial. *Ágora*, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 1-16, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/111739. Acesso em: 26 fev. 2020.

LUCAS, A.; FELICIO, J. C. S. M.; FARIAS, R. M.; STEINBACH, V; COSTA, M. D. Estudo de usuário como estratégia para gestão da informação e do conhecimento: um estudo de

caso. *Revista ACB*: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 59-79, jan./jun. 2008. Disponível em: http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/521.

MARTINEZ-SILVEIRA, M.; ODDONE, N. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 118-127, maio/ago. 2007.

NAVARRO BONILLA, D. El servicio de referencia archivístico: retos y oportunidades. *Rev. Esp. Doc. Cient.*, Madrid, v. 24, n. 2, 2001.

NEVES, D. A. B.; ANDRADE, W. O. Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no âmbito do Arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB). *Biblionline*, n. esp., 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100277. Acesso em: 27 fev. 2020.

NUNES, G. G.; CONCEIÇÃO, F. S.; SILVEIRA, I. M. Perfil dos usuários e indicadores das pesquisas do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. *Ágora*, Florianópolis, v. 22, n. 45, p. 47-79, 2012. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/418. Acesso em: 27 fev. 2020.

OLIVEIRA, C. T.; MEDEIROS, J. W. M. Necessidades informacionais dos usuários do arquivo de recursos humanos da UFPB. *Informação@Profissões*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 65-94, 2018. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/32775. Acesso em: 25 maio 2020.

OLIVEIRA, L. M. V.; BARBATHO, R. R. G. Como os historiadores realizam suas pesquisas: uma perspectiva contemporânea. *Acervo*: Revista do Arquivo Nacional, v. 29, n. 1, p. 223-235, 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43578. Acesso em: 26 fev. 2020.

PAULA, C. A.; SOUZA, D. A.; MENDES, F.; PAIXÃO, M. T. P.; CRUZ, S. C. O.; SILVA, S. C. O. Estudos de usuários internos da UFMG na produção do Movimento Diário: consulta e padronização do processo de produção. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/70124. Acesso em: 26 fev. 2020.

PORTELLA, V. P.; PEREZ, C. B. Perfil dos usuários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 346-363, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/11456. Acesso em: 26 fev. 2020.

SILVA, D. A. Arquivos: uma abordagem inicial sobre o termo usuário. *Cenário Arquivístico*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2011.

SILVA, A. M. da et al. *Arquivística*: teoria e prática de uma ciência da informação. 2. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SOUZA, L. M.; SILVA, A. B.; FRANÇA, H. E. C. ISP no arquivo: uma proposta de estudo de usuários a partir do modelo de Carol Kuhlthau. *Informação Arquivística*, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/116. Acesso em: 15 ago. 2018.

SOUZA, L. M. K.; EGGERT-STEINDEL, G.; ARDIGO, J. D. O perfil e as necessidades de informação dos usuários do Arquivo Histórico de Joinville (SC). *Ágora*, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 1-13, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109966. Acesso em: 26 fev. 2020.

VAZ, G. A.; ARAÚJO, C. A. V. A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista. *Informação Arquivística*, v. 4, n. 2, 2015. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/27617. Acesso em: 14 ago. 2018.

WILSON, T. D. Information behaviour: an interdisciplinary perspective. *Information Processing & Management*, v. 33, n. 4, p. 551-572, 1997.

Recebido em 31/12/2019
Aprovado em 13/3/2020

ACERVO

Artigos livres

Articles / Artículos libres

A contribuição do DNP para a defesa nacional

O concurso de frases e cartazes patrióticos sobre a nova lei do serviço militar

DNP's contribution to national defense: the patriotic phrases and posters contest about the new military service law / Contribución del DNP a la defensa nacional: el concurso de frases y carteles patrióticos sobre la nueva ley del servicio militar

André Barbosa Fraga
Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
andrebfraga@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo analisa o concurso de frases e cartazes patrióticos elaborado pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP), para difundir entre a população o conteúdo da nova lei do serviço militar, instituída pelo decreto-lei n. 1.187, de 4 de abril de 1939.

Palavras-chave: governo Vargas; lei do serviço militar; Departamento Nacional de Propaganda.

ABSTRACT

This article analyzes the patriotic phrases and posters competition prepared by the Departamento Nacional de Propaganda (DNP – National Department of Propaganda), to disseminate among the population the content of the new military service law, established by Decree-Law n. 1.187, April 4, 1939.

Keywords: government Vargas; military service law; Departamento Nacional de Propaganda.

RESUMEN

Este artículo analiza el concurso de frases y carteles patrióticos preparado por el Departamento Nacional de Propaganda (DNP – Departamento Nacional de Propaganda), para difundir entre la población el contenido de la nueva ley de servicio militar, instituida por el decreto-ley n. 1.187, de 4 de abril de 1939.

Palabras clave: gobierno Vargas; ley de servicio militar; Departamento Nacional de Propaganda.

Introdução

Os órgãos de propaganda criados ao longo do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) apresentaram gradativamente uma produção político-cultural intensa e diversificada. O início se deu com o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), inaugurado em 1931, passando pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP), até chegar ao mais conhecido deles, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fundado em dezembro de 1939. Algumas das produções oriundas desses órgãos são mais conhecidas e já se encontram relativamente bem catalogadas, como, por exemplo, os Cinejornais Brasileiros, cujo inventário foi produzido pela Cinemateca Brasileira (Galvão, 1982). No entanto, de outras produções – a grande maioria – ainda se sabe muito pouco. É o caso das publicações de livros e de folhetos. Apenas recentemente se passou a estudar o DNP e o DIP em seus papéis de editores, buscando mapear os títulos, os autores e a quantidade dos impressos produzidos (Luca, 2011; Vieira, 2019).

Inserido nessa discussão das políticas culturais elaboradas pelo regime Vargas, este artigo pretende abordar uma produção de propaganda ainda menos conhecida, sobre a qual não há estudos acadêmicos: os cartazes. Apesar de impressos aos milhares no período, quase nada se conhece a respeito da importância da elaboração deles para os projetos político-ideológicos do governo iniciado em 1930. Na verdade, essa situação se explica, em grande parte, pela própria natureza e finalidade do cartaz: ser descartado após o uso. Até porque a prática mais comum para sua exibição era a de mantê-lo colado em muros de logradouros públicos. Pelo mesmo motivo, houve uma dificuldade dos lugares de memória (Nora, 1993) em preservarem, até os dias de hoje, esse tipo de material. No caso das bibliotecas, existiu ainda um obstáculo a mais, já que, embora tenham guardado exemplares de folhetos (publicações, em geral, com poucas páginas e grampeadas) e de livros (com mais páginas e em brochura) editados pelos órgãos de propaganda, não faz parte da tradição delas conservarem cartazes.

Os arquivos públicos e privados também dificilmente mantiveram sob suas guardas esse tipo de conteúdo. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), da Fundação Getúlio Vargas, apesar de reunir os arquivos privados dos principais nomes que colaboraram com Vargas na administração federal, não tem nenhum cartaz do DNP ou do DIP depositado em seu acervo. O Arquivo Nacional tampouco. Este, ao menos, possui, no fundo Agência Nacional, fotos com as representações de alguns dos cartazes produzidos na época. A Figura

1 traz exemplos típicos deles e retrata as ações dos dois ministérios criados em 1930 e considerados estratégicos para o governo: o da Educação e Saúde e o do Trabalho, Indústria e Comércio.

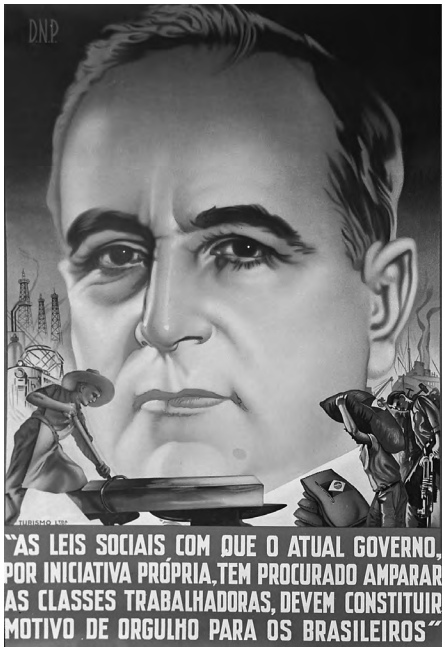


Figura 1 – Exemplos de cartazes produzidos pelo DNP. Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.2207 (2 e 6)

Os objetivos deste artigo serão alcançados justamente com a utilização desse acervo imagético do fundo Agência Nacional e, ainda, com informações sobre a produção de cartazes do DNP encontradas na pouca documentação sobre esse órgão que restou no fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, também do Arquivo Nacional. Com base nessas documentações e em jornais e revistas publicados na época, procurar-se-á analisar um concurso de frases e de cartazes patrióticos criado em 1939 pelo DNP, demonstrando como a produção de cartazes foi uma parte significativa das estratégias desenvolvidas pelo regime Vargas para difundir entre a população o conteúdo da nova lei do serviço militar, instituída pelo decreto-lei n. 1.187, de 4 de abril de 1939.

Competições culturais como essa foram comuns e recorrentemente empregadas ao longo da presidência de Getúlio Vargas, tanto pelos órgãos de propaganda quanto pelas pastas ministeriais. O próprio DNP havia patrocinado, no Rio de Janeiro, entre dezembro de 1938 e janeiro de 1939, três concursos durante a Exposição Nacional do Estado Novo: bandas de música militares; melhores cantor e cantora de rádio; e música popular

brasileira, samba e marcha, de maior sucesso no momento (Fraga, 2017, p. 43-44). Já o Ministério da Educação e Saúde, por intermédio de sua Comissão Nacional de Literatura Infantil, organizou, em 1936, um concurso de livros para estimular a redação de novas histórias voltadas às crianças (Gomes, 2009). Por sua vez, em 1942,o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio promoveu o Concurso de Romance e Teatro, o qual foi vencido pelo livro *Pedro Maneta*, de Paulo Licio Rizzo, e pela peça *Julho, 10!*, de Leda Maria Albuquerque e Maria Luiza Castello Branco (MTIC, 1942).

A nova lei do serviço militar e a preocupação com a defesa nacional

A questão da defesa nacional, interna e externa, mobilizou significativamente os integrantes do governo Vargas. A principal contribuição para isso foi a aproximação do regime com os militares, ocorrida desde a chamada Revolução de 1930. Com ela, membros do Exército começaram a se tornar eficientes atores políticos, dando sustentação aos processos de centralização e de nacionalização pretendidos por Getúlio. Tal aliança acabou fortalecida especialmente no período do Estado Novo (1937-1945), notadamente uma ditadura civil apoiada pelas Forças Armadas. No contexto de existência de um regime autoritário no Brasil, o Exército, liderado pelos generais Góis Monteiro, chefe do Estado Maior, e Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, obteve um aumento de poder, colocando em prática seu projeto de reconstruir as Forças Armadas brasileiras, mantendo-as disciplinadas, poderosas e capazes de cuidar da segurança do território e de preservar a soberania do país. Sendo assim, durante a ditadura, foi possível garantir a profissionalização das instituições militares, profundamente desorganizadas e fragmentadas na Primeira República (Carvalho, 2006; Pinto, 1999).

Alguns números são reveladores da influência crescente dos militares no pós-1937. No que diz respeito ao efetivo, houve um aumento significativo, passando de 38 mil homens, em 1927, para 75 mil, em 1937, e, ainda, para 93 mil, em 1940. Já o orçamento federal teve suas parcelas destinadas aos ministérios da Guerra e da Marinha elevadas de 19,4%, em 1931, para 30,4%, em 1938 (Malin; Flaksman, 1984, p. 1.129). Em conferência comemorativa de três anos da fundação do Estado Novo, ministrada no Palácio Tiradentes, no dia 10 de novembro de 1940, Dutra deu destaque e analisou sistematicamente os benefícios que o apoio à chegada de Vargas ao poder trouxera para o desenvolvimento e o fortalecimento do Exército brasileiro. A conferência foi publicada em livro pelo DIP em 1941, com o título *O Exército em dez anos de governo do presidente Vargas*. Nele, o gene-

ral detalhou em números o teor da reorganização realizada, abordando temas diversos como o aparelhamento da instituição, as obras empreendidas, o ensino e os serviços de saúde. Além desses, um dos resultados apresentados pelo ministro da Guerra mais significativos dessa união e comemorados pelos militares foi a reestruturação da legislação militar:

> Só com o advento do Estado Novo consegue o Exército refundir e completar sua legislação militar, dando-lhe nova e profunda organização. E são postas em execução leis de capital importância para o Exército, entre as quais podemos enumerar: a de organização do Ministério da Guerra; a de organização do Exército; a de organização dos quadros e efetivos do Exército; do serviço militar; do magistério; de promoções; de inatividades; do montepio; do ensino; código de Justiça Militar etc., além de numerosos regulamentos, como o novo regulamento interno de serviços gerais do Exército, o regulamento disciplinar e instruções atinentes ao funcionamento de repartições e serviços militares. O Exército colaborou ainda na elaboração do estatuto dos militares, prestes a ser aprovado. (Dutra, 1941, p. 36)

No que diz respeito especificamente à Lei do Serviço Militar (decreto-lei n. 1.187, de 4 de abril de 1939), o DNP, de modo a ampliar o conhecimento da população sobre a sua aprovação e o seu conteúdo, publicou-a em livro,para ser distribuído por todo o Brasil, com o título de *Imperativo nacional* (*texto da lei do serviço militar*), na quantidade de dez mil exemplares, segundo informação presente no recibo da empresa contratada para confeccionar o material. A impressão ficou a cargo da oficina gráfica I. Amorim Cia Ltda, a qual recebeu do órgão de propaganda cinco contos de réis.[1] A introdução do decreto justifica a necessidade de criação de uma nova lei do serviço militar, porque o governo considerou que a lei então vigente era anterior à Constituição de 10 de novembro de 1937 e que, desde então, várias leis já haviam sido decretadas com dispositivos que deveriam ser levados em consideração (DNP, 1939, p. 5).

Com base na introdução do livro *Imperativo nacional* e em matéria do jornal *Diário de Notícias*[2] que procurou explicar aos leitores os detalhes dos dispositivos da nova lei, é possível apresentar aqui sucintamente as principais características do decreto-lei n. 1.187. Todo brasileiro do sexo masculino, ao completar 21 anos, estava a princípio obrigado ao serviço

1 Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, BR AN RIO 4T, Série 7 – Negócios Interiores, Subsérie 47 – Organização e Administração dos Serviços de Informação. Caixa 287.

2 *Diário de Notícias*. A nova lei do serviço militar. Rio de Janeiro, sexta-feira, 7 de abril de 1939. Primeira seção, p. 3.

militar, sendo convocado a fim de instruir-se e preparar-se para qualquer exigência da defesa nacional. A nova lei condicionou os direitos civis e políticos da população masculina adulta à prestação do serviço militar. Sendo assim, nenhum brasileiro, a partir dessa idade, poderia, sem a apresentação da caderneta militar, com o registro de ser reservista ou de estar isento definitivamente de tais obrigações, assinar contrato com os governos federal, estadual ou municipal, obter passaporte, alistar-se como eleitor ou se tornar funcionário público. Além disso, nenhum brasileiro naturalizado poderia exercer profissão liberal sem a prévia apresentação do documento com a qualidade de reservista de primeira ou de segunda categoria (DNP, 1939, p. 3).

Ademais, por intermédio do decreto, o governo fixou disposições penais mais rígidas para todos aqueles que faltassem ao seu cumprimento, como refratários e insubmissos, ou que dela procurassem eximir-se pela fraude ou falsidade, ficando sujeitos ao pagamento de multas ou até mesmo à prisão (DNP, 1939, p. 3). Além da publicação do livro *Imperativo nacional*, o DNP criou um concurso de frases e de cartazes patrióticos que melhor servissem para estimular o interesse popular em torno dos dispositivos da lei em questão, ampliando o alcance da importância atribuída pelo Estado Novo ao recrutamento e à defesa do país.

O concurso de cartazes

Alguns dias após a publicação do decreto de instauração da nova lei do serviço militar, o DNP, em associação com o Exército e com o Ministério da Guerra, divulgou o concurso de cartazes patrióticos, com o objetivo de disseminar entre a população o conteúdo da legislação recém-implantada. Ou seja, o diretor desse órgão de propaganda, Lourival Fontes, e seus funcionários concluíram que a melhor maneira de alcançar tal meta consistia no envolvimento direto do povo, chamando-o a colaborar com o governo no propósito de manter em evidência os dispositivos da lei que definia as normas do alistamento. O regulamento do concurso foi divulgado a partir de 7 de abril de 1939, em jornais de grande circulação no país, e definia que os cartazes aprovados seriam largamente distribuídos pelo território nacional, visando "mobilizar a opinião pública brasileira em torno dos altos interesses da defesa do país".[3]

3 *O Radical*. Estimulando o entusiasmo popular pela nova lei do serviço militar. Rio de Janeiro, sexta-feira, 7 de abril de 1939, p. 2.

Segundo o edital, o concurso seria encerrado no prazo de um mês. Os candidatos teriam de mandar os cartazes em envelopes lacrados para o seguinte endereço: Agência Nacional – Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro. No espaço do remetente, o autor precisava inserir um pseudônimo, sendo o nome verdadeiro enviado em um envelope separado, de modo a garantir a idoneidade do processo e a revelação do resultado apenas após a escolha final. O cartaz deveria respeitar a dimensão de 112 por 75 centímetros e o seu conteúdo ser de inspiração patriótica e de exaltação do serviço militar e da defesa armada do Brasil. Uma vez enviados, não haveria devolução dos trabalhos e sua simples remessa automaticamente concedia ao DNP os direitos autorais e autorizava o órgão a mandar imprimir tantas cópias quantas julgasse necessárias, fazendo delas o uso que lhe melhor conviesse.[4]

As bases do concurso previam também a constituição de uma comissão para julgar os trabalhos apresentados, a qual escolheria os primeiros lugares e as menções honrosas a receberem prêmios em dinheiro. Fizeram parte dela Lourival Fontes, diretor do Departamento Nacional de Propaganda; major Affonso de Carvalho, oficial de gabinete do ministro da Guerra; coronel Lourival Duarte do Carmo, diretor do Serviço de Recrutamento do Exército; Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Attila de Carvalho, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais; Oswaldo Teixeira, diretor do Museu de Belas Artes; Almerio Ramos, diretor da Associação Brasileira de Propaganda; e Alberto Lima, ilustrador.[5]

A análise das profissões dos membros da comissão revela a preocupação do diretor do DNP em reunir um grupo multidisciplinar de especialistas civis e militares. Na verdade, duplas por áreas correlacionadas com o objetivo do certame, sendo dois militares, dois jornalistas, dois conhecedores das artes e dois membros de órgãos de propaganda. Equipe, esperava-se, criteriosa o suficiente para, juntando suas *expertises*, decidir quais cartazes, em seu conjunto, seriam capazes de convencer e estimular os jovens ao alistamento militar. A Figura 2 apresenta o júri reunido no Palácio Tiradentes, em 17 de maio, no gabinete do diretor do DNP, dia no qual o julgamento foi concluído. Lourival Fontes é o terceiro, da esquerda para a direita. Na imagem, o fotógrafo da Agência Nacional

4 *A Batalha*. Estimulando o entusiasmo popular pela nova lei do serviço militar. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1939, p. 2.

5 *A Noite*. Encerram-se amanhã os concursos de cartazes e da frase patriótica. Rio de Janeiro, domingo, 14 de maio de 1939, p. 5.

procurou posicionar o grupo de maneira que o quadro com a fotografia de Getúlio Vargas ficasse em destaque, centralizado, incluindo simbolicamente o presidente, considerado o grande realizador do certame. Nas paredes, é possível ver alguns dos cartazes pendurados para a avaliação da comissão.

Figura 2 – Reunião do júri do concurso de cartazes. Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.3571 (16)

Essa iniciativa de Lourival Fontes foi considerada um sucesso, tendo o órgão de propaganda da ditadura recebido cerca de 130 cartazes, advindos de todas as regiões do país. Desses, a comissão separou apenas trinta. Depois, foram selecionados 11 trabalhos. Entre os finalistas, o júri resolveu conceder prêmios aos cinco primeiros colocados, além de seis menções honrosas. Na quinta e quarta colocações ficaram, respectivamente, os cartazes à esquerda e à direita representados na Figura 3. O último colocado entre os vencedores foi o candidato que havia assinado sob o pseudônimo de "Defensor", Ary Fagundes, premiado com a quantia de trezentos mil réis. Em seu trabalho, é possível ver uma figura que se aproxima da representação de um cavaleiro medieval, vestido com sua armadura, segurando, na mão direita, uma lança e, na mão esquerda, um escudo. O guerreiro posiciona-se à frente da bandeira do Brasil e ali se mantém prostrado a defender o país. Já o cartaz escolhido para a quarta posição foi desenhado por Cadmo Fausto de Souza, ganhador de quinhentos mil

réis, empregando o pseudônimo "Aripurú". A imagem apresenta uma parada militar. Ao fundo, um sombreado em forma de pessoas e de bandeiras demonstra a técnica usada pelo autor para indicar o volume significativo de participantes e de unidades das Forças Armadas no desfile, ainda que dê destaque apenas a três integrantes dele. Liderando o ato, um soldado carrega uma espingarda apoiada ao ombro, à frente da parada. Atrás dele, outro soldado, pertencente à banda de música do Exército, toca um tambor e, ao fundo, um terceiro carrega e agita a bandeira do Brasil.

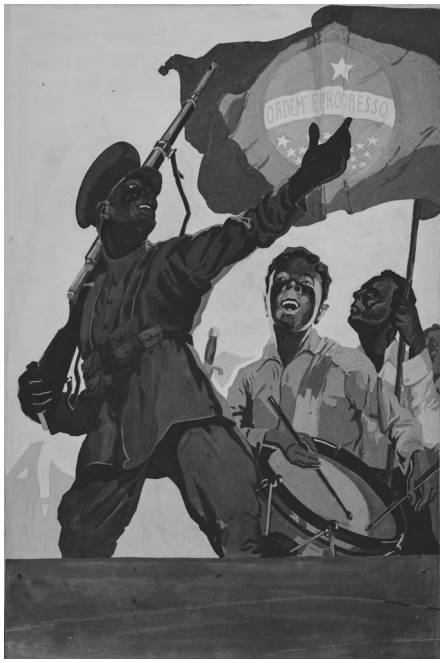


Figura 3 – Cartazes premiados em quinto e em quarto lugar no concurso promovido pelo DNP. Fonte: Arquivo Nacional.Fundo Agência Nacional. BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.3571 (12 e 8)

A Figura 4 ilustra os desenhos que foram classificados pela comissão julgadora em terceiro (imagem da esquerda) e em segundo lugar (imagem da direita). A ideia central das duas produções é semelhante, mudando apenas a arma utilizada para defender o país. A primeira composição foi elaborada pelo pseudônimo "Brasil", o qual se tratava de Murillo de Andrade, do Rio de Janeiro, que recebeu um conto de réis de premiação. Nela, o mapa do Brasil, em alusão a um militar, carrega, junto ao que seria o seu ombro, uma espingarda com uma baioneta encaixada na ponta, como que a postos para se defender dos inimigos. Por sua vez, a segunda, apresentada sob o pseudônimo de "Jubé", projetada por Elmano Henrique, de São Paulo, a qual lhe rendeu dois contos de réis, ilustra o mesmo mapa, mas dessa vez coberto pela bandeira do Brasil, de uma

maneira que dá a impressão de que ela, bordada em um tecido de veludo, tremula ao sabor do vento, como se estivesse içada em um mastro. Uma espada posicionada sobre o mapa, e perpassando-o por completo, sugere a necessidade da união de todos pela defesa nacional, ideia ratificada pela frase "Brasileiros! Guardemos o que é nosso com todas as nossas forças".

Figura 4 – Cartazes premiados em terceiro e em segundo lugar no concurso promovido pelo DNP. Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.3571 (9 e 10)

Por fim, o primeiro lugar e o grande prêmio de três contos de réis foram concedidos ao trabalho de Edgard Koetz, de Porto Alegre, o qual assinou empregando o pseudônimo de "Juruá" (Figura 5). Nele, é possível observar dois soldados, de uniforme e capacete, erguendo e mantendo sustentado acima de suas cabeças o mapa do Brasil. Abaixo, à altura dos coturnos utilizados por esses membros das Forças Armadas, um pelotão de militares marcha, carregando sobre os ombros espingardas e baionetas, além de uma bandeira do Brasil vista ao fundo, à direita. Na parte inferior da composição, a representação escrita da mensagem que o autor do cartaz procurou passar por meio da imagem: "O Exército é o alicerce da nacionalidade". De fato, a escala métrica utilizada no desenho para representar os dois militares que erguem o Brasil favorece a percepção de uma grandiosidade deles. Simbolicamente, tal estratégia serviu para explicitar a própria grandeza atribuída ao Exército.

Figura 5 – Cartaz premiado em primeiro lugar no concurso promovido pelo DNP. Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.3571 (11)

Na ocasião, concluindo as premiações, receberam menção honrosa e, como consequência, duzentos mil réis cada os trabalhos dos pseudônimos "Zero", "Grego", "Pax", "Matte I", "Tupy" e "Recruta". Após abertos os envelopes, a comissão pôde conhecer os verdadeiros nomes dos autores vitoriosos, tratando-se, respectivamente, de Oswaldo Magalhães, Francisco G. Romano, Elis Barros, Cortez e Victor Mello Gusmão. Já a identidade do autor do cartaz assinado com o pseudônimo de "Recruta" não acompanhava a inscrição. Dispondo do endereço, o DNP posteriormente conseguiu identificá-lo: Raul Brito.[6] De um modo geral, a predileção dos 11 autores ganhadores, ao escolherem seus pseudônimos, foi a de optar por palavras que remetiam ao militarismo (Defensor e Recruta) ou ao nacionalismo (Brasil; Juruá – rio da bacia amazônica; e Tupy – língua falada pelas tribos de povos tupis que habitavam o litoral da América quando do início da colonização portuguesa).

Na pouca documentação original do DNP que restou preservada no fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do Arquivo Nacional, há duas informações a respeito de tal concurso, mas nenhuma delas

6 *A Batalha*. Proclamados os vencedores do Concurso de Cartazes. Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 de maio de 1939, p. 3; *Fon-Fon*. O grande concurso de cartazes de propaganda de serviço militar. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1939, n. 46, p. 48.

sobre o porquê da escolha, pela comissão julgadora, desses cinco cartazes em detrimento dos outros. Tanto o critério apresentado no item 3 do edital do certame – "Todos os motivos deverão ser de inspiração patriótica e de exaltação do serviço militar e da defesa armada do Brasil" – quanto o empregado pela comissão na hora do julgamento, segundo alguns jornais – "preferir aqueles que sugerissem uma exaltação da defesa nacional dentro de uma expressão artística que mais se aproximasse da perfeição"–,[7] mostraram-se bastante subjetivos. Ainda assim, refletindo sobre as diretrizes do Estado Novo, é possível sugerir explicações para a escolha dos vencedores.

Conforme observado por Maria Helena Rolim Capelato, a bandeira brasileira e a figura de Vargas tornaram-se os símbolos mais explorados e reproduzidos nas representações visuais do Estado Novo (Capelato, 2009, p. 52). A análise das diferentes produções culturais do DNP permite inserir mais um elemento nessa lista: o mapa do Brasil.[8] Sua presença foi constante nos materiais propagandísticos de divulgação do órgão, como atestam o folheto *Discurso de 1º de janeiro de 1938* (Vargas, 1938) e o livro *O Brasil é bom* (DNP, 1938), os quais apresentam em suas capas um desenho do mapa com os contornos geográficos do país. Com isso, é possível concluir que a presença desses dois elementos e símbolos nacionais nos cartazes é um fator que certamente pesou na escolha dos jurados, tanto que os cinco trabalhos premiados apresentaram em comum a utilização da bandeira, do mapa ou de ambos.

Todos os desenhos vencedores de fato cumpriram as determinações contidas no edital do concurso, retratando imagens de estética e conteúdo voltados à exaltação da defesa nacional e do serviço militar. Contudo, o elemento que parece ter sido decisivo na escolha da composição que ficou em primeiro lugar é o papel de protagonismo reservado aos membros do Exército na proteção do território. Afinal, o objetivo primordial dos cartazes, que seriam impressos e espalhados pelas diversas cidades do país, era convencer os jovens brasileiros a se identificarem com as carreiras militares e almejarem tornarem-se soldados, alistando-se nos prazos devidos para servirem à pátria. Como cada cartaz apresentou

7 *Diário de Notícias*. Conhecido o resultado do concurso de cartazes. Rio de Janeiro, sexta-feira, 19 de maio de 1939. Segunda seção, p. 7.

8 Prática que se estendeu também ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão que sucedeu aquele. Vários livros publicados em 1940 e 1941 apresentaram em suas capas o mapa do Brasil, sendo bons exemplos *A música nacionalista no governo Getúlio Vargas* (Villa-Lobos, 1940) e *O Brasil na posse de si mesmo* (Padilha, 1941).

especificamente a figura desse profissional? Aquele que ficou em quinto lugar trouxe a representação de um cavaleiro de armadura, muito distante e descolada da estética do militar moderno. Já o trabalho premiado com a quarta posição desenhou soldados contemporâneos do Exército brasileiro, mas não a postos para defender o Brasil, e sim descontraídos, em um ambiente festivo da parada militar.

Por sua vez, as obras que alcançaram a terceira e a segunda colocações não exibiram diretamente a figura dos membros das Forças Armadas, mas o fizeram metaforicamente. Na primeira delas, os militares são representados pelo próprio mapa do Brasil, quando este carrega, no que seria seu ombro, uma espingarda. Na segunda, a referência à presença dos militares se dá por intermédio da espada, símbolo do Exército e de sua virtude. Portanto, apenas o cartaz consagrado com o grande prêmio do concurso apresentou a imagem do soldado do Exército em ação na defesa e na sustentação do Brasil. Além disso, tal representação casava perfeitamente com a obrigatoriedade, presente no edital do concurso, de inspirar o sentimento patriótico, ao afirmar ser essa corporação militar o alicerce da nacionalidade. Portanto, esse diferencial pode ter sido decisivo na percepção dos jurados de, ao avaliarem esse cartaz, estarem diante "de uma expressão artística que mais se aproximasse da perfeição".

Em um esforço de manter em evidência a lei do serviço militar e de revelar ao grande público o resultado do concurso, o DNP promoveu uma exposição dos trinta cartazes escolhidos pela comissão na primeira seleção do material recebido. Simbolicamente, o dia escolhido, 24 de maio, mostrou-se bastante propício para o órgão de propaganda celebrar junto ao Exército o sucesso da parceria, uma vez que a data marcava os festejos comemorativos do aniversário da batalha de Tuiuti, ocorrida em 24 de maio de 1866, na Guerra do Paraguai.[9] Empregando aqui a definição de François Hartog e Jacques Revel a respeito da noção de "usos políticos do passado" (Hartog; Revel, 2001), a opção por esse dia revela um trabalho intencional do DNP de produção e circulação de representações sobre o passado, as quais, mobilizadas para justificar formas de poder, serviriam nesse caso aos interesses do regime Vargas de comprovar a importância do Exército, ao longo da história do Brasil, na defesa nacional e, consequentemente, estimular os jovens a espontaneamente se apresentarem ao alistamento.

9 *Gazeta de Notícias*. Os cartazes vencedores serão expostos no dia 24 do corrente. Rio de Janeiro, sexta-feira, 19 de maio de 1939, p. 8.

No mesmo dia 24, o DNP, para reforçar ainda mais a relação construída entre o passado e o presente, promoveu, na *Hora do Brasil*,[10] a irradiação em disco de uma peça radiofônica do escritor e dramaturgo Joracy Camargo, "focalizando os aspectos mais interessantes da vida do grande soldado e patriota que foi Duque de Caxias".[11] A escolha desse personagem é sintomática das transformações pelas quais o Exército estava passando no período. Como observado por Celso Castro, por muito tempo, nas três primeiras décadas da República, o dia 24 de maio foi considerado a principal comemoração militar, lembrando o comandante das forças brasileiras da batalha de Tuiuti, Manuel Luís Osório (Castro, 2002; 2000).

Por intermédio de um conjunto de investimentos simbólicos realizado pela elite militar brasileira, durante os anos 1920, 1930 e 1940, o general Osório acabou sendo substituído pela figura de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, como novo modelo ideal de soldado, sendo este então representado como exemplo maior de disciplina, bravura, amor incondicional à pátria e obediência às autoridades hierárquicas superiores. Obviamente, essa versão da figura de Caxias silenciou sua face política, de intensa atuação partidária, para ressaltar seu perfil exclusivamente militar. O investimento nesse personagem fazia parte do projeto de profissionalização do Exército e foi utilizado como um reforço contra a indisciplina, a politização dos militares e o desmembramento da unidade interna do Exército, situações de instabilidade vividas nos anos 1920 e 1930, devido à atuação dos movimentos tenentistas, que questionavam a hierarquia militar (Castro, 2002; 2000). Portanto, o DNP utilizar o dia 24 de maio para destacar Caxias fez parte desse investimento realizado no período e serviu como um recado aos jovens, que, a partir da nova lei, seriam incorporados ao serviço militar, para espelharem-se nele e em seus valores.

Sendo assim, a exposição, repleta de significados simbólicos, foi inaugurada, segundo o próprio Lourival Fontes em mensagem interna do órgão, de 13 de dezembro de 1939, com "estrondoso sucesso",[12] no saguão do edifício Cineac Trianon (salão de espera do cinema), na avenida Rio

10 *Hora do Brasil* foi um programa de rádio estatal diário, inaugurado em 1935 pelo DNP e transmitido por todas as estações, visando à divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional.

11 *Diário de Notícias*. Conhecido o resultado do concurso de cartazes. Rio de Janeiro, sexta-feira, 19 de maio de 1939. Segunda seção, p. 7. Mais tarde, a peça foi publicada pelo Departamento Nacional de Propaganda (Camargo, 1939).

12 Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, BR AN RIO 4T, Série 7 – Negócios Interiores, Subsérie 47 – Organização e Administração dos Serviços de Informação. Caixa 287.

Branco, com o comparecimento de altas autoridades civis e militares.[13] Encerrando-se os esforços do governo em torno dessa questão, no dia 25 de maio, às 10 horas, ocorreu a entrega dos prêmios a todos os vencedores, no gabinete do diretor do DNP.[14]

O concurso de frases

Em complemento ao concurso de cartazes, o DNP instituiu outro, chamado Concurso de Frases Populares. Da mesma maneira que o primeiro, este também objetivava despertar o entusiasmo das massas em torno dos altos interesses da defesa nacional. O edital, divulgado nos jornais junto com o anterior, apresentou estrutura semelhante: prêmios em dinheiro, nesse caso para os três primeiros lugares; obrigatoriedade da utilização de pseudônimos, para que os autores vencedores somente fossem conhecidos ao final do processo; constituição de uma comissão de júri a ser divulgada posteriormente; autorização para o DNP fazer uso das frases vencedoras da maneira que lhe conviesse, reservando-se o direito de mandar imprimir tantas cópias quantas julgasse necessárias; e envio das frases por meio de envelopes postados nos correios com destino ao Palácio Tiradentes. Além disso, o item 2 das regras estabelecia o seguinte direcionamento, sobre o que se esperava dos autores na elaboração de suas composições: "O concorrente enviará uma frase curta, patriótica, incisiva, de efeito psicológico imediato no espírito do leitor e de propaganda do serviço militar".[15]

A comissão avaliadora foi formada por cinco pessoas, três que já integravam o júri do concurso de cartazes (Lourival Fontes, major Affonso de Carvalho e coronel Lourival Duarte do Carmo), além de Oswaldo Orico, membro da Academia Brasileira de Letras, e Ozéas Motta, presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas.[16] Novamente, a composição revela uma preocupação do diretor do DNP de reunir militares e civis, especialistas em campos de atuação que dialogassem com o objeto do

13 *Diário de Notícias*. Conhecido o resultado do concurso de cartazes. Rio de Janeiro, sexta-feira, 19 de maio de 1939. Segunda seção, p. 7.

14 *Diário Carioca*. Os vencedores dos concursos de cartazes e de frases. Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de maio de 1939, p. 12.

15 *A Batalha*. Estimulando o entusiasmo popular pela nova lei do serviço militar. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1939, p. 2.

16 *A Noite*. Encerram-se amanhã os concursos de cartazes e da frase patriótica. Rio de Janeiro, domingo, 14 de maio de 1939, p. 5.

certame. Dessa vez, os dois especialistas em artes, chamados a fim de analisar os desenhos do concurso de cartazes, não foram necessários. Para julgar frases patrióticas que melhor servissem à propaganda militar, recorreu-se, além de ao oficial de gabinete do ministro da Guerra e ao diretor do Serviço de Recrutamento do Exército, a dois entendidos no ofício das letras: um representante dos empresários produtores de periódicos e um membro da instituição literária brasileira de maior relevância para o cultivo da língua e da literatura nacionais. Na Figura 6, é possível ver o júri reunido no gabinete do diretor do DNP, analisando vários envelopes espalhados sobre a mesa, dentro dos quais as sugestões de frases enviadas pelos concorrentes aos prêmios. Na parede, visualizam-se quatro cartazes do primeiro concurso, tendo sido os dois últimos classificados entre os vencedores.

Figura 6 – Reunião da comissão julgadora do concurso de frases. Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.3571 (13)

Essa iniciativa também foi considerada um estrondoso sucesso, tendo o órgão de propaganda da ditadura recebido o número expressivo de cerca de vinte mil frases, enviadas de todos os estados do Brasil. Após as análises da comissão do júri, que precisaram se estender além da data prevista para o encerramento devido à quantidade de participantes, as frases vencedoras foram: primeiro lugar (prêmio de dois contos de réis) "Defende para os teus filhos o Brasil de teus avós" (Francisco G. Romano,

do Rio de Janeiro); segundo lugar (prêmio de um conto de réis) "Se não és reservista, ainda não és brasileiro" (Roberto Lago Diniz Junqueira, do Rio de Janeiro); terceiro lugar (prêmio de quinhentos mil réis) "As pátrias desarmadas sucumbem: o Brasil conta contigo, soldado" (José Joaquim de Almeida, do Rio de Janeiro).[17] Nesse caso, não foi possível conhecer os pseudônimos dos ganhadores, uma vez que nenhum dos diferentes jornais consultados apresentou tal informação.

Figura 7 – Frases vencedoras expostas no saguão do edifício Cineac Trianon. Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.3571 (7)

Conforme se pode observar na Figura 7, as frases escolhidas também foram, como os cartazes, expostas no dia 24 de maio no salão de espera do Cineac, na avenida Rio Branco. Da mesma forma, os três autores vencedores receberam os prêmios em dinheiro no dia seguinte, em cerimônia no Palácio Tiradentes. Na imagem, civis e militares observam o resultado do certame, disponibilizado em um painel. Centralizado nele, o retrato de Vargas, apresentado como idealizador do concurso e protetor da soberania nacional.

Assim como em relação ao concurso de cartazes, não há registros oficiais, na documentação do DNP depositada no fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do Arquivo Nacional, sobre o porquê da es-

17 *Diário Carioca*. Os vencedores dos concursos de cartazes e de frases. Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de maio de 1939, p. 12.

colha dessas três frases e de uma delas como primeiro lugar. Apesar disso, o entendimento da atuação do DNP e das diretrizes do Estado Novo, o direcionamento presente no item 2 das regras do concurso e uma matéria de jornal a respeito da frase vencedora possibilitam a elaboração de uma explicação da motivação da comissão julgadora para o resultado apresentado. Segundo o *Diário Carioca*, a frase "Defende para os teus filhos o Brasil de teus avós" alcançou o primeiro lugar porque demonstrou um sentido patriótico "de afirmação de confiança na perenidade do Brasil", constituindo, "por isso mesmo, uma eloquente e decidida resposta às expressões pessimistas que estávamos acostumados a ouvir".[18]

Dando mais detalhes, o periódico concluiu com as seguintes palavras: "Em vez de um país à beira do abismo, uma nação que se impõe corajosamente, inabalável na decisão de transmitir intacto às gerações futuras o patrimônio moral e material herdado dos antepassados". A questão da tradição era algo muito valorizado pelo regime, sempre atento às conexões que podiam ser feitas entre o passado, o presente e o futuro. Francisco G. Romano elaborou a expressão vitoriosa justamente amparada nessa correlação, ao valorizar os esforços empregados por sucessões de brasileiros no fortalecimento e na defesa do país, de modo que o amor pelo Brasil e a construção da nacionalidade eram frutos de uma herança, que, depois de recebida, precisava ser compartilhada com os mais jovens. Dessa forma, a frase vencedora foi a que, para o júri, melhor apresentou uma simbiose entre o patriotismo e a propaganda do serviço militar, transmitida de forma incisiva, "causando efeito psicológico imediato no espírito do leitor".

Por sua vez, a sentença premiada em segundo lugar também atendeu perfeitamente às exigências do concurso. Ao condicionar o pertencimento ao país às obrigações cívicas do alistamento, defendendo que a identidade de ser brasileiro, dos homens naturais ou naturalizados, somente se tornaria plena e moralmente reconhecida depois de cumpridas as exigências militares, a expressão revela-se patrioticamente incisiva. Ela consegue transmitir justamente a mensagem pretendida pelo governo, de mudança da mentalidade do povo: o alistamento precisava ser encarado não como uma simples escolha, mas como um dever. Finalmente, a frase selecionada para a terceira colocação, escrita poucos meses antes do início da Segunda Guerra Mundial, reflete o contexto de instabilidade e de insegurança que marcou o período. As grandes potências tinham em comum, para além da técnica de produzirem arsenais bélicos em série, a

18 *Diário Carioca*. Defende para os teus filhos... Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de maio de 1939, p. 5.

capacidade de formarem números expressivos de militares. A composição apela para essa constatação. Quanto mais novos membros das Forças Armadas o Brasil fosse capaz de preparar, mais seguro estaria contra possíveis inimigos internos e externos.

Depois de encerrado o concurso, a comissão julgadora fez um balanço do resultado, avaliando principalmente se os esforços do DNP, do Ministério da Guerra e do Exército na organização de tal competição alcançaram o objetivo de propagar entre a população os dispositivos da nova lei do serviço militar, despertando o interesse das massas populares pela questão da defesa nacional. Para os membros do júri, algumas constatações feitas por eles, após a leitura das vinte mil cartas enviadas, indicavam um resultado bastante positivo: a) "demonstração de um grande interesse pelas coisas cívicas, uma vez que milhares de cidadãos se preocuparam com o serviço militar, vendo nele uma das grandes necessidades da defesa nacional", b)"evidência do maior respeito e da mais justa admiração pelas nossas classes armadas, tantas lhes foram as elogiosas referências, na maioria do que foi presente ao exame da comissão" e c) "revelação de acendrado espírito cívico por parte do público e de acordo com os objetivos do concurso".[19]

Conclusão

O principal intuito deste artigo foi demonstrar, por meio do estudo de caso específico de um concurso sobre a lei do serviço militar, a importância de trabalhos acadêmicos a respeito da elaboração e da divulgação de cartazes pelos órgãos de propaganda da ditadura do Estado Novo. Conforme visto, pesquisas nesse sentido tornam-se fundamentais para uma melhor compreensão dos projetos político-culturais empreendidos em âmbito governamental no período. A Figura 8 revela o uso intenso que o DNP fez não apenas da frase e do cartaz vencedores, mas dos demais trabalhos premiados. Tanto que a imagem ilustra um cartaz produzido juntando o desenho que ficou na quarta colocação com a frase que recebeu o segundo lugar.

De acordo com o recibo de compra depositado no fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o DNP pagou dezenove contos de réis para a oficina gráfica Mauá imprimir vinte mil cópias desse cartaz, recebidas em

19 *Diário Carioca*. Os vencedores dos concursos de cartazes e de frases. Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de maio de 1939, p. 12.

Figura 8 – Cartazes do DNP sendo afixados em logradouro público. Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.2198 (1)

4 de outubro de 1939. Outras notas de serviço de impressão de cartazes, presentes no mesmo arquivo, revelam a intensidade com que tal órgão utilizou-se dessa política cultural para divulgar os preceitos do regime. Por exemplo, a empresa Rodrigues & Cia recebeu, no dia 19 de junho de 1939, seis contos e novecentos mil réis pela impressão de cem mil cartazes 32 x 47 cm, com quatro frases do presidente Getúlio Vargas.[20] Além

20 Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, BR AN RIO 4T, Série 7 – Negócios Interiores, Subsérie 47 – Organização e Administração dos Serviços de Informação. Caixa 287. Arquivo Nacional.

disso, é interessante notar a existência, no fundo documental em questão, não apenas de documentos sobre os pagamentos realizados pelo órgão de propaganda para gráficas, mas também para empresas especializadas na colocação dos cartazes nas ruas. O DNP recorreu constantemente ao trabalho da firma Villaça Guedes, a qual recebeu, em maio e julho de 1939, determinada quantia pela instalação, respectivamente, de vinte mil cartazes no interior do país e de outros tantos nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.[21] Enfim, ainda há muito a ser conhecido sobre a produção cultural dos órgãos de propaganda das décadas de 1930 e de 1940. Explorar os sentidos encontrados pelo governo Vargas para investir na elaboração, confecção, impressão e distribuição de cartazes parece um campo fértil para se traçar caminhos ainda não explorados pelos historiadores do tema.

Fontes

Arquivo Nacional. Fundos: Ministério da Justiça e Negócios Interiores e Agência Nacional.
Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital
Periódicos: *A Batalha*, *A Noite*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Fon-Fon*, *Gazeta de Notícias*, *O Radical*

Referências

CAMARGO, Joracy. *O Duque de Caxias*: diálogo radiofônico sobre a vida militar do patrono do Exército Brasileiro, segundo as obras de Eudoro Berlink, Vilhena de Morais e Afonso de Carvalho. Rio de Janeiro: DNP, 1939.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2.ed. São Paulo: Unesp, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: _____. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 102-117.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 103-117, 2000.

DEPARTAMENTO Nacional de Propaganda (DNP). *O Brasil é bom*. Rio de Janeiro: DNP, 1938.

_____. *Imperativo nacional (texto da lei do serviço militar)*. Rio de Janeiro: DNP, 1939.

DUTRA, Eurico Gaspar. *O Exército em dez anos de governo do presidente Vargas*. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

FRAGA, André Barbosa. *O Brasil tem asas*: a construção de uma mentalidade aeronáutica no governo Vargas. 2017. 411 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

GALVÃO, M. R. (coord.). *Cine Jornal Brasileiro*: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1938-1946. São Paulo: Fundação Cinemateca Brasileira, 1982.

21 Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, BR AN RIO 4T, Série 7 – Negócios Interiores, Subsérie 47 – Organização e Administração dos Serviços de Informação. Caixa 287. Arquivo Nacional.

GOMES, Angela de Castro. As aventuras de Tibicuera: literatura infantil, história do Brasil e política cultural na Era Vargas. In: _____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 121-154.

HARTOG, François; REVEL, Jacques (org.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 271-296, 2011.

MALIN, Mauro; FLAKSMAN, Dora; DUTRA, Eurico Gaspar. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária; FGV-Cpdoc; Finep, 1984. v. 2. p. 1.126-1.154.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MTIC). *Pedro Maneta – romance. Julho, 10! – teatro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PADILHA, Leão. O *Brasil na posse de si mesmo*. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

PINTO, Sérgio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 291-307.

VARGAS, Getúlio. *Discurso de 1º de janeiro de 1938*. Rio de Janeiro: DNP, 1938.

VIEIRA, Ana Paula Leite. O *Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo* (1937-1945). 2019. 248 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VILLA-LOBOS, Heitor. *A música nacionalista no governo Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: DIP, 1940.

Recebido em 20/12/2019
Aprovado em 27/2/2020

Mano Eloy e a Deixa Malhar

Escolas de samba, associativismo e resistência negra organizada no pós-abolição

Mano Eloy and Deixa Malhar: Samba schools, associativism and black resistance organized in the post-abolition / Mano Eloy e a Deixa Malhar: escuelas de samba, asociaciones y resistencia negra organizada en el post abolición

Alessandra Tavares
Doutora em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora do Curso de Pós-Graduação em História e Cultura Africana(s) e Afro-brasileira (s) do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) em parceria com a Universidade Santa Úrsula, Brasil
alletavares@msn.com

RESUMO

Eloy Anthero Dias, o Mano Eloy, foi um pioneiro do samba e das escolas de samba no Rio de Janeiro. O estudo de episódios da sua relação com as agremiações carnavalescas é um caminho para a ampliação e a compreensão das multiplicidades das experiências negras no agenciamento de suas contingências cotidianas, diante do panorama social que se descortinou, no pós-abolição.

Palavras-chave: *carnaval; escolas de samba; agências negras; associativismo negro.*

ABSTRACT

Eloy Anthero Dias, Mano Eloy, was a pioneer of samba and samba schools in Rio de Janeiro. The study of episodes of his relationship with carnival associations, is a way to expand and understand the multiplicities of black experiences in the agency of their daily contingencies, in view of the social panorama that has been revealed, in the post-abolition.

Keywords: *carnival; samba schools; black agencies; black associativism.*

RESUMEN

Eloy Anthero Dias, Mano Eloy, fue pionero de las escuelas de samba y del samba en Río de Janeiro. El estudio de episodios de su relación con los grupos de carnaval es una forma de expandir y comprender la multiplicidad de experiencias negras de agencia en el manejo de sus contingencias diarias, frente al panorama social que se reveló en la post-abolición.

Palabras clave: *carnaval; escuelas de samba; agencias negras; asociaciones negras.*

A escola de samba "tira o negro do local da informalidade"[1]

A vida pública de Eloy Anthero Dias, conhecido como Mano Eloy, esteve profundamente ligada às ações para desenvolvimento do carnaval no Rio de Janeiro (Barbosa, 2018). Sua identidade como sambista e dirigente de associações carnavalescas ganhou força com as escolas de samba, sendo mencionado inclusive como fundador ou incentivador de agremiações pioneiras do carnaval carioca. Em ocasião de sua morte, em 1971, o *Jornal do Brasil* publicou uma homenagem, na qual destaca diferentes faces da identidade desse homem negro, ao longo de sua trajetória.

> Ontem à tarde, de Madureira a Inhaúma, o subúrbio assistiu a um desfile de sambistas tristes, todos de cabeça baixa, muitos chorando. Levavam o velho Mano Elói para ser enterrado. Sobre o caixão, a bandeira do Império Serrano, a última escola que ele fundou. Depois da Vizinha Faladeira, da Deixa Malhar, do Papagaio Falador, Balaiada e do Prazer da Serrinha, que já não existem. [...] Terreiro de escola e de macumba. Mano Elói foi o primeiro cantor a gravar músicas de umbanda com aquela voz profunda que o consolara de jamais ter sido compositor, "na minha época não era qualquer um que podia fazer sua musiquinha". Estivador aposentado, gostava de contar, com orgulho, que havia fundado o Sindicato da Estiva e dos Arrumadores, chegando a ser presidente.[2] Dirigia a União Geral das Escolas de Samba, a Federação Brasileira das Escolas de Samba e o próprio Império Serrano, foi Cidadão do Samba do carnaval carioca, um dos primeiros a ter o título. Sambista respeitado em qualquer roda, era querido em qualquer lugar. Todos os anos, no domingo de carnaval, o bloco de sujos do Império sai pelas ruas de Madureira. Da última vez, eles pararam na casinha do velho para uma homenagem. Enrolado na bandeira, ele chorou de um jeito que ninguém nunca tinha visto. Ele estava se despedindo e a gente não sabia. (*Jornal do Brasil*, 1971, p. 7)

Na homenagem, percebem-se os diferentes espaços de influência pelos quais Mano Eloy transitou, marcando sua trajetória. No entanto, será privilegiada neste artigo sua relação com as escolas de samba no Rio de Janeiro.

1 Percepção atribuída a Mano Eloy por Rubem Confete, como veremos mais à frente.

2 Mano Eloy foi presidente da Sociedade dos Trabalhadores em Trapiche e Café, conhecida como o Sindicato da Resistência dos Homens Pretos, fundada em 1905. Para mais detalhes, ver: Galvão (1994).

O que posso assinalar, diante de indícios de sua vultosa participação nas escolas de samba, é que talvez fazer parte, com cargos ou não, das agremiações o caracterize como agente colaborador, ainda que não haja comprovação documental. Sabemos, no entanto, que esteve diretamente ligado às movimentações que levaram à fundação das escolas de samba Vai Como Pode, Deixa Malhar, Prazer da Serrinha e do Império Serrano. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Mano Eloy indica as nuances dessa questão:

> Mano Elói
> — Estou doente, mas não deixei de ser carnavalesco. Em 1920 comecei a participar dos ensaios da Portela, que ainda era um bloco. Depois passei para a escola de samba Deixa Malhar. Em 1936 fui para o Império Serrano, onde fiquei como presidente de 1947 até 1950, quando fomos tetracampeões.
> Durante todos esses anos, fosse como membro ou como presidente, nunca deixei de sambar, pois isso foi a minha vida. A única coisa que nunca fiz foi compor, porque na minha época não era qualquer um que podia fazer musiquinha.
> [...]
> Digo isso porque desde que entrei na Vai Como Pode (a atual Portela), que tudo era feito com muita seriedade e a mesma coisa acontecia na Balaiada e Prazer da Serrinha (que depois se uniram e formaram a Império Serrano). (*Jornal do Brasil*, 20/2/1971, p. 2)

Não identifiquei a presença de Mano Eloy na documentação que se refere à fundação das escolas de samba, porém temos, nos depoimentos de seus contemporâneos, caminhos que indicam que sua presença se deu de maneira diferenciada. Como carnavalesco, segundo ele mesmo dizia, como membro fundador ou como integrante da diretoria, ele foi, de maneira direta ou indireta, figura presente nas movimentações que levaram à fundação das escolas de samba e associações que as organizariam, como a União das Escolas de Samba (UES), a União Geral das Escolas de Samba (Uges) e a Federação das Escolas de Samba (FES) (Cabral, 1996). Ao se referir à ação de Mano Eloy e sua relação com as escolas de samba, o jornalista e radialista Rubem Confete afirma:[3]

> ele [Mano Eloy] foi o grande pai da produção de escola de samba do Rio de Janeiro. Ele pensava certo. Ele achava que samba dava sociabilidade e também

3 Entrevista produzida pelo Labhoi/UFF (em tratamento), gentilmente cedida por Martha Abreu.

> tirava o negro do local da informalidade. O camarada tinha direito de ir à delegacia e dizer assim "olha, eu tenho uma escola de samba no lugar tal". Aí a polícia não ia mais lá, deixava ele sossegado, tinha um registro. Era assim que funcionava. (Confete, 2014)

A solicitação de registro das associações dançantes na polícia era um movimento que "tirava o negro do local da informalidade". Assim, de acordo com a percepção do jornalista sobre a ação de Mano Eloy, a informalidade do negro poderia ser transposta por meio de suas práticas culturais. Para Sérgio Cabral (1996), o trabalho de Mano Eloy no mundo do samba foi fundamental para a concepção de "negritude carioca". O fato de ter um registro para suas práticas culturais era um caminho de autorrepresentação que transpunha as atividades para o carnaval, porque lhe conferia, sobretudo, sociabilidade.

Além disso, as escolas de samba "tiravam o negro do local da informalidade", ou seja, eram um espaço no qual ele podia se colocar como agente social. A informalidade, palavra escolhida por Confete para explicar o objetivo das ações de Mano Eloy, indica nuances de sua percepção sobre a exclusão dos negros na sociedade e as vertentes pelas quais as escolas de samba podiam ser compreendidas. Diante da exclusão social da população negra no pós-abolição, fazer parte de um grupo, de uma associação, era uma forma de positivação de sua imagem perante a sociedade. Aquele que era informal estaria apartado daquilo que era considerado legal, positivo na sociedade. Portanto, pertencer a uma associação consistia em uma estratégia para se contrapor aos estereótipos que viam o negro como incapaz de se organizar, familiar e socialmente – no caso das associações negras, seria também uma forma de resistência ao racismo (Furtado, 2000; Ianni, 1966).

Nesse sentido, é possível observar que as escolas de samba eram formas associativas que reuniam ações coletivas, a fim de demandar sua inserção política às autoridades. Desta forma, podemos considerá-las associações negras que desempenhavam um papel empoderador dessa população no pós-abolição. Tais escolas assumiam, assim, a função de agentes de suas contingências e espaços de reivindicação, fossem de direitos civis, sociais ou políticos, para o grupo de pessoas ligadas a elas. E mesmo que não se identificassem como associações de negros, a predominância deles em seus quadros, verificada em registros fotográficos e nas expressões que a imprensa utilizava para identificar seus integrantes, leva à compreensão das escolas de samba nos quadros do associativismo negro.

Diferentes estratégias foram utilizadas pelas pessoas negras para sua inserção social no período pós-abolição, no entanto, nem sempre os sujeitos construíam discursos sobre si ou sobre seus grupos de forma racializada. Isto não quer dizer que aproximações, negociações e agenciamentos feitos pelas pessoas negras não envolvessem a perspectiva da cor. É importante considerar que nas experiências negras no pós-abolição, o silenciamento da cor pode ter sido uma estratégia diante da exclusão caracterizada pelo racismo (Mattos, 1995).

Embora o contexto aqui abordado compreenda panoramas mais amplos, com cenários políticos diferentes, uma vez que estamos tratando de associações que se fizeram presentes no final da década de 1920 e se consolidaram nas décadas de 1930 e 1940, entendemos que os discursos sobre raça foram alçados de diferentes formas, perpassados pelo "silêncio da cor", pela mestiçagem em um contexto de consolidação do "mito de democracia racial" e pelo crescimento dos movimentos negros organizados. O caráter reivindicatório das agremiações estava alinhado com expectativas de cidadania que foram forjadas pelos cotidianos negros experimentados pelos indivíduos (Botelho; Schwarcz, 2012). Como assinalado por Wlamyra Albuquerque, tais movimentos fazem parte de "elaborações identitárias, arranjos socioculturais, e, principalmente, noções de raça" experimentadas pela população negra no pós-abolição (Albuquerque, 2009, p. 184).

Em direção à negociação de espaço social, o silenciamento da cor para o agenciamento das demandas de pessoas negras pode ter sido um caminho consciente que determinados grupos produziram nos anos seguintes, após a assinatura da lei de abolição da escravatura, e que persistiu como estratégia posterior, uma vez que o racismo continuou e continua promovendo a exclusão social pela cor da pele. Essa própria lógica de exclusão, já é um motivo para os grupos formados por pessoas negras não construírem discursos ressaltando esta característica de seus integrantes, mas aquilo que se colocaria como "positivo" naquela sociedade.

Com base em análises de processos criminais de homens e mulheres, nos anos após 1888, Flávio Gomes chama atenção para o uso da cor como marca "indelével", que reforçava associações à criminalidade. Atribuía-se um suposto perfil, herança da escravidão, que conferia atributos negativos, ditos científicos, que justificavam a perseguição e a exclusão da população negra, uma vez que, com a assinatura da lei, "eliminava-se o escravo, mas inventava-se o negro/preto como uma marca social negativa. Libertava-se o trabalhador e instituía-se legalmente a ideia de 'vadiagem' para controlá-lo" (Araújo; Gomes, 2011).

Tendo em vista esse panorama de perseguição e exclusão, as relações forjadas pela população liberta e seus descendentes se apresentavam de maneira multifacetada e permeada de expectativas de ordem materiais, civis, políticas e sociais que não chegavam a eles por via de serviços públicos, ou seja, por meio dos tão esperados direitos garantidos aos cidadãos. Assim, muitos indivíduos e grupos constituíram estratégias para fugirem das perseguições e reivindicarem sua inserção social. Compuseram e/ou ressignificaram diferentes formas de associações, ligadas ao trabalho, à religiosidade e aos lazeres, que apresentavam predominância de pessoas negras e estratégias conscientes para sua promoção e seu desenvolvimento, em diferentes setores sociais.

Compreendidas como base de construção para argumentos de negociação, as formas de associativismo desenvolvidas pelos negros no pós-abolição foram mecanismos essenciais dos discursos que definiam pautas de barganha (Castelucci, 2008). Contudo, as formas de organização das associações negras no Brasil foram, durante muito tempo, consideradas a partir da leitura de duas teorias básicas: da "linha de cor", de Arthur Ramos (1971), ou da "tipologia" de Costa Pinto (1998).

Arthur Ramos, em *O negro na civilização brasileira* (1971), apresenta um quadro da relação do negro com suas reivindicações, baseado na ideia da existência do desequilíbrio quantitativo demográfico de negros e brancos como fator para o desenvolvimento associativo. Para o autor, existiria, em determinadas regiões – como São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, por apresentarem predominância de população branca –, maior opressão sobre a população minoritária negra, que chamou de "minoria oprimida". A princípio, haveria formas associativas negras nestes locais, mas, nas regiões do Nordeste e em algumas do Sudeste, como Rio de Janeiro e Espírito Santo, os negros teriam sido assimilados, pois como não havia desequilíbrio entre negros e brancos, e, muitas vezes, a população de brancos era maior, não haveria opressão. Diante desse quadro, Ramos justificou a presença de associações de cor nas primeiras regiões, em detrimento das segundas, como necessidades impostas pela relação de exclusão dos direitos de cidadania no pós-abolição.

Costa Pinto, em sua obra *O negro no Rio de Janeiro* (1998), contrapõe-se a Arthur Ramos ao identificar tipos de associativismo de negros no Rio de Janeiro. Ressalta-se que o autor defende uma tipologia que diferencia a natureza das reivindicações dessas associações como "tradicionais" e de "novo tipo". Segundo Ramos, situadas entre o fim do abolicionismo e a terceira década do século XX, as associações do tipo tradicional estavam voltadas para o aspecto religioso ou recreativo: eram os ranchos,

as escolas de samba, as congadas e as capoeiras Angola. Já as associações de novo tipo teriam se desenvolvido ligadas às transformações sociais pós-1930 e assumido caráter reivindicatório – o papel de "grupos de pressão".

A compreensão das escolas de samba como formas de associativismo negro está alinhada com a perspectiva de Petrônio Domingues (2014), que, ao contestar Ramos e Costa Pinto, propõe a problematização das teorias de ambos. O autor revela que, para o Rio de Janeiro, por exemplo, a "linha de cor" e as tipologias de Costa Pinto não explicam a existência de distintos agrupamentos com seus projetos, chamando atenção para a complexidade das associações, bem como para o caráter heterogêneo de sua formação e reivindicações.

> Em comum, esses distintos agrupamentos construíram projetos por meio dos quais as pessoas se sentiam parte de um mesmo grupo e se identificavam mutuamente, forjavam solidariedades fluidas e contingenciais, (re)inventaram tradições que alimentavam suas práticas sociais, estabeleceram diálogos entre si e com as agências do Estado e da sociedade civil, enfrentaram contradições em diferentes circunstâncias históricas sem, contudo, deixarem de proclamar os interesses sociopolíticos e direitos civis dos "homens de cor" na esfera pública. (Domingues, 2014, p. 271)

A inserção das escolas de samba se deu, pois, de maneira lenta e em decorrência das agências dos grupos predominantemente formados por negros pobres, com maioria de moradores dos morros do Rio de Janeiro, que viram nelas um caminho de inclusão cultural e política na sociedade. Como veremos mais à frente, posicionar-se positivamente era um meio de construção de identidade que, neste caso, estava associado à defesa de um modelo de carnaval organizado e que pudesse gerar legitimação e abertura para diálogo com diferentes instâncias sociais.

Escolas de samba como promotoras de ações sociais

Uma das dificuldades para estudar o processo que deu início às escolas de samba é o fato de, por diferentes motivos, elas terem sido extintas e/ou não terem mantido os documentos de fundação. Os periódicos, então, são um caminho para o estudo, por exercerem papel de grande relevância na divulgação das práticas carnavalescas da cidade. Desta forma, será por intermédio dessas publicações que analisarei a ação de Mano Eloy com as escolas de samba.

A Deixa Malhar foi a primeira delas na qual Mano Eloy aparece efetivamente exercendo papel de liderança. Segundo entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* por Mano Eloy, a agremiação localizada na Chácara do Vintém, na região da Tijuca, teria sido fundada em 1934 (Silva, 2014, p. 29). No entanto, acredito que houve algum equívoco, pois a Deixa Malhar foi citada em uma pequena nota, em dezembro de 1933, no jornal *O Paiz*. O periódico em questão estaria organizando as comemorações para o dia de São Sebastião, no entanto, destaca que a "reunião [fora] solicitada pelo dr. Flávio Paula Costa, presidente do Deixa Malhar, da Chácara do Vintém, e representante do Verde e Amarelo, no morro do Salgueiro" (*O Paiz*, 16/12/1933). Um ano antes da data recordada pela memória de Mano Eloy para a fundação da Deixa Malhar, esta escola de samba já aparecia em lugar de destaque nas notícias sobre as organizações para o carnaval.

No dia 20 de dezembro de 1933, dia seguinte à reunião convocada pelo presidente da Deixa Malhar, houve a divulgação que seria "ativada a propaganda para a fundação de uma entidade que [reuniria] todas as escolas de samba" (*O Paiz*, 20/12/1933). A intenção era fundar uma instituição com membros das escolas de samba voltada para a organização das agremiações e seus desfiles. Possivelmente, foram as primeiras movimentações em direção à fundação da União das Escolas de Samba (UES), datada do ano seguinte, 1934.

Se não bastasse a Deixa Malhar figurar como uma das escolas de samba envolvidas na fundação da UES, para questionarmos a veracidade de sua datação, ela foi mencionada novamente naquela mesma publicação do jornal *O Paiz*. Dessa vez, a agremiação estava envolvida nos eventos que antecipavam o carnaval, ao convocar os foliões para seu "grito de carnaval", com uma "passeata" que visitaria sociedades tradicionais, inclusive o Rancho Recreio das Flores, agremiação ligada à Sociedade de Resistência. Na nota de divulgação do evento, podemos identificar o caráter fluido em que, na prática, as associações carnavalescas se relacionavam. Homenagens, por meio de visitas às sedes de outras agremiações ou aos jornais, eram demonstrações da importância dada às relações entre agrupamentos mais jovens e os mais antigos, como uma forma de referendar e divulgar as suas existências. Era uma prática que salienta como as agremiações não se colocavam de maneira estanque das demais, compondo um diálogo que era praticado com a promoção de diferentes eventos ao longo do ano.

Quando Mano Eloy e alguns pesquisadores sobre carnaval se referem às escolas de samba, em seus primórdios, como blocos, geram a ideia de que houve um processo em que os antigos blocos se transformaram nas escolas de samba. Essa perspectiva analisa a questão como uma espécie

de evolução do bloco, como manifestação ainda não tão definida no cenário do carnaval, e as escolas de samba como projetos finais dessa evolução (Morais, 1958). Contudo, entendo as indicações de Mano Eloy, ao se utilizar de diferentes nomenclaturas para identificar as escolas de samba, como representação das múltiplas formas de brincar o carnaval carioca, ainda na década de 1930. Talvez uma questão de identificação que gerasse terminologias, nem sempre compreendidas pelos periódicos, mas que, em certa medida, indicam como as escolas de samba, bem como outras associações voltadas para o carnaval, ainda estariam em um processo de consolidação de suas identidades públicas (Cunha, 2001). Isso, contudo, não sugere que tais escolas não tivessem conquistado atenção e espaço de divulgação.

Houve um processo de agregação de símbolos e práticas que caracterizaram certo modelo, que viria a ser identificado como escola de samba, o que, por sinal, acontece até hoje. Porém, é preciso considerar que nem todos os blocos se tornaram escolas de samba (Cabral, 1996).

Nota-se que, ainda em 1934, quando já havia desfiles oficiais de escolas de samba, ano, inclusive, da fundação da União Geral das Escolas de Samba, instituição que organizaria as associações, elas ainda eram identificadas como blocos. Em matéria sobre o carnaval de 1934, o jornal *Diário da Noite*, antes de divulgar os principais eventos daquele ano, explica o que seriam as escolas de samba.

> Para quantos não sabem o que são as "escolas de samba", cabe aqui um detalhe explicativo. A prefeitura e a polícia não concedem licença para fazer carnaval externo se não aos clubes, ranchos e blocos. As escolas de samba tiram as suas licenças como se fossem blocos, mas têm personalidade muito distintas e características particularmente distintas.
> São escolas de samba todos os conjuntos dos morros, como por exemplo, o aplaudido "Deixa Malhar", do Salgueiro; o "Unidos da Tijuca"; o "Paulo da Portela"; o "Mangueira"; o "Serrinha" etc. (*Diário da Noite*, 2/3/1934)

Para identificar o tipo de agremiação, o cronista do periódico destaca, como característica principal, a região de onde provinha, uma vez que, para ele, as escolas de samba eram "todos os conjuntos dos morros", indicando a percepção de certa geografia característica do movimento de formação das associações.[4] A questão da identificação aparece nova-

4 Cabe destacar, no entanto, que havia escolas de samba que não foram fundadas em morros, como, por exemplo, a Vai como Pode, a Unidos de Osvaldo Cruz e outras.

mente no *Jornal do Brasil*, na divulgação de um evento organizado pela agremiação.

> B. C. Familiar Deixa Malhar:
> O "GRUDE" DANÇANTE NO PRÓXIMO DOMINGO
> No próximo domingo, B. C. Familiar "Deixa Malhar", conhecida "escola de samba" da "Chácara do Vintém", realiza uma grande festa nos salões do clube Fenianos, da Praça da Bandeira, sito à rua Cristovão, 210.
> A festa terá inicio às 14 horas e terminará às 2 horas.
> Às 18 horas será suspensa a festa para o "grude", que constará de um valente "rabo de boi com agrião". (*Jornal do Brasil*, 17/5/1934 apud Silva, 2014, p. 30)

A Deixa Malhar, em nota de divulgação de seu "grude dançante", em 1934, figurava como "Bloco Carnavalesco Familiar Deixa Malhar" e, mais à frente, como "escola de samba", localizada na Chácara do Vintém, que ofereceria o baile na sede do conhecido Clube dos Fenianos, na Praça da Bandeira. O fato demonstra como a nomenclatura podia variar na identificação de uma mesma forma de organização. Identificada como bloco ou como escola de samba, chama atenção que a associação da Chácara do Vintém estivesse desenvolvendo movimentos de aproximação com outras organizações e grupos de diferentes pontos da cidade. Segundo o jornalista e radialista Rubem Confete, a Deixa Malhar era uma gafieira, salientando que o mesmo espaço podia abrigar diferentes formas de lazeres e sociabilidades (Confete, 2016).

Outra questão suscitada pela divulgação do evento supracitado é o destaque para o caráter familiar do bloco carnavalesco Deixa Malhar, remontando as estratégias empregadas pelas sociedades dançantes da Primeira República para a sua legitimação, bem como a de seus frequentadores. As escolas de samba eram espaços de reconhecimento, reivindicação de lugar social e, como Confete afirmou, "lugares de sociabilidades". Diferentes eventos eram promovidos, como visitas a espaços de outras sociedades dançantes, bailes, passeios e passeatas. Desta forma, havia a ampliação das redes de sociabilidades para fora do espaço da própria agremiação.

Um dos eventos do calendário do Rio de Janeiro que figuravam na agenda das associações era o dia de São Sebastião, padroeiro da cidade. Este era o momento de promoção de lazer das escolas de samba e seus membros. Com liderança de Mano Eloy, em 1941, encontramos uma nota que mostra a programação para homenagear o padroeiro da cidade, organizada pela escola de samba Deixa Malhar (Figura 1).

ESCOLA DE SAMBA
DEIXA MALHAR
AS GRANDES FESTAS DE AMANHÃ
EM HOMENAGEM A SÃO SEBASTIÃO

Na Escola de Samba Deixa Malhar, onde o folião Eloy Anthero Dias é commandante-chefe, as coisas amanhã estarão de alto lá com charuto! Trata-se de render homenagens a São Sebastião, o milagroso padroeiro da cidade.

O programma organizado para amanhã, na Escola de Samba mais querida dos cariocas, é o seguinte: Missa, ás 9.30 horas na igreja de N. S. do Loreto, em Jacarépaguá, em devoção ao Santo Martyr. Depois passeio ao Recreio dos Bandeirantes e volta á Tijuca.

A's 14 horas, de regresso á séde, na rua Delgado de Carvalho n. 97, será servida a mais fantastica feijoada completa dos ultimos tempos! E, para fazer a digestão, como chave de ouro, seguir-se-á uma tarde dansante até ás 19 horas.

Será esse o dia de São Sebastião na "Deixa Malhar".

Figura 1 – Programação de homenagens a São Sebastião.
Fonte: *O Imparcial*, 19 jan. 1941, p. 12

A adoção de certo repertório discursivo de apresentação para destacar o caráter organizado das escolas de samba no momento de encontros externos agregava-se à adoção do simbólico, que era acionado pela imagem, com a valorização de regras de comportamento e vestimentas.

As fotografias dos eventos são formas de identificarmos o repertório simbólico dos quais os grupos lançavam mão na construção dos discursos de autorrepresentação. Posar para foto pode ser compreendido como um ato político, um ato de divulgação da imagem que se quer associada aos grupos em questão. Pode-se observar o cuidado que as escolas de samba despendiam nessa direção, ao analisarmos as imagens em que os membros das agremiações eram retratados nos jornais da época. No já mencionado evento em homenagem a São Sebastião, há uma imagem dos integrantes da Deixa Malhar, publicada no jornal O *Imparcial* em 21 de janeiro de 1941, que sugere a adoção de certa performance discursiva.[5]

A imagem, acompanhada do título "Animadíssima a festa da escola de samba Deixa Malhar", apresenta os membros da agremiação após um passeio de barco. Na composição de pessoas aparecem: mulheres, crianças e homens negros, possivelmente membros das mesmas famílias, talvez como estratégia, para serem identificados como grupo familiar (Brasil, 2016). As mulheres e as crianças estão posicionadas à frente da

5 A imagem citada também foi utilizada por Somani da Silva, ao dedicar pesquisa à escola de samba Deixa Malhar. Ver: Silva (2016).

foto em espaço de destaque. A expressão corporal também é uma característica performática que indica seriedade, todos com seus corpos cobertos, bem vestidos e em postura de discrição. Mesmo que a associação da qual façam parte esteja ligada ao lazer, não vemos sorrisos ou poses mais relaxadas – o que parece ser uma estratégia para gerar a ideia de distinção e seriedade para o grupo (Pereira, 2015). Este era um possível repertório performático adotado para legitimar o grupo e o espaço, associando-o à elegância de suas posturas e à composição familiar (Brasil, 2016).

Além das sociabilidades forjadas pelos eventos de lazer, havia projetos de desenvolvimento material para a comunidade na qual a escola de samba mantinha sua sede. A causa social, que sempre esteve em pauta, era assumida na busca de parceiros para a realização de seus projetos assistenciais e de outras formas de lazer. As agremiações, em suas ações, se colocavam de maneira direta como agentes promotores do desenvolvimento local.

No período em que esteve na Deixa Malhar, Mano Eloy envolveu-se em algumas ações junto à União Geral das Escolas de Samba (Uges),[6] que almejavam a promoção de atividades para a comunidade. Em 1941, em uma iniciativa que partiu da Uges, participou do Programa da Juventude Brasileira, que teve apoio do governo e tinha como objetivo fazer das escolas de samba lugares de desenvolvimento de esportes e escotismo para a juventude.[7] O lançamento do projeto aconteceu em uma reunião entre os membros das escolas de samba na quadra da Deixa Malhar. Mano Eloy, nessa época, era presidente da agremiação e da Uges. O jornal *O Imparcial* enviou sua equipe à sede da Deixa Malhar para averiguar as notícias sobre o projeto. Ao chegar, foram recebidos por Mano Eloy, que os apresentou aos membros das outras escolas de samba presentes no evento. Na sessão "Palestra com os presidentes", o jornal publica entrevista com o diretor da escola de samba "Não é o que Dizem".

> I — Qual a sua impressão, indagamos, do movimento que está sendo animado pelo Anthero, Flavio Costa, enfim, pelos membros da união?
> D — Estou bastante animado com as inovações expostas na lei básica da união. A letra "a", do seu art. 2, define todas as aspirações dos "unionistas". O que empolga, todavia, é a parte relativa ao desporto e à instalação do departamento

6 Fundada com o nome de União das Escolas de Samba (UES), em 1935, a instituição mudou o nome, em 1939, para União Geral das Escolas de Samba.

7 O Programa da Juventude Brasileira foi um movimento cívico decretado em 1940 durante o Estado Novo. Ver: Juventude Brasileira (s.d.).

> concernente do escotismo.
> Conheço o pensamento dos meus colegas, principalmente de Anthero e Flávio, que pretendem modificar inteiramente a feição do nosso ambiente, tornando-o mais útil ao convívio social, e que eles estão animados da matéria e fomentar o escotismo entre a meninada do arraial sambista, a fim de que seja aprimorado o seu caráter e aptidões físicas.
> E a iniciativa será realizada de forma monumental, porque as escolas estão propícias a cooperar com a nossa mentora.
> E terminamos:
> — A família do samba é verde e amarela, meu amigo! (O *Imparcial*, 21/3/1941)

Infelizmente, não encontrei mais notícias sobre a implementação do projeto. Porém, sua proposta partindo dos sambistas já é um indício da percepção sobre as escolas de samba como espaços para além do lazer, ou, melhor dizendo, da utilização do lazer como instrumento de resistência, reivindicação e projetos. Pelo que foi noticiado no jornal O *Imparcial*, o projeto foi proposto pela Uges, com liderança de Mano Eloy e Flávio Costa,[8] para se criarem, nas escolas de samba, espaços sociais para a juventude, "tornando-os mais úteis ao convívio social".

Não podemos perder de vista que o contexto político do projeto de inserção de atividades esportivas nas escolas de samba foi o do Estado Novo. Um período que teve como proposta o desenvolvimento social, por meio da cultura nacional e a promoção esportiva no Brasil. Assim, pode-se considerar que as escolas de samba estavam alinhadas com as propostas do governo, como manifestações culturais e na adoção de valorização do esporte como um caminho de desenvolvimento dos grupos ligados às agremiações.

No ano seguinte, as escolas de samba estiveram envolvidas em outra ação de desenvolvimento de projeto social, voltado para as crianças, junto ao Juizado de Menores, com a organização de um evento no campo do América Futebol Clube. A proposta era que a renda arrecadada com o evento fosse doada ao Juizado de Menores, para ser destinada aos órfãos ou a alguma obra educacional.

Podemos observar, na Figura 2,[9] alguns membros de escolas de samba na sala do representante do Juizado de Menores, tendo Mano Eloy, com

8 Foi um dos presidentes da Deixa Malhar, esteve à frente da fundação União das Escolas de Samba, sendo o primeiro presidente da instituição.

9 Essa imagem também foi utilizada por Sormani da Silva. Ver: Silva (2014).

o seu clássico terno branco, em primeiro plano, em frente ao membro da instituição do Judiciário.

Este ano as escolas de samba vieram em auxílio às crianças pobres

UM GRANDIOSO FESTIVAL NO CAMPO DO AMÉRICA, COM O DESFILE DAS ESCOLAS, PARA ELEIÇÃO DA RAINHA DE 1942 — VALIOSOS PRÊMIOS — OUTROS DETALHES

Um aspecto da visita que fizeram ao Meretíssimo Juiz de Menores, Dr. Alfredo Russel, vários mentores das Escolas de Samba, para hipotecarem o seu apoio, vendo-se o Dr. Martins Silva, Tancredo Silva, presidente da Comissão das Escolas de Samba, Coronel Gilberto Bruno, representante da GAZETA DE NOTICIAS, e Eloy Anthero Dias, da Escola de Samba "Deixa Malhar", e outros

Figura 2 – Registro da visita de comissão de escolas de samba ao Juizado de Menores. Fonte: *Gazeta de Notícias*, 28 jan. 1942

O festival, que se realizaria no campo do América Futebol Clube, estava dentro das agendas que antecipariam os desfiles oficiais do carnaval. No evento, haveria a escolha da rainha do samba de 1942 e a premiação em dinheiro para as cinco primeiras escolas de samba colocadas no campeonato. A matéria feita pela *Gazeta de Notícias* sobre a visita da comissão das escolas de samba ao representante do Juizado de Menores mostra que a iniciativa de arrecadar fundos e doá-los à instituição partiu das agremiações. E que a visita em questão tinha o cunho de informar sobre a doação que fariam em um "gesto de confiança e simpatia" às ações da instituição nos morros.

> Uma grande comissão das escolas de samba esteve em visita ao juiz de menores, para lhe comunicar que este ano no grande festival que se vai realizar no dia 8 de fevereiro, com um desfile das escolas, e, consequentemente, eleição da rainha do samba de 1942, a renda será dedicada às crianças pobres ou qualquer outro fim que o meritíssimo juiz de menores determinar.[...] O que desejam os diretores das escolas de samba é que esse seu gesto seja encarado pela confiança e simpatia que nos morros está tendo a obra patriótica do juízo de menores, amparando desde a mãe pobre, até os seus filhos, com o internato nos

estabelecimentos oficiais e particulares, além de outros recursos de assistência social. (*Gazeta de Notícias*, 28/1/1942)

A grande parada do Samba, amanhã, no campo do América

AS ESCOLAS DE SAMBA "CADA ANO SAI MELHOR", "DEIXA MALHAR" E "ALA RECREIO DA MOCIDADE", EM VISITA À "GAZETA DE NOTICIAS"

Figura 3 – Integrantes das escolas de samba visitam jornal. Fonte: *Gazeta de Notícias*, 7 mar. 1942

A ação das escolas de samba, em fazer a doação ao Juizado de Menores, se deu tanto para reconhecer o trabalho da instituição, como para chamar atenção às necessidades dos morros. Interessante é perceber que a relação feita entre as escolas de samba e os morros é constante nas matérias em geral. Nesse caso, não posso atestar se a alusão ao morro foi feita pelos membros da comissão ou pelos jornalistas que escreveram a matéria. Contudo, chama atenção o grupo social ao qual a comissão poderia estar dispensando certa preocupação quanto às efetividades das ações do Juizado de Menores. A festa foi amplamente promovida na imprensa. Na véspera do evento, um grupo de representantes das escolas de samba fez uma visita ao jornal *Gazeta de Notícias* (Figura 3).

Mano Eloy esteve presente a mais esse acontecimento, agora como representante da escola de samba Deixa Malhar. Sua presença em diferentes ações para a promoção das escolas de samba, seus eventos e projetos foram marcas do seu engajamento na construção de espaços para "tirar

o negro da informalidade". Nas imagens da visita ao jornal, observam-se os membros das escolas de samba Deixa Malhar e Cada Ano Sai Melhor e a Ala Recreio da Mocidade. Mano Eloy aparece na imagem de cima como o segundo da direita para esquerda, com seu já conhecido terno branco.

Conforme é possível perceber, a escola de samba Deixa Malhar foi uma associação com papel representativo no pós-abolição carioca. No entanto, sua ação como promotora de sociabilidades negras neste cenário foi abreviada por um não explicado ato do Estado de fechar a agremiação em 1943. Segundo Sormani da Silva (2014), o episódio atenta para a controvérsia sobre a relação pacífica entre escolas de samba e o Estado Novo.

> Fechada a escola de samba "Deixa Malhar"
> Por determinação do chefe de polícia, o comissário Mario Ferreira da Silva, do 15º distrito, fechou ontem a escola de samba "Deixa Malhar", situada na rua Delgado de Carvalho n. 97. (*A Noite*, 21 /5/1943)

A escola foi fechada em uma ação que teve o chefe de polícia do 15º distrito como autor da determinação. A pequena nota, uma das poucas que identifiquei sobre o ocorrido com a Deixa Malhar, não aponta qualquer questão explicativa para o seu fechamento. Não encontrei protesto ou comentário a respeito feito pelos integrantes da Deixa Malhar, das demais escolas de samba ou mesmo da Uges.

Em entrevista concedida a Sormani da Silva (2014), Rubens Batista Vianna, o Rubens da Vila, compositor da Deixa Malhar, afirma que, em seus tempos de sambista de escola de samba, a censura e a repressão estavam presentes. Segundo Rubens, o motivo para o fechamento da Deixa Malhar estava no seu enredo de 1943, que tinha como temática a crítica às nações que compunham o eixo Itália, Alemanha e Japão. Sobre o desfile da Deixa Malhar daquele ano, encontramos somente uma imagem, publicada na *Gazeta de Notícias*, em 11 de fevereiro de 1943.

A nota que segue como legenda da imagem revela que o carnaval daquele ano teria sido organizado pela Liga da Defesa Nacional.[10] A proposta seria ter como tema dos desfiles o patriotismo, o qual funcionaria como veículo de protesto contra o nazifascismo. Ressalte-se que o desfile da Deixa Malhar a colocou em quarto lugar naquele carnaval, tendo direito, inclusive, à premiação (*A Noite*, 12/3/1943).

10 A Liga de Defesa Nacional foi fundada em 1916, no Rio de Janeiro, por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, sob a presidência de Rui Barbosa, que era favorável ao apoio brasileiro aos Aliados na Primeira Guerra Mundial (Liga, s.d.).

O depoimento de Rubens da Vila e as poucas notas sobre o fechamento da Deixa Malhar indicam, como observou Sormani da Silva (2016), que, ainda em 1943, sob ação do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, a relação entre Estado e escolas de samba não eram tão harmoniosas. É no mínimo controverso que somente a quarta colocada daquele desfile tenha sido fechada por causa da temática de seu enredo, uma vez que todas as agremiações tinham como tema a questão da guerra e o enfoque do posicionamento contra o nazifascismo. Talvez o enredo sozinho não tenha sido o motivo para o fechamento da Deixa Malhar, mas o fato, em si, sugere que possivelmente esse foi um episódio revelador das cisões na tão propalada harmonia entre as escolas de samba e o Estado.

Acredito que a relação entre as escolas de samba e o Estado Novo ocorreu muito mais dentro de movimentos de negociações e conflitos que teriam levado ao desenvolvimento e permanência de algumas agremiações no carnaval e, em outros casos, à sua descontinuação ou ao seu esquecimento.

Seguem as palavras de Sormani sobre o fechamento da escola de samba Deixa Malhar:

> Desta forma a questão do "fechamento" surge como um tabu na história social do samba. Para além dos fatos, existe a questão de uma memória coletiva em construção. Assim, aspecto principal não é apenas saber por que tais agremiações se legitimaram como símbolo de nossa identidade nacional, mas como isso foi construído. Quem ficou fora do enredo? Está em tela o conflito em relação a uma perspectiva conciliadora derivada, provavelmente, de uma busca de uma memória nacional homogênea, que ascendeu no mesmo contexto de legitimação das escolas de samba. (Silva, 2016, p. 6)

Dos diversos periódicos da época, encontrei somente três relatos sobre o fechamento da escola de samba (*O Jornal*, *A Noite*, *A Manhã*), o que pode caracterizar uma espécie de silêncio ou cerceamento praticado no período, que se estendeu para a história das escolas de samba no Rio de Janeiro, não perdendo de vista que o contexto em questão era o do Estado Novo. Chama muito a atenção que, após cerca de uma década de atividades no carnaval carioca, não tenhamos encontrado outras menções ou explicações a respeito do seu fechamento. Lembrando que, em 1943, a União Geral das Escolas de Samba já existia e a Deixa Malhar teria sido uma das agremiações de liderança na criação desta associação.

Dentre os poucos relatos sobre o fechamento da Deixa Malhar, um em particular dedicou atenção a discorrer sobre suas impressões em relação às escolas de samba: foi uma nota escrita por Berilo Neves no jornal

A Manhã. Nela, o cronista ressalta diferentes aspectos de um pensamento que passava longe da grande aceitação, das escolas de samba como manifestações culturais que representariam a nacionalidade brasileira (Lemos, 2014). É uma nota extensa, cuja citação se justifica pelo seu caráter reprodutor de estereótipos sobre a população negra no pós-abolição e pela produção cultural desenvolvida a partir das escolas de samba.

> A polícia resolveu fechar a escola de samba "Deixa Malhar". Não se conhecem os motivos da providência, mas o simples título da "escola" estava a exigir remédio pronto e enérgico. [...]
> O fato de termos tido, à frente de importantes repartições culturais, sujeitos afeiçoados ao morro da Mangueira e outras eminências bulhentas da cidade foi que levou o samba ao galarim – fraudando outras músicas muito mais dignas de serem estimuladas pelo poder público. Durante muitos anos, era ponto obrigatório dos programas de recepção a viajantes ilustres levá-los a lugares escusos, onde viam pretos desocupados a desnalgarem-se em coreias pretensamente artísticas. Essa mania (que devia ter levado os autores à cadeia ou ao hospício) valeu-nos vários artigos de contrapropaganda do Brasil, nos quais nos apontavam como o país mais africanizado da América. Os exemplos não bastariam para curar-nos dessa tolice ridícula: fundamos escolas de samba, onde gastamos dinheiro que poderia ser empregado em tratamento de nossos escolares enfermos ou na fundação de verdadeiros centros de cultura. Que representa o samba na escala dos valores musicais do mundo? Que é ele, como índice das tendências psicológicas ou artísticas do povo brasileiro? Alguém o cultiva fora de certos morros cariocas onde se fixou como erva daninha e tenacíssima? O samba, o chapéu de palha e o cafezinho de tostão eram os companheiros habituais da malandragem erradia da nossa metrópole. O Brasil de hoje não admite desocupados, nem fábrica de toadas afro-analfabe [*sic*]. Estamos em período de guerra, em que não se pode perder tempo com tolices dispendiosas. É excelente o ensejo para se rever o "processo de samba" e liquidar, de vez, com a mania de erigir esse ritmo bárbaro em música representativa do Brasil. (*A Manhã*, 27/5/1943)

Para Berilo Neves, o samba seria um ritmo oriundo das senzalas e, por isso, uma manifestação que não seria capaz de representar a nacionalidade. Os membros das escolas de samba são assinalados como pessoas desocupadas, as quais produziram algo exótico que chamou atenção dos estrangeiros, mas que passa longe de muitas manifestações dignas, segundo ele, de serem representantes da nacionalidade. Também associa os negros moradores dos morros e os integrantes das escolas de samba à malandragem.

O jornal *A Manhã*, no qual Berilo Neves publicou sua nota, foi um periódico criado para a divulgação do regime do Estado Novo (*A Manhã*, s.d.). Dirigido por intelectuais que valorizavam a cultura erudita, não é de se estranhar que um de seus articulistas tenha saudado positivamente o fechamento da escola de samba Deixa Malhar. Sua posição em relação ao samba e às agremiações é o indício de que o processo de inserção dessas produções culturais não foi tão harmônico e unânime na sociedade.

Estereótipos da "malandragem" e do "afro-analfabetismo" são, para ele, características das populações negras que levaram à criação de um ritmo sem valor, que não representaria a brasilidade. Note-se que essa fala foi produzida na década de 1940, ainda considerando a legitimidade das práticas culturais advindas dos negros, encaradas como mostras de barbarismo. Era a produção cultural dos negros e pobres e, por isso, indigna de sair do espaço do morro e de ser representante "das tendências psicológicas ou artísticas do povo brasileiro". O autor ainda aproveita para propor que se reveja o "processo do samba", isto é, além de considerar tal produção indigna para representar a brasilidade – mesmo cerca de três décadas depois da primeira gravação oficial do ritmo e duas depois da fundação da primeira escola de samba –, entende que esse movimento não seria legítimo e, por isso, passível de ser liquidado como produção cultural.

Depois desse desfecho, a Deixa Malhar aparece relacionada à figura de Mano Eloy, como uma breve fase em sua trajetória, desconsiderando toda a ação irradiada pela agremiação em favor da história do samba, do carnaval das escolas de samba e de parte da história das agências negras dos morros da cidade, em direção à autorrepresentação e ao desenvolvimento social. Um silêncio que não foi quebrado por Mano Eloy durante as várias oportunidades em que esteve em evidência, nos meios de comunicação. Um silêncio que pode ter sido adotado por estratégia, para evitar perseguições à sua figura, mas que sugere as circunstâncias que levaram ao fechamento da Deixa Malhar como provavelmente violentas e cerceadoras.

Considerações finais

Compreendidas como formas de associativismo negro, as escolas de samba, fundadas por grupos predominantemente de negros dos morros, desenvolveram estratégias para a sua inserção, resistência e para sua ação como irradiadoras de projetos políticos como prática cultural nas festas carnavalescas da cidade do Rio de Janeiro. Esse foi um processo lento e

gradual, que sofreu resistência de outros grupos sociais e que teve, nas agências, determinadas pessoas que viram, nessa forma de lazer, o caminho para a inserção da população negra e pobre no pós-abolição.

Organizar e se apresentar publicamente, defendendo a prática cultural produzida por seu grupo, era uma forma de se fazer presente nas ruas, de reivindicar seu lugar social. Assim, no sentido de reivindicação de espaço social, as escolas de samba construíram discursos de positivação da identidade e promoveram ações que estavam nas pautas por cidadania da população negra, mestiça e pobre. Foi um caminho de contraposição às imagens distorcidas da população negra no pós-abolição. Assumir o papel de construção de discursos e símbolos de autorrepresentação consistia em estratégias de empoderamento identitário, que tiveram, como via, as sociabilidades estabelecidas pelas escolas de samba.

Podem-se perceber, diante dos episódios em que Mano Eloy esteve envolvido, algumas nuances dos projetos dos grupos que trabalharam ativamente na fundação e no desenvolvimento das escolas de samba como espaços culturais, com alcances políticos e sociais importantes para a população negra do pós-abolição. Assim, não só explicitam as expectativas de seus fundadores e associados com as agremiações, mas também nos levam a compreender sua percepção sobre as escolas de samba como espaços de construção e reivindicação de cidadania para a população negra no Rio de Janeiro.

Fontes

Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital

Periódicos: *A Manhã*, *O Imparcial*, *Jornal do Brasil*, *A Noite*, *O Jornal*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Diário da Noite*

Referências

A MANHÃ. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s.d. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manha-a-1941. Acesso em: 10 nov. 2019.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *O jogo da dissimulação*: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio. Abolição da escravidão: a igualdade que não veio. *Blog do Arnoni*, 16 maio 2011. Disponível em: https://blogdorosuca.files.wordpress.com/2011/05/abolic3a7c3a30-da-escravatura.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

BARBOSA, A. T. S. P. *"A escola de samba tira o negro do local da informalidade"*: agências e associativismos negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

_____. *Nasceu lá na serra uma linda flor*: memórias sobre a fundação do Império Serrano

(1947-1952). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Cidadania, um projeto em construção*: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BRASIL, Eric. *Carnavais atlânticos*: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Lumiar, 1996.

_____. *As escolas de samba*: o que, quem, como, quando e por quê. Rio de Janeiro: Editora Fontana, 1974.

CASTELUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CONFETE, Rubem. Rubem Confete: entrevista. Entrevistadora: Alessandra Tavares. 2016.

_____. Rubem Confete: depoimento. Niterói: Labhoi (UFF), 2014.

COSTA PINTO, L. A. *O negro no Rio de Janeiro*: relações de raças numa sociedade em mudança. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da folia*: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 251-281, jun. 2014.

_____. Lino Guedes: de filho de ex-escravo à "elite de cor". *Afro-Ásia*, Salvador, n. 41, p. 133-166, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: USP/FFLCH, 1964.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *Escolas de samba*: sujeitos celebrantes e objetos celebrados. Rio de Janeiro: AGCRJ, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2000.

GALVÃO, Olívia Maria Rodrigues. *A Sociedade de Resistência ou Companhia dos Pretos*: um estudo de caso entre os arrumadores do porto do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1994.

IANNI, Octavio. *Raças e classes no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

JUVENTUDE BRASILEIRA. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s.d. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-brasileira-1. Acesso em: 10 nov. 2019.

LEMOS, Aline de Castro. *Gênero e ciência na ficção científica de Berilo Neves*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LIGA de Defesa Nacional. In: Dossiê A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s.d. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/LigaDeDefesaNacional. Acesso em: 22 abr. 2016.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, séc. XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MORAIS, Maria Eneida. *História do carnaval carioca*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

PEREIRA, Juliana da Conceição. Com que roupa? O associativismo recreativo e a questão da moralidade entre os trabalhadores do Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 411-423, 2015.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval brasileiro*: o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. Carnaval brasileiro: da origem europeia ao símbolo nacional. *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 39, n. 8, p. 717-729, 1987.

_____. Escolas de samba do Rio de Janeiro ou a domesticação da massa urbana. *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 36, n. 6, p. 892-909, 1984.

RAMOS, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1971.

SILVA, Sormani da. *Escola de samba Deixa Malhar, batuques e outras sociabilidades no tempo de Mano Eloy na Chácara do Vintém entre 1934 e 1947*. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicorraciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2014.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso*: estudos sobre o carnaval carioca da belle époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

VALENÇA, Rachel Teixeira; VALENÇA, Suetônio Soares. *Serra, Serrinha, Serrano*: o império do samba. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

Recebido em 1/5/2019
Aprovado em 30/11/2019

ACERVO

Resenha

Review /Reseña

A difusão digital de dados em ciências humanas e sociais

Guia de boas práticas éticas e jurídicas

The digital dissemination of data in human and social sciences: a guide to good ethical and legal practices / La difusión digital de datos en ciencias humanas y sociales: una guía de buenas prácticas éticas y legales

Georgete Medleg Rodrigues
Doutora em História Contemporânea pela Université de Paris (Paris IV – Sorbonne), com pós-doutorado pela Université Paris Nanterre, França. Professora da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB), Brasil
georgete@unb.br

GINOVES, Véronique; GRAS, Isabelle (org.). *La diffusion numérique des données en SHS:* guide des bonnes pratiques éthiques et juridiques. Aix-en-Provence: Presses de l'Université de Provence, 2018.

Em um artigo intitulado "Comment s'élabore la mémoire collective sur le web", a socióloga francesa Valérie Beaudouin, ao estudar sites, blogs e fóruns on-line sobre a Primeira Guerra mundial, constata que a memória coletiva é escrita na internet pelos mais diversos atores e se apoia majoritariamente em documentos (textos, fotos, filmes) provenientes, em sua grande maioria, de fundos de arquivos públicos (Beaudouin, 2019). O estudo demonstra que a digitalização de documentos de arquivo e sua difusão na internet é, hoje, um fato que revela, igualmente, a diversificação dos usos e usuários dos arquivos. Ainda que esses documentos sejam descontextualizados, como conclui o estudo de Leyoudeck (2015).

Essas considerações iniciais têm como objetivo contextualizar, na sua dimensão arquivística, o livro *A difusão digital de dados em ciências humanas e sociais*, que analisa e busca soluções práticas para o problema da produção e difusão de dados na internet. Desde o início, o grupo de pesquisa do qual as organizadoras participam destaca seu engajamento numa reflexão coletiva sobre os usos do digital em ciências humanas e sociais (evolução do livro, salvaguarda e acesso ao patrimônio cultural, arquivos de pesquisa), com a finalidade de promover as pesquisas colaborativas por meio do compartilhamento de dados, instrumentos e métodos. Um enunciado claramente em defesa da ciência aberta.

Dito isso, o livro é o resultado dos estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Ética e Direito em Ciências Humanas e Sociais, fundado em 2011, do qual fazem parte as duas organizadoras e cujo projeto inicial se

desenvolveu em um blog.[1] O objetivo principal da coletânea é apresentar respostas rápidas aos problemas concretos aos quais os pesquisadores são confrontados cotidianamente. Apesar de conter a palavra "guia" no título, o livro é muito mais que isso, como iremos expor adiante. Com vários autores de diversas áreas do conhecimento assinando os capítulos, num total de 340 páginas, pode-se constatar a preocupação com a busca de um equilíbrio entre discussão teórica e aspectos práticos. A questão ética e jurídica, evocada no título, contou com a colaboração de sete juristas.

Embora a obra seja tributária de questionamentos dos pesquisadores em ciências sociais e humanas sobre alguns aspectos de suas atividades, inclusive com os resultados das pesquisas e sua difusão para a sociedade, ela não é indiferente aos arquivistas, que também trabalham com esse material e têm a responsabilidade de recolher, tratar, garantir seu acesso e sua difusão, ao mesmo tempo em que devem proteger dados pessoais. Numa oficina intitulada "Questions juridiques et éthiques: diffusion des données de la recherche" organizada, em 2015, pelo grupo de pesquisa das organizadoras da obra em questão, a justificativa do evento vai ao encontro das preocupações atuais dos arquivistas:

> Produzir, usar e editar fontes digitais agora faz parte do trabalho diário do pesquisador. Inseparável do desenvolvimento da web, esse formato digital facilitou muito a disseminação de recursos documentários, iconográficos, de áudio e audiovisuais no mundo da pesquisa e, além disso, para cidadãos cada vez mais curiosos e interessados nos documentos produzidos por cientistas. Nas instituições dedicadas à pesquisa, os responsáveis pelos projetos nem sempre sabem como responder às questões de respeito aos direitos autorais e das pessoas entrevistadas ou representadas nos documentos quando estes são publicados on-line. Os pesquisadores, que agora publicam regularmente em formato eletrônico, enfrentam uma série de questões legais e éticas que devem ser respondidas. (Casanova, 2015, tradução nossa)

De fato, há muito tempo, os arquivistas ultrapassaram a visão na qual a profissão se ancorava, isto é, a de "guardiões" dos arquivos, o que significava, concretamente, a ênfase na proteção, em primeiro lugar, dos produtores dos arquivos, os usuários sendo secundários nesse processo. A essa "missão" se substituiu, pelo menos desde o final da década de 1970, em muitos países, o princípio de que uma das principais finalidades do

1 Ver: https://ethiquedroit.hypotheses.org.

trabalho do arquivista é disponibilizar e valorizar os arquivos, sendo os usuários os principais sujeitos dessa ação. Entretanto, a transformação radical da produção de arquivos em suportes os mais variados, o advento da internet, a produção exponencial de documentos em formato digital (nativos digitais ou digitalizados a *posteriori*) e, principalmente, a luta pelo direito à informação e a exigência de transparência dos atos governamentais suscitaram novas questões aos arquivistas. A principal delas, talvez, diga respeito à ética na divulgação, por exemplo, de dados pessoais (MacNeil, 2019).[2]

Nesse sentido, um dos aspectos interessantes do livro, no qual os arquivistas podem se inspirar e usufruir das reflexões, são as fichas práticas que o grupo de pesquisa produziu com a colaboração da jurista Anne-Laure Stérin,[3] abordando uma série de situações envolvendo a divulgação de dados ou de publicações científicas que dependem de uma abordagem jurídica ou da ética científica. Além disso, outros capítulos do livro trazem estudos de caso que, de certa forma, apresentam respostas passíveis de serem aplicadas em situações similares, sinalizando para o desenvolvimento de boas práticas nesse campo, conforme destacado no título.

Outro aspecto a ser ressaltado – o que normalmente não vemos ser defendido – é que a mesma jurista, Anne-Laure Stérin, tem uma posição bastante pragmática sobre o assunto. Para ela, quando se trata de tomar uma decisão, na ausência de um jurista deve-se considerar a jurisprudência, a hierarquia das normas ou mesmo a interpretação das leis, quando estas não são suficientemente claras. Evidentemente, nesses casos, os profissionais devem saber a quais leis e normas o material sobre o qual ele trabalha está circunscrito. Mais uma vez, os arquivistas ou quaisquer outros profissionais responsáveis pelo tratamento e difusão de arquivos digitais podem usufruir dessas orientações.

A segunda parte do livro merece um olhar especial. Dividida em três grandes temas, aborda desde a particularidade dos arquivos orais, a noção de "dados" sensíveis,[4] até as questões próprias ao mundo digital. Assim, problemas como a difusão de dados on-line, adesão ao *open*

2 Nesse sentido, ver o livro da arquivista Heather MacNeil (2019).

3 Autora, dentre outros títulos, de *Guide pratique du droit d'auteur*: utiliser en toute légalité textes, photos, filmes, musiques, internet, proteger ses creations. Paris: Maxima, 2011.

4 Segundo a Comission National Informatique et Libertés (CNIL), criada em 1978, órgão responsável, na França, pela proteção de dados pessoais e por acompanhar a inovação e preservar as liberdades individuais, dados sensíveis formam uma categoria particular de dados pessoais. Ver: https://www.cnil.fr/fr/definition/donnee-sensible. Acesso em: 20 jan. 2020.

archives, contratos de edição e dados de pessoas falecidas são objeto de reflexão.[5] Ademais, trazendo ainda uma vez a temática do livro para o campo da arquivologia no que diz respeito à questão ética, a historiadora Florence Descamps destaca que os arquivos orais suscitam problemas de ordem jurídica, tais como: o estatuto jurídico dos fundos de arquivos orais conservados em instituições científicas é público? Quais são os direitos autorais que lhes são inerentes? Quais os impactos de sua difusão sobre a vida privada dos indivíduos?[6] De todo modo, quando se trata de fontes que exprimem certos aspectos da vida privada das pessoas, nem sempre os dispositivos do direito são suficientes para nos ajudar a decidir a respeito da difusão de dados pessoais e das modalidades de difusão. É preciso mobilizar, então, aspectos éticos. Tendo em vista o campo onde o livro se inscreve – as pesquisas em ciências sociais e humanas – o recurso à deontologia profissional dos cientistas é um parâmetro a ser seguido. Lembrando que esse é também o caso para os arquivistas.

Uma contribuição muito interessante nessa obra é a de Mélanie Dulong de Rosnay, pesquisadora do Institut des Sciences de la Communication do Conseil National de la Recherche Scientifique (CNRS) e doutora em direito. Seus eixos de pesquisa são: a governança dos bens comuns; acesso ao conhecimento; transformações da regulamentação jurídica e técnica; acesso aberto aos dados científicos e políticas comparadas para a digitalização das obras de domínio público. Dulong de Rosnay defende que as instituições que custodiam, na sua expressão, "fundos patrimoniais", deveriam adotar prioritariamente políticas abertas de difusão visando a existência de um domínio público digital, em vez de criar novas barreiras. Nesse sentido, ela faz eco a outros pesquisadores franceses que estudam a questão do *big data*, sua relação com *open data* e a proteção de dados pessoais, os quais concluem que os parâmetros estritos do direito, tal como os conhecemos, não dão mais conta da complexidade do fenômeno.[7] Ela faz igualmente uma defesa de uma certa autonomia dos profissionais quanto às questões éticas e jurídicas, no sentido de que eles devem discutir suas experiências entre si, as soluções encontradas, que nem sempre vêm dos juristas.

---

5 Recomendamos, nesse caso, a leitura de Mallet-Poujol (2019).

6 Professora de metodologia de recolhimento e tratamento de fontes orais na École Pratique des Hautes Études em Paris (EPHP), publicou, em 2019, *Archiver la mémoire*: del'histoire orale au patrimoine immaterial. Paris: EHSS, 2019.

7 Ver, por exemplo, a coletânea organizada por Daniele Bourcier e Primavera De Filippi (2016).

A título de conclusão, podemos afirmar que muitas questões levantadas na obra podem ser controversas, mas o princípio que a permeia é o de marcar uma posição contra a privatização do conhecimento – especialmente o digital – mas, ao mesmo tempo, adotar uma postura de precaução no que se refere à proteção de dados pessoais. A exemplo do que preconiza a lei brasileira de acesso à informação (LAI), tem-se o acesso como princípio, e o sigilo como exceção. Parece-nos que, no essencial, o livro defende a tese de que a restrição do acesso deve ser pautada na ética e no direito (este último renovado e atualizado para a complexidade do mundo digital). É com essa compreensão do problema que os arquivistas também precisam se preparar para enfrentar a tensão entre garantir o direito de acesso à informação e, ao mesmo tempo, ter argumentos claros para explicar e justificar aos usuários – pesquisadores ou simples cidadãos – sua restrição. No mundo digital convivem, hoje, o *big data* e o *open data* como realidades incontornáveis, mas que exigem reflexão. Devemos compreender esse "novo" mundo e buscar as melhores respostas para as demandas e os problemas que dele advêm.

Referências

BEAUDOUIN, Valérie. Comment s'élabore la mémoire collective sur le web? Une analyse qualitative des pratiques d'écriture en ligne de la mémoire de la Grande Guerre. *Réseaux*, Paris, v. 2-3, n. 214-125, p. 141-169, 2019. Disponível em: www.cairn.info/publications-de-Valérie-Beaudouin--15643.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BOURCIER, Daniele; DE FILIPPI, Primavera (org.). *Open data & Big data*: nouveaux défis pour la vie privée. Paris: Éditions Mare&-Martin, 2016.

CASANOVA, Nathalie. Atelier du numérique: questions juridiques et éthiques. Diffusion des données de la recherche par Anne-Laure Stérin, juriste et Isabelle Gras (SCD AMU). *PôleImage-Son*, Paris, 26 mar. 2015. Disponível em: https://imageson.hypotheses.org/1987. Acesso em: 30 nov. 2019.

LEYOUDECK, Lénaike. Reconstruire le sens associé à l'archive: mobilisations sémiotique et documentaire du *Linked Open Data*. In: BROUDOUX, E.; CHARTRON, G. (org.). *Big data - Open data*: quelles valeurs? Quels enjeux? Actes du colloque "Document numérique et société", Rabat, 2015. Paris: De Boeck Supérieur, 2015. Disponível em:https://www.cairn.info/big-data-open-data-quelles-valeurs--9782807300316.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

MACNEIL, Heather. *Sem consentimento*: a ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos. Tradução de Monica Tenaglia e Shirley Carvalhedo Franco. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

MALLET-POUJOL, Nathalie. Internet e o direito ao esquecimento digital. RICI, Brasília, v. 12, n. 1, p. 145-170, 2019.

Recebido em 31/12/2019
Aprovado em 21/2/2020

ACERVO

Documento

Document / Documento

“Com a palavra, o usuário”

O que dizem os usuários do Arquivo Nacional sobre suas pesquisas na instituição

“Com a palavra, o usuário”: what the users of Arquivo Nacional say about their research at the institution / “Com a palavra, o usuário”: lo que dicen los usuarios del Arquivo Nacional sobre su investigación en la institución

Eliane Cristina de Freitas Rocha
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da UFMG, Brasil
prof.lili.rocha@gmail.com

Ivana Denise Parrela
Doutora em História pela UFMG. Professora do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da UFMG, Brasil
ivanaparrela@ufmg.br

RESUMO

Este artigo aborda o programa “Com a palavra, o usuário”, visando esclarecer as percepções dos usuários frequentes sobre seus processos de pesquisa. Constatamos que os pesquisadores melhoram a clareza de suas questões à medida que exploram os documentos e concluímos que o uso da técnica qualitativa sinaliza a abertura para estudos orientados ao usuário pelo Arquivo Nacional brasileiro.

Palavras-chave: *usuários; técnica qualitativa; Arquivo Nacional.*

ABSTRACT

It presents an analysis of the program “Com a palavra, o usuário”, aiming to understand frequent user's perceptions about their research processes. It was verified that researchers improve the clearness of their questions throughout the course of their exploration of the documents and it concludes that the use of qualitative technique is indicative of user-oriented studies by Arquivo Nacional.

Keywords: *users; qualitative technique; Arquivo Nacional.*

RESUMEN

Presenta un análisis del programa "Com a palavra, o usuário", con el objetivo de comprender las percepciones de los usuarios frecuentes sobre sus procesos de investigación. Se descubrió que los investigadores mejoran la claridad de sus preguntas a medida que exploran los documentos y se concluyó que el uso de la técnica cualitativa es una señal de apertura para los estudios orientados al usuario por el Arquivo Nacional.

Palabras clave: *usuarios; técnica cualitativa; Arquivo Nacional.*

Introdução

A seção "Documento" deste número da revista *Acervo* analisa, em caráter especial, uma categoria de registros particularmente importante para a discussão sobre usos e usuários – os arquivos audiovisuais do programa "Com a palavra, o usuário", sob a responsabilidade do Núcleo de Estudos de Usuários de Arquivo do Arquivo Nacional (AN), construídos em conjunto com seus usuários.

O conteúdo dos registros audiovisuais foi analisado com o objetivo de esclarecer os processos de pesquisa dos usuários, neles relatados. Para contextualizar a análise, realizamos uma entrevista semiestruturada e presencial sobre o programa com duas funcionárias do Núcleo de Estudos de Usuários do AN, para conhecer seus propósitos, resultados e o contexto em que foi idealizado.

"Com a palavra, o usuário" busca desvendar os processos de busca e pesquisa realizados pelos usuários frequentes do AN, mediante a realização de eventos em que são convidados a apresentar, em um auditório, seus percursos de pesquisa, com transmissão ao vivo pela internet (via Facebook ou Youtube) e a presença de convidados e funcionários do órgão. Por meio de tais iniciativas, o AN intenta aprimorar seus processos de relacionamento com os usuários, em especial seus mecanismos de busca, e identificar a eficácia de seus instrumentos de pesquisa, dentre outros aspectos. Inspirado em outra ação do AN de mesma natureza, realizada na década de 1980, teve início em abril de 2017. Seu registro mais recente é de agosto de 2019. Os eventos passaram a ter periodicidade mensal em 2017, alterada para trimestral a partir de 2018.

Este artigo se propõe a avaliar tais registros audiovisuais para responder à seguinte questão: "O que relatam os usuários sobre seus processos de pesquisa no AN?". Objetiva, de maneira geral, apontar os percursos e as dificuldades percebidos pelos usuários ao realizarem seus processos de busca, além de fazer uma breve avaliação da importância do programa para os estudos em arquivologia.

Para atingir tais objetivos, os vídeos do programa disponibilizados pela instituição(AN, 2017a, 2017b, 2017c, 2017d, 2017e, 2017f, 2018a, 2018b, 2018c, 2018d, 2019a, 2019b e 2019c)tiveram seu conteúdo analisado por meio da técnica de procedimentos dedutivos, tendo como referências: a) o modelo do estado anômalo de conhecimento de Belkin (Anomalous State of Knowledge– ASK), com alguns apontamentos convergentes com o modelo do ISP (Information Search Process), de Carol Kuhlthau; b) o método de pesquisa histórica brevemente descrito por

Del Priori (2002); e c) a análise da importância dos estudos de usos e usuários na arquivologia, com base no estudo das referências de Hugh Taylor (1984), Jardim e Fonseca (2004) e Duff (2016).

Exaurir a proposta dos modelos teóricos que fundamentaram os processos dedutivos de análise do material ultrapassa os objetivos deste artigo. Referências indicadas podem ser consultadas para aprofundamento de cada um dos modelos, que aqui serão apresentados de maneira sumária, à medida que a análise dos registros audiovisuais avança, na próxima seção.

Análise dos registros em audiovisual do programa "Com a palavra, o usuário"

No site do Arquivo Nacional estão disponíveis 13 arquivos do programa em formato audiovisual, para consulta, apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 – Material audiovisual disponível do programa "Com a palavra, o usuário"

	Usuário	Título	Publicação
1	Carlos Eduardo Moreira de Araújo	Pesquisando instituições: a Casa de Correção do Rio de Janeiro no Arquivo Nacional	30 mar. 2017 (AN, 2017a)
2	Antônio Venâncio	Arquivos de filmes: pesquisa x direitos	25 maio 2017 (AN, 2017b)
3	Dale Graden	O caso Bella Miguelina: um episódio de liberdade no contexto da supressão inglesa do tráfico transatlântico de africanos	27 jul. 2017 (AN, 2017c)
4	Flávio Gomes	Reinventando experiências: o historiador, pessoas e acervos	31 ago. 2017 (AN, 2017d)
5	Marlene Pessoa	Pesquisa probatória nos fundos do Arquivo Nacional: livros de notas	26 out. 2017 (AN, 2017e)
6	Clóvis Molinari, Patrícia Machado e Thaís Blank	Seminário debate: filmes de família, cinema doméstico e cinema amador, questões conceituais, produção e usos (mediação de Christiano Cantarino)	7 dez. 2017 (AN, 2017f)
7	Carlos Eugênio Líbano Soares	O Arquivo Nacional e a pesquisa em formação da sociedade urbana carioca	22 fev. 2018 (AN, 2018a)
8	Wagner Luiz Bueno dos Santos	Documentos da Marinha Imperial: experiências no acesso e na construção de instrumentos de pesquisa para a série Marinha	24 maio 2018 (AN, 2018b)
9	Ana Paula Rodrigues	Os senhores de engenho nos livros de notas: uma análise fundiária e social (século XVIII)	30 ago. 2018 (AN, 2018c)

	Usuário	Título	Publicação
10	Tatiana de Souza Castro	Assim se espera justiça: os processos de habeas corpus do Supremo Tribunal Federal	29 nov. 2018 (AN, 2018d)
11	Pedro Cantalice	Memória do cavaquinho no acervo do Arquivo Nacional: pesquisa em música no acervo	28 fev. 2019 (AN, 2019a)
12	Pedro Lapera	Entre documentos, trajetórias e lacunas: alguns apontamentos sobre pesquisa no Arquivo Nacional	30 maio 2019 (AN, 2019b)
13	Beth Formaggini	Desenvolvimento de projetos de documentário (Documentário e pesquisa audiovisual)	29 ago. 2019 (AN, 2019c)

Fonte: organizado pelas autoras.

As funcionárias do setor informaram que foram convidados usuários frequentes indicados pela Sala de Consulta e Leitura do AN e que revelaram disponibilidade para se deslocarem voluntariamente até a instituição.

A descoberta do documento e o princípio da incerteza

Independentemente das características das pesquisas, sejam acadêmicas das áreas de história e comunicação/audiovisual ou de fins probatórios (práticos), emergiu o papel fundamental do trabalho mediador exercido pelo atendente do AN. Para o usuário 1, o "atendimento próximo, no início, é fundamental", pois muitas pesquisas surgem dentro do próprio arquivo, com a exploração dos materiais.

> Sem o trabalho de vocês não tem como fazer a pesquisa aqui dentro. [...] A cabeça do arquivista [...] opera de maneira diferente da do historiador. [...] A gente passa por outros caminhos. Aquilo que para vocês é simples, a notação se faz assim, o número 3, o 4, o 7, o 8. É nesta ordem porque é assim. A gente não pensa assim. (AN, 2017a, usuário 1)

Do ponto de vista do modelo de estado anômalo de conhecimento (ASK),[1] a fala do usuário 1 aponta para as possíveis diferenças entre o uni-

1 O modelo de estado anômalo de conhecimento, no âmbito da ciência da informação (Anomalous State of Knowledge –ASK), de Belkin, proposto em 1980 (Cunha; Amaral; Dantas, 2015), tem como pressuposto que qualquer usuário envolvido em processo de busca de informação não tem exata clareza de suas formulações logo que inicia seu processo. Contribuem para o

verso conceitual do arquivista de referência/atendente e o do sistema de consulta dos dados e instrumentos de pesquisa em relação ao universo conceitual do usuário. A aproximação desses universos conceituais e a introdução do usuário na cultura arquivística são necessárias, assumindo papel fundamental nesse processo os funcionários do AN, que têm amplo conhecimento do acervo e dos instrumentos de pesquisa.

Trata-se aqui da importância do trabalho de mediação explícita em um contexto de recuperação da informação, tal como acontece em bibliotecas e em sistemas de informação, exigindo o esforço de promover a aproximação conceitual do usuário com os serviços de referência e suporte (Rocha, 2018). Em relação ao conhecimento do setor de atendimento e do modelo conceitual do arquivista, as dificuldades dessa aproximação dizem respeito ao próprio gigantismo de suas coleções e fundos. Tal como já apontado na literatura por Taylor (1984), é impossível para um arquivista dominar todos os fundos e instrumentos de pesquisa de uma instituição, o que também acontece no AN. Segundo as funcionárias entrevistadas, os instrumentos de pesquisa não são uniformizados para todos os fundos, pois as equipes de trabalho que cuidam de seu tratamento são diferentes. Os acervos digitalizados no site do AN nem sempre são oferecidos por fundo ou série, mas em recortes pouco divulgados pela instituição, também por questões de organização do trabalho e dos fundos. Isso pode dificultar a compreensão do usuário, induzindo-o a acreditar que o que está on-line é fruto de uma seleção e não corresponde a todo fundo ou nem mesmo a toda série. A incompreensão do usuário em relação à história arquivística dos fundos dificulta o processo de busca. Mas isso pode ser solucionado por conta tanto de melhorias no treinamento e educação de usuários como por melhorias nos instrumentos de busca presenciais e on-line. Para o usuário 1, o trabalho dos atendentes é "pedagógico", o que é característico de mediação explícita (Rocha, 2018).

Quanto à busca de documentos probatórios e não exatamente com fins de pesquisa histórica, por exemplo, para a produção de documentários audiovisuais, é preciso realizar uma operação de tradução da solicitação do usuário para a linguagem e a forma como os fundos são organizados. O usuário final que solicita uma certidão ao cartório de notas, em outro exemplo, não conhece a natureza dos documentos e dos fundos, o que requer o trabalho mediador do cartório perante o Arquivo Nacional.

esclarecimento de suas questões: a) a natureza do sistema; b) os possíveis auxílios apresentados por profissionais de serviços de referência; e c) o estado de conhecimento do usuário sobre a questão que procura solucionar, que pode ser muito pouco claro ou mais formalizado.

Destacadamente na percepção dos usuários 5 e 7, é preciso conhecer a origem dos documentos e a forma como foram tratados. Para a usuária 10 (AN, 2018d), que trabalhou com documentos do Judiciário para estudar *habeas corpus*, apontar temáticas dos processos seria interessante, o que está além da organização pela proveniência. "Fiquei vendo o uso assunto [...] a minha tipologia [...] pensei em coisa temática como 'vadiagem, jogo do bicho, imigrantes, guarda dos filhos, defloramento'". A usuária também destacou que precisou pesquisar sobre o organograma do Poder Judiciário da Primeira República (estrutura administrativa) e o contexto, como a mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, o que também interferiu em sua busca, a qual não poderia estar restrita ao Distrito Federal.

É desafiadora, desde os estudos de Taylor (1984), e também comentada por Duff (2016), a questão da apresentação de inventários com base no princípio da proveniência ou da indexação de conteúdo (disposição de organização temática para os usuários) para facilitar a recuperação pelo usuário. Evidencia-se, portanto, a necessidade de uma mediação, tanto implícita quanto explícita (Rocha, 2018), para que o usuário compreenda melhor o universo dos arquivos e seu contexto. Ou seja, é necessário melhorar tanto os instrumentos de pesquisa (tarefa de mediação implícita) quanto o já elogiado pelos usuários serviço de referência do atendente (mediação explícita).

Pesquisa histórica e descoberta

Realizar aproximações sucessivas com o objeto é muito comum à natureza da pesquisa histórica.

Conforme Del Priore (2002), historiadora escolhida como referência por já ter trabalhado bastante com as fontes do AN e na instituição, na medida em que explora suas questões pelo primado da questão sobre o documento, o historiador poderá abrir novas perspectivas de pesquisa. Como menciona o usuário 1 (AN, 2017a), "às vezes, encontra outras coisas, e não o que procurava".

Os usuários 1, 4 e 10 ressaltam que o contato com as fontes é essencial para a construção do caminho de pesquisa.

> Essa coisa é interessante, né, o *making off*. Todo mundo quer saber, mas ninguém revela. Nunca tem o pulo do gato. [...] É uma coisa pessoal. Como é que você organiza a tua pesquisa e a passagem da tua pesquisa para a escrita. [...] Movimento de enxergar ou não tem a ver com expectativas. [...] Nenhum

> documento é definitivamente esgotado. Amanhã o cara pode fazer a mesma pesquisa sobre quilombos [...] ler de novo o material com outras preocupações que eu não vi, porque eu não estava interessado em ler. [...] Qualquer fonte pode ser revisitada. (AN, 2017e, usuário 4)

O "pulo do gato" pode estar relacionado ao corolário da formulação de Khulthau (2004): o usuário vai além do que é dado e atribui sentido ao que vê, lê, àquilo com o que interage. No que diz respeito à pesquisa histórica, o historiador também vai além das fontes e procura relações com o contexto, interpreta e critica o que lê. As descobertas que muitos usuários participantes chamaram de "sorte" ou "acaso" é, muitas vezes, decorrência da organicidade dos conjuntos documentais. Tanto que alguns expressam dificuldades justamente com o Gifi,[2] acervo que ainda demanda novos tratamentos.

O historiador não pode inventar nada, conforme afirma o usuário 8 (AN, 2018b). Citando Hobsbawn, o arquivo é o local da memória, são as trevas onde estão as histórias, as memórias. Deve-se saber como acessá-lo. Para este usuário, citando Fernand Braudel, a "história é a ciência do passado e do presente, um e outro inseparáveis. [...] Não é só meramente contar os fatos. [...] Não é só chegar no arquivo, ler o documento e tratá-lo. [...] É necessária uma análise. É necessário um cuidado. [...] Construir um objeto a partir do seu presente". A análise do contexto de produção documental e do presente é essencial. O historiador constrói o objeto a partir do seu momento, das questões postas pelo seu tempo.

No que diz respeito ao contexto de produção documental, o usuário 3 (AN, 2017c) dá pistas quando afirma não ter encontrado diretamente no AN muita informação sobre a pessoa que buscava (um africano), mas sobre o contexto, o ano de 1848, em diversos fundos da Justiça, que auxiliaram muito a interpretar suas questões sobre o tráfico de escravos, a compreender aquele tempo.

Já em relação à investigação que não é de natureza histórica, a usuária 13 (AN, 2019c), que realiza buscas para a realização de documentários audiovisuais, informa que a pesquisa é essencial. Assim como o texto do historiador, o profissional de audiovisual tem que encontrar não só seu

2 Gifi – Grupo de Identificação de Fundos Internos; sigla usada para guias de identificação de um conjunto de documentos que não pertence a um fundo; agrupamento de documentos que tinham sido extraviados do fundo original e que não contam com quantificação total. Nas listas Gifi, os temas das pesquisas são frequentemente encontrados por acaso, pela própria diversidade das origens dos documentos.

recorte temático, mas também as imagens em movimento que permitam construir seu argumento, seu enredo. Para ela, documentário não é tema, não é assunto; é conceito. Até chegar à ideia de um filme, a usuária diz que "tem que fazer igual *pizzaiolo*: a massa está enxuta quando o corpo está molhado [suar muito para achar o que quer]". Para ela, a pesquisa parte de uma ideia, não exatamente de um assunto, e pode ser realizada de diversas maneiras. Para fazer um documentário, por exemplo, sobre Noel Rosa, ela disse ser essencial conhecer a Vila Isabel. São diversos os caminhos que podem ser percorridos: a) pesquisa de conteúdo: levantamento de conteúdo em um banco de teses da Capes, por exemplo. Com base no que foi escrito, procura documentos originais, não só em arquivos, mas também em outros locais, como a Biblioteca Nacional, onde são encontradas várias publicações de jornal, pesquisa em fontes primárias (outros arquivos, vários tipos de documento e coleções, por exemplo, coleção de Noel Rosa, pesquisa no Museu da Imagem e do Som; b) pesquisa de locação: sobre os locais e ambientes do espaço que são abordados; c) pesquisa de personagem: pessoas que conviveram com o pesquisado, por exemplo, aquelas que se relacionaram com Fernando Pessoa, em um documentário sobre ele; e d) pesquisa para discutir a conceituação, que envolve também entendimento histórico para desenvolver o argumento.

No que diz respeito aos documentários de arquivo, o usuário 2 (AN, 2017b) aponta as grandes dificuldades para recuperar fotografias e instrumentos de pesquisa específicos para imagens audiovisuais. Para os debatedores da mesa sobre cinema doméstico (AN, 2017g, usuário 6), o contexto de produção das imagens é muito importante nessa recuperação. Um dos participantes menciona que encontrou uma rara imagem em filme de família de um voo do Zeppelin de grande interesse histórico. Desse modo, tanto a pesquisa de interesse historiográfico quanto a de produção audiovisual carecem de grande investimento em contexto sócio-histórico, assim como em instrumentos de pesquisa.

Curioso notar que Taylor (1984) já advertia sobre as dificuldades de tratamento de materiais privados em relação aos fundos públicos, como também de interesse em materiais pictóricos e audiovisuais em relação aos textuais. O desafio, segundo o autor, consiste em reconhecer o melhor uso de tais materiais presentes nas instituições arquivísticas: com base na tradição biblioteconômica, com catalogação e controle de nível, ou na tradição de arquivos públicos, segundo órgão e setor de origem, além de ordem original de criação.

Já o tratamento de imagens, tanto estáticas quanto em movimento, exigiria, talvez, método temático e formas de organização que estão para

além de sua proveniência; ou melhor, que ofereçam um nível de descrição analítico mais apurado. Logo, a forma de atendimento e tratamento das questões pode ser diferente conforme as características dos usuários e dos materiais.

Os estudos de usuários e o programa "Com a palavra, o usuário"

Jardim e Fonseca (2004) e Duff (2016) afirmam que a literatura da área da arquivologia concede pouca atenção ao usuário. Para estes autores, é necessário que o arquivo esteja voltado para seus usuários, e não para si próprio. Com frequência, a questão da preservação e conservação dos documentos sobrepujou o papel de abertura das instituições arquivísticas aos seus usuários, podendo hoje ser presenciais ou remotos, demandando mais trabalho de mediação das instituições (Rocha, 2018; Lobato; Rocha, 2019).

Poucos estudos acadêmicos são empreendidos sobre os usuários, predominando abordagens quantitativas. A prática das instituições arquivísticas apresenta atuação em serviços de referência e coleta sistemática de fichas de atendimento com viés quantitativo (Rocha, 2018; Lobato; Rocha, 2019), sem destaque para ações de coleta de dados qualitativos sobre as experiências dos usuários. O Arquivo Nacional, além de adotar técnica quantitativa de pesquisa, por meio de formulários coletados de maneira sistemática, conforme prática recorrente em outras instituições arquivísticas, também procura se aproximar do usuário qualitativamente,[3] por meio do programa que aqui se analisa.

O programa "Com a palavra, o usuário", em si, é destacado, pela experiência empírica das funcionárias responsáveis, como pioneiro na abordagem do usuário em relação a outras instituições brasileiras. Tal percepção encontra ressonância no trabalho realizado por Rocha (2018), em seu

3 Outras ações de aproximação do usuário podem acontecer tanto no ambiente presencial como on-line. Em diversas falas dos usuários emergiu a importância de atividades colaborativas no processo de busca. Também foi possível notar seu interesse em contribuírem para o AN, seja com os instrumentos de pesquisa ou indicando materiais para salvaguarda. Um bom parâmetro para essas investidas pode ser encontrado no site do arquivo nacional do Reino Unido, organizado a partir de 2005, que, além de oferecer abas com instruções didáticas, pensadas especialmente para o pesquisador pouco experiente, sobre como realizar uma pesquisa, permite, por meio de cadastro, que o usuário não só consiga rever sua trajetória de pesquisas como também "taguear" seus percursos. Além disso, o site oferece espaços de contribuição, nos quais é possível participar com textos, imagens e documentos (conteúdo) para melhorar as descrições dos catálogos on-line do arquivo e outros recursos. As contribuições dos usuários são diferenciadas das informações oficiais, indicadas como "*feedback*", "comentários", "etiquetas de usuários" ou expressões semelhantes (The National Archives, 2019).

estudo com profissionais atuantes em arquivos e outras instituições, em que as práticas relativas aos usuários em instituições arquivísticas têm acontecido por meio de ações de mediação em salas de atendimento e do setor de difusão, sem destaque específico para um setor que organize dados de pesquisa de usuários de maneira sistemática. O programa procura se aproximar dos usuários que têm o perfil de pesquisadores acadêmicos, dada a insuficiência dos mecanismos de pesquisa quantitativos (como os formulários utilizados na sala de consulta), para compreendê-los. É do entendimento de seus responsáveis que os formulários são instrumentos importantes e necessários para compreender, em especial, as demandas de usuários que não têm o perfil acadêmico e visitam o arquivo eventualmente, potencializando a melhoria dos serviços, em uma visão conhecida pela literatura de estudos de usuários como "centrada no sistema" (Cunha; Amaral; Dantas, 2015). Já os usuários que não têm relação pontual com a instituição requerem trabalho mais próximo, possível apenas com técnicas qualitativas de pesquisa, como a empregada por meio do programa. A avaliação dos limites da técnica quantitativa em relação à qualitativa encontra ressonância na literatura de estudos de usuários: o esforço de compreensão do pesquisador em suas formas de pensar, por suas próprias falas, é característico de estudos orientados ao usuário (Cunha; Amaral; Dantas, 2015) e sinaliza a abertura da instituição a ele, abrindo espaços de fala pouco usuais na literatura prática arquivística.

Considerações finais

É de grande destaque o uso da metodologia qualitativa para conhecer o usuário, na medida em que permite entender suas dificuldades e promover mudanças que possam enriquecer sua relação com o Arquivo Nacional de maneira fundamentada cientificamente.

Os usuários enfrentam incertezas e delícias ao longo do processo de busca. Há dificuldades associadas aos instrumentos de pesquisa, tipicamente relativas às diferenças entre universos conceituais, linguagens dos sistemas e instrumentos de busca.

Este artigo destacou as impressões do usuário sobre suas pesquisas com base em modelos já existentes na literatura. Todavia, ainda é possível explorar cada um dos vídeos para entender mais a fundo o uso dos instrumentos de pesquisa on-line e os detalhes sobre as dificuldades e investimentos realizados em cada fundo consultado, com seus problemas e potencialidades relacionados. Aliás, como é de se esperar pelo primado da questão sobre o documento, os arquivos aqui analisados permitem

outra variedade de leituras que podem ser orientadas para diversos propósitos, inclusive para pensar sobre a construção de sistemas colaborativos de consulta para, por e junto com os usuários.

Tal ação empreendida deixa clara a orientação do Arquivo Nacional ao seu usuário, aventando possibilidades de criação de novos rumos de sua relação em perspectivas participativas e colaborativas perante a instituição.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (AN). Com a palavra, o usuário. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/br/component/tags/tag/com-a-palavra-o-usuario. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. Com a palavra, o usuário. Rio de Janeiro, 30 mar. 2017a. Facebook: arquivonacionalbrasil. Disponível em: https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/videos/1307156886044853/. Acesso em: out. 2019.

_____. Com a palavra, o usuário. Rio de Janeiro, 25 maio 2017b. Facebook: arquivonacionalbrasil. Disponível em: https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/videos/1365211480239393/. Acesso em: out. 2019.

_____. Com a palavra, o usuário. Rio de Janeiro, 27 jul. 2017c. Facebook: arquivonacionalbrasil. Disponível em: https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/videos/1428699103890630/. Acesso em: out. 2019.

_____. Com a palavra, o usuário. Rio de Janeiro, 31 ago. 2017d. Facebook: arquivonacionalbrasil. Disponível em: https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/videos/1459719070788633/. Acesso em: out. 2019.

_____. Com a palavra, o usuário. Rio de Janeiro, 26 out. 2017e. Facebook: arquivonacionalbrasil. Disponível em: https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/videos/1509396312487575/. Acesso em: out. 2019.

_____. Com a palavra, o usuário. Rio de Janeiro, 7 dez. 2017f. Facebook: arquivonacionalbrasil. Disponível em: https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/videos/1546797305414142/. Acesso em: out. 2019.

_____. Com a palavra, o usuário. Rio de Janeiro, 22 fev. 2018a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2swDoydezgo. Acesso em: out. 2019.

_____. Com a palavra, o usuário. Rio de Janeiro, 24 maio 2018b. Facebook: arquivonacionalbrasil. Disponível em: https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/videos/1718728444887693. Acesso em: out. 2019.

_____. Com a palavra, o usuário. Rio de Janeiro, 30 ago. 2018c. Facebook: arquivonacionalbrasil. Disponível em: https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/videos/253472958827268. Acesso em: out. 2019.

_____. Com a palavra, o usuário. Rio de Janeiro, 29 nov. 2018d. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T-Z1xDGbJAs&feature=youtu.be. Acesso em: out. 2019.

_____. Com a palavra, o usuário. Rio de Janeiro, 28 fev. 2019a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P7mGU8I07kw. Acesso em: out. 2019.

_____. Com a palavra, o usuário. Rio de Janeiro, 30 maio 2019b. Facebook: arquivonacionalbrasil. Disponível em: https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/videos/418792202037430/. Acesso em: out. 2019.

_____. Com a palavra, o usuário. Rio de Janeiro, 29 ago. 2019c. Facebook: arquivonacionalbrasil. Disponível em: https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/videos/644153429410673/. Acesso em: out. 2019.

CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. *Manual de estudo de usuários da informação*. São Paulo: Editora Atlas, 2015. p.81-143.

DEL PRIORE, M. Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 3, n. 1, 2002.

DUFF, W. M. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero* – Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7650. Acesso em: dez. 2019.

KUHLTHAU, C. C. *Seeking meaning*: a process approach to library and information services. 2. ed. London: Libraries unlimited, 2004. ISBN 9781591580942.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber*: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOBATO, A. P. R.; ROCHA, E. C. F. Usos e usuários do Arquivo Público Mineiro em ambiente digital e presencial. *ÁGORA: Arquivologia em debate*, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 1-16, mar. 2019. ISSN 0103-3557. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/746. Acesso em: 27 dez. 2019.

ROCHA, E. C. F. Usuários e públicos nas práticas de profissionais da informação e áreas correlatas. *Biblionline*, João Pessoa, v. 14, n. 4, p. 65-82, 2018.

TAYLOR, H. A. *Los servicios de archivo y el concepto de usuario*: estudio del RAMP. Programa General de Información y Unisist. Paris: Unesco, 1984. 72 p.

THE NATIONAL ARCHIVES. *User participation*. 2019. Disponível em: https://www.nationalarchives.gov.uk/legal/user-participation/. Acesso em: 27 dez. 2019.

Diretrizes para autores

Foco e escopo

Acervo é a revista do Arquivo Nacional, de periodicidade quadrimestral, publicada desde 1986. Tem por objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente arquivologia e história.

A revista é composta pelas seções:

Dossiê Temático – cada número da revista apresenta um conjunto de artigos sobre o tema selecionado. Até 20 laudas (cerca de 40 mil caracteres com espaços);

Artigos Livres – textos resultantes de estudos e pesquisas, concernentes a temas de interesse da revista, adequados ao foco e ao escopo da publicação. Até 20 laudas (cerca de 40 mil caracteres com espaços);

Resenha – texto crítico sobre obra – livro ou filme – lançada até dois anos antes da chamada para o número da revista. Até cinco laudas (cerca de 10 mil caracteres com espaços);

Documento – textos técnicos ou análises sobre o acervo do Arquivo Nacional, com documentos transcritos parcial ou integralmente, ou reproduzidos como fac-símiles, relevantes para a pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. Os autores são convidados pelos editores de cada dossiê. Até 15 laudas (cerca de 30 mil caracteres com espaços). Não avaliada por pares;

Entrevista – um especialista é entrevistado pelos editores convidados. A seção debate a temática abordada pelo dossiê. Não avaliada por pares.

Os originais apresentados para publicação nas seções Dossiê Temático, Artigos Livres e Resenha são submetidos ao processo de avaliação cega por pares.

Normas para apresentação dos originais

A revista *Acervo* publica somente trabalhos inéditos em português, espanhol e inglês, submetidos por meio do sistema Open Journal Systems (OJS).

Os textos devem ser assinados por autores com doutorado ou ter doutores como coautores. A qualificação mínima para a coautoria é estar cursando o mestrado.

Os artigos expressam única e exclusivamente as opiniões e conclusões de seus autores. O envio de originais implica a cessão de direitos autorais e de publicação à revista, por um ano, a partir da data de submissão.

Cada autor pode submeter apenas um artigo por dossiê temático, inclusive na condição de coautor. Para fomentar a diversidade de autores e ideias, após terem seus artigos publicados na revista, os autores terão novas submissões avaliadas somente a partir da chamada de artigos para o terceiro dossiê subsequente. Isso também se aplica a autores de artigos elaborados em coautoria.

Para preservar o sigilo na avaliação cega por pares, os dados sobre autoria devem ser indicados nos metadados, no passo 3 da submissão pelo OJS, e não devem constar no corpo do texto. Da mesma forma, as informações sobre autoria que constem nas propriedades dos arquivos devem ser apagadas.

Todo artigo enviado à revista *Acervo* deve ser acompanhado de até quatro palavras-chave e de um resumo com, no máximo, 60 palavras (400 caracteres com espaços). Título, resumo e palavras-chave devem ser encaminhados com versões em inglês e em espanhol.

Os textos deverão ser submetidos em .doc, .docx ou .rtf, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5, formato de página A4. As margens devem seguir o padrão de 3 cm para superior e esquerda e 2 cm para inferior e direita.

Imagens – Cada artigo pode conter até cinco imagens, com as respectivas legendas e referências, e a indicação de sua localização no texto. As imagens devem ter resolução mínima de 300dpi no formato .tif e ser submetidas como documento suplementar, no passo 2 da submissão pelo OJS.

Caso o artigo reproduza documentos, imagens e/ou material legalmente protegido, cabe ao autor obter as autorizações e direitos de reprodução. É igualmente do autor a responsabilidade pelos danos decorrentes da ausência dessa medida.

Tabelas, quadros e gráficos – Tabelas e quadros podem ser compostos em Word e inseridos no próprio arquivo do artigo; os gráficos, preferencialmente em Excel.

Notas e remissões bibliográficas – As notas explicativas devem constar no rodapé das páginas, em algarismos arábicos, e ter no máximo cinco linhas. As remissões bibliográficas não devem ser feitas em notas e sim no corpo do texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome separado por vírgula do ano de publicação: (Bessone, 1997). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: Bessone (1997). Quando houver necessidade de indicar a página, esta deverá vir separada por vírgula e precedida de "p.": (Bessone, 1997, p. 25). Quando o autor possui mais de uma obra no mesmo ano,

discrimina-se por letra minúscula após a data, sem espacejamento: (Bessone, 1997a) ou (Bessone, 1997b). Para obras com dois autores, ambos serão indicados, usando ";": (Bessone; Cabral, 1998). Se possuir mais de dois autores, inclui-se somente o primeiro seguido de "et al.": (Bessone et al., 1999).

Referências bibliográficas – Devem constituir lista única ao final do artigo, em ordem alfabética, seguindo as normas estipuladas pela ABNT na NBR 6023: 2002.

As fontes documentais devem constar em notas de rodapé, com as informações necessárias para a localização dos documentos (instituição custodiadora, fundo/coleção, notação etc.).

A revista *Acervo* poderá adequar os originais às suas normas editorais e projeto gráfico.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade do original apresentado em relação aos itens a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários para o editor".

O arquivo da submissão está em formato .doc, .docx ou .rtf.

Links para as referências foram informados quando possível.

O texto segue as normas para apresentação dos originais descritas em "Diretrizes para autores".

Para seções com avaliação por pares (Dossiê Temático, Artigos Livres e Resenhas), as instruções disponíveis em "Garantindo o blind review", no passo 2 da submissão pelo OJS, foram seguidas.

Todos os autores contribuíram significativamente para a pesquisa.

Ao submeter o artigo, automaticamente o autor declara ser inédito e autoriza o Arquivo Nacional a publicá-lo na revista Acervo impressa e eletrônica, sob a licença CC-BY, e a divulgá-lo nos meios que considerar convenientes com a diretriz de livre acesso ao público. Se não for publicado no prazo de um ano a partir da data de submissão, o autor poderá livremente dar outros usos ao artigo.

Author guidelines

Focus and scope

Acervo is the journal of Arquivo Nacional, published since 1986. Its numbers are quarterly. The journal aims to disseminate studies and sources in the areas of social and applied human sciences, especially history and archivology.

The journal consists of the sections:

Thematic Dossier – each issue of the journal features a set of articles on the selected topic. Up to 20 pages (about 40 thousand characters with spaces);

Articles – texts resulting from studies and research, concerning topics of interest to the journal, appropriate to the focus and scope of the publication. Up to 20 pages (about 40 thousand characters with spaces);

Review – Critical text about work – book or film – released up to two years before the call to the journal number. Up to five pages (about 10 thousand characters with spaces);

Document – technical texts or analyzes of the Arquivo Nacional collection, with partially or fully transcribed documents or reproduced as facsimiles, relevant for research in the areas of applied human and social sciences. Authors are invited by the editors of each dossier. Up to 15 pages (about 30 thousand characters with spaces). Not evaluated by peers;

Interview – An expert is interviewed by the invited editors. The section discusses the topic addressed by the dossier. Not evaluated by peers.

Originals submitted for publication in the Thematic Dossier, Articles and Review sections are submitted to the blind peer review process.

Rules for submissions

Acervo journal publishes only unpublished works in Portuguese, Spanish and English, submitted through the Open Journal Systems (OJS).

The texts must be signed by authors with a doctorate or have doctors as co-authors. The minimum qualification for co-authoring is to be studying for the master's degree.

The articles express solely and exclusively the opinions and conclusions of their authors. Submission of originals implies assignment of copyright and publication to the journal for one year from the date of submission.

Each author can submit only one article per thematic dossier, including as a co-author. To foster the diversity of authors and ideas, after

having their articles published in the journal, the authors will have new submissions evaluated only from the call for articles for the subsequent third dossier. This also applies to authors of articles co-authored.

To preserve confidentiality in blind peer evaluation, authorship data should be indicated in the metadata in step 3 of submission by the OJS and should not be contained in the body of the text. Similarly, authorship information in file properties should be deleted.

Every article submitted to the journal *Acervo* must be accompanied by a list of up to four key words to identify the main issues and a summary with a maximum of 60 words (400 characters with spaces). Title, abstract and keywords must be submitted with English and Spanish versions.

The texts must be submitted in .doc, .docx or .rtf, Times New Roman font, body 12, space 1.5, A4 page format. The margins should follow the pattern of 3 cm for upper and left and 2 cm for lower and right.

Images – Every article can contain up to five images with their captions and references, and an indication as to its location in the text. The images must have a minimum resolution of 300 dpi in tif format and be submitted as a supplementary document in step 2 of submission by OJS.

If the article reproduces legally protected documents, images and / or material, it is up to the author to obtain the authorizations and rights of reproduction. It is also the responsibility of the author for damages resulting from the absence of such a measure.

Tables, charts and graphs – tables and charts can be composed in Word and inserted into the own article file; graphic, preferably in Excel.

Notes and bibliographic references – The notes appear in the page footer, in Arabic numerals, and should have a maximum of five lines. The bibliographical references should not be made in notes but in the text. The author must be cited in brackets with surname separated by comma of the publication date: (Bessone, 1997). If the author's name is cited in the text, it is stated only with the date in parentheses: Bessone (1997). If you must indicate the page, this should come separated by commas and preceded by, as "p.": (Bessone, 1997, p. 25). When the author has more than one work in the same year, it is discriminated by lowercase letter after the date without spacing: (Bessone, 1997a) or (Bessone, 1997b). In the case of the work of two authors, both are indicated using ";": (Bessone; Cabral, 1998). When the work has more than two authors, indicate only the first followed by "et al.": (Bessone et al., 1999).

References – should be a single list at the end of the article, in alphabetical order, following the standards set by ABNT NBR 6023: 2002.

Documentary sources should be included in footnotes, with the necessary information for the location of the documents (custodial institution, fund / collection, notation, etc.).

Acervo journal may adapt the originals to their editorial standards and graphic design.

Submission preparation checklist

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all of the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

The contribution is original and unpublished, and is not being evaluated for publication by another journal; otherwise it must be justified in "Comments for the editor".

The submission file is in doc., docx. or rtf.

Links for the references have been indicated when possible.

The text adheres to the requirements outlined in the "Author guidelines".

In case of submission to a section with peer review (Thematic dossier, Articles and Review), the instructions available in "Ensuring blind peer review", in step 2 of OJS, were followed.

All authors contributed significantly to the research.

By submitting the article, the author declares it to be unprecedented and authorizes Arquivo Nacional to publish it in printed and electronic Acervo journal, under a CC-BY license, and to disclose it in such media as it deems appropriate with the free access directive. If Arquivo Nacional does not publish it within one year from date of submission, the author can freely give it other uses.